



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

CAMILLA VANESSA CHAGAS PEIXOTO DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO NO PARÁ REPUBLICANO NA REVISTA “O ENSINO” (1918-1919)



Belém – PA
2022

CAMILLA VANESSA CHAGAS PEIXOTO DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO NO PARÁ REPUBLICANO NA REVISTA “O ENSINO” (1918-1919)

Tese submetida à Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade, sob a orientação do Prof. Dr. César Augusto Castro.

Belém – PA
2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C426e Chagas Peixoto de Oliveira, Camilla Vanessa.
A educação no Pará republicano na revista “O Ensino”
(1918-1919) / Camilla Vanessa Chagas Peixoto de Oliveira. —
2022.
257 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Cesar Augusto Castro

1. Imprensa pedagógica. 2. Educação e instrução. 3.
Ensino Primário. 4. Pará republicano. I. Título.

CDD 370

CAMILLA VANESSA CHAGAS PEIXOTO DE OLIVEIRA

A EDUCAÇÃO NO PARÁ REPUBLICANO NA REVISTA “O ENSINO” (1918-1919)

Tese submetida à Banca de Defesa como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Educação da Universidade Federal do Pará, Linha de Educação, Cultura e Sociedade.

Data de aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. César Augusto Castro – Orientador e Presidente (UFPA)

Prof.^a Dr.^a Carlota Boto – Membro Externo (FEUSP)

Prof. Dr Antônio de Pádua C. Lopes – Membro Externo (UFPI)

Prof. Dr Samuel Luis Velázquez Castellanos – Membro Externo (UFMA)

Prof. Dr. Waldir Ferreira de Abreu – Membro Interno (UFPA)

Às minhas heranças, Beatriz, Ana e José Benício,
que são a seiva do meu prosseguir.

AGRADECIMENTOS



A singularidade da fidelidade de Deus, por me conceder a dádiva de chegar aqui, e sempre me proporcionar soluções quando chego ao limite.

Ao meu orientador, Dr. Cesar Augusto Castro, que me fez compreender que: “Quem gosta muito, às vezes deve dar flores, mas também mostra os espinhos”. Contudo, agora sei que quem conhece a dor dos espinhos também consegue sentir o cheiro das flores. Em tudo lhe sou grata, foi uma longa trajetória em que sempre o tive ao redor me incentivando. Cada palavra, cada conversa, foi capaz de consubstanciar a prática do que é realmente ser um educador.

Ao Núcleo de Estudos e Documentação em História e das Práticas Leitoras no Maranhão – NEDHEL, que me recebeu como integrante e me oportunizou amadurecer a minha trajetória acadêmica como historiadora da Educação.

Aos professores da Pós-Graduação em Educação, pelo somatório conhecimento ao longo do curso de doutorado.

Aos meus lindos filhos Beatriz, Ana e José Benício, que são a minha luz de todos os meus dias.

Ao meu amado esposo José Alberto, que nunca me disse “não”, sempre me incentivou a conquistar sonhos.

À minha mãe, Maria, e à minha irmã, Haila Chagas, que tanto amo.

A todas as pessoas que acalentaram e ninaram o pequeno José Benício, que no decurso da escrita desta pesquisa era um recém-nascido precisando de colo e aconchego materno.

Àqueles que nunca torceram a meu favor e, sem saber, me incentivaram a prosseguir.

A todos que viram em mim vontade de vencer e contribuíram, de certa maneira, para a minha chegada até aqui. Gratidão, amigos.



“O professor, em nossos dias, é alguma cousa mais do que ele mesmo se julga. Não é apenas o desbravador de inteligências: é o artífice que burila, retoca e apura os sentimentos; é o esculapio das almas, o obreiro da humanidade futura; é o sacerdote consciente que proclama o talento e prega como evangelizador, o culto da sã moral, que deve ser o pallio sob o qual se abrigue essa humanidade em formação.

Instrui, Educae!”

(C.P. 1919).

RESUMO



A pesquisa sobre a Educação no Pará republicano, a partir do periódico O Ensino – Revista mensal de pedagogia e Literatura (1918-1919), está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED, da Universidade Federal do Pará, atrelada à Linha de Pesquisa, Educação, Cultura e Sociedade. O trabalho empreende uma reflexão inserida no campo da História da Educação e do estudo da imprensa pedagógica educacional, em virtude de conceber, nesta investigação, revista como fonte e objeto, a qual é um dispositivo cultural de múltiplas possibilidades de análises, devido conter diversos recursos gráficos vinculados ao contexto educacional, político, social e cultural paraense. Elegemos como objetivo geral analisar os saberes acerca da Educação e da instrução primária no Estado do Pará no período de 1918-1919, e como objetivos específicos: descrever o processo de produção e circulação da revista; identificar as temáticas relacionadas à educação e à instrução para o ensino primário; analisar as representações sobre educação e instrução publicadas na revista. Entendemos que os termos Educação e Instrução assumiram na revista valores essenciais para depreender o avanço do ensino primário no estado, e contribuíram para a formação do professor e no engendramento de uma nova mentalidade inclinada ao republicanismo. A análise do corpus documental está embasada na metodologia da Nova História Cultural, a partir dos pressupostos de Roger Chartier: o objeto na sua Materialidade (forma, frequência, estrutura e dispositivo); a História das Práticas nas suas Diferenças e a História das Configurações dos Dispositivos nas suas Variações Históricas. Para subsidiar esta investigação, elegemos estudiosos da imprensa de Educação e Ensino, dentre eles: Nóvoa (1993), Castro e Castellanos (2021), Magaldi (2008), Catani (2002), Bastos (2002), Luca (2008), Biccias, (2008), entre outros. A composição gráfica e a circulação de novos saberes pedagógicos, funcionou como estratégia para formar uma nova concepção sobre Educação e Instrução direcionadas ao ensino primário e, decerto, não deixavam de validar os ideais do Governo do Estado para legitimar a ordem republicana vigente. Portanto, educar e instruir são práticas culturais representadas no periódico a partir de diversos tipos de textos, que eram capazes de convencer o leitor e lhe forjar uma nova conduta, de valores civilizatórios e moralizadores, tanto quanto o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas do professorado paraense, o qual recebeu a missão de retirar o sujeito do estado de ignorância e o tornar um ser consciente, polido, cidadão e patriota.

Palavras-chave: Imprensa pedagógica. Educação e instrução. Ensino Primário. Pará republicano.

ABSTRACT



The research talks about Education in the republican Pará, based in the periodical *O Ensino – Revista mensal de Pedagogia e Literatura (1918-1919)*, is linked to the Graduate Program in Education – PPGED, of the Federal University of Pará, join in the search Education, Culture and Society. This paper undertakes a reflection inserted in the field of the History of Education and the study of the educational pedagogical press, in virtue of conceiving, in this investigation, the magazine as a source and object, which is a cultural device with multiple possibilities of analysis, because it contains several resources. graphics linked to the educational, political, social, and cultural context of Pará. We chose as a general objective to analyze the knowledge about Education and primary education in the State of Pará in the period 1918-1919, and as specific objectives: to describe the process of production and circulation of the magazine; identify issues related to education and instruction for primary education; to analyze the representations about education and instruction published in the magazine. We understand that the terms Education and Instruction assumed in the magazine essential values to infer the advance of primary education in the state and contributed to teacher training and the engendering of a new mentality inclined towards republicanism. The analysis of the documentary corpus is substantiated on the methodology of the New Cultural History, based on Roger Chartier's assumptions: the object in its Materiality (form, frequency, structure, and device); the History of Practices in their Differences and the History of Device Configurations in their Historical Variations. Them, to support this investigation, we chose scholars from the Education and Teaching press, among them: Nóvoa (1993), Castro and Castellanos (2021), Magaldi (2008), Catani (2002), Bastos (2002), Luca (2008), Biccás, (2008), among others. The graphic composition and the circulation of new pedagogical knowledge functioned as a strategy to form a new conception of Education and Instruction aimed at primary education and, certainly, did not fail to validate the ideals of the State Government to legitimize the current republican order. Therefore, educating and instructing are cultural practices represented in the periodical from different types of texts, which were able to convince the reader and forge a new behavior, with civilizing and moralizing values, as well as the improvement of the pedagogical practices of the teachers of Pará, which received the mission to remove the subject from the state of ignorance and make him a conscious, polite, citizen and patriotic being.

Keywords: Pedagogical press. Education and instruction. Primary school. Republican Pará.

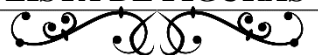
RESUMEN



La investigación sobre la educación en el Pará republicano, a partir del periódico *O Ensino* – revista mensual de pedagogía y literatura (1918-1919), está vinculada al Programa de Postgrado en Educación – PPGED, de la Universidad Federal del Pará, perteneciente a la línea de investigación Educación, Cultura y Sociedad. El trabajo propone una reflexión dentro del campo de la Historia de la Educación y del estudio de la prensa pedagógica educacional, en virtud de crear, en esta investigación, revista como fuente y objeto, la cual es un dispositivo cultural de múltiples posibilidades de análisis, con diversos recursos gráficos vinculados al contexto educacional, político, social y cultural paraense. Elegimos como objetivo general analizar los saberes sobre la educación y la enseñanza primaria en el Estado del Pará en el período 1918-1919, y como objetivos específicos: describir el proceso de producción y circulación de la revista; identificar las temáticas relacionadas a la educación y a la instrucción para la enseñanza primaria; analizar las representaciones sobre educación e instrucción publicadas en la revista. Entendemos que los términos Educación e Instrucción asumieron en la revista valores esenciales para entender el avance de la enseñanza primaria en el estado, y contribuyeron para la formación del profesor y en el origen de una nueva mentalidad inclinada al republicanismo. El análisis del corpus documental está basado en la metodología de la Nueva Historia Cultural, a partir de las suposiciones de Roger Chartier: el objeto en su Materialidad (forma, frecuencia, estructura y dispositivo); la Historia de las Prácticas en sus Diferencias y la Historia de las Configuraciones de los Dispositivos en sus Variaciones Históricas. Para subsidiar esta investigación, elegimos estudiosos de la prensa de la Educación y la Enseñanza, entre ellos: Nóvoa (1993), Castro y Castellanos (2021), Magaldi (2008), Catani (2002), Bastos (2002), Luca (2008), Biccás, (2008), entre otros. La composición gráfica y la circulación de nuevos saberes pedagógicos, funcionó como estrategia para formar una nueva concepción sobre la Educación e la Instrucción direccionadas a la enseñanza primaria y, por cierto, no se dejaron de validar los ideales del Gobierno del Estado para legitimar el orden republicano vigente. Por lo tanto, educar e instruir son prácticas culturales representadas en el periódico a partir de diversos tipos de textos, que eran capaces de convencer al lector y forjarle una nueva conducta, de valores civilizadores y moralizadores, así como el perfeccionamiento de las prácticas pedagógicas del profesorado paraense, el cual recibió la misión de retirar al sujeto del estado de ignorancia y hacer de él un ser consciente, educado, ciudadano y patriota.

Palabras claves: Prensa pedagógica. Educación e instrucción. Enseñanza primaria. Pará republicano.

LISTA DE FIGURAS



Arte da capa – Oficina de encadernador do Instituto Lauro Sodré em Belém do Pará

Arte da entrada das seções – Frame da capa revista O Ensino (1918-1919)

Figura 1 – Planta da Cidade de Belém – Capital do Estado do Pará,	47
Figura 2 – Loja Paris N’América fotografada por Marc Ferrez cerca de 1910.....	50
Figura 3 – Assinatura do governador Lauro Sodré em ofício enviado pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova (1919).....	63
Figura 4 – “O Ensino” notas da imprensa de 1918.....	74
Figura 5 – Capas da revista O Ensino (1918).....	83
Figura 6 – Capas da revista O Ensino (1919).....	84
Figura 7 – Capa da revista O Ensino N° 12 (1919).	85
Figura 8 – Capa de Luxo em edição especial do periódico O Ensino (1918-1919).....	86
Figura 9 – Propagandas da revista O Ensino (1918-1919).....	89
Figura 10 – Propagandas da revista O Ensino (1918-1919).....	90
Figura 11 – Estampa da fauna e flora da revista O Ensino.....	94
Figura 12 – Cores e estampas decorativas da revista O Ensino.	95
Figura 13 – Exemplos de letras capitulares e simbologia feminina da República da revista O Ensino.....	96
Figura 14 – Equipe de Redação do Ensino - Junho 1919.....	115
Figura 15 – A festa da Árvore em 14 de julho de 1919, Belém, Pará.	163

LISTA DE QUADROS



Quadro 1 – Periodicidade da revista O Ensino – de pedagogia e literatura (1918-1919).	24
Quadro 2 – A composição material da revista O Ensino (1918-1919).....	77
Quadro 3 – Circulação dos exemplares da revista O Ensino (1918-1919).....	100
Quadro 4 – Leitores Belenenses.	101
Quadro 5 – Leitores paraenses (interior do estado).	107
Quadro 6 – Autores e temáticas do periódico O Ensino 1918-1919.	116

LISTA DE GRÁFICOS



Gráfico 1 – Tabulação da revista O Ensino – de pedagogia e literatura (1918-1919).	29
Gráfico 2 – Características da revista O Ensino (1918-1919).	38

LISTA DE SIGLAS



ABL	Academia Brasileira de Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
FCP	Fundação Cultural do Estado do Pará
ILS	Instituto Lauro Sodré
NEDHEL	Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFPA	Universidade Federal do Pará
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO



SEÇÃO I: A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL: POSSIBILIDADES NA ESCRITA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PARAENSE

1.1	A produção do sentido para o objeto de pesquisa	17
1.2	Um breve percurso sobre a República.....	19
1.3	A imprensa periódica educacional: a revista como fonte histórica e objeto de pesquisa	21
1.4	Relevância da investigação e dos objetivos da pesquisa.....	28
1.5	Objetivo Geral	28
1.5.1	Objetivos específicos.....	29
1.6	Inferências teóricas e metodológicas: uma investigação conexa à Nova História Cultural	36
1.7	Segmentação do estudo	43

SEÇÃO II: O PANORAMA DA REPÚBLICA NO PARÁ

2.1	A cidade de Belém do Pará	46
2.2	O contexto da República no Pará.....	52
2.3	Aspectos políticos relevantes do governo Laurista	64

SEÇÃO III: O ENSINO - REVISTA MENSAL DE PEDAGOGIA E LITERATURA (1918-1919): PROCESSO DE PRODUÇÃO

3.1	A revista O Ensino dada a ler.....	71
3.2	Os aspectos gráficos e materiais da revista: paginação, periodicidade, formato, capas, sumário e propagandas.....	75
3.1.2	As Ilustrações e os ornamentos	91

SEÇÃO IV: A ESTÉTICA DA RECEPÇÃO DA REVISTA E SUA CIRCULARIDADE

4.1	A circulação e seus leitores	99
4.2	A equipe redacional	111

SEÇÃO V: "O ENSINO" COMO ESPAÇO DE (IN)FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: AS REPRESENTAÇÕES SOBRE EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO PARA O ENSINO PRIMÁRIO NO PARÁ REPUBLICANO

5.1	Folheando a revista: instruir e educar para ser republicano	144
5.2	Inculcando novos saberes: higienizar, moralizar e modernizar o homem do futuro	149
5.3	Métodos a seguir: ideias e processos de ensino para a instrução primária paraense.....	165
5.4	As funções das poesias, das canções infantis e das peças teatrais nas páginas de <i>O Ensino</i>	172

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
	REFERÊNCIAS	183
	ANEXO A – Cançoneta Infantil “Ninguém se iluda!” , poesia de Pereira de Castro junto à partitura musical.....	196
	ANEXO B – Comédia Infantil , por José de Carvalho	200
	APÊNDICE A – Tabulação da Revista O Ensino (1919)	206

Seção I
A IMPRENSA PERIÓDICA EDUCACIONAL:
possibilidades na escrita da História da
Educação paraense



INTRODUÇÃO



1.1 A produção do sentido para o objeto de pesquisa

A trajetória desta pesquisa se deu a partir das experiências com a imprensa periódica educacional, na busca de conhecer e compreender de maneira mais consistente as tipologias de fonte/objeto de pesquisa. Destarte, por possuir formação em letras e exercer a função de professora de língua inglesa, ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) junto à linha de Educação, Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Pará permitiu-me alargar horizontes na pós-graduação, na área da Educação. Logo, como pesquisadora, foi um fator produtivo para amadurecer pesquisas e metodologias de investigações.

Durante o mestrado, aproximei-me dos estudos referentes à imprensa periódica, possibilitados pelas atividades junto ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras – NEDHEL/UFMA, coordenado pelos professores Dr. César Augusto Castro e Dr. Samuel Velásquez Castellanos, no estado do Maranhão, que têm se dedicado a realizar estudos e levantamentos da Imprensa Periódica Educacional entre os pesquisadores maranhenses e paraenses, com o intuito de pesquisar/cartografar os periódicos do período de 1870-1930, a fim de realizar novas pesquisas sob esse horizonte. Tais práticas e experiências produzidas nesse espaço socioeducativo oportunizou-me conhecer e explorar a imprensa periódica, em virtude da existência de um trabalho voltado ao reconhecimento desses objetos culturais, que me redimensionaram às pesquisas científicas documentais, junto aos encontros destinados aos debates teórico-metodológicos para tal finalidade.

Dessa maneira, chegamos a esta tese intitulada: “*A Educação no Pará republicano na revista O Ensino (1918 -1919)*”, inserida no campo da História da Educação e do estudo da imprensa pedagógica educacional, em razão de reconhecer que o periódico de ensino pode ser investigado como fonte/objeto capaz de revelar múltiplas possibilidades de pesquisa. Nesse contexto, o objetivo desta investigação é analisar os discursos da segunda fase¹ do periódico *O Ensino – Revista mensal de pedagogia e Literatura (1918-1919)*² apresentados e difundidos, na época, para formar uma “nova mentalidade” educacional no Pará republicano.

¹ Segundo as publicações e notas da imprensa, acreditamos ter existido a primeira fase da revista em 1906, pois o periódico relata que nesse período houve uma primeira tentativa de fazer circular o impresso, mas sem êxito não obteve prosseguimento nas publicações vindouras.

² Utilizaremos a terminologia “*O Ensino*” sempre que tratarmos da revista no texto.

O recorte cronológico compreende o segundo governo do político e militar paraense Lauro Nina Sodré (1916-1919), delimitação decorrente, nesse contexto, da circulação do periódico educacional *O Ensino*, destinado aos assuntos da instrução primária, cuja publicidade no Estado do Pará compreendeu os anos de 1918 a 1919.

Sendo assim, *O Ensino* (1918-1919) fora delimitado para produção deste estudo, pois mostra que os impressos – jornais e revistas – são meios de comunicação capazes de transformar uma sociedade, deixando de ser instrumentos comuns de informação para ocupar uma categoria diferente, que nesta pesquisa tem a função de (in)formação para professores paraenses. Sobre isso, tornaram-se dispositivos de intervenção cultural para engendrar uma nova mentalidade, práticas e valores com a potencialidade de educar o público (CHARTIER, 2002).

Essa transformação dos impressos em nova categoria fez-se um instrumento potencializador para incutir novos costumes e uma nova moral pública, disseminando as questões sociais e políticas para a sociedade. Nesse sentido, Pallares-Burke (1998, p. 145) sinaliza que a imprensa possui “um currículo oculto que dissemina e organiza informações, cria valores, atitudes e ideias sobre uma multiplicidade de temas e, pois, quer queiram ou não, influenciam seus leitores, ouvinte e espectadores”.

O impresso educacional, com foco privilegiado neste estudo, é guiado pelas pesquisas oriundas dessa natureza, como o livro “Educação em Revista” organizado por Denice Catani e Maria Helena, que apresentam os impressos de ensino a serem pensados como:

[...] um guia prático de cotidiano educacional e escolar, permitindo ao pesquisador estudar o pensamento pedagógico de um determinado setor ou de um grupo social a partir do discurso veiculado e da ressonância dos temas debatidos, dentro e fora do universo escolar (CATANI; BASTOS, 1997, p. 5).

Nesta literatura, as pesquisadoras mencionam autores estrangeiros que desenvolvem estudos da temática exposta, dentre eles: Pierre Ognier, Pierre Caspard e António Nóvoa. As intelectuais ressaltam o saber de Ognier em afirmar que a imprensa de educação e ensino “é um *corpus* documental de vastas dimensões, pois se constituem um testemunho vivo de métodos e concepções pedagógicas de uma época e da ideologia moral, política e social de um grupo profissional” (OGNIER, 1984 *apud* CATANI; BASTOS, 1997, p. 5).

Sob essa perspectiva, pretendemos compreender as convergências e divergências das ideias por meio dos discursos de orientação educativa, editadas e selecionadas pelos intelectuais da equipe redacional de *O Ensino* (1918-1919), os novos pensamentos que, efetivamente, estabeleceram concepções sobre a educação e instrução para o ensino primário na sociedade

paraense no período republicano, já que difundiram novas ideologias estabelecidas pela elite e pelos administradores do Estado do Pará.

A República ampliou a noção de educação liberal que antevia “libertar-se” da ignorância, por meio da educação do homem com vistas nas ciências sociais. Desse modo, entendemos que a República alargaria a emancipação do povo por meio da educação, que é um fator importante, e tornar-se-ia um bem público e indispensável para a divulgação dos valores republicanos e da consolidação do novo regime político (FRANÇA, 2004).

1.2 Um breve percurso sobre a República

A era de transição, dos oitocentos para os novecentos, foi um período expressivo devido às transformações que marcaram a história da república brasileira, no intuito de inaugurar a expansão da modernidade, que estava associada ao crescimento das relações capitalistas, as quais redefiniram o âmbito social, econômico, político, educacional e cultural para o Brasil (FARIAS, 2016).

Em virtude disso, diversas práticas foram disseminadas para a consolidação do ideário republicano, como o Liberalismo e o Positivismo, concepções que se apresentavam como cura dos males sociais, da incivilidade, da ignorância, da imoralidade, dos comportamentos impatriotas e da insalubridade. Para que se conseguisse construir uma nova identidade nacional, houve a necessidade de investir em políticas governamentais a favor da Educação no Brasil.

Os investimentos na educação popular paraense instaurados pelo intelectual paraense José Veríssimo³ preconizaram “os primeiros esforços para levantar o nível do ensino, ao advento da República” (MEIRA, 1981, p. 266). Por outro lado, também se acreditava na emancipação da sociedade rumo ao progresso, sendo diretamente influenciada pelos modelos europeus de civilização e cultura, engendrando uma mentalidade pautada nas ideologias adeptas do Positivismo (“Ordem e Progresso” pelo poder científico), pois entendia-se que o governo poderia mudar o destino social ao impor suas leis subsidiadas no desenvolvimento da ciência, principalmente por meio da Educação e da Medicina.

³ Poeta, professor e crítico literário paraense. De acordo com Oliveira, apesar de se opor veementemente à Proclamação da República, José Veríssimo, em 1890, foi nomeado o primeiro diretor republicano da Instrução no Pará, pelo então secretário José Paes de Carvalho, no governo de Justo Chermont. No entanto, são consideradas de fundamental importância as reformas educacionais promovidas em sua gestão (OLIVEIRA, 2018, p. 46). Por meio do pensamento de José Veríssimo, pode-se antecipar como os agentes da educação na primeira república difundiram discursos em prol do movimento de valorização da pátria através da educação, que deveria se estender a todos os estratos da sociedade. Sendo assim, a educação se encontrava em momento de valorização e de integração com a infância, por meio desses e de outros discursos em prol de uma sociedade moderna e civilizada (OLIVEIRA, 2018, p. 46).

A imprensa periódica educacional teve seu papel fundamental na propagação do ideário republicano que se instalou no Pará. Ao se discutir a educação, direciona-se à noção de infância nesta nova era, dita moderna, uma vez que podemos considerar o sujeito criança um pré-cidadão, pois sua natureza “pura” e intacta considerava-se a forma mais eficiente para moldar o seu intelecto por meio da educação e instrução e, a posteriori, torna-se um homem para o futuro. Coelho (2008, p. 6) destaca que, na escola primária “a crença na higienização e no saneamento compôs a representação de uma sociedade moderna e civilizada, [...] [e, para] ser governável precisaria desinfetar o espaço físico da cidade e o corpo [e mente] de seus cidadãos”.

Havia uma preocupação de reordenar não somente o espaço urbano, mas também a mentalidade do povo, concentrando seus esforços ainda na infância, no sentido de regenerar mente e corpo. O objetivo de educar e instruir teve uma atribuição fundamental para a educação, em especial a primária, uma vez que o desenvolvimento inicial do homem se dava na infância, afinal, nessa fase da vida, ele estava livre de qualquer tipo de costume. Então, via-se no sujeito o estado “embrional” capaz de ser moldado para qualquer finalidade desejada.

Nesse sentido, Napolitano (2017) discute, em sua obra *História do Brasil República*, aspectos da consolidação do período republicano no país, em especial a vida cultural e a modernidade que, de certa maneira, foram influenciadas pelas ações intelectuais e pelo poder da ciência na busca pela terra saneada, a fim de superar as práticas culturais herdadas do passado, tais como: “a ignorância das elites; a miséria e o fatalismo das classes populares; [...] as estruturas políticas e econômicas arcaicas” (NAPOLITANO, 2017, p. 42).

O historiador paraense William Gaia Farias, ao escrever *A Construção da República no Pará (1886-1897)*, analisa o processo de transição do regime político ocorrido no final do século XIX e investiga as disputas político-partidárias pelo controle da República no Estado do Pará, que foram mapeadas na leitura e na análise de jornais vinculados aos partidos políticos republicanos (FARIAS, 2016).

Para Farias (2016), a República no Pará se interiorizou nas condições do seu tempo, isto é, como qualquer disputa política, tendo seus impasses e conflitos. O autor esclarece que os jornais são meios de comunicação que informam e formam opiniões, divulgam propostas políticas, constroem possibilidades de transformação, entre outras funções que somam e agregam valores aos seus leitores. Por outro lado, compreendemos que a imprensa periódica das revistas pedagógicas possui uma funcionalidade semelhante, ou seja, o que é veiculado nelas tem uma proposta educativa, e por que não dizer “política”? ou seja, tudo que está disposto na sua estrutura material não é de maneira neutra. Por isso, é importante frisar que nelas

circulavam discursos específicos e, na época em que foram produzidos, foram vistos como “descritores eficientes difusores de luz que propagavam ideologias pela sociedade como indispensáveis instrumentos de progresso” (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147).

1.3 A imprensa periódica educacional: a revista como fonte histórica e objeto de pesquisa

Ao discutir a imprensa periódica educacional⁴ como fonte e objeto de pesquisa, devemos, antes de tudo, compreender o conceito de fontes históricas como o conjunto de documentos (qualquer vestígio do passado) mobilizados em dada investigação.

O historiador Michael de Certeau (1982), ao apontar sobre “A operação historiográfica”, esclarece suas concepções sobre a especificidade da história e, conseqüentemente, o *métier do* historiador. Segundo Certeau (1982), o historiador deve pautar sua função na atividade peculiar de trabalhar com a escrita da história, entrevendo novas possibilidades de estudo e mantendo distância em ser o detentor da verdade⁵. Ele deve dar voz ao que ainda não foi dito, causa não distante do historiador da educação, que precisa ter o mesmo cuidado e atenção na construção da pesquisa, nas suas narrativas e nos seus debates.

É dever do historiador ler a fonte e decodificar o que está posto sobre ela, e não limitar sua atividade em resumo de documentos, mas criar uma narrativa para compreender o que está escrito neles e como está escrito, visto que a história é uma narrativa a partir da âncora que é a fonte. Para isso, são elucidativos os apontamentos de Chartier (2004) na entrevista concedida à Isabel Lustosa em 16/09/2004:

[...] quando os historiadores dizem que tal coisa é quando os historiadores dizem que tal coisa é consequência ou causa de outra, estabelecem uma ordem sequencial, se valem de uma concepção de temporalidade, que é a mesma de uma novela ou de um relato historiográfico. Ao mesmo tempo entidades abstratas como classe valores e conceitos atuam no discurso dos historiadores quase como personagens havendo toda uma forma de personificação das entidades coletivas ou abstratas. Desta forma, o

⁴ O Estudo da Imprensa Periódica em Educação no Brasil considera a importância do processo de comunicação na atividade científica para o progresso da ciência, no compartilhamento de informações entre pesquisadores. Entende-se que a imprensa periódica educacional é representada por jornais, boletins, revistas, entre outros. É um instrumento de pesquisa, fonte de informação para a compreensão do pensamento pedagógico (PECEGUEIRO; CASTRO, 2014, p. 3).

⁵ A concepção de verdade é tomada de Foucault: Assim como o poder, a verdade está inserida historicamente. A verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder. Cada sociedade tem seu regime de poder uma política geral de verdade; isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, a maneira como sanciona uns aos outros, as técnicas e, os procedimentos que são valorizados para obtenção de verdades, o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1984, p. 12).

historiador não pode evitar a narração inclusive quando a rechaça conscientemente. Pois a escrita da História por si mesma, pela maneira de articular eventos, pela noção da causalidade, trabalharia sempre com a mesmas estruturas e com as mesmas figuras de uma narrativa de ficção (CHARTIER, 2004).

Nesse contexto, fica claro que a arte de escrever/narrar está na expertise do pesquisador e, decerto, o historiador transforma documentos em fontes e, conseqüentemente produzem narrativas. De outro lado, uma vez confrontadas, guardam o potencial para a problematização do passado a partir do questionamento feito. Sob esse prisma, criticar o periódico não é uma tarefa fácil, o importante é compreendê-lo “como força social ativa [que] propõe a reflexão sobre sua historicidade e cada conjuntura estudada” (CRUZ; PEIXOTO, 2021, p. 253), ou seja, operar essa tipologia documental requer articulação do campo de lutas sociais que foram produzidas, ao mesmo tempo, ampliação da visão e percepção, prioritariamente, de que ela teve uma função social ativa em dada sociedade. Pensando nisso, é válido questionar: qual o potencial que um periódico atinge e que autoridade ele assume na sociedade?

Nesse sentido, entendemos que o periódico educacional é um dispositivo de poder, um canal de difusão de circulação de ideias que tem uma disposição e diagramação específica (estratégia), endereçando suas articulações a um público exclusivo, com um projeto editorial/gráfico próprio, os quais reforçam as vinculações com os grupos sociais essenciais que desejam atingir. Desse modo, todo documento é suporte de prática social e, por esse motivo, fala de um lugar social, relativamente, à/na história que o constituiu.

Nesse aspecto, ao se curvar sob um periódico que denominamos como uma fonte, Rodrigues e França (2010, p. 60-61) possuem a seguinte percepção:

O pensador, ao se debruçar sobre a leitura de um documento histórico, deve identificar a sua forma material, seu conteúdo, os objetivos de quem o produziu, de quem o lê e interpreta. Quando se inicia uma pesquisa documental, é preciso conhecer a história do documento que se tem em mão, buscando aprender sob que condições ele foi produzido, que o escreveu, deve identificar-se a forma material e o conteúdo que aborda [...]. Na análise documental, é preciso considerar que nenhum documento é neutro.

É diante desse parâmetro que coletamos e entendemos como fonte/objeto o periódico educacional *O Ensino*, encontrado no acervo documental (obras raras) da Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP) – Biblioteca Pública Arthur Vianna, na cidade de Belém do Pará, e decidimos explorar e analisar esse periódico (fonte) a fim de produzir conhecimentos em História da Educação no Pará, como um *corpus* de investigação.

Diante disso, fazer pesquisa com a imprensa pedagógica exige um trabalho metódico, mas exequível, por ser um material guarnecido de historicidade que dialoga com contextos

socioculturais próprios, visto que a revista não se apresenta como um objeto sem associação alguma com o mundo. Se ela é um produto cultural feito pelo homem, os textos e todos os suportes veiculados nela fazem parte de um processo histórico, já que envolvem as concepções dos homens que ocuparam um lugar na história de dada sociedade e registraram suas produções intelectuais na publicação de textos na imprensa.

Perante o exposto, Velázquez Castellanos e Castro (2021, p. 293) esclarecem, no texto “A imprensa de educação e ensino no Maranhão e Pará (1844-1954): primeiras aproximações”, que:

O estudo da imprensa periódica, em qualquer campo, se constitui imperativo para o conhecimento da sua movimentação e trajetória, para a identificação das ideias dominantes que a circundam em determinado período e dos autores, editores ou lideranças mais produtivos ou com mais poder de atuação, segundo o lugar de pertencimento, formação e projeção política, dentre outros aspectos possíveis de investigação, face às riquezas de contribuições discursivas advindas deste tipo de material, que evidenciam a fertilidade dessa documentação e das pesquisas que a tomam como fonte e/ou objeto.

Ao concordarmos com os autores, em tomar a imprensa de educação e ensino como fonte e objeto de estudo, caracterizamos a pesquisa elaborada com a revista *O Ensino* de cunho documental, e compreendemos que quanto mais explorada, folheada, lida, anatomizada, escavada, esquadrinhada, espionada, mais a fonte tem algo a dizer ao pesquisador. Portanto, deve-se levar em consideração muitos aspectos antes de afirmar qualquer indício que “pareça verdadeiro”. No Quadro 1, apresentamos o material coletado para a análise.

Quadro 1 – Periodicidade da revista O Ensino – de pedagogia e literatura (1918-1919).

Mês	1918/Anno I	1919/Anno II
janeiro	x	Nº 07
fevereiro	x	Nº 08
março	x	Nº 09
abril	x	Nº 10
maio	x	Nº 11
junho	Nº 01	Nº 12
julho	Nº 02	Nº 13
agosto	Nº 03	Nº 14
setembro	Nº 04	Nº 15
outubro e novembro	Nº 05	x
dezembro	Nº 06	x

Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Os dados no Quadro 1 são referentes à revista *O Ensino*, a qual soma seis números que circularam no ano de 1918 (ANNO I): nº 01 junho, nº 02 julho; nº 03 agosto; nº 04 setembro; nº 05 outubro e novembro; e nº 06 dezembro. Por conseguinte, continuou a ser publicada com os seguintes números em 1919 (ANNO II): nº 07 janeiro; nº 08 fevereiro; nº 09 e 10 março e abril; nº 11 maio; nº 12 junho; nº 13 e 14 julho e agosto; e nº 15 setembro. Para melhor compreensão, dividimos a Tabela 1 em três colunas que indicam os meses de publicação, e duas colunas referentes aos anos que elas circularam. No mais, elegemos “X” para indicar os meses nos quais não houve publicação no período, logo, demarca o início e o término da sua circulação.

As revistas especializadas⁶ em educação, eleitas para este estudo, são compreendidas como produtos de uma cultura do Pará republicano, que fez circular ideias sobre suas temáticas educacionais específicas, para serem colocadas em atenção acerca dos discursos que predominaram o campo da ideologia política, da conjuntura social, econômica, educacional e

⁶ As revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a compreensão de modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino, reivindicações da categoria de magistério e outros temas (CATANI, 1996, p. 117).

cultural. Para tanto, Caspard (1993 *apud* CATANI, 1996, p. 17) aborda que a imprensa de Educação e ensino possibilita:

[...] escrever a história da educação de um outro modo menos centrado no papel do Estado ou dos grandes pedagogos e mais atento à riqueza das iniciativas locais, institucionais, ideológicas, sócio-profissionais e também ao atendimento de expectativas de vez que, diferentemente do livro, a imprensa periódica é uma mídia interpretativa na orientação da qual os leitores participam de um modo ou de outro, quer escrevendo para ela, quer assinando-a ou deixando de fazê-lo.

A imprensa pedagógica proporciona caminhos interpretativos, que também são analisados a partir do envolvimento de seus produtores e leitores, seja por publicações, por meio de correspondências à equipe redacional, formas de editoração, entre outros canais de entendimentos. Concordamos, então, com Bastos (2002, p. 173) ao dizer que: “afigura-se como fonte privilegiada de o estudo de jornais, boletins, revistas, magazines, feita por professores para professores, feita por alunos por seus pares de professores”. No caso desta pesquisa, a revista pedagógica ocupa o lugar da investigação e entendemos que ela deve ser avaliada e compreendida de forma integral, sem o isolamento de textos do suporte original no qual ela foi publicada. Como exemplos, citamos os “poemas”, ou seja, o pesquisador deve se manter distante da interpretação antecipada, de que aquela ou outra informação e gêneros textuais distintos devem ser considerados desnecessários de ser lidos.

Os textos de cunho literário são comuns nos periódicos educacionais e, muitas vezes de imediato, não são considerados informações relevantes nos discursos neles emitidos. A polifonia de texto não está presente de forma neutra, ingênua e sem funcionalidade, mas diante de uma intenção, garantindo um posicionamento perante o leitor (GINZBURG, 2007).

Por influência disso, examinar criteriosamente a fonte – aqui representada pela revista pedagógica – é estabelecer um modo de olhar e interrogar o que se investiga defronte de uma realidade do espaço e tempo. Segundo Nunes e Carvalho (2003), deve-se considerar a nova historiografia e materialidade das práticas, dos objetos e dos seus usos, pois são elas que dão suporte mais sólido a uma história cultural dos saberes pedagógicos interessada no processo de difusão e imposição desses saberes e nas materialidades das práticas que deles se apropriam (NUNES; CARVALHO, 2003).

É inegável decodificar como Chartier (1987), ao proferir a realidade distante de um dado objeto que, sabiamente, explana que tudo é resultado da prática do homem. Os textos, os saberes, a subjetividade e a cultura não possuem um sentido unilateral, uma vez que sempre estão em um movimento a ser descoberto, de outras maneiras e sob outras lentes. A fonte

documental não pode ser lida desacompanhada de subjetividade, porque é resultado de práticas sociais produzidas por sujeitos enraizados de sentidos culturais tecidos ao longo do processo e das experiências com o mundo e com os outros. Por esse motivo, deve-se ler um documento a partir da sua contextualização, em um lugar e em um tempo histórico, uma vez que todo o emaranhado sociológico deve ser examinado.

Essa pretensão de plausibilidade, porém, é limitada pela própria natureza intrínseca da História. Mas isso ocorre porque a valorização do conteúdo das fontes levantadas somente é um saber – exato – sobre o que nós, com certa consciência, queremos ou não saber. Além disso, as informações das fontes manifestadas no conteúdo factual em si ainda não são garantias históricas. Somente a interpretação, como operação de pesquisa, traz essa consistência para o conteúdo (DIEHL, 1997, p. 38).

Barros (2012, p. 408) desvela “que é o fazer historiográfico sobre o fato que o historiador desenvolve esta atividade a partir de uma posição específica de uma inscrição em uma sociedade e, com relação à questão que lhe era mais cara de certo lugar nacional”. O autor acrescenta que a consciência histórica prossegue de maneira cada vez mais afirmativa através do século XX, com a contribuição de Marc Bloch (2002), Lucien Febvre (1953) e de inúmeros historiadores do movimento dos *Annales*⁷. De acordo com Jacques Le Goff (1990, p. 547-548):

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. [...] O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento verdade. [...] É preciso começar a desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.

⁷ O melhor inventário das posições historiográficas de Febvre é apresentado pelo próprio historiador em um dos textos, posteriormente incluído em *Combates pela História* (1953), intitulado “Viva a História” (1941). Aqui aparece pela primeira vez a posição de Febvre com relação ao estatuto epistemológico da história, que seria “estudo cientificamente elaborado sobre as diversas atividades e criações dos homens de outros tempos”. A cientificidade da história, portanto, relaciona-se à condução metodológica. Também aparecem nesse texto as contumazes críticas contra a erudição inútil e, principalmente, contra a história exclusivamente política dos historiadores historizantes. O texto também deixa entrever que, apesar de o subtítulo da Revista dos *Annales*, que reivindica uma História Econômica e Social, a proposta de Lucien Febvre não é priorizar o Econômico em detrimento de outros campos, como o dos modos de pensar e de sentir. Por fim, fazem-se presentes a inevitável referência à interdisciplinaridade e a menção à expansão documental para além das fontes escritas (FEBVRE, 1953, p. 18-33).

O movimento dos *Annales* caracteriza uma mudança na historiografia francesa que Peter Burke caracterizou como uma “revolução historiográfica”, em que os historiadores dos *Annales* protestaram na forma da escrita da história inculcada da mentalidade rankeana (positivista) (BURKE, 1992, p. 10).

Sob esse viés, pensa-se, também, no sentido de discernir o documento preconizado pela Nova História Cultural, ampliando o olhar para o *métier* do historiador, a tipologia das fontes e suas possibilidades diagnósticas e epistêmicas⁸.

[...] pode fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. [...] numa palavra, com tudo que pertence ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (LE GOFF, 2013, p. 530).

Assim, a imprensa periódica educacional atinge um campo plural nas pesquisas que se destinam a elucidar vozes acerca de inúmeras temáticas. Elas são carregadas de tipologias textuais específicas a cada público, por exemplo, a presença das imagens no impresso, entre outras singularidades na sua produção e editoração.

Ao seguir as orientações de Catani (1996), admite-se que as pesquisas com periódicos podem contribuir de forma ampla no entendimento da “vida escolar”, além de fazer compreender as ações dos atores educativos e das normas, das práticas pedagógicas de uma dada época, dos discursos sobre a ideologia moral, política e social dos sujeitos históricos, valorando, assim, a cultura escolar. Nos parâmetros dessas investigações, a imprensa educacional, como “corpus de vastas dimensões”, testifica concepções acerca da cultura escolar designada a orientar a prática pedagógica dos professores, no sentido de guiar seu ofício, oferecendo um suporte com conteúdos específicos e (in)formação para quem os lê.

O estudo com periódicos educacionais tem ocupado lugar nas pesquisas em vários países. Sobre isso, Pierre Caspard, coordenador na França da *La Presse d'éducation et d'enseignement, XVIII siècle 1940*, traz para discussão o papel da formação do professor por meio de revistas de ensino. António Nóvoa (1993), da Universidade de Lisboa, considera a imprensa especializada o melhor meio para aprender a multiplicidade do campo educativo e corrobora, em suas pesquisas, que o impresso especializado é um núcleo informativo capaz de traduzir minuciosidade sobre os debates e os anseios do projeto educativo da sociedade, por isso, considera o *corpus* essencial para a História da Educação, assim como para construir novas compreensões da cultura pedagógica e escolar.

⁸ A História Social Inglesa foi uma corrente historiográfica nascida na Inglaterra, cujos expoentes Edward Palmer Thompson, Eric Hobsbawm e Raymond Williams desenvolveram estudos historiográficos a partir do Marxismo. Thompson foi o principal idealizador da “história vista de baixo”, um campo teórico que considerava as evidências produzidas pelos estratos mais baixos da sociedade. Thompson acreditava ser possível conceituar outros documentos como fontes históricas, sob a máxima: “é certo pensar que se faz historiografia com documentos escritos. Porém, e quando os documentos não existem?” (SHARPE, 1992, p. 39).

Para Nóvoa (1993), ela é reveladora de múltiplas facetas dos processos educativos em relação ao funcionamento interno do sistema de ensino, dentre eles cursos, programas, currículos, bem como o papel da família, entre outras instâncias de socializações das relações humanas, produzidas pelos atores sociais (professores, alunos, pais, associações e instituições) (NÓVOA, 1993). Os investigadores, como Ana Maria Bandeira de Mello Magaldi (2008), Denice Barbará Catani (2002), Maria Helena Camara Bastos (2002), Tânia Regina de Luca (2006), Maurilane de Souza Biccás (2008), entre outros, têm desenvolvido trabalhos sobre a imprensa, o que mostra a importância do desenvolvimento dessas pesquisas, inferindo, então, que há uma influência da produção internacional para o fomento das pesquisas nacionais, além de colaborar com as novas dimensões do âmbito educacional no Brasil.

1.4 Relevância da investigação e dos objetivos da pesquisa

Ao analisar o impresso pedagógico *O Ensino* – revista mensal de pedagogia e literatura –, entendemos que ele foi capaz de promover uma circulação de saberes persuasivos (valores, normas, condutas etc.) acerca da educação e instrução no Pará republicano nos anos de 1918 e 1919. Sendo esta a tese que defendemos neste trabalho.

Nessa perspectiva, fizemos a seguinte indagação como questão problema: (1) Quais os saberes acerca da educação e instrução que circulavam na revista *O Ensino (1918-1919)* para o ensino primário no Pará? E como questões norteadoras: (a) Quem eram os produtores e leitores da revista *O Ensino (1918-1919)*? (b) Qual a finalidade das temáticas relacionadas à educação e à instrução para o ensino primário na revista *O Ensino (1918-1919)*? (c) Que concepções e debates sobre educação e instrução eram publicadas em *O Ensino (1918-1919)* destinadas ao ensino primário no Pará?

Portanto, para traçar um caminho investigativo, delimitou-se o objetivo geral.

1.5 Objetivo Geral

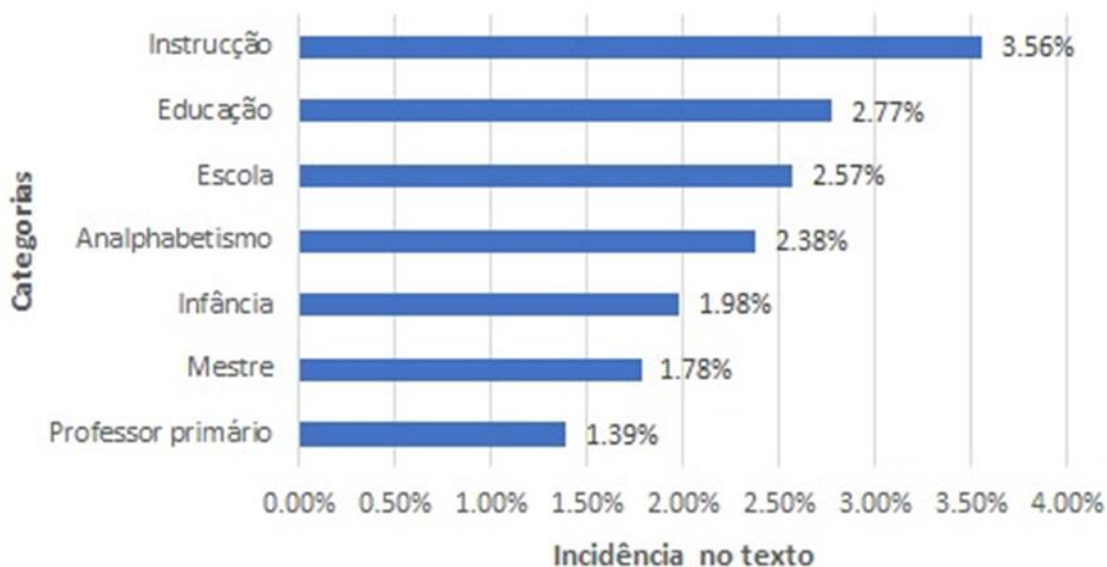
Analisar os discursos que circulavam acerca da educação e instrução para o ensino primário no Pará republicano.

1.5.1 Objetivos específicos

- a) Descrever o processo de produção e circulação da revista;
- b) Identificar as finalidades das temáticas relacionadas à educação e à instrução para o ensino primário republicano;
- c) Analisar as representações sobre educação e instrução publicadas na revista.

Após a seleção das categorias descritas no Gráfico 1, realizamos um entrecruzamento das temáticas com as palavras de efeito recorrentes nos periódicos, as quais apontavam relevância para o desenvolvimento da pesquisa no que tange às concepções sobre educação e instrução para o ensino primário paraense. Portanto, os textos levam a entender a importância dessas categorias como cerne central da discussão desta tese, no sentido de nos fazer compreender o porquê da difusão desses discursos por meio da imprensa periódica.

Gráfico 1 – Tabulação da revista *O Ensino – de pedagogia e literatura (1918-1919)*.



Fonte: A autora da pesquisa (2021).

No intento de justificar os objetivos acima, realizamos uma tabulação do periódico⁹ em análise, que gerou **618** categorias, as quais foram indexadas novamente entre palavras similares e de sentidos próximos, o que resultou em um total de **505** verbetes. Depois, identificamos as maiores incidências nas seguintes categorias: *instrução*, 3,56%, *educação*, 2,77%, *analfabetismo*, 2,38%, *escola*, 2,57%, *mestre*, 1,78%, *infância*, 1,98%, e *professor*

⁹ A consulta à tabulação do periódico *O Ensino (1918-1919)* pode ser feita no Apêndice A.

primário, 1,39%, as quais subsidiaram o entendimento para o desenvolvimento desta pesquisa, porém optamos por fundamentar o estudo acerca dos conceitos de educação e instrução. Reforçamos tal afirmativa nos resultados do Gráfico 1.

Para o desenvolvimento desta pesquisa, foi realizado, em março de 2020, um levantamento no banco de dissertações e teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e nos Repositórios da UEPA e UFPA acerca do ensino primário, no qual foram utilizados os seguintes descritores: imprensa escolar, revista escolar, revista de ensino, ensino primário no Pará e imprensa pedagógica.

A tese de Maricilde Oliveira Coelho (2008), *A escola primária no Estado do Pará (1920-1940)*¹⁰, analisa “a existência de uma cultura da escola primária” (COELHO, 2008, p. 1), além das questões legais envolvendo os novos modelos e práticas pedagógicas entre 1920 e 1940.

A autora adota como fontes livros didáticos, revistas pedagógicas, leis educacionais da época, comemorações cívico-escolares e programas de ensino que revelam as transformações no sistema educacional no Pará, produto das novas concepções sociopolíticas.

Essas fontes foram analisadas sob três hipóteses: a primeira é a Educação do período, pensada para atender aos anseios de “modernidade, progresso e controle social” (COELHO, 2008, p. 2); a segunda, pensando a escola como prática institucional das concepções e “saberes” (COELHO, 2008, p. 2) vigentes no período pesquisado pela autora, materializado nas novas práticas pedagógicas; e a terceira enquanto apropriação dos moldes pedagógicos estrangeiros dentro do novo sistema brasileiro de instrução, uma vez que a sociedade industrial brasileira (que se visava consolidar) buscava como modelo as sociedades europeias que refletiam a modernidade e a civilidade nos âmbitos social, econômico, educacional e cultural.

A discussão proposta por Maricilde Coelho é embasada em Roger Chartier (1991) no que diz respeito à materialidade do objeto impresso utilizado na sua pesquisa. O conceito de Chartier de representação também é utilizado para dar sustentação ao panorama social das novas concepções culturais¹¹ e educacionais e como estas são lidas ou propagandeadas através dos periódicos.

¹⁰ Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (USP).

¹¹ No trabalho de Maricilde Coelho, a cultura é entendida a partir da proposta de Raymond Williams (1992), uma vez que tanto as práticas escolares quanto as produções materiais (feitas para as escolas) são oriundas das práticas culturais e organização do sistema educacional do período. Um exemplo é o caráter moderno do projeto educacional, que refletiu nas questões civilizatórias de controle populacional através dos preceitos higiênicos, a preparação para o mercado de trabalho e as características morais do ensino primário.

Na tese de Marlucy do Socorro Aragão de Sousa (2019), intitulada *O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”*, a autora discute a concepção de cultura material desenvolvida em torno do mundo e do ambiente escolar. Em sua pesquisa, é possível compreender que os artefatos culturais da escola servem como artifícios pedagógicos e sociopolíticos da Primeira República no Pará. O trabalho se desenvolveu por conta da leitura do uso dos objetos (móveis) que faziam parte do cotidiano na escola. Além de integrar o aprendizado, moldavam a intelectualidade discente e evidenciavam a circulação de saberes (SOUSA, 2019).

Sousa (2019), em sua investigação, contextualizou o desenvolvimento educacional no Pará da Primeira República, ressaltando as questões socioeconômicas e políticas de fins do século XIX e início do XX. Diante disso, foi verificado que as concepções e ideias colocavam a jovem República brasileira no contexto da modernidade, uma vez que a disseminação da Educação e a importância do mundo do trabalho também significaram a difusão do modelo civilizatório republicano. Tudo isso através dos preceitos (modernos) da nova pedagogia, que prezava não somente a formação do aluno, mas principalmente da figura do professor.

Nas ideias anteriormente apresentadas, e segundo Sousa (2019), é visível a adoção e a escolha dos materiais a serem utilizados para a Educação primária pública e uma concepção do espaço físico escolar ideal nos discursos e na política educacional do período.

A dissertação *A arte de civilizar: a educação cívico-patriótica na revista A Escola e na Revista do Ensino no Pará republicano (1900-1912)*, de autoria de Darlene da Silva Monteiro dos Santos (2018), tem como ponto de partida os discursos presentes nos periódicos pedagógicos (*A Escola* e *a Revista do Ensino*) que circulavam em Belém do Pará no período da Primeira República (1889-1930). Esses discursos diziam respeito ao desenvolvimento de um modelo pedagógico cívico-patriótico.

Como Jacques Le Goff (2013), a pesquisadora equipara o documento histórico a um fruto de relações de poder advindas da sociedade contemporânea (SANTOS, 2018). Em sua pesquisa foi feito um entrecruzamento com outras fontes, tais como atos administrativos normativos (decretos e portarias) e relatórios, a fim de justificar a contextualização do pensamento e das relações de poder da classe política republicana no Pará.

Da mesma forma, Santos (2018) objetivou dar visibilidade à cultura cívico-escolar de caráter patriótico, que circulou nos dois periódicos em questão, e às características inerentes a tais práticas pedagógicas. A partir disso, a autora buscou amparo na Nova História Cultural

com o objetivo de apresentar os conceitos de práticas e representações extraídos dos impressos, tomando como base a obra de Chartier (1991, 2002).

Dessa forma, buscou as práticas cívico-patrióticas e o contexto sociopolítico nos discursos dos periódicos, a fim de entender as representações nas mesmas práticas inseridas nesses periódicos. Nestas se encontram as intenções dos sujeitos de prestígio do mundo político que construíram não somente os discursos, mas os engendraram de forma legitimada em atos legais do governo estadual republicano paraense, que orientaram a pedagogia e suas práticas no ensino primário.

Luana Costa Viana (2015), em sua tese *A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)*, tratou da relação do higienismo nas práticas educacionais no Pará da Primeira República nos discursos dos homens das ciências, que até então pensavam a ciência como agregadora da evolução social das nações nos periódicos educacionais que circularam no estado entre 1891 e 1912.

A autora demonstrou a materialização das teorias higienistas presentes nos escritos pedagógicos no “contexto da colonialidade americana” (VIANA, 2015, p. 12), além de apresentar os periódicos com os seus discursos imbuídos das mesmas teorias. Situou o conteúdo de tais impressos educacionais que continham a carga dessas teorias e os sentidos impressos na Educação idealizada pelos mesmos periódicos.

Viana (2015) parte de um pressuposto que considerou o *locus* americano insalubre e pouco higienizado para a nova realidade social que se apresentava, o mundo do trabalho (na sociedade capitalista industrial). Logo, a Medicina e a Educação passaram a ser as formas de controle do homem (proletário) no capitalismo industrial vigente. Tal pressuposto substituiu a preocupação moral-religiosa do antigo regime (colonial ou imperial, no caso brasileiro) dando lugar a uma preocupação econômica (VIANA, 2015), mesmo que as estruturas de poder coloniais subsistissem. Nesse sentido, a higienização do homem latino-americano estava aliada à manutenção das classes trabalhadoras para atender às demandas do mercado de trabalho na sociedade industrial.

Viana (2015) também se detém em analisar o contexto latino-americano – onde o Pará se insere, principalmente nos ideais de José Veríssimo (1857-1916). A propagação do discurso médico-higienista incorporou as práticas políticas no continente, utilizando-se como base o conceito de *colonialidade*, uma vez que a Europa (e, de certa forma, os Estados Unidos) não mais exercia influências através de estruturas de poder na América Latina (metrópoles/colônias), mas de práticas intelecto-culturais.

O significado de cultura utilizado por Viana (2015) tem como base a teoria da Nova História Cultural de Chartier (1987) e os sentidos que refletem o discurso médico-higienista na elaboração de um discurso higienista-educacional nos periódicos paraenses da época. Estes corroboraram com a “colonialidade” instaurada na Ibero América, apoiada em documentos oficiais do governo republicano paraense. O higienismo passou a ser adotado nos discursos políticos através de documentos educacionais e pedagógicos e legais – extraoficiais nas revistas pedagógicas e oficiais nos atos administrativos e legislativos normativos. Assim, foi efetivado nas criações de instituições oficiais que promoveram a higiene e as reformas higienistas (VIANA, 2015).

Ainda apoiada em Chartier (1987), Luana Viana (2015) utiliza a concepção de representação para dar sustentação à parcialidade das medidas de higiene, uma vez que, nesta porção geográfica da América Latina, essa mesma representação visava impor a vontade de uma pequena parte da sociedade republicana paraense – médicos, cientistas, professores, políticos e agentes públicos – sobre as demais camadas da população.

Em *Instruir e civilizar: educação de crianças no Grupo Escolar de Igarapé-Miri, Pará (1904-1943)*, Marinaldo Pantoja Pinheiro (2017) analisou o antigo Grupo Escolar de Igarapé-Miri – fundado em 1904 – no contexto da República brasileira, evidenciando que a criação desse tipo de instituição fora uma experiência republicana. Tal espaço pedagógico é compreendido como antítese da escola isolada, a fim de imprimir controle e inspeção ao trabalho do professorado.

Pantoja Pinheiro (2017) objetivou investigar o tipo de formação escolar exercida no ambiente do referido espaço, além de reconstruir sua história e descrever os saberes ensinados. Em sua pesquisa, deu ênfase à análise das práticas educativas do estabelecimento e à identificação dos sujeitos que compunham a escola. O tratamento das fontes seguiu o “método indiciário” de Carlo Ginzburg (PINHEIRO, 2017, p. 27), já as fontes se apoiaram em documentos oficiais, obras raras de cunho histórico e documentos escolares produzidos pela própria instituição.

O método de análise também seguiu a área de estudos na Nova História Cultural através das práticas/estudos da representação que se concretizaram pela observação dos rituais e liturgias escolares, tendo como base o conceito de cultura segundo McLaren (PINHEIRO, 2017). Para Pinheiro (2017), os hábitos e liturgias escolares foram mantenedores e normatizadores psíquicos de valores e ideais das classes que possuíam o poder político. Portanto, tais rituais protegiam as estruturas de poder ao fortalecerem a permanência do grupo

oligárquico (republicano) através do Grupo Escolar de Igarapé-Mirí, um espaço de aprendizado e formação patriótica.

Em âmbito nacional, obtém-se a pesquisa de Giselle Baptista Teixeira (2016), intitulada *A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da Escola (1870-1919)*. A autora parte do pressuposto de que os periódicos educacionais ajudaram na perpetuação, difusão, instrução, consolidação e mudança da “cultura pedagógica de uma determinada época” (TEIXEIRA, 2016, p. 14). Dessa maneira, tais apontamentos são considerados, enquanto práticas, instrumentos transformadores da pedagogia entre os séculos XIX e XX com o objetivo de: “compreender o processo de composição e desenvolvimento da imprensa pedagógica na cidade do Rio de Janeiro” (TEIXEIRA, 2016, p. 17).

A pesquisadora foca no período e na emergência da circulação dos periódicos na capital imperial, dos contextos sociopolíticos e econômicos, e se propõe a investigar os discursos, debates e intenções por trás da produção desses periódicos.

No que tange à metodologia da pesquisa, Teixeira (2016) baseia-se em Robert Darnton (1996), que entende a imprensa como agente histórico com a capacidade de transformação, no trato documental. A autora se apoia em Thompson (1981) ao analisar as fontes como reflexos das tensões no campo educacional de educadores e estudiosos do assunto. Para isso, recorre a vinte periódicos do período em que delimitou sua pesquisa (1870-1919).

Na pesquisa *Um país de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na ‘Cidade Maravilhosa’ (1900-1922)*, Cíntia Borges de Almeida (2018) toma como ponto de partida o contexto do Rio de Janeiro como cerne do novo sistema político-administrativo, a República. Diante disso, o marco temporal é a fundação da revista *A Eschola* (1900) (ALMEIDA, 2018) e a comemoração do centenário da Independência do Brasil em 1922.

Para Almeida (2018), com o advento da República, os novos agentes sociais (ex-escravos, os proletariados, o homem do campo) precisaram absorver e assimilar o novo conceito de cidadania. Em sua pesquisa, promove um discurso direcionado ao combate do analfabetismo e da obrigatoriedade do ensino, com base nos periódicos: *A Eschola* (1900), *O Imperial* (1912), *O Malho* (1902), *O Tico-Tico* (1906), *Correio da Manhã* (1901), *A União* (1905), *Careta* (1908), *Fon Fon* (1917), *A Notícia* (1894), *Jornal do Brasil* (1891), *A Gazeta de Notícias* (1875), *A Política* (1918) e *Jornal do Comércio* (1827).

Almeida (2018) utiliza como fontes jornais e revistas, entendendo-as como representações tendenciosas dos agentes que, de certa forma, estão relacionadas às classes ora

dominantes, ora afetadas (pelas mesmas classes que estão no poder). Portanto, a estudiosa recorreu à Nova História Cultural em Chartier (2002), pois entende os periódicos como espaços de “circulação de ideias” e “projetos em disputa [com] contradições que permeiam as relações sociais” (ALMEIDA, 2018, p. 39).

Na tese *A expressão do liberalismo na Revista A Escola (1906-1910) no Paraná*, Cláudia Maria Petchak Zanlorenzi (2014, p. 11) entende a Educação e a imprensa como instrumentos “de perpetuação hegemônica” do ideal liberal. Para a autora, a imprensa educacional “teve um papel fundamental na formação de opiniões” (ZALORENZI, 2014, p. 14) por ser um canal de propagação dos ideais e ideologias vigentes – tanto da classe hegemônica, detentora do poder político-econômico, como dos ideários científicos da época.

O objetivo do trabalho de Zanlorenzi (2014, p. 17) é “investigar o liberalismo presente na educação brasileira no início do século XX”, focando na disseminação/apresentação do liberalismo republicano como ideologia, principalmente na Educação que, no início do século XX, orientou os princípios educacionais da época. Destaca aspectos importantes do processo educacional, tais como a orientação pedagógica dos professores pelos princípios liberais, já que os periódicos tinham o professorado público como público-alvo. Os pressupostos teórico-metodológicos abordados no trabalho de Zalorenzi (2014) têm como base o materialismo histórico, no sentido de avaliação dos aspectos econômicos, sociais, culturais e ideológicos.

Rosângela Silva Oliveira (2014), em *A forma da escola Primária Maranhense (1889-1912)*, investigou a forma da escola republicana pública maranhense e “seus elementos constitutivos” entre 1889-1912 (OLIVEIRA, 2014, p. 15). Também aborda a consolidação da escola pública primária republicana no Maranhão e os instrumentos utilizados para balizar a forma desta instituição.

As fontes históricas inclusas na pesquisa de Oliveira (2014) estão localizadas em repositórios, como a Biblioteca Benedito Leite, Biblioteca da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), Arquivo Público do Estado do Maranhão, Instituto Artístico e Histórico do Maranhão e a Biblioteca do Convento das Mercês – em São Luís-MA. São diversos “documentos escolares e legislativos, jornais, revistas de circulação local” (OLIVEIRA, 2014, p. 15-16).

Oliveira (2014) elegeu Magalhães (1998) e Le Goff (2003) para a leitura de suas diretrizes à luz do processo construtivo de sua tese. O aporte teórico-metodológico localiza-se na Nova História, que agrega outros teóricos para tratar de sua temática, intelectuais como “Nagle (1974), Tanuri (1979), Reis Filho (1981), Antunha (1976), Peixoto (1983), Carvalho (1989, 2003a), Souza (1998), Faria Filho (2000, 2003), Vidal (2000), Fernandes (2003), Motta

(1998), Oliveira (2004) e Castro (2009)”, que subsidiaram o processo de compreensão da escola republicana.

Embora identifique-se pesquisas relacionadas ao uso da imprensa periódica educacional na produção de conhecimento em História da Educação, não observou-se produções relativas à imprensa periódica no Pará, construídas a partir do discurso da revista *O Ensino – de pedagogia e literatura (1918-1919)* e aliadas à problemática desta tese, que busca representações discursivas relacionadas às concepções acerca de educação e instrução para o ensino primário no Pará republicano, as quais apontam a relevância e anunciam o lugar deste trabalho para a História da Educação no Pará.

1.6 Inferências teóricas e metodológicas: uma investigação conexa à Nova História

Cultural

Estudar um periódico pedagógico é, a priori, estudá-lo a partir de sua materialidade física que versa sobre a perspectiva ideológica, cultural e epistemológica com as construções discursivas no interior de sua estrutura.

Nesse caso, é imperativo compreender que as pesquisas elaboradas com a imprensa periódica devem ser articuladas pelo pesquisador a respeito da “periodicidade, da apresentação física, bem como da estruturação e a especialização do conteúdo, por exemplo. São critérios fundamentais para a definição da modalidade do periódico e devem ser empregados pelo historiador” (TOLEDO; SKALINSKI, 2012, p. 261) da temática que se deseja extrair do periódico. Isso porque o formato e a seleção dos textos do impresso garantem uma gama de debates e possibilidades a respeito do direcionamento ideológico. Sendo assim, a composição da imprensa periódica se diferencia entre jornais e revistas, como indica Luca (2006 p. 131-132):

As definições hoje correntes, que reservam o termo jornal para a publicação diária em folhas separadas, e revista, para as de periodicidade mais espaçada, enfeixadas por uma capa e com maior diversidade temática, tampouco esgotam a questão, pois sempre se pode citar os jornais semanais e seu afã de também tudo abarcar, ou as revistas extremamente especializadas. As classificações abstratas e generalizantes, por muito útil que sejam, não prescindem da caracterização específica construída a partir da análise do próprio corpo documental selecionado, as funções auto-atribuídas, em articulação constante com a sociedade, o tempo e o espaço no qual a fonte se insere.

Sob essa ótica, discute-se a revista pedagógica como a materialização das práticas dos homens vinculada às questões culturais, sob a perspectiva da Nova História Cultural¹² (NHC), uma vez que nela alicerçam-se interpretações sobre os fenômenos sociais, políticos e econômicos, os quais se deslocam e estão presentes nas experiências e vivências do homem como produtor e receptor de cultura. Nesse intuito, “a Nova História começou a se interessar por toda atividade humana, [pois] tudo tem História” (BURKE, 1992, p. 11), outrora, “o que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma ‘construção cultural’ sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço” (BURKE, 1992, p. 82).

O empenho dessa ramificação da história foi tencionado por mostrar as explicações culturais, principalmente as relacionadas aos acontecimentos econômicos e suas divergências sociais. A exemplo, cita-se as discrepâncias entre pobreza e riqueza, embora fosse vista como “pobre, solidificada, com a aparência de pseudo-história” (LE GOFF, 1993, p. 31). Dito isso, Peter Burke (1992, p. 23) defende ser “alto-falante de difusão dos apelos dos editores em favor de uma abordagem nova e interdisciplinar da história”. Tiveram entre seus principais contribuidores, bem como expõe Hunt (1992), os *Annales*, que apresentaram quatro gerações, sendo os representantes desta última fase Roger Chartier e Jacques Revel. Sendo assim, a força motriz era em prol da defesa de uma história das sensibilidades e das representações sociais, com uma visão global evidenciando todas as estruturas, e não o estudo de grupos isolados gerados no mundo das práticas.

Não se pode deixar de questionar e problematizar experiências e vivências, uma vez que abrigam ações e as produções dos sujeitos que operam objetos culturais. O historiador Roger Chartier define a cultura como cerne de discussão, pois, para ele, o mundo é visto como representação por meio da ação do homem. No entanto, “[...] obras, gestos que configuram e justificam uma demarcação intelectual do mundo; práticas comuns que exprimem a maneira pela qual uma comunidade produz sentido, vive e pensa sua relação com o mundo” (CHARTIER, 2002, p. 16).

Anuncia-se, então, uma “virada cultural” que retoma novos sentidos ao ser percebida no pensamento de Chartier (2002, p. 59), por ser “um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nas condutas aparentemente menos “culturais”. Sendo assim, construir a historiografia é notar:

¹² Segundo Burke (1992) a Nova História pode ser “descrita como uma reação deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”. Sua base filosófica ‘é a ideia de que a realidade é social ou culturalmente constituída’ (BURKE, 1992, p. 10-11).

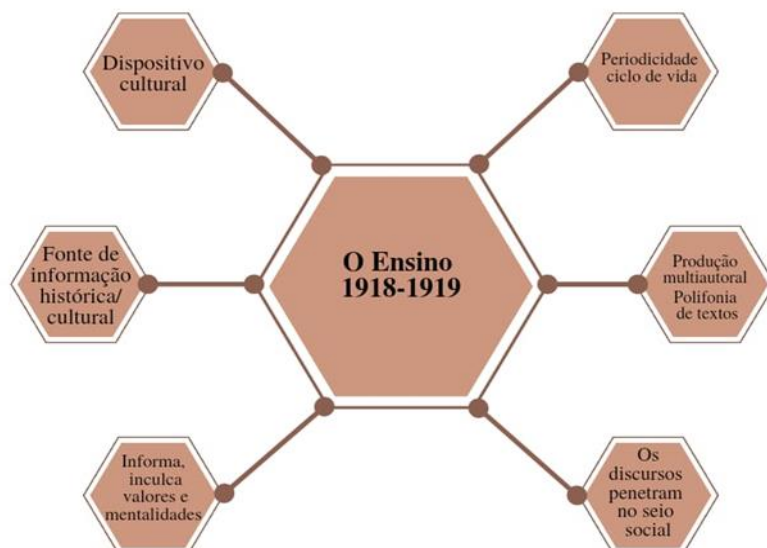
[...] todas as relações, inclusive aquelas que designamos como relações econômicas ou sociais, organizam-se segundo lógicas que colocam em jogo, em ação, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais, portanto, as representações constitutivas do que se pode chamar de uma “cultura”, quer seja comum a toda uma sociedade, quer seja própria a um grupo determinado (CHARTIER, 2002, p. 59).

Se no homem comportam-se “histórias”, estas são referenciadas pela sua relação com a cultura – o outro –, resultando em práticas e produtos de “uma tradução cultural da linguagem do passado para a do presente, dos conceitos da época estudada para os de historiadores e seus leitores. Seu objetivo é tornar a ‘alteridade’ do passado ao mesmo tempo visível e inteligível” (BURKE, 2011, p. 245). Por isso, ela “não se limita a analisar apenas a produção cultural literária e artística oficialmente reconhecida” (BARROS, 2005, p. 2).

A revista *O Ensino* (1918-1919) é representada como um dispositivo de comunicação/poder que interferiu nas “práticas culturais [da época], seus sujeitos e seus produtos, estes últimos se configuram em sua materialidade como objetos culturais” (NUNES; CARVALHO, 2003, p. 41), os quais transitavam para produzir e forjar o intelecto do homem paraense.

Pensando nesse percurso metodológico, caracterizamos o periódico em estudo a partir da leitura do Gráfico 2.

Gráfico 2 – Características da revista *O Ensino* (1918-1919).



Fonte: A autora da pesquisa (2021).

A representação no Gráfico 2 disponibiliza ao leitor a compreensão acerca das características que o periódico *O Ensino* (1918-1919) adquire na pesquisa em curso. Esta fonte

de informação, tanto histórica quanto cultural, assume a posição de dispositivo cultural que traz no seu bojo uma produção intelectual do pensamento educacional paraense no período republicano, no qual disseminaram/circularam ideias por meio de textos que apresentaram diversas estruturas, dentre eles: poético, prosa, artigo de opinião, propaganda em geral, entre outros que inculcaram e engendraram valores para a mentalidade da época do seu período de circulação.

Ao abordarmos a imprensa periódica educacional, pensa-se nas revistas como o *corpus* de textos a serem analisados, mas também como *locus* singular a fim de compreender os projetos traçados pela elite republicana do Pará em prol da Educação paraense. Assim, considera-se que a Educação primária é uma construção histórica que foi erguida, pensada e representada de diversas maneiras.

Neste panorama, as discussões de Roger Chartier (1991) permitem pensar os documentos da referida pesquisa imersos em representações individuais e/ou coletivas, lidas e representadas em um dado tempo. Sobre isso, o autor elucida que:

[...] as tentativas para decifrar de outro modo as sociedades, penetrando nas meadas das relações e das tensões que as constituem a partir de um ponto de entrada particular (um acontecimento, importante ou obscuro, um relato de vida, uma rede de práticas específicas) e considerando não haver prática ou estrutura que não seja produzida pelas representações, contraditórias e em confronto, pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido ao mundo que é deles (CHARTIER, 1991, p. 177).

Para o intelectual Roger Chartier (2002), a Nova História Cultural busca identificar como dada realidade social é construída, em momentos e lugares diferenciados, que tomam uma amplitude social que é pensada, lida e construída, proporcionando ao historiador vários vieses de interpretação e, ao mesmo tempo, formas de representação do objeto no mundo social.

Nesse sentido, a representação assume um papel singular, pois está atrelada à intencionalidade dos sujeitos que produzem os discursos, ou seja, mesmo que esses enunciados pretendam garantir uma compreensão universal da sociedade, estarão sempre a favor do campo de disputa da relação de poder e dominação. Para isso, é compreensível entender que “as percepções do social não são, de forma alguma, discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros [...]” (CHARTIER, 2002, p. 17). Portanto, nesta pesquisa, estão pautadas, como bem explica Chartier (2002), as representações sociais que se constituem enquanto práticas culturais.

É válido ressaltar que assimila-se, nesta pesquisa, o conceito de revistas pedagógicas observado a partir da concordância de Catani e Bastos (2002), segundo o *Dictionnaire*

Pédagogie et d'Intruction Primaire de Buisson. O conceito determina que a imprensa de ensino se caracteriza como “o conjunto de revistas que, destinada a professores, visam principalmente guiar a prática cotidiana da disciplina”. Nesse sentido, criam um elo com o conhecimento e desvelam teorias e práticas educativas, entre outros (CATANI; BASTOS, 2002, p. 6).

As revistas pedagógicas também são instituições que participam da estruturação do próprio campo pedagógico. Mas esses elementos não definem a totalidade do fenômeno por si só, embora as notícias, os artigos e as polêmicas ajudem o historiador da educação a compor um painel vivo e revelador de personagens, com informações próximas ao fato, ao acontecimento ou ao debate então recente (TOLEDO; SKALINSKI, 2012, p. 265).

Nesta tese, a revista é classificada como fonte/objeto de pesquisa que direciona a compreender os discursos acerca das concepções de educação e instrução para o ensino primário no Pará republicano, tratados a partir de Chartier (1991), e adota as ideias desencarnadas das práticas.

O que entendemos não desassociar o objeto/materialidade (revista) dos agentes que os produziam e de suas formas impressas que os colocavam em circulação. Em outras palavras, os discursos produzidos na revista *O Ensino (1918-1919)*, analisados nesta pesquisa, foram avaliados a partir do seu social de produção, estruturados pelo homem que pertenceu a um tempo e um espaço histórico, que fez circular suas ideias e pensamentos para a educação no Pará republicano. Além disso, apresentamos a análise do estudo a partir das representações em Chartier (1991, 2002) e Nunes e Carvalho (2003) e por meio dos estudos desenvolvidos pelos pesquisadores César Augusto Castro e Samuel Luis Velázquez Castellanos, que trouxe uma reflexão teórica e metodológica de Chartier (1991, 2002) quanto aos impressos. Para estudar um objeto histórico, há uma análise que corresponde a observar três eixos:

Eixo 1 – História do objeto na sua materialidade – compreender a materialidade do objeto (físico), quanto à sua forma, estrutura, dispositivo e frequência.

Quanto à **forma**, indica pensarmos: como esse objeto/revista *O Ensino (1918-1919)* se apresenta e quem são seus produtores e editores? quais as estratégias editoriais utilizadas e diagramadas para fazer circular ideias? bem como avaliar os tipos de textos (poemas, artigos de opinião, artigos pedagógicos, programas de ensino, mensagens governamentais, organização/reforma do regulamentos de ensino primário, obrigatoriedade escolar, lições de história, matemática, entre outros) para o convencimento do leitor sobre as concepções de educar e instruir para o ensino primário. Tais questionamentos nos possibilitam compreender a forma constituída no impresso pedagógico.

Referente à **estrutura**, detém dar visibilidade à configuração do todo, no sentido de delinear a aparência do objeto em si e como essa organização/ordenamento mantém seu formato. Nesse sentido, a revista apresenta em sua estrutura uma configuração na forma pela qual a linguagem do texto está exposta ao leitor; podemos citar, então, os esquemas textuais e tipográficos: tamanho das fontes, tipos de fontes, uso de imagem, realce de títulos, sinalização da periodicidade e projeto gráfico, que destaquem a potencialidade das mensagens aos assuntos relacionados e discutidos no impresso.

Relativo ao **dispositivo**, está centrado nos esquemas de modernização que se relacionam em uma relação de poder daquilo que se determinam atingir. Nesse entendimento, o canal pelo qual são pronunciadas as mensagens é a imprensa da revista *O Ensino (1918-1919)* que, além de propagar ideias, acentua por meio do dispositivo o uso do discurso, no sentido de consentir ou dissentir posicionamentos diante do que se discute nas temáticas da revista, ou seja, os emissores assumem seus posicionamentos quando apresentam seus enunciados, especificando para quem escrevem e qual tipo de formalidade linguística assumem/fidelizam para um posicionamento que garante e demarca um espaço ocupado para tal debate.

Concernente à **frequência**, é importante considerar os enunciados que se conectam no impresso *O Ensino (1918-1919)*, nas formas de articulação e persuasão, pois é diante desse gatilho que percebemos a permanência, mudanças e descontinuidades das temáticas abordadas nos números publicados mensalmente no impresso e o que surge de novo. Então, por este meio de avaliação podemos julgar a intenção do que deve ser considerado influente para o contexto avaliado.

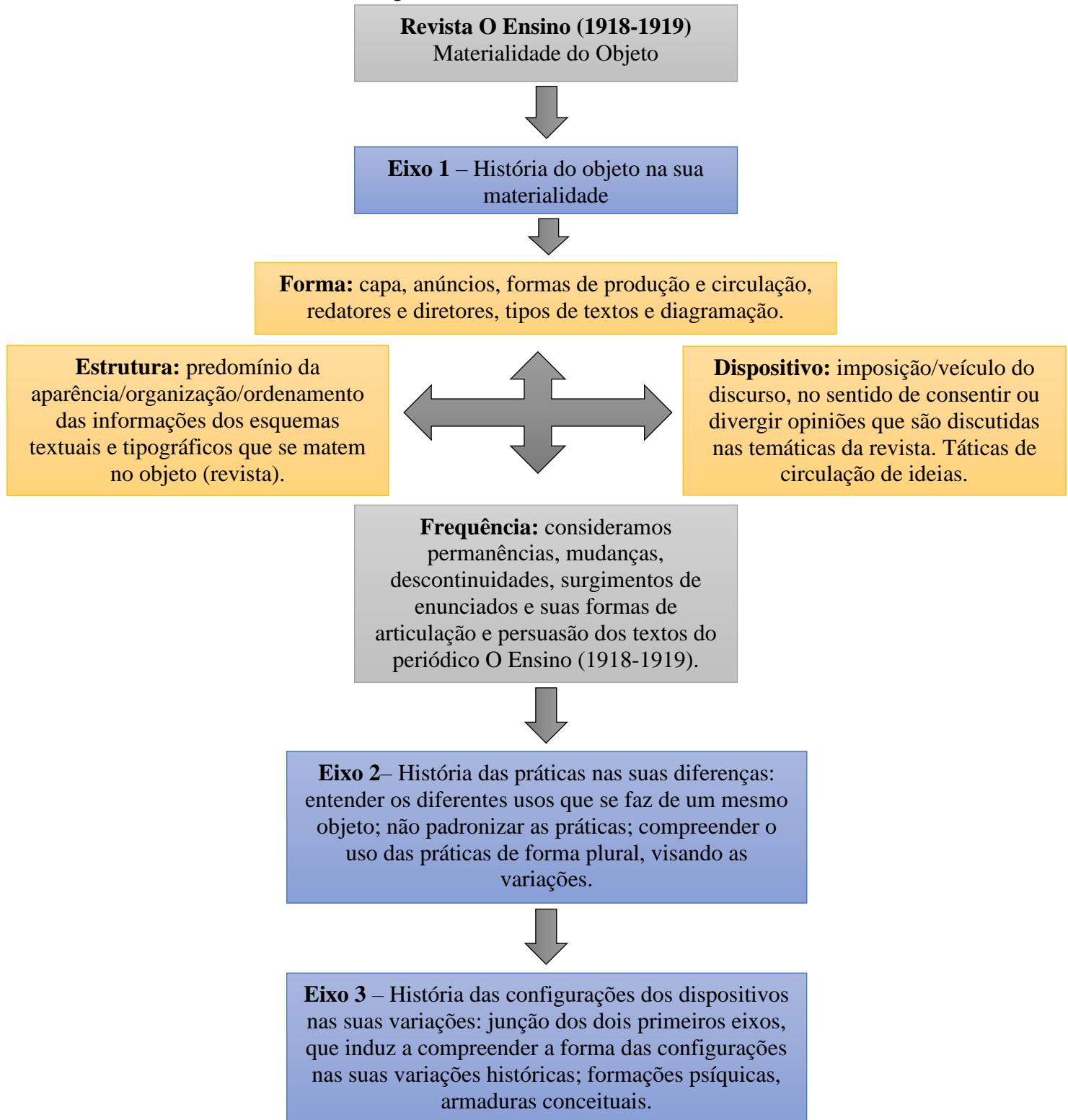
Eixo 2 – História das práticas nas suas diferenças – propõe entender os diferentes usos que faz de um mesmo objeto e de uma mesma prática imposta a eles (NUNES; CARVALHO, 2003), ou seja, ir em busca de novas possibilidades de compreensão de determinadas práticas, que podemos perceber como invariâncias. Sendo assim, implica em compreender, a partir dos enunciados do impresso, quais os tipos de mensagens que se repetem e quais se mostram diferentes, para isso é importante avaliar pequenos aspectos, tais como as palavras de efeito (impacto/demarca) que dão ênfase e fazem refletir no discurso central da mensagem

Eixo 3 – História das configurações dos dispositivos nas suas variações – É constituído pela intercomunicação que se tem do objeto na sua materialidade (revista) e as práticas nas suas diferenças; para tanto, consideramos a representação a partir das configurações sociais, estruturas psíquicas e das armaduras conceituais (NUNES; CARVALHO, 2003). Entendemos que, a partir dessa concepção, há uma relação dos dois primeiros eixos, ao problematizar as

configurações dos dispositivos, interpretar o que se quer dizer sobre o objeto que está sendo estudado e, assim, trazer possibilidades de verdades sobre a investigação.

Para melhor compreensão dos eixos, lê-se o Fluxograma 1.

Fluxograma 1 – Ordenamento dos três Eixos



Fonte: A autora da pesquisa (2021).

1.7 Divisão do trabalho

Na seção I: *A Imprensa Periódica de Ensino: possibilidades na escrita da História da Educação paraense*, apresentamos ao leitor as motivações para estudar a revista pedagógica *O Ensino – de pedagogia e literatura (1918-1919)* e contextualizamos, a partir do sentido que se faz pensar/utilizar o periódico como fonte/objeto de pesquisa, uma vez que nela temos um amplo olhar pelos discursos disseminados para a sociedade, que possibilitam vislumbrar diversas temáticas no âmbito educacional estendidas à construção da narrativa da Historiografia da Educação, em destaque expomos uma breve incursão histórica sobre o Pará republicano.

Em sequência, apresentamos ao leitor justificativas e relevância de trabalhar com a imprensa periódica para analisar as concepções acerca de Educação e Instrução para o ensino primário. Por conseguinte, apresentamos o fazer metodológico dessa análise por meio da nova história cultural, embasada em Roger Chartier (1991) e nas perspectivas históricas que se manifestaram na consolidação da República no Pará, período em que se destacam novas ideologias para o avanço da ciência e da Educação no território paraense.

A seção II, *O panorama da República no Pará*, se detém na contextualização da sociedade paraense, evidenciando as conjunturas geográfica e político-social, no sentido de situar o leitor acerca da condição regional em que se passou o contexto em discussão, junto à compreensão da consolidação da República no estado do Pará, além dos aspectos relevantes das ações governamentais de Lauro Nina Sodré e o enfoque da educação paraense.

A Seção III, *O Ensino – Revista mensal de pedagogia e Literatura (1918-1919): processo de produção*, centra-se em discutir a disposição do suporte material da revista em estudo fazendo uma relação com a forma, a frequência, o dispositivo e a sua estrutura, embasados na metodologia de Chartier (1991) acerca de seus estudos com os impressos. Diante disso, apontamos as mudanças encontradas entre as publicações no período de 1918 e 1919, bem como sua organização, projeto gráfico, identificação, entre outras configurações do dispositivo revista para deprender o modo de produção.

Sob esta perspectiva, anunciamos debates sobre a valorização da educação primária como encaminhamento necessário à projeção do desenvolvimento da nação, por isso exibimos fatores históricos importantes para corporificar os ideais republicanos no Pará, utilizando os discursos de “*O Ensino*” que, de certo modo, influenciaram o pensamento coletivo da sociedade paraense (em especial os professores) com investimento de engendramento de uma nova mentalidade republicana, pois foram publicados os pensamentos de intelectuais de

notoriedade pública que ocupavam um lugar de destaque social, garantindo veracidade educativa para quem o lia.

Na seção IV, *A estética da recepção da revista e sua circularidade*, discorremos sobre a forma como o periódico pedagógico *O Ensino* (1918-1919) circulou exemplares entre os estados e cidades nacionais e internacionais, permitindo conhecer o ciclo de vida da revista. Dessa maneira, foi realizado o mapeamento dos leitores belenenses (cidade de Belém) e paraenses (interior da capital do Pará), junto as suas ocupações profissionais, para obter o entendimento das finalidades da proposta pelo editorial e suas temáticas via impresso.

Diante dessa realidade, foi mapeada e criada uma tabela com as temáticas e os autores recorrentes na revista; em seguida, analisamos uma breve trajetória intelectual da equipe redacional e as redes de sociabilidades às quais pertencia, para compreender a notabilidade/representação das ideias sobre ensino primário no Pará, que circulava em meio impresso para o público leitor. Assim, foi possível selecionar os debates mais frequentes que precisavam ser discutidos para o desenvolvimento do ensino público primário paraense, em especial conhecer os desafios enfrentados pelos governantes do estado, a fim de reordenar o povo por meio da educação e instrução.

A última seção, *“O Ensino” como espaço de (in)formação pedagógica: as representações sobre educação e instrução para o ensino primário no Pará republicano*, traz no seu bojo a compreensão das representações/concepções sobre educação e instrução para o ensino primário público no Pará republicano. A construção textual foi analisada a partir dos textos veiculados nos quinze números publicados na revista supramencionada. Sendo assim, consideramos que cada texto e debates dos autores serviram de testemunhos substanciais para compor o cenário para a educação primária paraense, os quais circularam pensamentos em prol de uma educação modernizadora, ao passo que explicitaram novos saberes, sobretudo a respeito da saúde, higiene, exercícios físicos, métodos de ensino, modos de civilidade, disciplinas escolares, valores e sentimentos pátrios, o ofício do professor, entre outros assuntos, com a finalidade de alcançar e formar novos engendramentos intelectuais sobre o modo de educar e instruir. Portanto, entendemos que este estudo abre caminhos e possibilidades de novas investigações, podendo fomentar o interesse de historiadores da educação na busca de outras interpretações.

Seção II
O PANORAMA DA REPÚBLICA NO PARÁ

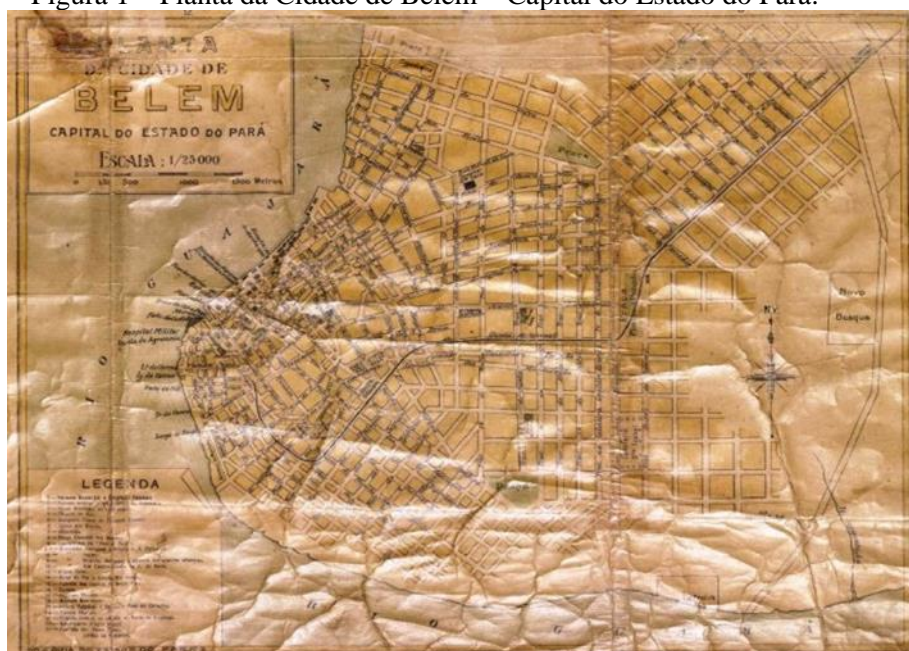


A presente seção intitulada *O panorama da República no Pará*, centraliza o discurso na contextualização da sociedade paraense, ao situar o leitor acerca da conjuntura geográfica e político-social, a fim de demarcar vivências relevantes da população e da condição regional em que se passou o contexto da consolidação da República no estado do Pará, além dos aspectos significativos das ações governamentais de Lauro Nina Sodré e, de certa maneira, o enfoque da educação paraense.

2.1 A cidade de Belém do Pará

De acordo com Theodoro Braga, em 1918, a posição geográfica do Estado do Pará é situada entre 4°-22' de lateral Norte, 9°-15' de lateral Sul e 3°-11' e 15°-20' a Oeste do Meridiano Rio de Janeiro, ocupando a extremidade do Norte do Brasil, e sua extensão territorial é a terceira entre os demais Estados da União brasileira. É considerado um território fértil junto ao Rio Amazonas, a maior massa d'água doce do mundo, despejado no Oceano Atlântico sob a linha do equatorial, com 250 milhões de metros cúbicos banhados à ilha do Marajó, com a medida de 320 quilômetros, desde a ilha de Maracá até a ponta do *Maguary*. Nos limites do espaço geográfico estão o oceano atlântico e a Guiana Francesa, desde a foz do Rio *Oyapock* até as cabeceiras da nascente do Rio *Maroni*, passando pelo ponto mais alto das serras de *Tumuc-Humac*, *Acarahy* até as fronteiras do Estado do Amazonas, às margens do Rio *Nhamundá* (BRAGA, 1918). As dimensões mencionadas podem ser observadas na Figura 1.

Figura 1 – Planta da Cidade de Belém – Capital do Estado do Pará.



*Organizada por Theodoro Braga do Instituto Histórico e Geographico do Pará (1918).
Fonte: Braga (1918).

A capital do Estado, Belém do Pará, é localizada ao Norte do país. Segundo Sarges (2010, p. 61-62), “recebeu o nome de Forte do Presépio, [depois], forte do Castelo, dando início ao primeiro aglomerado urbano, mas tarde como Feliz Lusitânia e, a posteriormente, Santa Maria de Belém do Grão Pará”, a qual é banhada pelo Rio Guamá e a Oeste da Baía do Guajará. Em 1918, a cidade estava dividida em bairros, dentre eles os principais: a Cidade Velha (fundação da cidade no período colonial), o comercial (bairro de comércio, bancos e mercados) e o da Campina. A área é calculada em 40.515.868 m², sendo 24.031,972 m² edificada/construída; e era considerada a rainha da Amazônia por sua atividade comercial mundial, área nobre que proporcionava um futuro enriquecedor para o mundo (BRAGA, 1918).

Belém passou pelo processo de modernização acelerada durante a economia gomífera, com a Proclamação da República, tal parâmetro implicou, também, na “descentralização e deu maior autonomia à aplicação de impostos, além de conceder ao Estado maior participação na renda corrente à exportação da borracha” (SARGES, 2010, p. 150). Como melhoramento, para a manutenção do espaço na capital, foram feitas obras de aterro nas partes das zonas mais baixas da cidade. No estudo de Tavares Júnior (2012), destacam-se os projetos segundo o relatório de Duarte H. de Bacellar Pinto Guedes:

Em 24 de junho de 1891, em relação ao processo de modificações no espaço urbano de Belém, previa-se a execução de obras para esgoto. Havia galerias de esgoto, mas acabavam funcionando como fossas fixas, seguindo o parecer da Companhia das Águas. Afirma-se também a compra de um forno crematório pela Intendência, a

existência, a existência de um projeto da futura iluminação a gás, obras no Largo da Pólvora, pela inauguração de um monumento à República; a reinauguração do Bosque Municipal, situado no bairro do Marco da Légua e o estudo para o calçamento da estrada de S. Jerônimo (TAVARES JÚNIOR, 2012, p. 35).

Neste sentido, as obras em projeto destinam o desejo de modernizar a cidade, que deveriam acontecer provenientes dos recursos dos impostos cobrados na exportação da borracha. O crescimento urbano paraense estava associado aos investimentos do setor econômico desde o período da *Belle Époque*, período histórico que potencializou os cofres públicos, os quais canalizavam e movimentavam a internacionalização da economia local (OLIVEIRA, 2017). Neste entendimento, Sarges (2010, p. 20) aponta:

A nova ordem econômica e a nova filosofia financeira nascida com a República impunham não somente a reordenação da cidade através de uma política de saneamento e embelezamento, mas também a remodelação dos hábitos e costumes sociais. Era preciso alinhar a cidade desordenada, feia, promíscua, insalubre e insegura fazia parte de uma nova estratégia social no sentido de mostrar ao mundo civilizado (entende-se Europa) que a cidade de Belém era o símbolo do progresso, imagem que se transformou na “obsessão” da nova burguesia.

As efervescentes transformações em decorrência do apogeu econômico de Belém projetaram o reordenamento do espaço social, porém resultaram em um solapamento no fluxo migratório nacional¹³ e na imigração internacional¹⁴, isto é, no ano de 1900, a cidade de Belém passou de 445.356 para 96.560 habitantes, fato que ocasionou “um impacto na cidade à medida que o aparelho urbanístico se mostrou insuficiente para atender às demandas da população” (SARGES, 2010, p. 146).

Barbara Weinstein (1993), na obra “*A borracha na Amazônia: expansão e decadência*”, assinala que no auge da expansão do comércio gomífero, Belém era uma das cidades mais notáveis da América Latina, uma vez que no ano de 1910, depois do Rio de Janeiro e Santos, possuía o terceiro porto mais movimentado do Brasil, abrigando uma população urbana que se aproximava rapidamente do quarto de milhão (WEINSTEIN, 1993).

Sob o signo da modernidade e modernização, a cidade de Belém, por volta de 1910, possuía um sistema moderno de bondes elétricos, amplo serviço telefônico, água encanada e iluminação pública elétrica. As vias públicas eram *boulevards* uniformemente pavimentados,

¹³ As afirmações de Souza (1994) mostram que entre os anos de 1877 e 1879 o Nordeste foi alvo de uma das piores secas da história. Sendo assim, o Estado do Ceará somou 65.000 imigrantes para a região amazônica. A crise predominantemente agrária determinou a saída contingente de pessoas para os seringais amazônicos, em colônias agrícolas no Estado do Pará.

¹⁴ De acordo com Marília Ferreira Emmi (2010), os imigrantes portugueses contaram, no ano de 1872 e 1879, 26.599 entradas na capital do Pará.

margeados de mangueiras, cujas frondes densas e imponentes protegiam os habitantes da cidade do tórrido sol tropical (WEINSTEIN, 1993). Por toda a cidade espalhavam-se monumentos e palacetes de tamanhos e decoração variados, diversas praças públicas foram majestosamente erguidas e ajardinadas, exibindo fontes, coretos e estátuas imponentes, “e a Praça da República, localizada no centro da cidade, apresentava pomposos edifícios, tais como o Palácio do Governo e o Theatro da Paz” (WEINSTEIN, 1993, p. 220).

Weinstein (1993) elenca que a expansão urbana foi o resultado da ação conjunta de uma expansão no negócio da borracha e de uma máquina estadual desejosa por criar um espaço urbano que impressionasse a elite política e econômica, bem como os negociantes estrangeiros. A economia gomífera representou um acréscimo deslumbrante à longa lista de cidades brasileiras frutos da expansão econômica, mas, por outro lado, Belém, diferentemente de Manaus, foi uma cidade que aquando do pico da economia da borracha já contava com trezentos anos de fundação. Manaus, ao contrário, foi evidentemente produzida pelo negócio da borracha, constituída como cidade réplica de Belém nos monumentos públicos, casas aviadoras, palacetes e casarões onde habitava a elite econômica e política (WEINSTEIN, 1993).

As estatísticas de importação relativas aos anos do apogeu da exportação da borracha confirmam a tese de que, no ano de 1908, Belém mantinha a sua proeminência no negócio do aviamento; além da entrada dos bens de produção local, produtos estrangeiros tornavam a cidade do Pará o mais importante centro de abastecimento da Amazônia (WEINSTEIN, 1993).

No estudo de Maria de Nazaré Sarges (2010, p. 21):

[...] a composição da nova elite formada por comerciantes, seringalistas, financista, com destaques para os profissionais liberais, geralmente das famílias ricas e oriundas de universidades europeias, com isso, um grupo dominante se firma rumo ao progresso e vai direcionar a reordenar o espaço, na busca do progresso material como nos países considerados civilizados (especialmente França, Grã-Bretanha e Alemanha) com modos de vida diferenciados, imprimindo-lhe o brilho da *Bela Época* no exercício de uma nova noção de cultura, com intuito de apagar um passado colonial.

Sob essa ótica, para de fato acontecer a civilização, não bastavam somente obras de melhoramentos na construção de prédios modernos, no investimento artístico na fundação de espaços, bem como Teatro¹⁵ – a exemplo o *Theatro da Paz* (1878), a Loja Paris N’América

¹⁵ Para proporcionar o entretenimento da elite que vivia em solo paraense, eram contratadas companhias artísticas advindas da França, Portugal e Rio de Janeiro, que apresentavam longas temporadas no Teatro da Paz. A estimativa aponta que, no ano de 1878, foram apresentados aproximadamente 126 espetáculos. Em decorrência dos espetáculos artísticos denominados de *Vaudeville*, surgem várias casas de diversões, como *Café Chique*, *Café da Paz* (local apreciado pelas figuras política), *Moulin Rouge*, *Chat Boir*, *Café Madri*. Em 1902, foi inaugurado o cinema *Olímpia*, que contava com um amplo salão de projeção e outro para concerto. Os coronéis

(1910), conforme observamos na Figura 2, O Grande Hotel (1913), avenidas, estradas, Bosque Rodrigues Alves (1883), cinemas, cafés, livrarias, entre outros. Weinstein afirma que com a indústria de pneus em ascensão no findar da primeira década do século XX, mais do que nunca parecia haver razão para otimismo. Prova disto foi o fato de que em dezembro de 1909, o preço da borracha começou a subir taxas nunca vistas, passando, em menos de cinco meses, de 8 para mais de 15 mil-réis o quilograma – “ou seja, o espantoso nível de 3 dólares a libra, no mercado de Nova York” (WEINSTEIN, 1993, p. 240).

Figura 2 – Loja Paris N’América fotografada por Marc Ferrez cerca de 1910.



Fonte: Instituto Moreira Salles; Biblioteca Brasileira Fotográfica Digital (2021).

A civilização¹⁶ estava intrinsecamente relacionada a uma nova mentalidade, que condicionou a forma de agir dos homens em conformidade com a cultura que se instalou no

da borracha selecionavam suas cocotes, assim chamadas as prostitutas de luxo, muitas delas de nacionalidade europeia (SARGES, 2010).

¹⁶ O conceito de civilização encontra-se nos livros de Norbert Elias (1990-1994). Para efeito deste estudo, cabe explicar os problemas que existem na descrição deste conceito. Para Elias, o conceito de “civilização” refere-se a uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode-se referir ao tipo de habitação ou à maneira como os homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma “civilizada” e “incivilizada”. Daí ser sempre difícil sumariar em algumas palavras tudo que se pode descrever como civilização. Mas se examinarmos, continua Elias, o que realmente constitui a função geral do conceito de civilização e que qualidade comum leva todas essas atitudes e atividades humanas a serem descritas como civilizadas, partimos de uma descoberta muito simples: esse conceito expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo; a consciência nacional e muito mais (ELIAS, 1990).

período republicano no país e, conseqüentemente, no Pará. Desse modo, a classe popular (pobre e sem instrução) era observada como aquela que representava um atraso para a sociedade, que estava silenciada na sua condição de pobreza extrema, sem acesso à cultura, à educação e à instrução considerada “modelo” a ser adotada. Para a elite intelectual local, o paraense era conceituado como indolente e atrasado. No mesmo sentido, Veiga (2007, p. 56) observa o panorama do brasileiro:

Foram inúmeras as falas que retrataram um país indolente, de povo preguiçoso, sem cultura, de hábitos suspeitos, atrasado, indiferente, impulsivo, enfim, uma infinidade de adjetivos desqualificadores. Neste sentido, a população se tornou objeto de ciência através das práticas dos médicos higienistas, dos discursos eugênicos, das novas ideias pedagógicas.

As ações governamentais direcionaram seus projetos para a criação de leis que garantissem o direito à instrução do povo que vivia em estado de ignorância. A educação é a prática emancipadora do Estado, para “preparar o homem para habitar o espaço urbano e lidar com as determinações com que se defrontava” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2009, p. 376). Neste aspecto, a escola é o ambiente especializado sob a visão pedagógica não somente do professor, mas de outros homens da ciência que vão unir-se em prol da instrução, educando “mentes e corpos, tornando-lhes curados e higienizados com o intuito de formá-los para viver em uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar remodeladas pelos médicos” (GONDRA, 2004, p. 479).

Decerto, a República, sob o suporte dos estados federativos e o poder público, assumiu a tarefa de organizar e manter de forma integral as escolas públicas, com a finalidade assegurar o ensino para toda a população, na crença de reordenar a ordem social e moral para a consolidação de um país moderno e civilizado.

No contexto histórico da educação brasileira, as terminologias que predominam até hoje foram pensadas por Jorge Nagle: “entusiasmo pela educação” e “otimismo pedagógico”. O primeiro diz respeito ao caráter mais quantitativo acerca da expansão das escolas no Brasil, já o segundo se atém às características qualitativas, direcionadas à reestruturação interna das escolas. Dessa forma, o “entusiasmo” e o “otimismo” são iniciativas libertárias no início do século XX no Brasil, que buscaram atender a necessidade do campo educacional perante a modernidade republicana.

Neste aspecto, entende-se que a educação era porta de acesso aos ideais republicanos e da própria democracia representativa e da industrialização. Para Nagle (2001), as transformações econômicas e culturais que o Brasil atravessou no período de 1910 e 1920,

impulsionaram ainda mais a concepção que se tinha de educação, a qual responsabilizou o espaço escolar e seus atores sociais incumbidos pela difusão do progresso da cultura do povo; então, escolarizar um indivíduo passou a ser considerado o “Motor da História” para a educação brasileira.

2.2 O contexto da República no Pará

O alvorecer da República no Pará foi marcado por conflitos políticos que se conduziram ainda nos tempos da Monarquia, envolvendo personagens públicos de grande vulto, cujos posicionamentos políticos e filiações ideológicas dividiam os grupos políticos entre monarquistas e republicanos. Nos anos finais da Monarquia, personagens políticos de grande relevância estadual e nacional dividiam-se em conflitos políticos e ideológicos a respeito do regime de governo a vigorar no Brasil, logo depois de extinta a escravidão com a assinatura da Lei Áurea.

Um deles foi o senador Antônio Lemos¹⁷, marcado por ter sido politicamente um republicano adesista, ao passo que Lauro Sodré conduzira-se nesse processo como um republicano histórico, e essa é a matriz dos conflitos entre os dois políticos no alvorecer da república no Pará (SARGES, 2002). De acordo com Sarges (2002), o senador Antônio Lemos mantinha relações com o grupo monárquico até alguns dias antes da Proclamação da República, embora afirmasse que seu grupo político, composto pelos redatores do jornal *A Província do Pará*, aderira oficialmente à República (SARGES, 2002).

A postura aristocrata e monarquista do Intendente Antônio Lemos foi comprovada por Sarges (2002) em vários momentos da carreira política do “velho intendente”, a exemplo da visita do genro do Imperador D. Pedro II, o Conde D’Eu ao Pará, em junho de 1889, com vistas a realizar a propaganda do terceiro reinado (SARGES, 2002). Sarges (2002) aponta que Antônio Lemos fora convidado pelo presidente da província a fazer parte da comissão de recepção do Conde D’Eu, o que certamente seria uma notícia desagradável ao círculo político republicano da cidade de Belém, capitaneado pelo senador Lauro Sodré (SARGES, 2002). O jornal *A*

¹⁷ Antônio Lemos (1843-1913) e Lauro Sodré (1858-1952) constituíam-se como os dois maiores líderes políticos do Pará até 1930. Lemos foi um monarquista que administrou (1896-1912) a cidade de Belém, mas entregou-se ao regime republicano através do partido conservador. Neste sentido, foi responsável pela modernização e embelezamento da cidade de Belém. Lauro Sodré, republicano histórico paraense, governou o Estado por duas vezes (1891-1897 e 1917-1921) e assumiu desde o início da república a liderança política do Estado, porém sua pretensão era realmente a presidência da república; mudou-se para o Rio de Janeiro e deixou Lemos em uma situação mais favorável. Mesmo diante do conforto político, ocorreram disputas políticas intensas envolvendo seus correligionários, que podem ser percebidas nas páginas de jornal “A folha do Norte” (reduto dos lauristas) e a “Província do Pará” (propriedade de Antônio Lemos) (SARGES, 2002).

Província do Pará, cujo proprietário era o senador Antônio Lemos, noticiou que, logo ao ser anunciada a visita do representante da Monarquia em solo paraense, espalharam-se notícias pela cidade de que os republicanos e “os meninos do Lycêo”¹⁸ iriam “botar o mundo abaixo” (SARGES, 2002, p. 47).

Passadas e focos de manifestações de repúdio ao representante da Casa Imperial explodiram na cidade, o que Sarges (2002) considera ter motivado o retorno do Conde D’Eu à Corte bem antes do tempo previsto para sua estadia em terras amazônicas (SARGES, 2002). A historiadora assinala que, por outro lado, encontraremos outro personagem político a rivalizar com Antônio Lemos politicamente, o Chefe do Club Republicano Lauro Sodré, opositor político do senador maranhense. Lauro Sodré foi designado pelo comandante de armas a comandar o contingente que deveria prestar continência ao Conde D’Eu (SARGES, 2002).

Lauro Sodré cumpriu a sua missão militar, todavia Sarges (2002) aponta que, reunido à noite no Club Republicano, realizou um violento discurso contra o Império, sendo isto considerado um ato de indisciplina, motivando a transferência de Lauro Sodré para a província do Mato Grosso (SARGES, 2002). No Rio de Janeiro, o general ajudante do Exército, Floriano Peixoto, interceptou o degredo de Lauro Sodré, cujo afastamento das terras paraenses deixou vago o seu cargo de orador habitual do Club Republicano (SARGES, 2002).

Com o advento da República, foi fundado o Partido Republicano Democrata, no qual correligionários unem-se aos republicanos históricos e fundam, em 1896, o Partido Republicano Paraense (SARGES, 2002). Sarges (2002) explica que esse adesismo à República por políticos do Império, como Antônio Lemos, era explicável uma vez que, persistindo a mesma estrutura econômica, o poder continuava nas mãos das antigas oligarquias, a exemplo de Justo Chermont no Pará, o que Sarges (2002) exemplifica ter sido esta família “‘o dono’ de sua província, e com a República, assim permaneceram” (QUEIROZ *apud* SARGES, 2002, p. 49).

A configuração do poder no Estado do Pará ficou demarcada da seguinte forma: ao lado do presidente da República ficaram Augusto Montenegro, Justo Chermont e Antônio Lemos; e ao lado de Francisco Glycério ficou o governador do Pará, Lauro Sodré (SARGES, 2002). Essa briga dos “caciques nacionais”, de acordo com Sarges (2002), veio a contribuir para o rompimento entre as lideranças estaduais, não tardando para que Francisco Glycério, na condição de chefe do novo partido – o Partido Republicano Federal – visitasse o Pará, fato intensamente noticiado na imprensa.

¹⁸ Os antigos alunos do Liceu Paraense formavam, em grande parte, o círculo político republicano na província do Pará ainda nos tempos da Monarquia.

No Estado do Pará, o período da Primeira República¹⁹ teve como seu principal articulador o Club Republicano, que foi uma agremiação fundada em 11 de abril de 1886 por um grupo de entusiastas desse novo ideário na sociedade, provindos dos mais diversos setores da sociedade civil: médicos, advogados, professores e comerciantes (FARIAS, 2016). Para esse intento, os jornais foram essenciais na divulgação do novo ideário. A exemplo, tem-se, em 1872, o jornal *O Futuro*, que difundia em suas páginas o êxito alcançado pelos países que adotaram a República. No entanto, destaca-se que fora estratégica a fundação de um jornal exclusivamente comprometido com essa nova fase política e ideológica da história do Estado do Pará.

O jornal *A República* também foi um porta-voz desse novo ideário, lançado a partir de deliberação da terceira reunião do Club Republicano. *A República* passou a circular no dia primeiro de setembro de 1886, com artigos em linguagem científicista que tratavam do ideário da época. Não economizava exaltações àqueles que protagonizaram a Revolução Francesa, estampando as suas íntimas relações entre realidade e ilusão de seu ideário propagandístico (FARIAS, 2016).

Fato é que, diferentemente da Revolução Francesa, o regime republicano no Brasil fora proclamado por meio de um golpe militar, associado, desde o início, aos grupos de profissionais liberais e comerciantes. Juntos, compuseram os setores mais entusiasmados da população paraense, seus defensores mais férvidos, mas que, não obstante a isso, seus clamores não conseguiram contagiar os demais segmentos da população.

Com a Proclamação da República²⁰ esse segmento que compunha o Club Republicano conduziu, junto aos militares, o processo político no Pará. Destacaram-se, entre as principais lideranças civis, Justo Chermont e Gentil Bittencourt, porquanto, dentre os militares

¹⁹ Segundo Schwarcz e Starling (2019), não existe acordo entre historiadores sobre a origem da ideia e do conceito de república. ‘República’ é uma palavra antiga: não possui definição única e conserva sua ambiguidade até os dias de hoje. [...] incorpora os elementos da designação empregada na Grécia Antiga para indicar a existência de uma *politeia*, isto é, uma comunidade política formada por homens livres. O termo grego em oposição às formas de tirania em que um ou mais homens governam como senhores e segundo a sua própria vontade. É também um termo dúbio. Tanto designa a maneira como se relacionam governo e governado, quando identifica a possibilidade de uma vida livre entre iguais. Foi nessa ambiguidade de sentidos que Cícero (106-43 a.c) conservou ao traduzir *politeia* por *res publica* (SCHWARCZ; STARLING, 2019, p. 11).

²⁰ Em 15 de novembro de 1889 um golpe de Estado protagonizado por militares instaurou a República no Brasil. Desde logo, é importante atentar para o significado da denominação habitual que o evento adquiriu, pois a própria forma pela qual a historiografia em geral a ele se refere já implica algumas ideias importantes. Em primeiro lugar, a de que teria ocorrido uma “proclamação”, um anúncio público de que a Monarquia fora substituída pela República, mudança esta que não encontrou resistência nem provocou luta (PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, 2015).

republicanos mais proeminentes, destacam-se Lauro Sodré²¹ e Serzedelo Correia como as suas principais lideranças no estado (FARIAS, 2016).

Posto isso, efetivamente a República no Pará ressoa na tarde de 15 de novembro de 1889, no café *Chic*, ponto de encontro dos mais influentes cidadãos da cidade de Belém, os boatos e burburinhos sobre um golpe militar republicano, especulações que foram confirmadas às 10 horas da manhã do dia seguinte por meio de um telegrama oficial do general Hermes Ernesto da Fonseca, oficializando a aclamação da República e destituindo um desavisado e desprevenido presidente da província Silvino Albuquerque. “No ápice da ação o vice-presidente do Club Republicano do Pará, José Paes de Carvalho, subiu no mármore da jardineira de centro discursando e aclamando a República no Pará” (FARIAS, 2016, p. 43).

Por sua vez, Justo Chermont, incumbido do governo, incentivou a organização de eventos festivos para aclamar a República nas localidades, vielas e distritos do Pará que foram rituais simbólicos conjugados a medidas político-administrativas, como a substituição de funcionários públicos e a organização de diretórios do Partido Republicano do Pará nos diversos municípios do Estado (FARIAS, 2016).

Diante disso, as intervenções governamentais administrativas no Pará iniciavam-se com as Constituintes dos Estados, capazes de eleger autonomia aos Estados federativos, os quais já não precisavam da assistência financeira e militar da União para se manterem. Isto representou uma mudança em relação à estrutura organizativa dos tempos da Monarquia, em que o poder central, isto é, a Corte, sediada no Rio de Janeiro, concentrava todas as despesas orçamentárias e militares a serem redistribuídas entre as províncias (BORGES, 1983).

Após tornar pública a instalação da República no Estado, é importante dialogar acerca do intelectual Lauro Sodré que, além de ter sido um dos fundadores do Club Republicano no Pará, teve a importante contribuição com atuação no Governo do Estado em sua liderança política. O referido político foi eleito deputado pelo Estado para a Constituinte Nacional, o qual fez parte da “comissão de 21 membros que examinou e deu o parecer sobre o projeto de da Constituição que [foi] promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Em 11 de julho seguinte, o Pará reuniu sua assembleia constituinte” (COELHO, 2006, p. 87), que no dia 24 de julho, promulgou a Constituição do Estado a eleger Lauro Nina Sodré, o primeiro governador constitucional paraense (COELHO, 2006).

²¹ Indicações de leituras para aprofundamentos biográficos sobre o político: Lauro Sodré: vida, caráter, e sentimento a serviço de um povo.

Dessa maneira, segundo Borges (1983, p. 61): “A 23 elegeu, por unanimidade de seus votos, Governador, Lauro Sodré, que as assumiu a 24, com mandato de 1º de fevereiro de 1897: 5 anos e 7 meses, o mais longo da vida constitucional do Brasil”.

De acordo com Ricardo Borges (1983), Lauro Sodré havia sido um republicano histórico no Pará e um dos mais antigos, sendo aquele que iniciara a propaganda da República “com fé e ardor comunicativos, um dos fundadores do Partido Republicano” (BORGES, 1983, p. 61). Borges (1983) assinala que no terceiro dia de governo à frente do Estado do Pará, Lauro Sodré publicou, no *Diário Oficial do Estado*, o Decreto nº 359 A, datado de 27 de junho de 1891, que promovia a reforma do Poder Judiciário.

Os primeiros anos do governo republicano brasileiro a nível nacional foram demarcados pela inquietação política e social em construir uma nova identidade nacional, que tinha como condicionante ideológico o Liberalismo e o Positivismo, os quais privilegiavam novas práticas culturais, dentre elas: o patriotismo, a moralidade, a civilidade e o higienismo. Neste sentido, as ações governamentais do Brasil tinham como foro privilegiado a necessidade de escolarizar o povo considerado incivilizado, atrasado, analfabeto e sedicioso, em cidadãos polidos e civilizados; então, a educação foi a oportunidade de instalar suas intenções, pautadas em inserir o país no molde da vida europeia. Desse modo, entende-se com Coelho (2011, p. 141):

O Estado, como instrumento de controle, fundamentou as ideias educacionais nas ideologias iluministas e civilizatórias. Esse é um momento histórico em que a elite brasileira quer ser europeia e busca, portanto, importar as práticas culturais da Europa por meio de autores representantes da cultura das humanidades clássicas a fim de que, supostamente, os alunos elitizados se tornem cidadão do mundo ‘civilizado’, mesmo que essa cultura representada seja superficial.

Sandra Jatahy Pesavento (1997, p. 70) assevera que:

Forçoso é reconhecer que modernidade se colocaria do lado dos universalistas, que encaravam a redenção do país pela europeização. Seus arautos apontavam que de lá vinham os ventos do progresso, da moda, da ciência, da razão e da técnica. Por que se opor a essa verdade insofismável? O Brasil moderno só poderia almejar esses status se alcançasse o trem da história, participando dessa marcha civilizatória da humanidade. Apoiada no poder das ideias, da ciência e da educação, a elite brasileira procurava superar o atraso cultural, colocar o país no nível do século e fazê-lo acelerar sua marcha evolutiva.

A mudança política que estava em andamento junto à República agregava os interesses da modernidade e dos avanços em diversos âmbitos de atuação, a educação, sem dúvida, era “o braço forte do impávido colosso” (PINTO; VALDEMARIN, 2011, p. 9). O ideário da

República era viver uma nova era, então, para pertencer a uma nação letrada do mundo civilizado, a elite dominante pensava uma educação pautada na finalidade de valorar e importar a cultura europeia como majoritária e, de certa forma, desconsiderava as raízes culturais/populares do País. Neste cenário, se instalou uma discussão sobre a primeira república a nível educacional e o engendramento de uma nova mentalidade nacional/local para um Brasil moderno.

Nessa perspectiva, as reformas do ensino, os investimentos no processo de escolarização do ensino primário e em outros seguimentos, foram indicativos do novo projeto de nação. Para tanto, a imprensa de circulação geral e a especializada em educação tiveram sua função primordial posicionada em anunciar o debate do sistema político, que difundia quais as práticas empregadas, articulando as críticas que caberia fomentar o discurso republicano.

No Estado do Pará, as reformas educacionais concentraram-se na pasta relativa à Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública. Daqueles republicanos do círculo político no primeiro governo de Lauro Sodré, o que mais se destacou em defesa da instrução pública foi o desembargador Gentil Augusto de Moraes Bittencourt. De acordo com Ricardo Borges (1983), ainda na Monarquia, Gentil Bittencourt fora eleito vereador pela Câmara Municipal do Pará.

Sônia Maria de Araújo (2007) assinala que nas suas atividades enquanto crítica literária, José Veríssimo recebeu influência do positivismo de Augusto Comte, e uma vez criada a pasta da educação pública, logo após a Proclamação da República, o seu primeiro-ministro, Benjamin Constant, procedeu à reforma do sistema geral de ensino público. José Veríssimo discutiu, no *Jornal do Brasil* do primeiro semestre de 1889, sobre as reformas introduzidas por Benjamin Constant, fazendo uma crítica rigorosa a elas (ARAÚJO, 2007).

Araújo (2007) assinala que José Veríssimo não se deteve apenas nas enormes insuficiências da educação escolar, como também as reconheceu e sentiu no Estado do Pará, repassando com clara visão de sociólogo, muito da realidade da vida doméstica e social brasileira daquele contexto, com os vícios que as corrompiam, e que o secular regime da escravidão havia arraigado profundamente nos costumes (ARAÚJO, 2007).

Araújo (2007) elenca que a preocupação de José Veríssimo com a instrução do povo, com a educação, era evidente no discurso de Veríssimo, que insistia ser necessário construir uma intelectualidade no Pará. Desse modo, a educação era um tema candente em José Veríssimo que, no Pará, insistia em defender que “para a glória e honra, e para a própria felicidade material de um povo, não basta produzir a borracha” (VERÍSSIMO *apud* PRISCO, 1937, p. 19).

Maria do Perpétuo Socorro França (2007) assinala que, mesmo considerando próxima a Proclamação da República, José Veríssimo não chegou a aderir com entusiasmo às transformações políticas enunciadas pelos militares. Embora ele declarasse que a implantação do governo republicano era inevitável, mostrando-se cético quanto aos seus desdobramentos sociais e políticos, aderiu ao movimento sem hostilidade, mas, também, sem nenhuma simpatia (FRANÇA, 2007).

Para José Veríssimo, o regime republicano não seria muito diferente do que representou a monarquia, uma vez que em ambas os homens com os mesmos costumes públicos, mesma educação, ídolos e tendências dos representantes da antiga ordem, não participariam deste novo regime político (FRANÇA, 2007). Daqueles republicanos do círculo político no primeiro governo de Lauro Sodré, o que mais se destacou em defesa da instrução pública foi o desembargador Gentil Augusto de Moraes Bittencourt. De acordo com Ricardo Borges (1983), ainda na Monarquia, Gentil Bittencourt fora eleito vereador pela Câmara Municipal do Pará (BORGES, 1983).

Com o advento da República e o início do primeiro governo de Lauro Sodré (1891-1897), Gentil Bittencourt foi nomeado vice-governador; no segundo governo de Lauro Sodré, foi nomeado Juiz da Comarca de Belém e, posteriormente, Desembargador (BORGES, 1983). Exercia intensa atividade ligada à instrução pública por intermédio dos cargos de Provedor do antigo Colégio do Amparo, internato que, com o advento republicano, passou por reforma estrutural e organizativa convertendo-se no alvorecer da república, no internato e externato feminino, cujo prédio fora ampliado para transformar este educandário feminino em instituição modelar para os outros estados da federação (BORGES, 1983).

No que concerne ao plano administrativo, Ricardo Borges (1983) assinala que o primeiro governo de Lauro Sodré foi marcadamente militar e cultural, tendo no jornal *Folha do Norte* o seu baluarte político a acompanhá-lo em meio às ingerências do poder.

A instrução pública esteve entre as pastas atingidas pelas reformas administrativas promovidas pelo primeiro governo republicano administrado por Lauro Sodré, as quais, de acordo com Felipe Tavares Moraes, seguiam um esforço nacional de consolidar a República no Pará, bem como nos outros estados da federação (MORAES, 2011). Lauro Sodré considerava que a instrução pública era o melhor meio para a elevação do nível moral do povo, bem como impor uma consciência pública a respeito do novo regime (MORAES, 2011), e sua administração envolveu os seguintes princípios expressos na *Mensagem*, no mês de outubro do ano de 1891:

Convencido de que pela instrução é que havemos de levantar o nível moral do povo e melhormente impor a consciência pública o novo regimen, a este ramo da administração votei os meus esforços continuando assim a mesma trilha por onde tem ido o governo republicano desde o início do actual systema político n'este Estado (PARÁ, 1891, p. 9).

Felipe Tavares Moraes assinala que houve a continuidade do projeto de educação republicana nas reformas educacionais promovidas pela gestão de Lauro Sodré (MORAES, 2011). Felipe Moraes enuncia que o governador Lauro Sodré vinculou suas concepções político-educacionais ao projeto de governo anterior à gestão de Justo Chermont, o que refuta a tese construída por Mendonça de Albuquerque sobre todas as reformas educacionais terem sido criadas por Lauro Sodré (MORAES, 2011).

Lauro Sodré reafirma na *Mensagem* que foram reformados apenas alguns pontos do Regulamento da Instrução Primária, de maneira a manter as suas bases fundamentais inalteradas “de acordo com os princípios da moderna sciencia pedagógica” (PARÁ, 1981, p. 9). De acordo com Alan de Souza Santos, foi inegável a preocupação dos republicanos com a formação “cívica e científica” do povo do Pará e, de acordo com o autor, essas preocupações se intensificaram no período que compreende os anos de 1891 e 1897 (SANTOS, 2020).

De acordo com Alan de Souza Santos, o governador Lauro Sodré apoiava-se nas concepções ideológicas dos positivistas franceses Émile Littré e Augusto Comte, defendendo que a instrução pública era um dos principais deveres do Estado, capaz de assegurar o regime democrático (SANTOS, 2020). A partir destas concepções, originaram-se transformações e adequações que Lauro Sodré procurou realizar nas instituições de pesquisa e ensino do estado do Pará (SANTOS, 2020).

O Colégio do Amparo fora transformado no Instituto Gentil Bittencourt, cujo mesmo nome batizara uma das amplas e reformadas avenidas da cidade de Belém. De acordo com Borges (1983), neste logradouro sempre residira Antônio Lemos, “o todo poderoso chefe político do Pará” e Intendente de Belém durante mais de 15 anos (BORGES, 1983, p. 66). O Lyceu Paraense teve o seu nível de ensino aumentado com o objetivo de torná-lo, em seu plano de ensino integral, o Gynasio Nacional, nos modelos de reestruturação promovidos por Benjamin Constant, o Ministro da Instrução Pública (MORAES, 2011).

Empenhado em levantar o ensino do Lyceu Paraense acabo de decretar para esse Estabelecimento um novo Regulamento, onde adoptei o plano de ensino integral do Gynasio Nacional consoante a reforma do grande ministro da Instrução Pública o eminente cidadão Dr. Benjamin Constant (PARÁ, 1891, p. 10).

De acordo com Moraes, o governador Lauro Sodré enfatizava que a transformação destes dois educandários públicos, o Instituto Gentil Bittencourt e o Lyceu Paraense, em instituição de internato e externato e instituição com planos de ensinos integrais, respectivamente, trazia muitas vantagens ao Pará, uma vez que, seguindo a mesma natureza do curso das instituições de âmbito nacional, neste caso o Gynasio Nacional, forneceria “aos moços as necessárias e sufficientes luzes para o tirocínio da vida pública” (SODRÉ *apud* MORAES, 2011, p. 60).

Alan de Souza Santos enfatiza que, dentre estas duas instituições existentes desde o Império, Lauro Sodré deu destaque a uma nova instituição criada durante a vigência republicana, o Liceu Benjamin Constant, um educandário destinado ao ensino das artes e ofícios para as classes populares (SANTOS, 2020). Além disso, foram criadas escolas agrícolas e os externatos de Santarém, Cametá, Alenquer, Bragança, Óbidos e Vigia, educandários abertos estrategicamente com o objetivo de descentralizar o ensino secundário concentrado na capital Belém (SANTOS, 2020).

A instrução pública primária também fora descentralizada da capital Belém e, conseqüentemente, todos os municípios do interior do estado passaram a integrar a pasta da Secretaria do Estado, Justiça e Instrução Pública. A articulação entre a sede do governo na capital Belém e os municípios do interior do estado estava preconizada na *Mensagem* do governador Lauro Sodré do Congresso Estadual, visto que os princípios republicanos da autonomia federativa pretendiam se contrapor ao unitarismo monárquico, cuja concentração de poder na sede da Corte do Rio de Janeiro trazia à tona as representações do passado imperial de atraso administrativo, representação social que os republicanos desejavam disseminar entre a população como forma de consolidar a República nas mentes e corações dos brasileiros por intermédio do poder administrativo descentralizado a partir do âmbito nacional até o municipal.

Para não retardar a organização autônoma dos municípios, mandei proceder a eleição para os cargos de intendentes e conselhos de vogaes, marcando o dia 1º do corrente para essa eleição e para 15 de Novembro próximo a posse dos novos funcionários (PARÁ, 1891, p. 6).

A principal prerrogativa do governo constitucional de Lauro Sodré estabelecia conferir com celeridade a posse das novas autoridades municipais, exatamente no dia 15 de novembro de 1891, data estrategicamente definida, uma vez que marcava a efeméride da Proclamação da República. O governador Lauro Sodré pressupunha que as autoridades municipais não poderiam permanecer privadas de lei “por onde devem reger-se” (PARÁ, 1891, p. 7) e, por isso,

o governador toma enquanto medida “acabar de decretar a lei orgânica dos municípios, de acordo com os princípios de larga autonomia adoptado pela Constituição do Estado” (PARÁ, 1891, p. 7-8).

Em 1819, o Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova, grupo escolar do município de Conceição do Araguaya, redigiu um ofício diretamente ao Governador “Illmo. e Exclmo Senr Dr. Lauro Sodré D. D. Governador do Estado do Pará” suplicando medidas para o enfrentamento de problemas que assolavam o município desde 1918.

Os membros do “Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova, que tiveram a honra de dirigir-se a V. Exclcia em Outubro do anno passado, tomam novamente a liberdade de enviar-lhe o appello seguinte (PARÁ, 1919, fl. 1).

O abaixo-assinado, datado de 06 de setembro de 1919, fora escrito pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova em nome da população do município de Conceição do Araguaia, talvez porque os membros desse grupo escolar fossem os poucos sujeitos alfabetizados dentre aquela população. A mensagem chegou ao governador Lauro Sodré por meio da Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública, cujo conteúdo ratificava um ofício anteriormente dirigido no mês de outubro de 1918 e novamente tomavam “a liberdade de enviar-lhe o appello seguinte” (PARÁ, 1919, fl. 1).

A população de Conceição do Araguaya e do seu extenso Município acha-se desde alguns meses, profundamente prejudicado por uma epidemia de febre infecciosa, que tem feito já muitas vítimas, e que ameaça continuar a afligir-nos e a devastar nossa bela região araguayana (PARÁ, 1919, fl. 1).

A epidemia de febre infecciosa relatada no ofício tratava-se da gripe espanhola que, de acordo com Heloisa Starling e Lilia Schwarcz, chegou ao Brasil em setembro de 1918, vindo pelo mar e adentrando as terras brasileiras através dos portos de Recife, talvez por volta das oito horas da manhã do dia 09, “quando o navio *Demerara*, procedente de Liverpool, atracou no cais externo do porto com alguns passageiros e tripulantes combalidos e outros contaminados” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 14).

Seja como for, uma vez em solo, espalhou-se fácil e rápido, a partir do Recife ao Rio de Janeiro, do litoral para o interior, o vírus percorria sempre o mesmo trajeto, “aportava, expandia-se por toda a cidade e desenhava a rota do contágio, através das ferrovias, esparramando-se pelo interior do país” (SCHWARCZ; STARLING, 2020, p. 14). De acordo com José de Castro Abreu Júnior, a Influenza chegou à Belém em 02 de outubro de 1918 como uma doença conhecida e, tal como uma tragédia anunciada, a “Hespanhola” entrou no Pará

através do vapor *Ceará*, vindo do Rio de Janeiro, com escalas trazendo 129 passageiros, dos quais 42 acometidos pela Influenza, com 12 passageiros adquirindo a doença entre o Maranhão e o Pará (ABREU JÚNIOR, 2018).

Em nome da mocidade do município, o abaixo-assinado redigido pelos cidadãos do Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova “que se faz o advogado de Conceição do Araguaia, e que implora em nome” (PARÁ, 1919, fl. 1), visava arrancar providências do governador Lauro Sodré na contenção da epidemia de gripe espanhola que vitimava a população de Conceição do Araguaia. O documento assinala, nas suas notas laterais, que Lauro Sodré tomou conhecimento da situação calamitosa de epidemia de gripe espanhola vivida pela população de Conceição do Araguaia, deixando na nota lateral as suas providências seguidas da sua assinatura: “[Nota Lateral] Remette-se ao Diretor de Hygiene para providenciar e responde-se comunicando a providencias tomadas aos cignatarios 4. 9º 1919 [assinatura] Lauro Sodré” (PARÁ, 1919, fl. 1).

As providências tomadas pelo governador Lauro Sodré consistiram no envio das súplicas dos populares de Conceição do Araguaia para o Diretor de Higiene, deixando no ofício a seguinte mensagem, para que: “remetta-se á Diretoria de Serviço Sanitário para cumprimento do despacho” a partir do dia 05 de novembro de 1919 (PARÁ, 1919, fl. 1). A Diretoria de Higiene e a Diretoria de Serviço Sanitário eram as duas secretarias responsáveis pela contenção da epidemia de gripe espanhola no Estado do Pará e, de acordo com José Abreu Castro Júnior, eram pastas estaduais subordinadas à Diretoria Geral de Saúde Pública, que reconheceu muito tardiamente a entrada da doença no país, tomando medidas leves, como: fazer um alerta aos portos, ordenando a adoção de profilaxia dita indeterminada, com o fito de conter qualquer coisa que fosse motivo de transmissão mórbida em vista do desconhecimento da doença (ABREU JÚNIOR, 2018).

O abaixo-assinado dos populares do município de Conceição do Araguaia foi encaminhado à Diretoria Geral do Serviço Sanitário como resposta às providências solicitadas pelo governador Lauro Sodré, que exigiu celeridade nas medidas tomadas na contenção da epidemia de Influenza no município.

Sciente esta Diretoria do abaixo-assinado dos membros do “Grupo Catholico Frei Gil Villanova”, que acompanhou o vosso officio de 6 do corrente, n. 3706, vol-o devolvo, recommendaes, communicando-vos que as providencias nelle solicitadas vão ser tomadas por esta Directoria (PARÁ, 1919, fl. 1).

O governador Lauro Sodré demandou que as medidas tomadas pelo Diretor Geral interino do Serviço Sanitário, José A. Cordeiro, no combate à Influenza fossem dadas ao Grupo

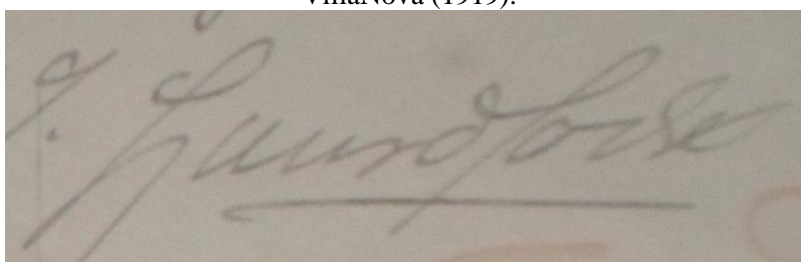
Catholico Frei Gil de VillaNova, cuja intermediação daria o conhecimento das ações do governo estadual para os populares de Conceição do Araguaia.

Torna-se interessante ressaltar a intermediação feita pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova junto aos populares de Conceição do Araguaia para levar ao conhecimento do Governador do Estado, Lauro Sodré, a situação de epidemia de gripe espanhola no município; e podemos apontar que ocorreu devido ao alto grau de analfabetismo da população pobre das regiões do interior do estado do Pará nas duas primeiras décadas da República.

Impellidos por estas considerações, cumprindo d'uma parte com a missão do nosso grêmio, que é entre mais outras, contribuir para o melhoramento social d'esta villa – e de outra parte confiados na generosidade de V. Exclia, nos seus altos intuitos, e no desejo que tem de satisfazer aos justos pedidos do povo paraense, atrevemo-nos a fazer perto de V. Exclia, este appello insistente e desinteressado, porque patriótico. Pedimos a V. Exclia se digne socorrer eficaz e promptamente esta grande aglomeração paraense, a qual, sendo attendida, lhe votará um tributo de eterna gratidão.
Exclmo Sr. Governador do Pará
É a mocidade Concepcimense que se faz o advogado de Conceição do Araguaia, e que implora em nome (PARÁ, 1919, fl. 1).

O Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova possivelmente era a única instituição escolar de ensino primário do município e os professores primários deste grupo escolar possivelmente eram os únicos cidadãos letrados do município, uma pequena parcela capaz de representar por escrito as mazelas sanitárias que afligiam a população de Conceição do Araguaia, além disso, há o cumprimento dos ritos da burocracia administrativa do Estado, por meio do abaixo-assinado dos populares do município.

Figura 3 – Assinatura do governador Lauro Sodré em ofício enviado pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova (1919).



Fonte: Arquivo Público do Pará (2021).

Alan de Souza Santos (2020) considera que o analfabetismo fora a principal preocupação do governador Lauro Sodré e o principal fator a impulsionar a ampliação do ensino público, a ofertar a educação profissional e melhorar a formação dos professores; em oferecer espaços de cultura e difundir o pensamento científico. Santos (2020) assinala que essas foram as principais marcas do governo de Lauro Sodré que, se analisadas em conjunto, representam o

reforço do projeto de secularização da sociedade e alimentavam o sonho positivista de uma população mais evoluída e civilizada, o que Alan de Souza Santos (2020) considera serem projetos que comunicavam-se diretamente com a biografia de Lauro Sodré, no que concerne aos conjuntos de práticas que Lauro Sodré havia apreendido na Escola Militar da Praia Vermelha (SANTOS, 2020).

2.3 Aspectos políticos relevantes do governo Laurista

Octávio Meira (1981) assinala que o governo de Lauro Sodré iniciou em 1891 e fora apoiado com unanimidade do Congresso Nacional que o elegeu, tendo enfrentado dias duros na prática constitucional que se inaugurava. Durante o Congresso Constituinte, elaborou em, 22 de junho de 1891, a Constituição do Estado do Pará, que no Título I tratava da Organização do Estado, e no Título III sobre a Organização do Poder Executivo, abordando das atribuições do Governador e Vice-Governador. As Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1891 definiam os períodos de mandatos aos chefes do Poder Executivo: “Art. 4º - O primeiro período governamental terminará no primeiro dia útil de fevereiro de 1897” (ESTADO DO PARÁ *apud* MEIRA, 1981, p. 399).

De acordo com Sarges (2002), o ano de 1897 significou o início de um poder que se estendeu por 14 anos, todavia, também no cenário nacional, ocorreu a grande separação do Partido Republicano, ocasionando reflexos na política de todos os Estados brasileiros. Sarges (2002) enuncia que o rompimento de Francisco Glycério com o presidente Prudente de Moraes só veio a contribuir para afastar Lauro Sodré da liderança do Partido Republicano do Pará.

Maria de Nazaré Sarges (2002) aponta que nesse mesmo ano, Antônio Lemos associou-se a Antônio e Pedro Chermont, os dois representantes de uma das oligarquias estaduais, transformando as tipografias do jornal *A Província do Pará* em um dos jornais mais modernos da região, passando a ser impresso em uma rotativa importada da Europa, ganhando nova feição gráfica, bem como a aquisição de outro prédio mais amplo no centro comercial da cidade, tornando-se o mais importante jornal do Norte e Nordeste do Brasil (SARGES, 2002). Antônio Lemos passou a possuir maior força política, e no embate destronou o seu antigo correligionário e governador do Estado, Lauro Sodré, político de expressão nacional, com assento nas cortes republicanas nacionais, que sofreu com a vitória lemista ocasionada pela pressão dos “adversários escrupulosos que sempre desdenharam lutar com certas armas” (ANDRADE *apud* SARGES, 2002, p. 52).

Alan de Souza Santos pontua que o posicionamento de Lauro Sodré na política federal coincidiu com o instante de reorganização do sistema oligárquico nos estados brasileiros, incluindo o Pará. Na divisão do Partido Republicano Federal (PRF), antigos aliados históricos de Lauro Sodré, como Justo Chermont, mantiveram-se ao lado do presidente Prudente de Moraes, agrupando-os no Partido Republicano Paraense (PRP), esses políticos ficaram sob a liderança de Antônio Lemos, senador estadual e Intendente de Belém por quase 15 anos (SANTOS, 2020).

Santos (2020) assinala que os lemistas alcançaram bastante sucesso ao estabelecer alianças com as elites locais do Pará, além dos setores que dominavam a política brasileira e, por outro lado, Lauro Sodré assumiu o lugar da oposição política ao manter-se ao lado de Francisco Glycério, político republicano do Estado de São Paulo. William Gaia Farias apontou que a divisão entre os grupos políticos lauristas e lemistas marcou os jogos políticos no Estado do Pará durante a virada do século XIX para o século XX, disputando a todo momento o controle do poder no estado, com Lauro Sodré mantendo-se na oposição política; por outro lado, Antônio Lemos alinhado ao presidente da República, Prudente de Moraes, e sujeito à instabilidade nos jogos políticos dos estados brasileiros (FARIAS *apud* SANTOS, 2020).

Agnello Meira (1918), na obra “*Lauro Sodré, a evolução política do Pará*”, narra as ações de Lauro Sodré após o término de sua primeira gestão, dando especial destaque aos momentos ocorridos após a saída de Sodré do governo do estado, no ano de 1897. Agnello Meira ressalta que neste ano inicia “a grandiosa lucta de combatentes estoicos, que veio, através de três lustros²², triumphar, mas triumphar heroicamente, no dia 27 de Dezembro de 1916. Realmente nella se accentuaram esses factos extraordinários, memoráveis” (MEIRA, 1918, p. 12).

Agnello Meira discorre acerca da situação política de Belém no ano de 1912, elencando a transição do governo estadual do Dr. João Coelho para um novo governo, no qual imperavam as disputas políticas entre lemistas, coelhistas e lauristas:

Quando se estabeleceu a recusa do dr. Lauro Sodré á suprema gestão do Estado e se negociava no Rio a sucessão ao dr. João Coelho, os seus amigos resolveram apresental-o candidato a uma das vagas da senatoria federal pelo Pará (1912). [...] E o 65lustre dr. Lauro Sodré ficou no seu logar de honra, sendo a despeito de tudo, eleito senador federal pela vontade quase unanime dos seus coestadanos (MEIRA, 1918, p. 19).

²² Três lustros totalizam quinze anos.

Agnello Meira refere-se ao governo estadual do Dr. João Coelho (1912-1916), que sofria investidas de subordinação de Antônio Lemos “aos seus caprichos”, uma vez que o seu partido havia conseguido eleger o governador, “na doce esperança de continuar a política violenta e autocrata, que há longos anos martyrisara os legionarios da oposição ativa, que encarnava em Lauro Sodré” (MEIRA, 1918, p. 12). Maria de Nazaré Sarges (2002) ressalta que a situação na cidade de Belém estava caótica, pois, de um lado, o jornal *Folha do Norte* e, de outro, *A Província do Pará* disputavam a liderança dos acontecimentos, com a polícia não conseguindo obter o controle dos tumultos, agindo sempre de acordo com a opinião expressada pelo jornal laurista *Folha do Norte*, que criticava a prudência da polícia, a qual não continha a multidão revoltosa e apoiadora de Antônio Lemos (SARGES, 2002).

É nesse cenário que algumas mulheres, como Maria da Fonte, aparecem liderando quebra-quebras, incêndio de quiosques e destruição de placas públicas (SARGES, 2002). Sarges (2002, p. 78) assinala que as mulheres da elite paraense apresentaram uma outra forma de luta em nome do “soerguimento moral da sociedade” e, por isso, organizaram-se em ligas femininas para combater Antônio Lemos e apoiar a candidatura de Lauro Sodré para mais um novo governo do Estado.

Em meio à turbulência política na cidade de Belém, Lauro Sodré resolveu voltar à Belém no mês de agosto para dar apoio ao grupo coelhista, fazendo explodir uma série de incidentes, culminando em uma tentativa de atentado ao político paraense (SARGES, 2002). A tentativa de assassinato foi imputada ao grupo lemista pelo jornal laurista *Folha do Norte* que, por intermédio de um editorial, culpava os assassinos que estariam escondidos na sede do jornal *A Província do Pará* (SARGES, 2002).

A cidade transformou-se em praça de guerra, cujo desfecho do conflito aconteceu no ato do incêndio do edifício do jornal *A Província do Pará* e da casa do intendente Antônio Lemos, fato em que os populares arrancaram o “Velho” intendente de sua casa e o humilharam no caminho feito até à prisão (SARGES, 2002). Agnello Meira narra estes fatos trágicos ocorridos em Belém da seguinte forma:

Após os violentos acontecimentos de 1912, estando ainda fumegantes os escombros d’ “A Província” [do Pará] e frescas as sepulturas das victimas de 29 de agosto um latente movimento de represálias se operou no seio do partido vencido pela voragem das *revanches* populares (MEIRA, 1918, p. 16).

As notícias do motim espalharam-se pelo país, transformando-se em debates no Senado e na Câmara Federal, bem como estamparam as manchetes dos jornais das grandes

capitais brasileiras (SARGES, 2002). Agnello Meira (1918, p. 16) assinala que, em meio a este cenário caótico em Belém, “o povo, de joelhos, pedia a Lauro Sodré que aceitasse a sucessão governamental do Estado” e, dessa forma, em primeiro de fevereiro de 1917 a 1921, Lauro Nina Sodré assumiu a governança do Estado pela segunda vez, com sua pregação republicana e credo positivista. Para tanto, discursou em sua mensagem ao Congresso Legislativo do Pará:

São públicas e notórias as origens do movimento, de que resultou ficar o meu nome obscuro em ruidosa evidência e ser trazido até o alto honroso posto, em que nesse momento está chegando. Em derredor de mim se ajuntaram correntes de opinião pública. E para que se desatasse como se desatou a luta aqui travada, foi necessário que os congregássemos os que tínhamos ideais comuns, os que viram que, dada a situação angustiosa a que o Estado foi levado, era para todos nós o primeiro dos deveres lidar por que todos os homens de boa vontade e são consciência se juntassem num supremo esforço pelo bem, impedindo que iam forçosamente decorres de uma tremenda crise política qual se abriu aqui (BORGES, 1983, p. 341).

Ricardo Borges (1983) elenca que, ao retomar o poder, o referido governador delibera suas palavras com uma preocupação evidente acerca do governo que se apresentou a ele, devido não encontrar a situação do Estado como a deixou no governo anterior (1891-1897), que aconteceu em plena ascensão do preço da borracha. Porém, em 1917, no início do seu segundo mandato, o governo do Estado estava passando por uma crise econômico-financeira densa desde o governo anterior, pois a receita arrecadou mais que as despesas orçadas (BORGES, 1983).

Barbara Weinstein assinala que no plano internacional, em janeiro de 1910, o mundo industrial foi subitamente acometido por grave crise da febre da borracha após dois anos de aumento de preços firmes, porém gradativos (WEINSTEIN, 1993). Uma alta sem precedentes no valor da borracha fez com que os capitalistas de todo o mundo se lançassem a investir apressadamente na produção da borracha bruta, fazendo com que, nos meses que se seguiram, centenas de companhias, representando milhões de libras esterlinas de capital, surgissem da noite para o dia. Em maio de 1910, a febre se arrefeceu, parecendo natural que os preços se estabilizassem no início, e até mesmo caíssem um pouco, mas ninguém estava preparado para o violento mergulho que deu o mercado da borracha bruta nos meses finais do ano de 1910, chegando a menos de 1 dólar e vinte centavos no mês de novembro, voltando a desabar no limiar do ano de 1911, gerando convulsões na economia política de Belém (WEINSTEIN, 1993).



Seção III
O ENSINO – REVISTA MENSAL DE PEDAGOGIA E
LITERATURA (1918-1919): processo de produção



Nesta seção, a partir da análise da revista em estudo, relaciona-se o objeto na sua materialidade, a fim de compreender como se consolidou a forma, a frequência, o dispositivo e a sua estrutura (CHARTIER, 1991). Ademais, apontar as mudanças encontradas entre os quinze números publicados, bem como sua organização, identificação, editorial, entre outras estruturas que englobam todo o seu projeto gráfico, no intuito de compreender o processo de produção e circulação.

Ao considerar o contexto histórico da primeira república, evidencia-se como principal função da revista o fornecimento de (in)formação para os professores do Ensino Público Primário do Estado do Pará. Vale ressaltar que o público leitor era composto, em maioria, por professores, porém se diversificava entre outros profissionais que tinham interesse no conteúdo de *O Ensino*, o qual foi capaz de engendrar uma nova mentalidade diante da busca pelo padrão de ordem e da moral do homem republicano que compunha o novo cenário político, econômico e social paraense no início do século XX.

A vista disso, entendemos a revista como suporte de uma “prática social”, que fala de um “lugar social”, relacionada a uma época e a um dado tempo histórico, articulada pela intencionalidade que a constitui (CRUZ; PEIXOTO, 2007). Neste sentido, entendemos que os textos, os estilos de letras, os registros tipográficos, as imagens, as temáticas, a diagramação, ou seja, todo o conjunto de suporte material da revista se organiza para compor um cenário que detém uma historicidade de especificidades próprias, relacionadas à imprensa e à sociedade.

Neste aspecto, é profícuo apresentar as ideias de Martins (2008) sobre o valor da imprensa (revista), quando diz que os jornais, em maioria, se dedicam a noticiar a maior parte dos conteúdos com teor político e de divulgação imediata, já as revistas publicam temas variados de forma mais elaborada. Para a autora, a revista possui:

[...] o mérito de condensar, numa publicação só, uma gama diferenciada de informações, sinalizadoras de tantas inovações propostas pelos novos tempos, intermediando o jornal, as revistas prestaram-se a ampliar o público leitor, aproximando o consumidor do noticiário ligeiro e seriado, diversificando-lhe a informação. E mais – seu custo baixo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, distinguiu-a do livro, objeto sacralizado, de aquisição dispendiosa e ao alcance de poucos (MARTINS, 2008, p. 40).

De acordo com o explanado acima, a diversificação de temáticas e informações, o formato, com poucas páginas, e as ilustrações são características significativas do suporte das revistas publicadas neste período no território brasileiro. Martins (2008) comunga das palavras

de Midosi²³ (1979), ao conceituar o sentido e a importância do impresso revista e seu suporte, que passa a ter aproveitamento múltiplo capaz de:

[...] dar ao nosso povo conhecimentos que lhe são necessários acender a superior esfera no vasto sistema de luzes humanas. Na revista dão-se a ler, sem risco de cansaço, artigos sobre todos os conhecimentos assuntos por onde anda os pensamentos, a imaginação, a análise, o ensino do homem. Não se trata ali de uma só matéria, como o ordinário no livro singular, ou de mais matérias em rápido percurso como no jornal, mas de todas com a conveniente demora, em forma de extensão, proporcionadas aos espíritos (REVISTA BRASILEIRA, 1879, p. 19 *apud* MARTINS, 2008, p. 63).

Neste pensamento, o autor demarca o impresso revista e sua modernidade quanto ao seu tamanho, modo, uso e formato, com a ideia de levar à sociedade o conhecimento diversificado, de maneira ligeira e com uma leitura aprazível a molde de novas práticas para ler.

Sob a mesma ótica, Tânia de Luca (2006) acrescenta que as revistas ilustradas e de variedades no Brasil tiveram suas publicações iniciais em 1900, a exemplo cita-se “A Semana” por Alvaro Teffé, na cidade do Rio de Janeiro, que para a autora são denominadas em “tempos eufóricos”, pois ela caracteriza ter:

[...] apresentação cuidadosa, de leitura fácil e agradável, diagramação que reserva amplo espaço para imagens e conteúdo diversificado, que poderia incluir acontecimentos sociais, crônicas, poesias, fatos curiosos do país e do mundo, instantâneos da vida urbana, humor, conselhos médicos, moda e regra de etiqueta, notas policiais, jogos, charadas, e literatura para crianças, tais publicações forneciam, um lauto cardápio que procurava agradar a diferentes leitores, justificando o termo variedades (LUCA, 2006, p. 121).

Diante do exposto e com o correspondente crescente de circulação dos impressos, cada vez mais a sociedade se rendia à tipografia, e decerto a revista *O Ensino* também procurou acompanhar o modelo de modernidade a ser seguido, até mesmo para tornar evidente que o povo paraense estava inserido no processo civilizatório, na busca pelo progresso, e possuía homens com capacidades intelectuais para promover os conhecimentos recomendáveis.

²³ Nicolau Midosi (1879-1881) foi editor na terceira fase da Revista Brasileira, a revista está na sua oitava fase e é editada pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Para mais informações, ler obra *Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*, São Paulo (1890-1922).

3.1 A revista O Ensino dada a ler

No seio da sociedade moderna a tarefa dos que professam as artes e officios exige deles a preparação indispensável, a cultura do espirito, que só lhes permitirá ser os instrumentos uteis e fecundos da obra de progresso e crescimento, que a humanidade atravessa agora. [...] Estão fazendo para que a instrução dia a dia suba de nível e não tardem, saudar a aurora, que nos alumie e que não tenha que deixar-nos vexados porque em nosso meio vivem homens analfabetos que gritam pedindo luzes para o espirito com as mesmas ancias com que os famintos pedem pão para o corpo (SODRÉ, 1918, p. 2)

Imerso em um discurso progressista republicano, a educação era o escape do mundo da ignorância vivenciado pela sociedade paraense. A epígrafe acima faz parte das palavras de saudação e do reconhecimento do governador do Estado, Lauro Sodré, pela publicação da edição de nº 01, de 1918, da revista; as suas palavras revelam o cuidado e, ao mesmo tempo, a inquietação acerca das altas taxas de analfabetismo que assolavam o Pará, além da árdua tarefa que os editores e redatores, mestres do ensino, teriam em difundir novas ideias e condutas para a política vigente.

Para o ideário republicano, não cabia, em uma sociedade rumo ao progresso, uma população sem instrução e educação; então, a rudez e a República não podiam caminhar juntas em congruência para o futuro da nação. Vale sublinhar que o Estado era o principal responsável pela projeção dessa educação e civilização do povo paraense e pela criação de seus canais de possibilidades para que se consolidasse no seio social. Dessa maneira, a imprensa da revista atuou diante de um cenário de escassez intelectual e moral e procurou engendrar uma nova mentalidade e fazer circular ideias para promover e fortalecer a nova ordem republicana, via impresso, que se distendia para além de uma educação formal.

Diante disso, é importante expor que o regime republicano revelou que uma grande parte da população vivia em estado de insalubridade e descômodo social, condições que deveriam ser combatidas e eliminadas, porém os discursos que circulavam na sociedade eram a imagem da prosperidade social, por meio de um mundo civilizado, aos moldes europeus. Para isso, a alocação de Sevckenko (2003, p. 41) mostra que: “O progresso significava somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde ‘nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa’ [...]”.

Nessa perspectiva, um novo projeto nacional para a projeção do país era a principalidade a ser alcançada. O avanço científico projetou o homem para o futuro e para novas experiências do mundo moderno. A capacidade que o homem tinha de manusear as máquinas

nas indústrias era um exemplo dessa modernidade, bem como os modos de vida das pessoas, com seus usos e costumes, modo de agir e pensar, maquiavam a postura reguladora que deveria ser seguida. Porém, não era o que se observava, principalmente quando se falava de classe popular.

Sarges (2010) acentua que o aceleração do desenvolvimento urbano e industrial no Pará se intensificou com a implantação da República, e o estado tinha uma função indispensável: ser o patrocinador da modernização. Neste aspecto, Sarges (2010, p. 150) pronuncia:

O desenvolvimento urbano que se gestava há algum tempo acelerou-se com a implantação da República que, enfatizando a descentralização, deu maior autonomia à aplicação dos impostos, além de conceber ao Estado maior participação da renda concernente à exportação da borracha. Esse momento de transformação pela qual passou a Amazônia, especificamente Belém, coincidiu com a modernidade surgida em Paris e Viena.

É importante frisar que a autora elucida acerca da modernidade na cidade de Belém, comparando-a com o progresso da Europa (Paris e Viena). Em consonância com este propósito social e econômico, Belém foi arquitetada no governo do intendente Antônio Lemos, quem materializou as construções de avenidas, praças, coretos, palacetes, entre outros monumentos da cidade, além da criação das fábricas, indústrias, hospitais, portos e ferrovias que ilustravam os padrões civilizados de expansão capitalista (SARGES, 2010).

Sevcenko (2003, p. 97) discursa que “a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e ilimitadas”. Este ideário serviu de fomento para as aspirações políticas e sociais do republicanismo e abriu portas para os homens de letras propagarem a disseminação de ideias acerca do ensino destinado à classe popular, que somava um considerável número populacional. Sobre isso, a publicação do texto (1919) “O analfabetismo no Brasil”, na revista *O Ensino*, elucida a seguinte estatística:

A cada mil habitantes são analfabetos 832 [na] Parahyba, no Piauí com 827, Pernambuco com 807, Alagoas com 800, Rio Grande do Norte com 796, Ceará e Goyaz com 782 cada, Bahia com 772, Estado do Rio com 769, Paraná com 761, Sergipe e São Paulo com 753 cada, Maranhão com 746, Minas Geraes com 744, Santa Catarina com 743, Espírito Santo com 731, Matto Grosso com 730, Pará com 700, Amazonas com 679, Rio Grande do Sul com 674, Distrito Federal com 481 e 519 letrados” (C. P., 1919, p. 92-93).

Diante dessa realidade, foi necessário combater o estado de calamidade e ignorância que assolava o país, em especial o Pará. Dito isso, considera-se a imprensa o canal de difusões de ideias do poder ideológico, e é nela que os intelectuais se alicerçam para mobilizar opiniões. Os apontamentos de Santos e França (2020, p. 9) orientam que: “A imprensa se inseriu no contexto da República no Pará, liderada por homens de engajamento político e grande influência no meio educacional. A imprensa paraense se assentou como suporte político e social para ecoar os ideais republicanos”.

Por conseguinte, junto ao apoio do Governo Estadual, entende-se que a revista *O Ensino*, como um guia pedagógico para professores, foi pensada e elaborada pelos professores²⁴ do Ensino Público da Escola profissional do Estado, conhecida como Instituto Lauro Sodré (I.L.S.), que pertencia à diretoria de Instrução Pública do Estado do Pará. O periódico era impresso e encadernado nas oficinas do I.L.S., pelo corpo de aluno e com o auxílio dos mestres de ofícios.

A referida Instituição sempre era posta em destaque nas publicações por ser observada como instituição modelo, e nela era ofertada a educação para meninos em situação de pobreza e orfandade, garantiam-lhes uma formação pública primária, artística, com o direcionamento para formação nos ofícios de: “carpinteiro, marceneiro, tipografo, impressor, encadernador, serralheiro mecânico, funileiro, sapateiro e alfaiate” (SOUSA, 2010, p. 159). Nas palavras de Sodré (1918, p. 2):

Á Casa de Ensino e educação aberta aos filhos do povo, os quaes para ella entram crianças e pobres, em sua maioria victima da desventura, que os orfanou, sem tectos e sem pão, e que de lá saem, tempos depois, moral e materialmente fortes. [...] a abrigar o que serão mais tarde operários inteligentes, bebido que seja o ensino, que nelle se lhes ministra. [...] A missão do operário, que é um fator consciente da Obra de civilização e de avanço, que vae conduzindo a humanidade a largos passos para o futuro.

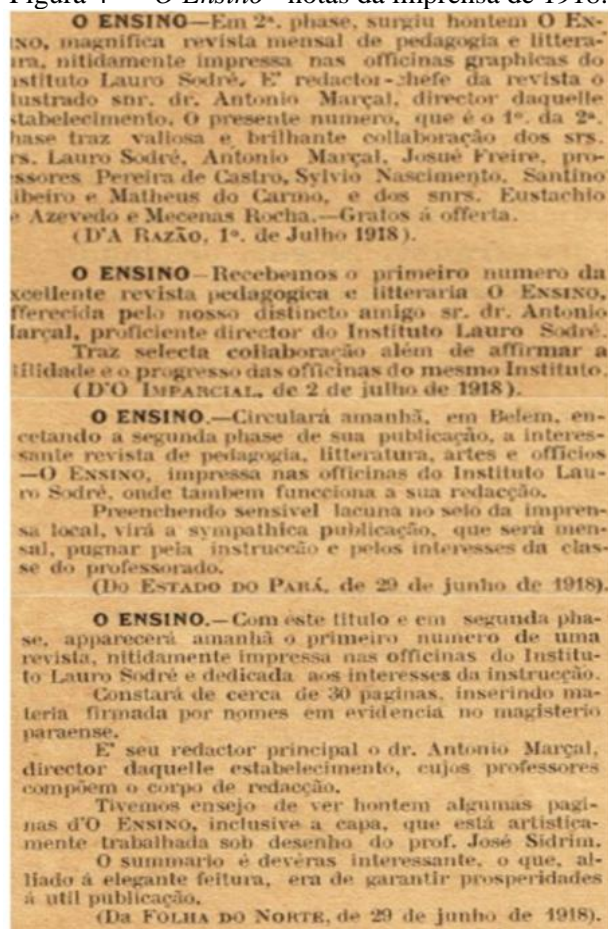
Além do aproveitamento da mão de obra gratuita dos meninos na produção do material impresso, agregava-se o valor do trabalho para o homem do futuro. Concomitante a este cenário, a arte da tipografia/imprensa foi a grande aliada do corpo editorial da revista, que previamente examinava e selecionava os textos postos em circulação. Nesse sentido, o grupo de intelectuais era composto por: Antonio Marçal, que era diretor do Instituto Lauro Sodré e exercia a função de redator-chefe; os redatores/professores: Pereira de Castro, Sylvio Nascimento, José Sidrim, Santino Ribeiro, Figueiredo e Sousa e Gasparino Silva; administrador

²⁴ A trajetória dos professores será descrita no desenvolvimento deste texto.

técnico: Vicente Silva; e diretor-gerente: Raimundo de Oliveira Machado. Esses faziam parte de um coletivo, eram promotores da educação no Estado.

Em 1918, a imprensa de grande circulação local e interestadual, bem como a *Folha do Norte*, *Estado do Pará*, *D'A Razão*, *D'O Imparcial*, *D'A União*²⁵, divulgou, após o recebimento de um exemplar da revista, o lançamento do primeiro número que circulou em 30 de junho de 1918, correspondente à segunda fase da revista *O Ensino*, que era dedicada aos interesses da instrução pública; a fim de potencializar a ideologia do republicanismo e as relações entre a cultura e o trabalho, funcionou como subsídio para localizar a função da escola e do Ensino Primário, já que o ofício e a ação pedagógica do professor passou a ser insubstituível junto a sua atuação para o social. Vide Figura 4.

Figura 4 – “*O Ensino*” notas da imprensa de 1918.



Fonte: *O Ensino* (n. 7, 1919, p. 51).

A revista citada alhures assumiu o papel duplo no Estado, pois tinha como finalidade o propósito político e educacional de difundir preceitos liberais para gerir aspectos

²⁵ Jornal que circulava no estado da Paraíba no período.

civilizatórios, tendo como ponto de partida a valorização da instrução e educação, sobretudo para a “infância desvalida”²⁶, no sentido de construir uma nova identidade nacional. Sobre isso, Marçal (1918, p. 1-2) menciona que:

A revista aparece no momento preciso para combater o analfabetismo e divulgar os meios de defesa da saúde, estabelecimento as grandes leis da hygiene do corpo e da alma. [...] O Ensino reencentra a campanha do Bem: as batalhas que tem de pelear são de extermínio do obscurantismo e de destruição de qualquer mal de qualquer maneira, procurando deixar refletir no espelho da nossa consciencia a imagem sagrada da Patria integra e forte.

Associado a este entendimento, Bastos (2002, p. 174) aponta que “a criação de periódicos pedagógicos pode ser explicada tanto por fenômeno de ordem propriamente educativa, como por fatos de ordem social ou de ordem política”. Neste entendimento, a revista não faz política partidária, ela “advoga uma causa politico-social’ em benefício da patria, trabalha a favor do ‘preparo physico e moral da nova geração brasileira, destinada a dar brilho e renome ao colosso sul-americano que a natureza fadou [...] aprender e ensinar, educando e instruindo” (MARÇAL, 1918, p. 26). Nesta lógica, o pensamento da elite intelectual e a política do Brasil fizeram funcionar leis de acordo com uma proposta patriótica para erguer a modernização nacional (RIZZINI, 2011).

3.2 Os aspectos gráficos e materiais da revista: paginação, periodicidade, formato, capas, sumário e propagandas

Na perspectiva de entender o projeto da revista e suas peculiaridades, faz-se necessária a compreensão de sua materialidade: do formato, da composição e das estratégias utilizadas pelos redatores e editores com o intuito de fazer circular os discursos ali inseridos. A revista é concebida neste estudo como um canal de divulgação de pronunciamentos que atuam na formação civilizatória de um momento histórico e, deve-se frisar, que ela é “uma prática constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza opiniões e interpretações que pretendem [ser] compartilhadas e universais” (MACIEL, 2004, p. 15), por isso, assume a posição de instrumento pedagógico direcionada a moldar as mentes de quem a ler. Neste aspecto, Chartier (1991, p. 177) relata sobre:

²⁶ Termo utilizado pelo s. exc. Dr. Lauro Sodré no discurso comemorativo do 46º aniversário da fundação do Instituto Lauro Sodré, ao se referir às crianças órfãs e pobres educadas na referida instituição.

[...] as novas perspectivas abertas para pensar outros modos de articulação entre as obras ou as práticas e o mundo social, sensíveis ao mesmo tempo à pluralidade das clivagens que atravessam uma sociedade e à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos partilhados.

À vista dos fundamentos de Chartier (1991), ao tratar das perspectivas de pensar as práticas e o mundo, da forma que os constituem, tanto no que se refere ao objeto na sua materialidade quanto no seu contexto histórico, entende-se que a arte da tipografia exerce uma tarefa difícil: despertar, conduzir e manter a atenção dos seus leitores, visto que a estética (aparência visual) e a organização devem ser articuladas para que as informações sejam assistidas e auferidas de modo adequado e eficiente. Engloba-se, para tanto, desde a escolha da fonte tipográfica, o tamanho, os ornamentos e as imagens que compõem a revista, as quais estão presentes no processo de criação e transmissão cultural. Sobre isso, a revista era considerada:

[...] de incontestável merecimento e que muito honra a arte da typographia no florecente Estado do Pará. A parte intelectual está a altura da dedicada missão em que se empenha, e agrada sobremaneira pela singeleza e profundidade com que ventilam os mais variados assumptos que entendem de perto com o ensino e educação (O ENSINO, 1919, p. 55).

Honrada pela imprensa de grande circulação do Estado do Pará, a revista era prestigiada por meio de notícias que qualificavam o conteúdo, tanto material quanto intelectual, divulgado por ela.

Tal reconhecimento e importância do periódico, como o aqui explanado, conduzem pesquisadores que buscam a imprensa como fonte/objeto de estudo. A exemplo: Biccás (2008) que, ao avaliar a materialidade de um impresso chamado *Revista do Ensino* em sua pesquisa²⁷, aborda que é necessário compreender os “aspectos de produção e circulação”, além de destacar a importância de estudar a periodicidade, circulação, distribuição e tiragem; formato e modo de manipulação. Segundo a referida autora, estas primícias servem de suporte para compreender sua produção e o tempo histórico vivenciado pelos leitores e produtores (BICCAS, 2008).

Em proeminência aos apontamentos da pesquisadora, o Quadro 2 possibilita examinar, de maneira geral, os aspectos materiais da revista escolhida como fonte/objeto deste estudo.

²⁷ O estudo se refere à obra “O impresso como estratégia de formação: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1940)”, produzida por Marilene de Souza Biccás em 2008.

Quadro 2 – A composição material da revista O Ensino (1918-1919).

Ano	Nº publicação	Número de páginas	Formato Vertical (cm)	Capa	Cores (capa)	Nº Textos	Sumário	Ilustrações	Propaganda
1918	01 (jun.)	22	27 x 19,5	Sim	Sim	14	Sim	Não	Sim
1918	02 (jul.)	40	27 x 19,5	Sim	Sim	19	Sim	Não	Sim
1918	03 (ago.)	52	27 x 19,5	Sim	Sim	23	Sim	Não	Sim
1918	04 (set.)	54	27 x 19,5	Não	Sim	20	Sim	Não	Sim
1918	05 (out./nov.)	42	27 x 19,5	Sim	Sim	22	Sim	Não	Sim
1918	06 (dez.)	72	27 x 19,5	Sim	Sim	29	Sim	Não	Sim
1919	07 (jan.)	66	27 x 19,5	Sim	Sim	32	Sim	Não	Sim
1919	08 (fev.)	56	27 x 19,5	Sim	Sim	30	Sim	Não	Sim
1919	09 e 10 (mar./abr.)	48	27 x 19,5	Sim	Sim	24	Sim	Não	Sim
1919	11 (maio)	60	27 x 19,5	Sim	Sim	21	Sim	Não	Sim
1919	12 (jun.)	102	27 x 19,5	Sim	Sim	41	Sim	Sim	Sim
1919	13 e 14 (jul./ago.)	62	27 x 19,5	Sim	Sim	21	Sim	Sim	Sim
1919	15 (set.)	60	27 x 19,5	Sim	Sim	26	Sim	Sim	Sim

Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Em concordância com os dados do Quadro 2, dividido em 10 colunas, o editorial da revista, em sua segunda fase, produziu seis publicações no ano de 1918 (junho a dezembro) e nove em 1919 (janeiro a setembro), totalizando quinze números (posteriormente, a referida coleção será apresentada nas Figuras 5 e 6). As laudas das revistas acompanhavam uma paginação sequencial de 02-278 (1918) e 02-384 (1919), que facilitava o agrupamento por ano, produzindo um único volume, que era ofertada aos assinantes uma capa de luxo para tal finalidade. A recomendação de encadernar os exemplares postula-se à ideia de colecionar, manter preservado e acondicionar o material, facilitando a busca de informações e, decerto, aos leitores representava uma ideia global da proposta editorial.

Neste percurso, a periodicidade da revista *O Ensino* corresponde a edições mensais, caracterizadas como dispositivos culturais multiautorais (compostas por textos de várias autorias), que proferem discursos textuais e ilustrativos, os quais emanam valores e inculcam novas concepções aos leitores.

No que diz respeito à disposição, o referido periódico foi prensado no formato de brochura vertical, medindo 27 cm (altura) por 19,5 cm (largura), formatação mantida em todos os números publicados nº 01 – nº 15. A arte da capa, encontrada em todas as publicações analisadas, exceto a de nº 4 de 1918, foi desenhada pelo professor José Sidrim²⁸ (O ENSINO, 1919, p. 54), que também era um dos redatores da revista. Nela era exibido o nome do periódico nas mesmas cores do desenho.

Nesta sequência, prensado em letras maiúsculas o nome “*O Ensino*” acompanhava o desenho gráfico da capa, e em fontes menores e finas o complemento do nome: “*revista mensal de Pedagogia e Literatura*” (este complemento constava apenas nas publicações dos números 01 a 11). A justificativa para denominação conter a palavra “Pedagogia” em sua composição se dá por meio da circulação de textos relacionados ao ensino, à higiene, à saúde, aos assuntos pedagógicos (informações sobre a cultura pedagógica mundial), atos do governo, entre outros, a fim de contribuir para a formação de professores e para o progresso da ciência. O uso da palavra “Literatura” justifica-se pela presença dos poemas, partituras musicais, canções infantis, peças teatrais e crônicas. Já nas demais publicações (nº 12 a nº 15) a denominação sofreu uma modificação e passou a ser intitulada, em fontes menores, “*Revista mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Offícios*” demonstrada na Figura 7.

A partir da publicação de nº 12 são introduzidas imagens fotográficas com o intuito de divulgar os meios de produção do periódico, os atores sociais (alunos, professores, diretores, governador do estado, entre outros), festas/momentos cívicos e outras ocasiões que remetiam ao ensino do Estado. De certa maneira, tais práticas exibiam sujeitos que estavam trabalhando para o engrandecimento da pátria, que visou a “transformação dos indivíduos em cidadãos solidários ao ideário burguês” (NICOLAZZI, 2000, p. 2), ou seja, engendrar uma mentalidade positivista a tornar o homem apto ao trabalho e subserviente à pátria.

Ao analisar o periódico pedagógico, percebe-se que carrega consigo características específicas atribuídas pelos editores, que vão sendo moldadas em concordância com suas finalidades. Neste ângulo, destaca-se que a capa da revista pode ser considerada um “protocolo de leitura”, pois nela são aplicadas cores, imagens, ornamentos, letras, entre outros elementos designados a um propósito comunicativo que atinge um significado exclusivo para seus leitores. Em conformidade com Chartier (1998) a imagem, por exemplo, pode significar para o leitor um “lugar de memória”, que através de sua representação indica vestígios do passado (história)

²⁸ Exercia a função de professor de desenho gráfico no Instituto Lauro Sodré.

e a remete a um significado. Para tanto, propõem-se as interpretações de Chartier (1991, p. 17), ao afirmar que as representações:

[...] são sempre determinadas pelos interesses de grupo que os forjaram. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem utiliza. As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso, esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competição cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação.

Ao fazer uso do conceito acima, entende-se, perante a análise, que a imagem é um tipo de texto, porém sem presença da escrita; faz-se uma leitura do contexto visual, por esse motivo a compreendemos como uma representação vinculada a uma conjuntura histórica.

Durante a catalogação, observou-se que todas as capas possuíam o mesmo desenho gráfico, como já explanado, porém evidencia-se os elementos que faziam parte, representavam a cultura escolar e aliavam-se ao patriotismo, tais como: o globo terrestre, o livro, a pena (caneta tinteiro), pincéis de pintura, régua, mesa escolar, papéis, compasso e martelo (elemento de trabalho da marcenaria). De acordo com Carvalho (1990, p. 10), “o imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...] mas também [...] por símbolos, alegorias, rituais e mitos”.

Símbolos estes que a equipe editorial fazia questão de manter na composição da capa, pois os elementos supramencionados representavam a escola inserida no contexto republicano, imersa na cultura dos sentimentos cívicos, a qual se comprometia em intelectualizar os sujeitos, em especial a infância pobre que, mediante sua condição social, caminhava junto com o analfabetismo. O ideário para o futuro da nação estava pautado em cuidar e tornar a infância um instrumento consciente de sua existência, por isso entende-se que era necessário instruir e educar, garantindo-lhes o estudo e um ofício para fazer-lhes sujeitos dotados de virtude moral e cívica, pois para a época a criança:

é, por sua idade um ser sem característico algum de ordem moral; entra na vida às cegas: ignora tudo – o começo, os meios e os fins de sua existência; traz a alma vazia de ideias, não conhece as vias do destino, não distingue o bem e o mal, o relativo e o absoluto. A justiça, a caridade, a honra, os benefícios da instrução e os males da ignorância, o patriotismo, a moderação, são nomes sem significação positiva (MATTOS, 1919, p. 85).

Sobre o exposto acima, no texto intitulado “Palestras Escolares”, a autora discursa acerca do papel do professor na formação das crianças para uma sociedade patriótica e o valor do ensino primário como atributo *sine qua non* para o desenvolvimento intelectual da infância, pois perante a política vigente, elas seriam o futuro da nação e, por esse motivo, o ensino era promovido pelo estado com vistas a formar sujeitos habilitados para o mundo do trabalho e para si.

Nas palavras de João Pereira de Castro, no 46º aniversário de fundação do Instituto Lauro Sodré, os meninos desvalidos eram educados a partir do ideário republicano que:

Conquistaram na escola e na officina, um duplo diploma que os ingressará na sociedade e na vida, na comunhão dos homens e na comunhão das idéas, como moléculas vivas do organismo nacional capazes de fucções uteis e de sãs vibrações patrioticas. São operarios que sabem lê e escrever, que sabem pensar e sentir [...]. São novos estatuarios do progresso (CASTRO, 1918, p. 9).

Sob esta perspectiva, o governo de Lauro Sodré investiu na educação das classes populares, já que o propósito do republicanismo era eliminar a ignorância da população analfabeta, vista como elemento incapaz e responsável pelo não progresso da nação. Deste modo, a tarefa da educação era tornar “o organismo” (nação) intelectualizado, saudável, moralizado e patriota.

Ao avaliar o desenho da capa da revista, nota-se a representação do discurso educacional republicano. Dito isso, descreveremos a seguir o que se depreende de cada elemento da capa.

- a) a mesa é um objeto da cultura escolar, o lugar de produzir conhecimento.
- b) os pincéis eram representações das oficinas de artes, práticas relacionadas ao processo civilizatório aos moldes europeus;
- c) o globo reporta-se ao ensino da geografia em si: a descrição e o reconhecimento da Terra como campo da atividade humana e conhecimento da sua forma física;
- d) a caneta evidencia o ensino da leitura, da escrita e o aprimoramento das teorias gramaticais que valoravam a Língua Portuguesa, a fim de alcançar a intelectualidade e sanar o analfabetismo para, assim, exaltar a cultura patriótica;
- e) o martelo está ligado ao ensino técnico e profissional de modo a valorizar o mundo do trabalho;
- f) a régua estava ligada ao ensino da matemática, visto que o saber somar e subtrair relacionam-se ao processo de civilidade;

g) o livro possui significado plural, dentre eles: detentor do conhecimento e personificação do professor, uma vez que é dotado de conhecimentos e capaz de formar e nutrir a alma com bons pensamentos. Posto isso, a instrução é o caminho pelo qual a civilização é alcançada “o progresso material, intelectual, moral dum povo assentam, exclusivamente, na instrução [...] reconhecida como a base capital da prosperidade e do nome das nações” (MATTOS, 1919, p. 84).

A capa da revista também anunciava o local de produção e edição, o qual estava destacado em todos os números “*Officinas e Redacção Instituto Lauro Sodré*”, fixado entre as duas linhas gráficas, localizado na parte inferior do desenho da capa, demarcando as validações educativas da Escola Profissional do Estado do Pará²⁹, sobretudo a escola como base para formação científica e intelectual dos professores e alunos da renomada instituição (instrução pública paraense) capaz de conduzi-los à civilidade.

Para Chartier (1991) a capa é um dispositivo tipográfico, fruto do trabalho da mediação editorial a qual se reporta, também, ao conteúdo da revista. Diante dessa realidade, observa-se que a capa de luxo do ano de 1918, utilizada para encadernar todos os números do referido ano, (Figura 8), era uma produção especial e, por esse motivo, o desenho destacava-se na cor dourada; o tipo de papel era com textura de baixo relevo e em cor azul de tonalidade clara; o nome principal da revista, prensado em duas cores: azul e uma letra (E) em destaque na cor vermelha. Evidencia-se, nessa edição, a frase em latim “*Pax et labor*”³⁰, que possui um sentido cultural importante no contexto republicano, uma vez que o “labor” é resultado de um processo cultural que tem uma finalidade específica em cada tempo histórico e é uma prática que o homem impôs a si mesmo diante da modernização do país, das novas tecnologias, das correntes filosóficas que se instalaram no seio social.

Atrelado a essa riqueza de detalhes que a diferencia das publicações mensais, há na capa da revista de luxo a imagem de duas abelhas libando o néctar de duas flores, representação perfeita para descrever os alunos do Instituto Lauro Sodré, que laboriosos e sedentos vão em

²⁹ Segundo Silva, no Instituto Lauro Sodré funcionavam as oficinas que diziam respeito às artes, ofícios e indústrias propriamente ditas; eram igualmente ministrados em seis anos, sendo quatro de estudo e dois de especialização. Os cursos industriais eram sete: carpinteiro, marceneiro e torneiro; tipógrafo e impressor; encadernador; serralheiro mecânico; funileiro; sapateiro, surrador, curtidor e correeiro; alfaiate. Na oficina tipográfica eram realizados trabalhos de impressão de diversas obras, mapas, prospectos, tiragem a tempo fixo; composição e impressão de livros etc.; prática de todas as máquinas. Na oficina de encadernação, era ensinada a prática de encadernar os livros; os alunos aprendiam sobre o corte, a costura e a colagem das folhas de papel para receber as capas. Nesta oficina era efetuada a encadernação da produção da oficina de tipografia e impressão (SILVA, 2020)

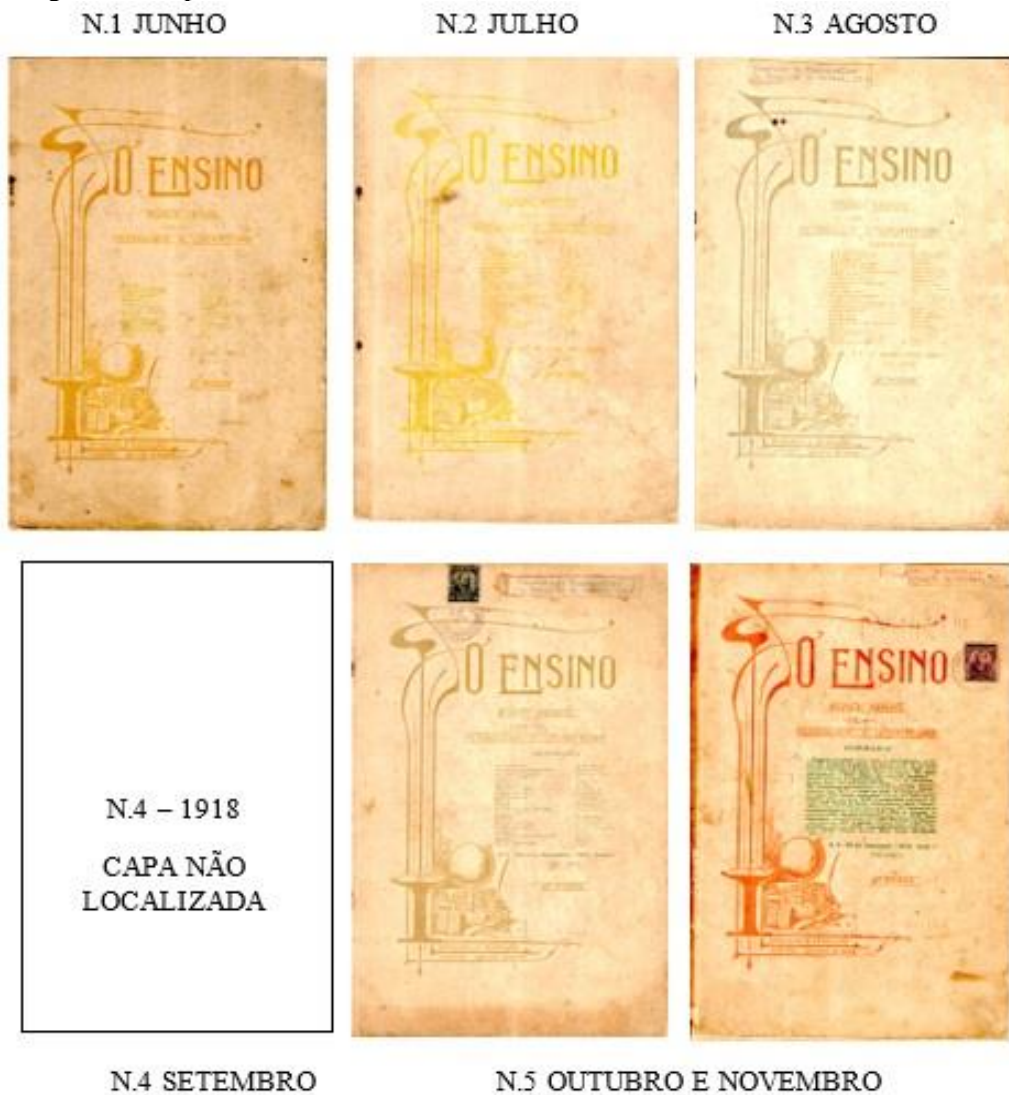
³⁰ Tradução: Paz e trabalho.

busca de conhecimento tal qual as abelhas vão em busca do mel. De certa maneira, entende-se que para educar e instruir um sujeito era necessário fazê-lo evoluir, ter um ofício, uma profissão, ser produtivo e promover seu próprio sustento. Na narrativa da revista, em sua primeira publicação, circulou o texto chamado “O bom caminho” que incitou seus leitores a entender o verdadeiro valor da escola e a capacidade/missão do “mestre-escola” de formar bons cidadãos. Por conseguinte, o texto comunica que:

A escola é a colmeia; os estudantes, as abelhas laboriosas, sôfregas de idéias, como as verdadeiras sedentas de mé. As abelhas libam o néctar do perfumoso coração das flôres. Também, os pequeninos estudantes, quaes novas trefegas abelhas, em doirados anxames rumorosos, vôam p’ra colmeia, que é a escola, e lá como quem libam das letras dos livros – favos de Himetto e de Ventoné! – o capitoso mé das idéas que enche de luz e de gloria as células criadoras do vasto e humano pensamento (ROCHA, 1918, p. 6).

Esses alunos do I.L.S., além de receberem a educação primária, também eram preparados para exercer um ofício. Trabalhavam na produção manual da revista, junto às oficinas de tipografia, encadernação e impressão para serem comercializadas; então, consideramos os estudantes trabalhadores a serviço do estado, como é metaforizado no texto, “os pequeninos” são “abelhas laboriosas” que serviam de mão de obra barata ao estado, pois não recebiam pelo seu labor.

Figura 5 – Capas da revista O Ensino (1918).



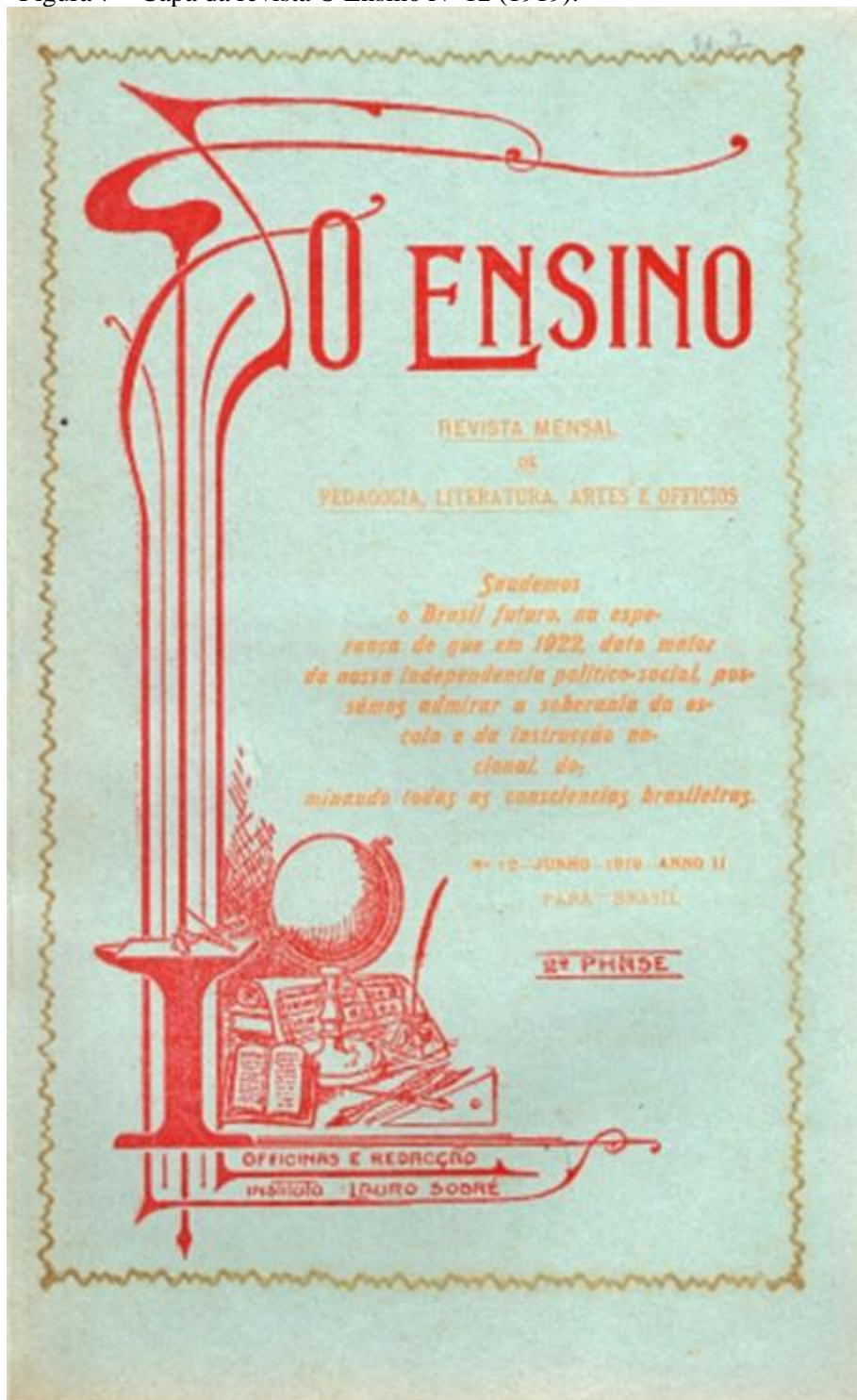
Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Figura 6 – Capas da revista O Ensino (1919).



Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Figura 7 – Capa da revista O Ensino Nº 12 (1919).

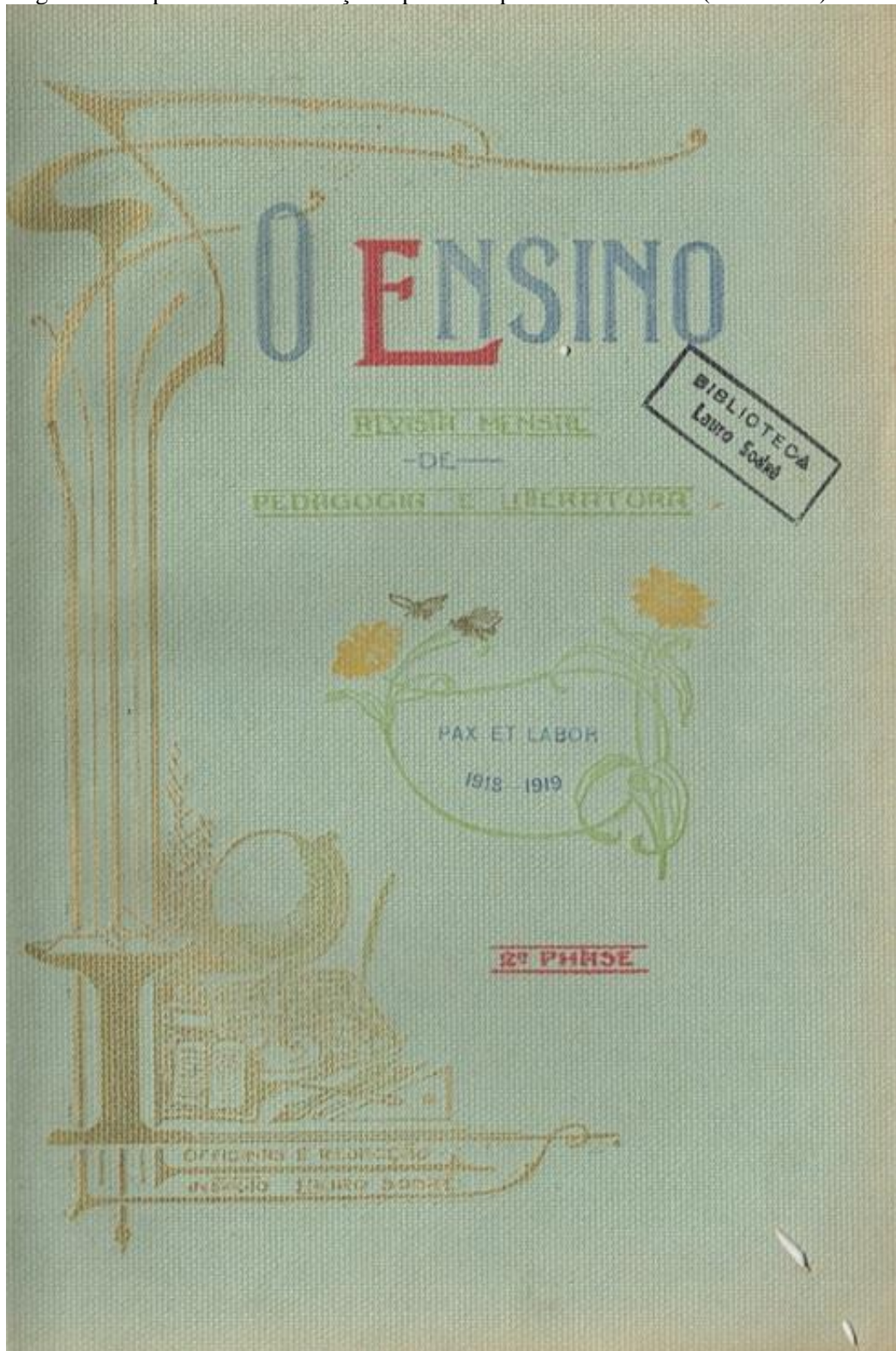


Alt. 27 cm

Larg. 19,5 cm

Fonte: Arquivo documental da Biblioteca Pública Arthur Vianna (2021).

Figura 8 – Capa de Luxo em edição especial do periódico O Ensino (1918-1919).



Fonte: Fundação Cultural do Estado do Pará (FCP), Biblioteca Arthur Vianna – Belém/PA (2021).

De acordo com as Figuras das capas de todos os exemplares da revista, era exibido o número da publicação, o mês, o ano e o sumário (exceto a nº 12, que estava localizado após as propagandas das primeiras páginas), tais informações ordenavam e conduziam o leitor para a leitura dos textos publicados naquele número. Posto isso, entende-se o sumário como uma estratégia editorial que tinha por finalidade anunciar e localizar previamente a seleção de temáticas presentes no interior da revista, possibilitando ao leitor escolher o texto de sua preferência, sem a necessidade de folhear todo o periódico, essa funcionalidade, decerto, estimula e atrai os leitores de forma prática e ágil.

Vale acentuar que, dentre os números publicados em 1918, a revista de número 06, de 25 de dezembro desse ano, é o único exemplar que continha o índice nas duas últimas páginas (277 e 278), o qual foi utilizado como método para agrupar a encadernação de todos os números publicados em 1918. O índice era organizado por fascículos: I, II, III, IV, V e VI, que correspondiam a todos os sumários que continham em cada revista.

A folha subsequente à capa continha, aos assinantes, a sinalização de que deveriam pagar antecipadamente seus exemplares e firmavam o endereço de “‘O Ensino’ oficinas e Redacção: Instituto Lauro Sodré, nº 104, Pará – Brasil. A correspondência para *O Ensino* deve ser enviada diretamente ao Instituto Lauro Sodré”. Era de responsabilidade do corpo editorial receber e selecionar os textos adequados a cada publicação mensal, porém em “hypothese alguma os originais serão devolvidos [...] O Ensino não assume responsabilidade pelas ideias emitidas em artigos por seus signatários” (O ENSINO, 1919, não paginado).

O periódico era vendido aos interessados pelos valores de \$500 o exemplar avulso, assinatura semestral 4\$000 e 6\$000 pela assinatura anual, válidas para os números de 1 a 5, porém pelo aumento do custo do papel, a redação da revista fez um reajuste para os números de 6-15, que passou a ser vendida por 10\$000 a assinatura anual, 6\$000 a semestral, 1\$200 número avulso e 2\$000 número atrasado.

Em *O Ensino*, algumas páginas no início e no final de cada edição eram destinadas pelos editores como espaço para novos usos e destinos, bem como veicular anúncios publicitários. Biccás (2008, p. 139) defende que:

A diferença entre a veiculação de anúncios no verso das páginas e nas páginas finais refere-se apenas a quantidade de produtos anunciados em um a outro espaço. No verso da capa. Geralmente anunciava-se apenas um produto que acabava tendo um maior destaque dos que os inúmeros anúncios exibidos nas páginas finais, pois aparecia ao lado dos artigos de abertura das edições.

Sob esta ótica, entende-se, da mesma forma da autora, a respeito da localização desses anúncios para a revista *O Ensino*, mas infere-se que tais divulgações ajudavam a manter a revista em circulação, visto que era cobrado o valor de “mil réis mensais, pagáveis adiantadamente, no principio de cada mês e trimestre ou anno como melhor convenha aos srs. Anunciantes” (O ENSINO, 1918, não paginado) para inserção dos anúncios. Neste caso, a propaganda e a publicidade estão vinculadas à prática de anunciar, propagar ideias e informações sobre produtos, serviços, instituições, posições políticas, entre outros, ao passo que serviram de estratégias para persuadir o público e pré-estabelecer a fidelização à revista. De acordo com esta realidade, Martins (2008, p. 244) assegura que existe uma relação entre a revista e as propagandas veiculadas:

Dos vários suportes que se prestaram à propaganda e à publicidade, a revista talvez tenha sido dos mais efetivos, concentrando a força da propaganda e a evolução dinâmica da publicidade, expressando-as em suas representações mais acabadas. Para a última em particular, tornou-se de tal forma veículo ideal que, em sua essência, quase se confundia com ela, uma vez que ambas, revista e publicidade, direcionavam-se para o mesmo propósito, qual seja: dar-se a conhecer, divulgar-se, “produzir-se para vender”, razão pela qual muitos periódicos revelam-se economicamente viáveis, tão-só pela proposta de divulgação de produtos, isto é, pelo caráter publicitário. A revista, pois, *era* a publicidade; ou por outra, no periodismo da época, a revista transformou-se na embalagem ideal para o produto publicidade.

A autora direciona seus conceitos sobre o espaço dirigido para as propagandas nas páginas das revistas periódicas, e quando afirma acerca da validade e a denomina como uma embalagem do produto para publicidade, acredita-se serem indissociáveis uma da outra, por carregarem as mesmas finalidades, no sentido de garantir a vida útil e econômica do periódico e do que se desejava publicar.

Nessa perspectiva, a revista *O Ensino* (1918-1919) constantemente exibia os anúncios nas primeiras e últimas páginas do periódico, no formato vertical: Alfaiataria New York Tailor, Formosa Paraense (armazém de fazendas, modas, miudezas, chapéus e artigo de armarinhos), Casa Batista (manipulação de açaí, aberto 24 horas), Pastelaria e Confeitaria Frederico Cunha e Companhia, Pharmacia Pontes, Grande Hotel (Praça da República), Instituto Amazonia (colégio misto de instrução primária e secundária), Collegio Pará e Amazonia (curso primário, gynasial, comercial e de preparatórios), Livraria Clássica (livros, artigos de papelaria e impressos de todos os gêneros), Pharmacia Belem Herculano Carvalho, Gabinete Physio-Therapico, Escola Carlos Gomes (música e piano do antigo programa do Instituto Carlos Gomes), Externato Silvio Nascimento (estabelecimento primário de instrução e Educação), Pará Intellectual, Pharmacia Triumpho de R. Coimbra, Laura d’ Amorim Coelho (professora de

prendas), Drs. Tiberio de Araujo e Lopes de Queiróz (advogados), professor Sylvio Nascimento (aulas particulares), A Brasileira (armazém de ferragens), Governos e Congressos da República pelo autor Ferreira Vianna (monumental obra de Dunshee de Abrances), Pharmacia e Drogaria Brazil de Henrique Ferraz e Pharmacia Aurea do Pharmaceutico João Gil Junior. Conforme mostram as Figuras 9 e 10.

Figura 9 – Propagandas da revista *O Ensino* (1918-1919).

ALFAIATARIA
NEW-YORK TAILOR
75\$
Um fato de casimira
100\$
3 fatos brancos com Calças Americanas
90\$
3 fatos brancos
Executades seb medida

FORMOSA PARAENSE
Grande Armazem de Fazendas, Modas, Miudezas, Chapéus e Artigo de Armario
Casa fundada em 1864
Vendas por gresse e a retalho
Importação directa da Europa, America e do Sul do Brazil
Recebe por todos os vapores o que ha de mais recente em novidades
Atende-se a qualquer pedido por telephone e entrega-se GRATIS qualquer mercadoria á residencia do comprador.
Corrêa de Miranda & Ca.
67--Rua Conselheiro João Alfredo--67
(Esquina da trav. S. Mathias)
TELEPHONE N. 280

GRANDE HOTEL
PRAÇA DA REPUBLICA
Grande Hotel, situado na Praça da República, em frente ao Palácio da Assembleia Legislativa, oferece a seus hóspedes a mais completa e agradável hospedagem, com todas as facilidades para o viajante.
Grande Salão, com capacidade para 500 pessoas.
Cafeteria, com serviço completo.
Bar, com serviço completo.
Telephonos em todas as salas.
Nova York, AVANÇADA, Telephone 282, Rua Brasil 494
1918-1919. - TELEPHONE 282
Francisco Martins & C.

Pharmacia e Drogaria BRASIL
DE
HENRIQUE FERRAZ
7 - Rua Conselheiro João Alfredo - 7 - 1.º andar - Curitiba
Deposito de drogas, especialidade pharmaceutica das melhores fabricas
Personal pharmaceutico de maior competencia
Assistencia de medicina com o melhor equipamento, pelas melhores drogas
22 e CONSULTORIO MEDICO T. ANDRAZ 222
FABRICA E DEPOSITO DOS PREPARADOS
Especialidade: Preparos de Ferulicatos, Lubrificantes
Lactos - BERRA, WELLS, variados tonicos, Purgos
DIAZ e BOURGAL, etc. - TELEPHONE 300
PARÁ - BELEM

Pharmacia Aurea
do Pharmaceutico
João Gil Junior
Av. Brasil, 10 de Novembro, canto da Rua Conselheiro Manoel Duarte - 1223
Cidade Postal, 101 - Telephone, 6355
CONSULTORIO MEDICO
ASSISTIDO POR CLINICOS DISTINGUIDISSIMOS
Atende a chamado noturno. Abre a qualquer hora da noite. Serviço rigorosamente perfeito de pharmacia.
Os melhores remédios pelas melhores preços

Pharmacia Pontes **COMPRAR...**
FERRUCURA e o melhor remédio de combate contra SINES-PTICO
Para
Mas, só compra bem quem vai a **PHARMACIA PONTES**, porque obtém **MEDICAMENTOS NOVOS E PUROS**, a preços verdadeiramente sem competencia
1223 - Fonelephone, 6355 - 40
Cidade Postal, 101

INSTITUTO AMAZONIA
46 - AVENIDA NAZARETH - 46
Collegio alto de instrução primária e secundária, tendo classes laboraes, gymnasticas e musicas.
Direção, educadora experia e qualificada.
As professoras da escola seguem, além das materias que constituem o curso primario, curso e um curso especial de costura e bordado.
O ensino da musica fomenta o fôrto espirito, bem como o de linguas estrangeiras, sendo fôrto útil a elevação do fôrto nivel.
A "Escola de Alfabetização Indígena Constant" dará condições melhores e assistência de 22 mães e mãezinhas, todos os dias, das 7 às 8 horas da manhã.
O Instituto está funcionando, de 8 de Novembro de 1918, em prédio que, anteriormente servia de instrução e educação de fôrto, o qual se está a ser.
Marcos Nunes

Collegio Pará e Amazonas
Este collegio, instalado no palacete n. 29, á praca Barão do Rio Branco (antigo largo da Trindade), é sóbriamente conhecido em toda a Amazonia, já recebeu suas aulas. Recebe alumnos internos, semi-internos e externos, para os cursos primario, gymnastico, commercial e da preparatorio. O corpo docente é de primeira ordem.
Para mais informações, se não dá calhar, escreva a direção.
Mansel Antonio de Castro

Fonte: A autora da pesquisa (2022).

escritores, poetas, entre outros que se dedicavam a trocar experiências desta natureza. Além das livrarias, outros anúncios estavam relacionados com o ensino de forma ampla, destaca-se a escola *Dactylographia Royal*, que oferecia um curso para formar “*datylographos*”, profissão de emergente utilidade para o comércio brasileiro. Nesta constância, eram comuns os anúncios de aulas particulares dirigidas ao ensino primário/ginásial, o ensino de artes, aulas de instrumentos musicais, bons costumes e prendas domésticas.

No mais, era frequente a divulgação de produtos farmacêuticos, as farmácias, os serviços médicos, entre outros estabelecimentos nos quais circulavam e transitavam um grande fluxo de pessoas, como o Grande Hotel. Vale ressaltar que, da mesma forma como outros periódicos que circularam no Brasil, tal qual a *Revista do Ensino* de Minas Gerais, conforme apontam os estudos de Biccás (2008, p. 118) “passaram e a utilizar a ideia de propaganda em seu sentido comercial, como publicidade, na forma de anúncios que foram veiculados no verso da capa e nas últimas páginas”, assim observou-se a mesma prática de divulgação publicitária na revista *O Ensino*.

3.1.2 As Ilustrações e os ornamentos³¹

Belém³² estava imersa no modismo europeu, em particular no francesismo e suas manifestações; aqui, frisa-se a notoriedade do *Art Nouveau*³³, apreciada não só na arquitetura dos monumentos da cidade, mas representada/entrepota na estampa (cores, ornamentos tipográficos) artística nas páginas da revista *O Ensino*, que projetava e influenciava a cultura burguesa à cultura local, ocupando um lugar de construção estética para formação da consciência moderna galgada em padrões europeus, espelho civilizado pela instauração da República.

³¹ Consideramos ilustrações todas as imagens que circularam na revista. Denominamos ornamentos os adornos, inclusive a estampa clichê nas páginas, tais como: arabescos, arcos, linhas, frisos, as alegorias das vegetações, da fauna, entre outros.

³² “Em Belém, o francesismo começou a ganhar expressão antes mesmo da belle époque. Já em 19854, registrava-se na cidade a existência de lojas com a *Ville du Havre* e sua concorrente, a empresa das Damas Reunidas, que veiculavam pela imprensa local anúncios exaltando a qualidade de seus produtos [...]. A navegação a vapor transportava as novidades às cidades de Belém e Manaus, duas capitais que passaram a assumir papel histórico importante como centros da atividade civilizadora” (BASSALO, 2008, p. 41-43).

³³ “O *Art Nouveau* foi um movimento internacional desenvolvido em países da Europa e nos Estados Unidos entre o final da década de 1880 e a Primeira Guerra Mundial, com o objetivo de criar uma arte moderna em resposta ao revivalismo histórico exaltado pela era vitoriana, e eliminar as distinções entre as belas-artes e as artes aplicadas. A denominação *Art Nouveau* inspirou-se no nome da galeria gerenciada por Siegfried Bing em Paris – *La Maison de l’Art Nouveau* - que comercializava as últimas novidades europeias no setor das artes e do artesanato” (DEMPSEY, 2003).

No tocante às ilustrações do periódico, a equipe editorial utilizou a representação da fauna e da flora da região amazônica, tais como: pássaros, patos, ramagens, flores, caules, folhagens, em complemento aos elementos do *Art Nouveau* (reprodução desenhada), marcados pelos arabescos lineares, curvas variantes (espiral e voluta), entre outros acabamentos nas bordas de suas páginas que aformoseavam o texto. Decerto, para compor um cenário que repousasse no imaginário social acerca das transformações socioeconômicas, causadas principalmente pelo processo do avanço industrial e cultural em território nacional e local.

Ao examinar os ornamentos tipográficos, é perceptível a presença dos componentes descritos acima, encontrados na predominância das cores: preto, laranja, amarelo, verde selva e vermelho, em tons frios quase transparentes. Ao observar que houve o proveito temático da natureza em concordância com o expressivo requinte dos traços do *Art Nouveau*, ao se fundirem, tais ornamentos trouxeram vivacidade às páginas, ao modo de se amoldar no fundo dos textos, com suas cores uniformes e fixadas nas linhas de contornos. Neste aspecto, o adorno mais aplicado da flora era: vitória-régia, flores de lotus, nenúfar, ninfeáceas e folhagens anatômicas, isto é, assemelhavam-se ao feminismo/realeza francesa como a perfeição da natureza, tanto como a representatividade da mulher com a coroa de louros (símbolo da República/mãe pátria) que momento e outro estava sublinhada entre os ornamentos da revista, (Figuras 10, 11 e 12).

Os aproveitamentos da fauna, os pássaros, não foram identificados quanto à espécie, porém infere-se serem periquitos-verdes (*Brotogeris tirica*), aves típicas da mata atlântica que, em geral, repousam em mangueiras, árvores comumente encontradas pelo centro da cidade de Belém. Outro caractere tipográfico importante a ser frisado é a presença das letras capitulares que, além de embelezar os inícios dos textos, assumiam “sempre uma gramática e uma funcionalidade muito próprias, algo que as deixava a meio caminho entre a escrita e a ilustração” (CAETANO; OLIVEIRA, 2011, p. 7), proveniente de várias fontes, porém revelavam, além da representação da intelectualidade, a influência da cultura francesa, atribuindo sentido à semântica do texto. Sobre essa potencialidade na imprensa gráfica da revista, entende-se ser:

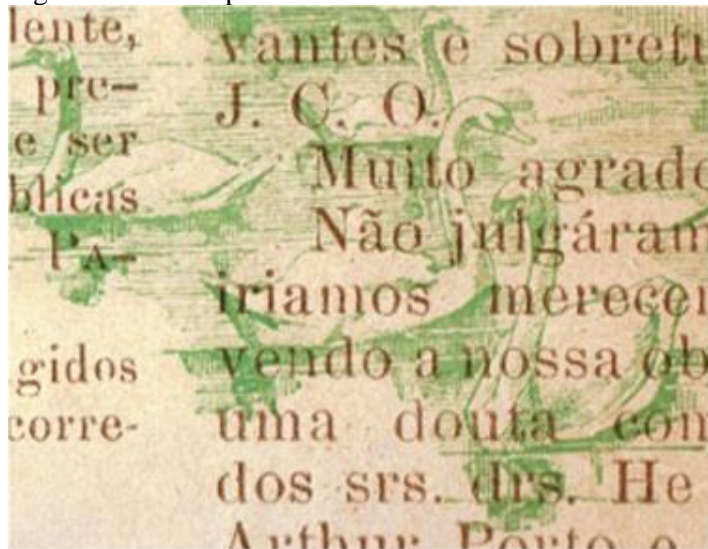
Fruto do desenvolvimento técnico operado na indústria tipográfica nos últimos cento e cinquenta anos, nomeadamente, com o aparecimento de novos métodos de composição mecânica que introduziu facilidades no manuseio do texto, foram postos à disposição do tipógrafo uma série de recursos gráficos de enorme importância (maior diversidade de tipos, noções novas de espaçamento e entrelinhamento, multiplicidade de pequenos elementos visuais, como tarjas decorativas, frisos, vinhetas, etc.) e isso permitiu uma maior autonomia na manipulação e integração desses elementos na malha gráfica das páginas (CAETANO; OLIVEIRA, 2011, p. 4).

Por sua vez, os elementos, além de decorar as laudas, deixam em evidência as raízes culturais do estado do Pará, ao passo de sinalizarem elementos pertencentes à cultura supracitada. Acerca das representações artísticas, a revista *O Ensino* declara que:

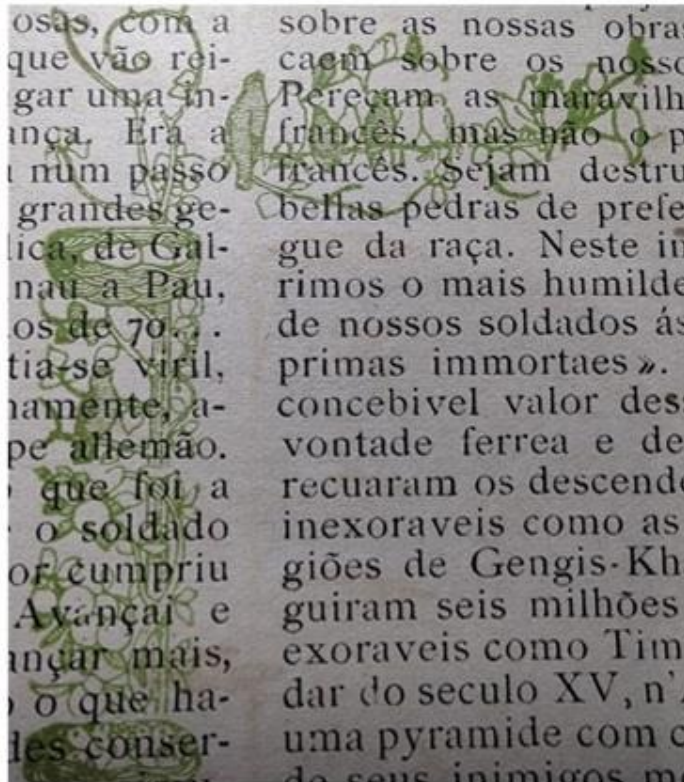
Os desenhos dos fundos das paginas, feitos em gesso estampado, obedecerão ao lápis do nosso presado companheiro José Sidrim. A parte artística, bem cuidada e caprichosa, terá esmerada execução, sofrendo todo o texto nova disposição (*O ENSINO*, n. 11, 1919, p. 170).

Ao analisar as edições de nº 1 a nº 4, de 1918, verificou-se que não apresentam estampas ilustrativas entrepostas nos textos; nelas limitam-se as bordas simples e marcadores de títulos com pequenas ramagens. Por conseguinte, as edições nº 5 e nº 6, de 1918, a nº 7 a nº 15, de 1919, trazem em seu bojo uma diversidade de ornamentos tipográficos aplicados nas bordas e entre os textos do periódico. A verificar nas Figuras 11, 12 e 13.

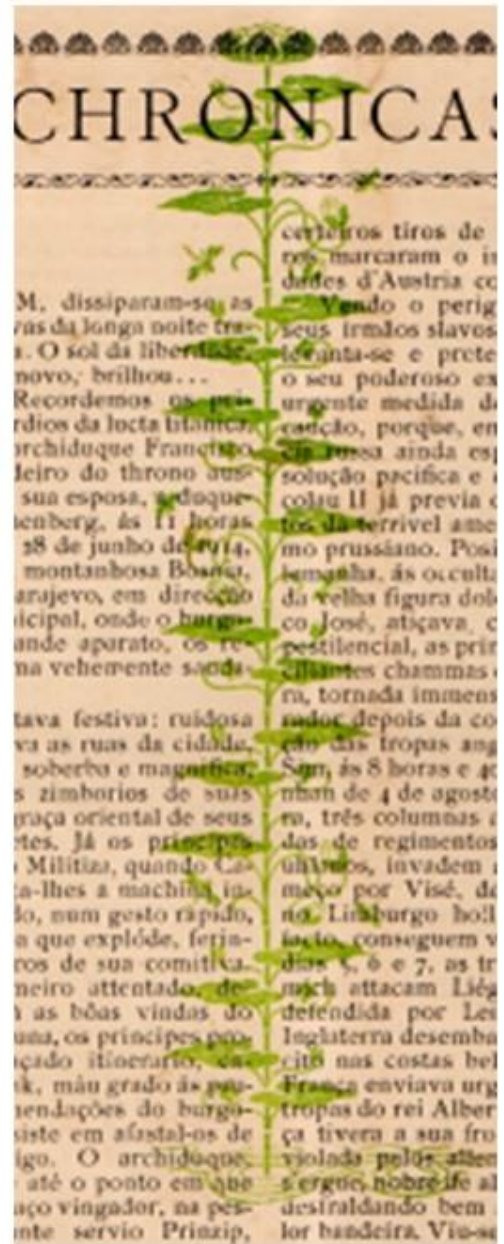
Figura 11 – Estampa da fauna e flora da revista *O Ensino*.



Patos



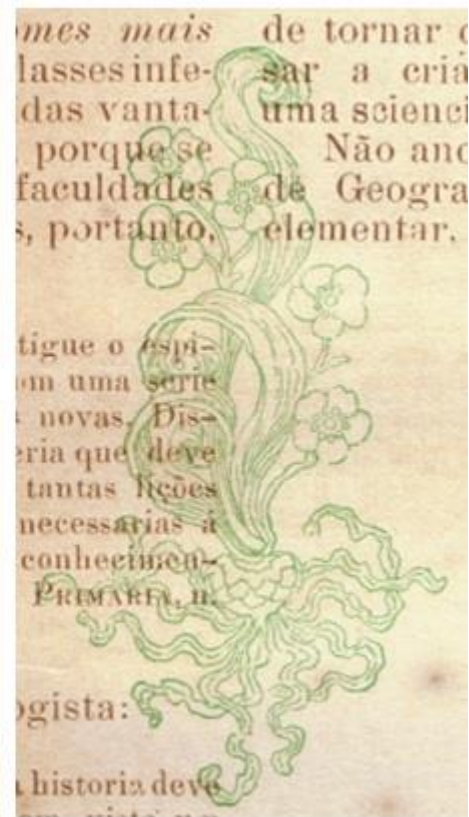
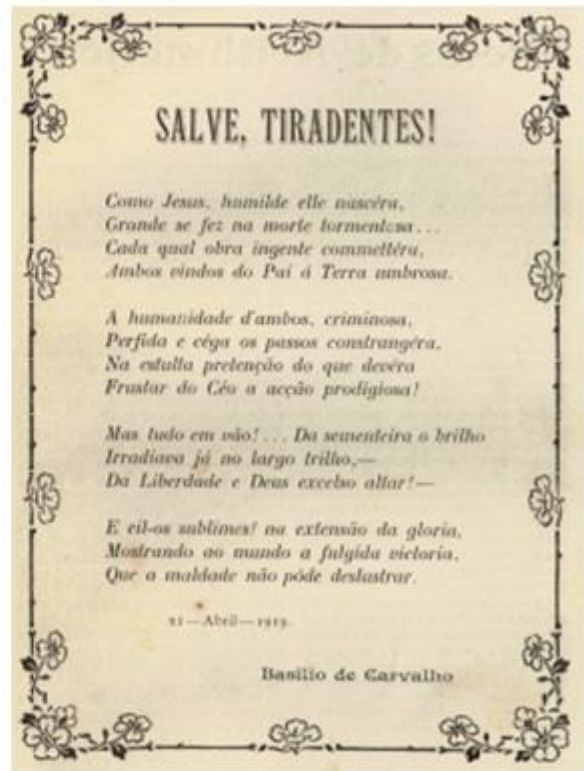
Pássaros / Periquitos-verde
Vegetação: Laranjeira



Vegetação típica da Amazônia
Libélula azul

Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Figura 12 – Cores e estampas decorativas da revista *O Ensino*.



Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Figura 13 – Exemplos de letras capitulares e simbologia feminina da República da revista *O Ensino*.



Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Posto isso, faz-se necessário expor que a partir da publicação de nº 12, de 1919, ela passa a ser um dispositivo “ilustrado”, contendo fotografias dos grupos escolares da capital, do magistério paraense, das autoridades do estado, entre outros, no intuito de evidenciar ao público leitor que a sociedade era capaz de produzir homens inteligentes/patrióticos para “servir o paiz que sonhamos e queremos que seja o melhor entre os melhores” (O ENSINO, 1919, não paginado), já que os alunos do I.L.S. e o corpo redacional trabalhavam na revista, nas seções tipográficas, na encadernação, para compor o material impresso a ser posto em circulação e torná-los conhecidos no Estado. Obedecendo ao lema da revista “*Pax et Labor*” sobreleva-se o saber nacional. Acerca disso, a revista testemunha:

Vamos trabalhar! Vamos demonstrar ao estrangeiro culto que no Brasil a guerra que declaramos ao analfabetismo está no apogêo; que a vitória final imminente, enfim, que a nossa maior preocupação, comquanto nos vejamos assediados por uma crise financeira inclemente, é ver a criança brasileira de hoje, culta e preparada para o Brasil de amanhã, que será forte e poderoso pelo SABER (O ENSINO, 1919, não paginado).

Diante do exposto, retirar a sociedade dos males inadequados de má conduta e educação, era visar a superação da barbárie por meio da reconstrução do país, na busca do equilíbrio social, ao passo de edificar o povo para obedecer às regras e condutas para manter o “padrão universal de moralidade e costumes” (VEIGA, 2002, p. 96), que se manifestava através do “autocontrole e da introjeção de determinados hábitos e normas de conduta” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 69).

Porquanto, as ilustrações representam uma relação direta com o contexto que o Brasil atravessava. Destarte, estabelecer um ideário entre o progresso e liberdade, já que o discurso da época estava atrelado ao fato de que o homem para ser livre e independente, deveria ter as “faculdades intelectuais” avolumadas, prósperas e desenvolvidas pelo preparo “intelectual e physico”, tais adjetivos consistiam em iniciar os deveres da vida, se habituando desde cedo nas regras de civilidade e garantindo, assim, um país em constante progresso e livre da degradação social.

Assimila-se que as ilustrações aformoseiam a revista, mas também educam os olhos e as mentes na forma de apresentação de imagens, direcionando o entendimento sobre os conteúdos enfocados, bem como o leitor a imprimir conceitos do que se lê. Chartier (2004, p. 276-277), ao analisar as ilustrações nos livros da Biblioteca azul, anuncia:

Quando a imagem é única, ela se encontra mais frequente ou nas primeiras páginas do livro ou na última. Instaure-se assim uma relação entre ilustração e o texto em seu todo, e não entre imagem e esta ou aquela passagem particular. Colocando no começo, a ilustração induz a leitura, fornecendo uma chave que diz através de que figura o texto deve ser entendido, seja porque a imagem leva a compreender o todo do texto pela instrução de uma de suas partes, seja porque propõe uma analogia que guiará a decifração.

Neste discernimento, ilustrações e fotografias, classificadas como elementos gráficos, são encontradas nos textos com o objetivo de fortalecer e decifrar sua mensagem ao leitor, assim como preparar a memorização do que foi lido.

Por conseguinte, com base no entendimento desta seção, daremos continuidade ao debate, informando o leitor acerca da estética da recepção da revista, ou seja, na seção subsequente apresentaremos os modos de circulação, os leitores, as temáticas, os autores e a súpula dos intelectuais que integravam a equipe redacional.



Seção IV
A ESTÉTICA DA RECEPÇÃO DA REVISTA E
SUA CIRCULARIDADE



Nesta seção serão postos em evidência os aspectos relacionados à forma pela qual o periódico pedagógico *O Ensino* (1918-1919) circulou no território nacional e internacional; por meio do levantamento de dados, podemos delimitar o ciclo de vida da revista em estudo. Outrossim, refere-se ao mapeamento dos seus possíveis leitores belenenses (cidade de Belém) e paraenses (interior da capital do Pará) e suas devidas ocupações profissionais, as quais possibilitam a compreensão das finalidades da proposta editorial, das temáticas abordadas via impresso.

Mediante o suporte material revista, coube-nos, no decorrer deste estudo, analisar o modo como a equipe redacional/intelectuais e colaboradores do período projetaram suas ideias educacionais e quais as redes de sociabilidades às quais eles pertenciam, fazendo com que o que circulava no impresso assumisse a notabilidade/representação ao público leitor acerca da educação primária pública do estado do Pará.

4.1 A circulação e seus leitores

Em relação à circulação dos exemplares da revista, foi constatado, por meio da análise da seção “Correio d’O Ensino”, assinada por Euryalo, a qual entendemos ser um pseudônimo para exemplificar o responsável pela seção de correspondências, pois se tratava de um espaço para manter contato com o corpo redacional e seu público leitor e, muitas vezes, usado para retirar dúvidas, agradecer pelos recebimentos, fazer uma queixa sobre o periódico, tecer elogios e/ou sinalizar que houve atraso ou ausência de exemplares para alguns de seus assinantes. É válido acentuar que nesta seção era possível identificar o lugar de origem, em alguns casos o nome e a profissão de cada consumidor, ou seja, diante destas informações foi feita a catalogação dos leitores de Belém e do interior do estado.

Nesta avaliação, foi investigada a circulação referente aos anos de 1918 (Anno I) e 1919 (Anno II) de alguns exemplares nos estados e cidades brasileiras. Vale acentuar que um exemplar do impresso foi adquirido pelo boletim mensal da União Pan-Americana, sediada em *Washington*. Desse modo, conferimos que a revista circulou em território estrangeiro, o que valoriza sua relevância acerca das temáticas nela veiculadas. Vide Quadro 3.

Quadro 3 – Circulação dos exemplares da revista *O Ensino* (1918-1919).

Ano	Localidade	Nº Exemplares
1918	Pinheiro	1
1918	Pernambuco	1
1918	Pelotas	1
1918	Rio de Janeiro	1
1918	São Paulo	1
1918	Recife	1
1919	Ceará	1
1919	Pernambuco	1
1919	Bahia	1
1919	Paraíba	2
1919	Rio Grande do Norte	4
1919	Rio de Janeiro	6
1919	Washington	1

Fonte: A autora da pesquisa (2021).

Além do Estado do Pará, os dados permitem vislumbrar que a revista *O Ensino* circulou, também, em outras localidades em 1918, nos estados de: Pinheiro (1 exemplar), Pernambuco (1 exemplar), Pelotas (1 exemplar), Rio de Janeiro (1 exemplar), São Paulo (1 exemplar) e Recife (1 exemplar). No ano de 1919, circulou nos estados: Bahia (1 exemplar), Ceará (1 exemplar), Paraíba (2 exemplares), Pernambuco (1 exemplar), Rio de Janeiro (6 exemplares) e Rio Grande do Norte (4 exemplares).

Neste mesmo propósito, e para a compreensão da circulação regional (Pará), identificamos os possíveis leitores locais (Belém). Para isso, foi feita uma busca nas correspondências na mesma seção citada alhures, referente aos anos de 1918 e 1919, que acusam um total de 188 leitores belenenses. Vale frisar que foram encontrados nomes com repetições, porém não foram excluídos da somatória, visto que não existe nenhuma informação que indique as repetições como os mesmos sujeitos.

Dentre os leitores, encontravam-se: médicos, dentistas, militares, políticos, empresários, juristas, advogados, músicos, legisladores, farmacêuticos, escritores, engenheiros e sujeitos não identificados. Posto isso, a contagem com maior incidência fora de 60

educadores, equivalente a 35 professoras (58,33%) e 25 professores (41,66%). Como demonstrativo, o Quadro 4.

Quadro 4 – Leitores Belenenses.

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
A.P.	Professor	63	02/julho/1918
M.L.	Professora		
O.S	Professor		
A.J.M	Não identificado		
Dr. A.M.	Não identificado	111 -112 03/agosto/1918	
J.B.C.C.	Coronel		
A.S.	Professor		
A.M.P.	Não identificado		
J.J.A.	Professora		
G.P.	professora		
M.V.	professora	162-163	04/setembro/1918
M.S.	Não identificado		
M.D.C.C	Professor		
A.L.	professora		
B.O.S	Tenente/militar		
Dr.R.F	Não identificado		
Associação de Artistas Paraense	Cultura Artística do Estado		
J.S.S	Professora		
SNR. G.M	Não identificado	205	05/outubro e novembro/1918
M.C.B.	Professora		
SNR. X.	Não Identificado		
SNR.B.L.	Instituto Polyglotico Ruy Barbosa		
L.N. e F. S.	Professor	275	06/dezembro/1918
Dr. Philignesio de Carvalho	Não identificado		
Augusto Olympio	desembargador		
Ignacio Obadia	Não identificado		
Luiz Barreiros	Não identificado		
Um admirador	Não identificado		
Alvaro Pires	Não identificado		
Basilio de Carvalho	Professor		
Dr. Lucidio freitas	Médico		
Beltholdo Nunes	Não identificado		
Gonçalo Mesquita	Não identificado		
Raymundo P.M.Junior	Professor		
Gervasia Ferreira	Professora		
Augusto Meira	Político		
Carlos Nascimento	Médico		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
Leocadio Guerreiro	Não identificado		
G.F.B.	Professor		
B.P.B.	Professor		
Bertoldo Nunes	Professor		
Augusto Meira	Político/jurista		
Ignácio Obadia	Não Identificado		
Adélia Lacerda	Professora		
América Loureiro	Professora		
Anália de Jesus Lima	Professora		
Belmira Franco	Professora		
Cassilda Rosa Fialho	Professora		
Estephania Silva	Professora		
Geraldina das Mercês Siqueira	Professora		
Hilda Vieira	Professora		
Juliana Simões Soares	Professora	52	07/janeiro/1919
Julieta de Oliveira Quaglia	Professora		
Philomena Simões	Professora		
Rita Penante de Miranda	Professora		
Rosa Virgulina da Costa	Professora		
Serafina Crescencia de Brito	Professora		
Carlos Nascimento	Escritor		
José Nascimento	Não Identificado		
Gervásia Ferreira	Professora	53	
M.F.A	Não Identificado		
Ignácio Obadia	Não Identificado		
Ana Ferreira Pingarrilho	Professora		
João Amorim Lima	Não Identificado		
Basílio de Carvalho	Professor		
Gemina de Carvalho	Professora	104	08/fevereiro/1919
João B. Cearense Cylleno	Militar		
Dias Júnior	Médico		
Remígio Fernandes	Advogado		
Palma Muniz	Engenheiro		
Jonas Farias	Não Identificado		
Eustachio de Azevedo	Escritor		
Heráclito Pinheiro	Advogado		
Arthur França	Médico/ Redator		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
Lauro Chaves	Advogado	150	09 e 10/março e abril/1919
Augusto Meira	Político/jurista		
Arthur Fausto Botelho	Promotor Público		
Cypriano Santos	Legislador Estadual		
Camillo Salgado	Médico		
Clementino Lisboa	Advogado		
Elias Vianna	professor/Escola Normal		
Remígio Fernandes	Advogado		
Hilda Vieira	Professora		
Marcos Nunes	Diretor Escolar		
Carlos Rego	Não Identificado		
Alfredo Valle	Não Identificado		
B. S. Vianna	Não Identificado		
Francisco Castro	Não Identificado		
Benedicto Passarinho	Farmacêutico		
Alfredo Rodrigues de Souza	Não Identificado		
José Maria de Jesus Brito	Professor		
Lauro J. Ferreira	Não Identificado		
Agostinho da Silva	Não Identificado		
Bernardino da Cunha Mendes	Não Identificado		
Claudino Romariz	Comerciante		
Cássio Reis	Não Identificado		
José Alves de Pinho	Não Identificado		
José C. Cunha Coimbra	Comerciante		
Pinheiro Silva	Não Identificado		
Pires Teixeira	Comerciante		
Ignácio Obadia	Não Identificado		
Viúva Eduardo Fernandes	Não Identificado		
Santos & Malcher	Empresa	207	11/maio/1919
Carlos Sá	Não Identificado		
Oscar M. de Almeida e Silva	Não Identificado		
Alfredo Chaves	professor/Escola Normal		
S. V.	Não Identificado		
Henrique Leite	Não Identificado		
Álvaro Antônio Pires	Membro do IHGP		
Josué Freire	Militar		
José Nascimento	Não Identificado	207	11/maio/1919
Augusto Meira	Político/jurista		
Mecenas Rocha	Não Identificado		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO
Antônio Mendes	Não Identificado		
Bertoldo Nunes	Professor		
B. M. B.	Não Identificado		
Eustachio de Azevedo	Escritor		
Raymundo Trindade	Professor/Diretor Escolar		
Henrique Santa Rosa	Engenheiro		
Olegário Serra	Não Identificado		
Matheus do Carmo	Professor		
Philignésio de Carvalho	Engenheiro	208	
Esmeralda Monteiro	Professora		
Estevam da Costa Teixeira	Não Identificado		
Álvaro Pires	Membro do IHGP		
M. O. P.	Não Identificado		
Antônio Godin Lins	Professor		
J. F. B.	Não Identificado		
Josué Freire	Militar		
Crepory Franco	Político/jurista	286	
Travassos da Rosa	Professor		
Manuel Lobato	Engenheiro		
Augusto Meira	Político/jurista		
Simplício Torres	Não Identificado		
H. Barradas	Não Identificado		
Eustachio de Azevedo	Escritor		
Tupinambá Júnior	Não Identificado		
Manuel Vasques F. Botelho	Professor		
Galdino Godin Lins	Não Identificado		
Manuel Braga Ribeiro	Professor	287	12/junho/1919
Adalberto C. Lassance Cunha	Desembargador/ Jurista		
Manuel João Alves	Professor		
X.	Professor(a)		
Manuel Lobato	Engenheiro		
Carmelita N. Silva	Professora		
Catharina Eulália Gurjão	Professora		
Maria de Belém Gomes	Professora		
América Loureiro	Professora		
Travassos da Rosa	Professor		
Floberto Martins	Agrimenssor		

LEITORES	OCUPAÇÃO	PÁG	Nº/MÊS/ANO		
Álvaro Pires	Membro do IHGP				
F. B. F.	Não Identificado				
M. Vasques Ferreira Botelho	Não identificado				
Alfredo Chaves	Professor/Escola Normal				
Alice Rangel Petit	Professora				
L. F.	Não Identificado				
Alberto Mesquita	Militar				
Matta Bacellar	Médico				
Cyriaco Gurjão	Médico				
Otto Santos	Médico				
Ophir Loyola	Médico				
Gonçalo Mesquita	Não Identificado				
Anna da Fonseca Pingarrilho	Professora			334	13 e 14/julho e agosto
Lucídio Freitas	Jurista/poeta				
América Loureiro	Professor				
Amância Pantoja	Professora				
Belmira Franco	Professora				
Celeste Estrella da Gama	Professora				
Alberto Mesquita	Militar				
Adalberto C. Lassance Cunha	Desembargador/ Jurista				
Carlos Nascimento	Escritor	335			
Clóvis Barata	Dentista				
Bertoldo Nunes	Professor				
Miguel Pernambuco	Professor				
Alfredo Souza	Companhia de Seguros				
Manoel Sant'Anna	Farmacêutico				
Travassos da Rosa	Professor(a)				
Arcelina Soares de Mello	Professora				
Antônia C. Ribeiro	Professora				
J. F.S.	Não Identificado			383	15/setembro/1919
Não Identificado	Não Identificado				
Maria Juliana do E. Santo	Professora				
Eustachio de Azevedo	Escritor	384			
Ettore Bosio	Músico/artista				
Cecília de Araújo Bastos	Professor(a)				
José Carvalho	Legislador Estadual				
Galdino G. Lins	Não Identificado				
Maria Lavareda Rocha	Professora				

Fonte: A autora da pesquisa (2020).

Entre os anos de 1918 e 1919, efetuando a mesma busca na seção da revista, porém contabilizando os leitores do interior do estado do Pará. Assim, foram calculados 153 leitores nas seguintes localidades: Castanhal com 14 (9,15%), São Miguel do Guamá com 13 (8,49%), Abaeté com 11 (7,18%), Cametá com 8 (5,22%), Bragança com 7 (4,5%), Soure com 6 (3,92%), Óbidos e Salinas com 5 cada (3,26%); Mocajuba e Chaves com 4 cada (2,61%), Curuçá, Vigia, Itaituba, Acará, Gurupá e Alenquer com 3 cada (1,96%); Apeú, Santarém, Aveiros, Juruty, Anajás, Marapanim, Maracanã, Tauary, Faro com 2 cada (1,3%); e Matapiquara, Juruty Velho, Vizeu, Capanema, Santa Izabel, Porto Salvo, Bagre, Altamira, Pontas de Pedras, São Caetano de Odivellas, Ourém, Porto Salvo e Porto de Móz com 1 cada (1,96%).

Por conseguinte, também foram encontrados nomes idênticos, mas sem nenhum fator que possa considerá-los as mesmas pessoas. Suas ocupações são similares as do Quadro 4: médicos, dentistas, militares, políticos, empresários, juristas, advogados, músicos, padres, legisladores, farmacêuticos, escritores, engenheiros e os não identificados. Dentre os 153 sujeitos, 124 eram professores, sendo 72 mulheres (58,06%) e 52 homens (41,93%). Como atesta o Quadro 5.

Quadro 5 – Leitores paraenses (interior do estado).

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
A.C.R.	Chaves	Professora	111	03/agosto/1918
J.P.C.B.	Cametá	Professor		
J.B	São Miguel do Guamá	Não identificado		
O.A	Soure	Não identificado		
A.C.	Bragança	Não identificado		
R.R.D.A	Obidos	Professor		
A.J.Martins	Santa Izabel	Professor		
Red. D' A cidade	Santarem	Não identificado		
Cônego L.L.	Castanhal	Não identificado		
J.C.R	Aveiros	Professor		
M.L.A.	Juruty Velho	Professora		
N.L.C.	Aveiros	Militar		
B.P.B.	Abaeté	Professor		
S.C	Mocajuba	Professor		
J.C	Anajás	Professora		
B.M. d'A.	Marapanim	professora		
V.L.C.C.	Marapanim	professora		
J.A.G.	Itaituba	professora		
A.J.M.	S.Izabel	Professor		
V. do C.	Bragança	Professor		
S.C.	Mocajuba	Professor		
J.V.B.S.	Maracanã	Professor		
E A.	Acará	Professora		
J.B.	S. Miguel do Guamá	Não identificado		
B.R.S	Altamira	Professor	205	05/outubro e novembro/1918
L.L	Castanhal	Cônego		
A.M. de B.	Abaeté	Professora		
E.A	Acará	Professora		
L.M.S	Curuçá	Professor		
L.S.A.	Gurupá	Professor		
L.S.G	Juruty	Professora		
F.E.S.B.	Marabá	Não identificado		
V.S	Maracanã	Professor		
S.C.	Mocajuba	Professor		
L.B.M.	Ponta de Pedras	Professor	206	
J.B.	S. Miguel do Guamá	Não identificado		
B.C	Salinas	Professora		
A.F.L.	Tuary	Professora		

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO		
Antonia Caroline Ribeiro	Chaves	Professora	276	06/dezembro/1918		
Elvira Soares	Cametá	Professora				
Maria Gondim	Castanhal	Professora				
Antonya Atayde	S. Caetano de Odivellas	Professora				
Zulma de Souza	Juruty	Professora				
Djanira Guedes	Marituba	Professora				
Emilia Ferreira	Marabá	Professora				
Felisciano Braga	Marabá	Professor				
A.P.S.	Ourém	Professora				
Alda Frota Lima	Tauary	Professora				
J. G. Telles	Benevides	Não Identificado	52	07/janeiro/1919		
Cônego Luiz Leitão	Castanhal	Padre/diretor escolar	53			
Benício de Santanna Lopes	Castanhal	Professor				
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito				
Maria Godim	Castanhal	Professora				
Emília Ferreira Maciel	Marabá	Professora				
Córa C. P. Rolla	Macapá	Professora				
Djanira Guedes da Costa Pereira	Marituba	Professora				
Samuel Costa	Mocajuba	Professora				
Adelaide Saldanha	Porto Salvo (Vigia)	Professora				
Antônia C. Tavares	Soure	Professora		104	08/fevereiro/1919	
Olindina P. de Barros	Abaeté	Professora				
Arthur Fausto Botelho	Alenquer	Promotor Público				
José Caribe da Rocha	Aveiro	Não Identificado				
Maria de Lourdes Araújo	Jurutí Velho	Professora				
Romeu R. de Andrade	Óbidos	Professor(a)/diretor				
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito				
Creproy Franco	Porto de Móz	Político/jurista				
José Carvalho	Faro	Legislador estadual	150			09 e 10/março e abril/1919
Zulma de Souza Guimarães	Jurutí	Professor(a)				
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito				
Appolinário Moreira	Anajás	Militar	207	11/maio/1919		
J. T. D.	Bagre	Não Identificado	208			
Antônia C. Ribeiro	Chaves	Professora				
José Carvalho	Faro	Legislador Estadual				

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
Felicíssimo de Espírito Santo Braga	Marabá	Professor		
N. S. T.	Vizeu	Não Identificado		
Maria Amélia Vasconcellos	Capanema	Professora	287	12/junho/1919
Antônia C. Ribeiro	Chaves	Professora		
Thomaz Nunes	Curuçá	Professor		
Djanira Guedes da Costa Pereira	Marituba	Professora	288	
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito		
Benedicta Tavares	Santarém	Professora		
Bernardino Pereira de Barros	Abaeté	Professora		
Celina Hylarião de Moraes	Abaeté	Professora		
Maria Antônia Barros	Abaeté	Professora		
Olindina P. de Barros	Abaeté	Professora		
Ernestina Arnaud	Acará	Professora		
Francisco das Chagas Moreira	Aveiro	Professor		
Francisco Correia Franco	Aveiro	Professor		
Maria Pia dos Santos Amaral	Apeú (Castanhal)	Professora		
Augusto Corrêa	Bragança	Professor		
Arcelina Soares de Mello	Bragança	Professora		
Ângela F. Soares	Cametá	Professora		
Joaquim Pedro Corrêa Bastos	Cametá	Professor		
Cônego Luiz Leit	Castanhal	Padre		
Benício de Santanna Lopes	Castanhal	Professor		
Palmyra Marques de Oliveira	Castanhal	Professora		
Thomazia de Siqueira Pinto	Castanhal	Professora		
Alda Frota Lima	Tauarí	Professora		
Adelaide Saldanha	Vigia	Professora		
Lauro José Ferreira	Vigia	Professor		
Benedicta Ferreira Cabral	Salinas	Professora		
Hermógenes Câmara	Salinas	Professora		
Cantídio Elyeser da Silva Nunes	S. Miguel do Guamá	Professor		
Carmem de Carvalho Rabello	Matapiquara (Marapanim)	Professora		

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
Córa de Carvalho Penna Rola	Macapá	Professora		
Djanira Guedes da Costa Pereira	Marituba	Professora		
Iraides R. de Lima	Mojú	Professor		
Juvêncio J. Seixas	Itaituba	Professor		
Jacob Baptista Dalmácio	Gurupá	Professor		
Licinia Feio de Paula	Soure	Professora		
Raimundo Iñez da Costa	Soure	Professor		
Palmyra N. Moreira	Mosqueiro	Professora		
Veridiana R. de Oliveira Corrêa	Alenquer	Professora		
Zulma de Souza Guimarães	Jurutí	Professora		
Arcelina Soares de Mello	Bragança	Professora	335	13 e 14/Julho e Agosto
Antônia C. Ribeiro	Chaves	Professora		
Romeu R. de Andrade	Óbidos	Professor		
Benedicta Tavares	Santarém	Professora		
Ângela F. Soares	Cametá	Professora		
Augusto Corrêa	Bragança	Professor		
Arthur da Silva Barbosa	S. Miguel do Guamá	Professor		
Bernardino Pereira de Barros	Abaeté	Professor		
Benedicta Ferreira Cabral	Salinas	Professora		
Benício de Santanna Lopes	Castanhal	Professor		
Cantídio Elyeser da Silva Nunes	S. Miguel do Guamá	Professor		
Carlos Victor	Cametá	Professor		
Francisco das Chagas Moreira	Aveiro	Professor		
Francisco Miranda da Costa	S. Miguel do Guamá	Professor		
Francisco Corrêa Franco	Aveiro	Professor		
Hermógenes Câmara	Salinas	Professor		
Iraides R. de Lima	Mojú	Professora		
Juvêncio J. Seixas	Itaituba	Professor		
Joaquim Pedro Corrêa Bastos	Cametá	Professor		
Jacob Baptista Dalmácio	Gurupá	Professor		
Joaquim José Gomes	S. Miguel do Guamá	Professor		
Lauro José Ferreira	Vigia	Professor		
Cônego Luiz Leit	Castanhal	Professor		
Licinia Feio de Paula	Soure	Professora		

LEITORES	LOCALIDADE	OCUPAÇÃO	PG	Nº/MÊS/ANO
Maria Antônia T. Barros	Abaeté	Professora		
Maria Pia dos Santos Amaral	Apeú (Castanhal)	Professora		
Martinho Câmara	S. Miguel do Guamá	Professor		
Olindina O. de Barros	Abaeté	Professora		
Palmyra N. Moreira	Mosqueiro	Professora		
Palmyra Marques de Oliveira	Castanhal	Professora		
Raimunda Ignez da Costa	Soure	Professora		
Thomaz Nunes	Curuçá	Professor		
Veridiana R. de Oliveira Corrêa	Alenquer	Professora		
Xisto Santanna	Cametá	Professor		
Zulma de Souza Guimarães	Jurutí	Professora		
Luiza Valente Lobo	Bragança	Professora	384	15/setembro/1919
Jayme Benaros	S. Miguel do Guamá	Subprefeito		
Romeu R. de Andrade	Óbidos	Professor/ Diretor		
Clóvis Botelho	Óbidos	Não Identificado		

Fonte: A autora da pesquisa (2020).

4.2 A equipe redacional

A equipe redacional do periódico *O Ensino* (1918-1919) era composta por professores do ensino público do estado do Pará; decerto, esses intelectuais mobilizaram-se a favor da ideologia dos princípios republicanos, bem como fizeram uso da aculturação escrita para promover uma formação da opinião pública em prol da educação, em especial a primária que era elencada como prática indispensável para elevação social de moral do povo.

Neste sentido, convém discutir que as notícias divulgadas nas páginas do periódico *O Ensino* (1918-1919) promoviam novos debates na busca de defender um consenso relativo ao amparo da instrução, isto é, a revista organiza e assume uma posição de ordem infundindo ideias que atuam como “força social” na produção da hegemonia e, por conseguinte, conduz à temporalidade, “propõe diagnósticos do presente e afirma memórias de sujeitos, de eventos e de projetos, com as quais pretende articular as relações presente/passado e perspectivas de futuro” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 6).

Entender a revista como um impresso educacional requer saber que existe um processo de seleção e estruturação dos seus conteúdos e formas que vão mover-se como táticas e esquemas textuais, mediados social e culturalmente em cada momento histórico. Neste

seguimento, a frequência e temáticas abordadas pelos redatores da revista, imbuídos pela moderna pedagogia, estavam sempre empenhados na formação e em aprovisionar professores “capazes de os ensinarem a ensinar” (PEIXOTO, 1918, p. 32).

Neste propósito, a revista garantia uma série de modelos de lições e materiais para serem usados em sala de aula, dentre eles aulas de história em forma poética; observa-se, então, o uso do poema como uma função pedagógica, aulas de gramática, matemática, rudimentos sobre saúde e outras áreas do conhecimento. Ademais, muitos desses textos eram publicados em partes, ao passo que em cada edição o leitor acompanhava sua continuidade.

Na convicção de Carvalho (2000), a pedagogia fundada no princípio de que *ensinar a ensinar, ensinando* é fornecer suporte adequado, visado nos impressos destinados aos professores. Certifica-se da mesma concepção, já que, na revista veiculava-se noções de “quantidade negativas, História da Pátria, Língua Portuguesa, Canções infantis, preceitos higiênicos, geografia” (O ENSINO, 1918, não paginado), entre outros modelos e roteiros preparados pelos professores do corpo redacional da revista.

Para maior compreensão das suas ações intelectuais a serviço do estado e da educação, faziam parte da redação da revista: o redator-chefe Dr. Antonio Marçal, natural do Pará, nascido dia 30 de junho, em Belém, data em que a igreja católica celebra São Marçal, seus avós eram originários de uma família baiana. Estudou o ensino secundário e preparatórios no Liceu Paraense, no período de 1876 a 1879, cursou a Faculdade de medicina na Bahia em 1880 e concluiu o curso em 1885, no qual defendeu a tese “A Inumação e a Cremação Perante a Higiene”, sob a influência do seu professor de Medicina Pública Virgílio Damásio. Regressou às terras paraenses e instalou uma clínica privada, mas logo ingressou no corpo clínico do Hospital de Caridade da Santa Casa de Misericórdia do Pará, do Hospital da Ordem 3a. de São Francisco e do Hospital D. Luiz I Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, do qual, pouco tempo depois, foi designado Sócio Honorário. Em 1889, assumiu o cargo de inspetor de Higiene, porém em 1890, curto período, pediu exoneração do cargo. Foi, ainda, médico e membro da sociedade Imperial Artístico Paraense e da Mecânica Paraense (MEIRA, 1986).

Na sua missão como educador, foi nomeado em 1890 à cadeira de Fisiologia Humana, Higiene e Ciências Naturais da Escola Normal do Estado do Pará, Ginásio Paraense e Instituto Lauro Sodré (1917-1921) e do curso superior de medicina e cirurgia do Pará. Marçal foi militante político, afiliado ao Club Republicano, considerado um republicano histórico em razão de ter propagado as ideias republicanas no Pará. No mais, foi eleito deputado federal pela

assembleia constituinte em 1891, era amigo e parceiro político de Lauro Nina Sodré e Silva, entre outros vultos do partido Republicano no estado (MEIRA, 1986, p. 35).

Os redatores são sujeitos que fazem parte da constituição, os produtores do periódico, eles propõem ideias e projetos políticos e selecionam textos a serem publicados.

Nesse sentido, João Pereira de Castro (1882-1956), natural de Igarapé-Miri no Pará, diplomado pela Escola Normal do Pará, exerceu a função de professor e, na área da educação, atingiu as mais altas funções de gerência, a exemplo, Inspetor Geral do Ensino do Pará. Fez magistério, tanto em Belém quanto no Rio de Janeiro e em São Paulo, fundou, junto a Matheus do Carmo, Placídia Cardoso e Hilda Vieira, a Sociedade Paraense de Educação e foi por duas vezes presidente da instituição; no seu segundo mandato construiu a Casa do Professor (MEIRA; ILDONE; CASTRO, 1990).

Ao presidir a embaixada de Professores do Pará, a convite do professorado de Manaus, foi o mediador do intercâmbio cultural com o Amazonas. Integrou-se aos seguintes quadros: Academia de Letras do Distrito Federal, Arcádia Espírito-Santense de Letras, Sociedade dos Homens de Letras do Brasil, Grupo Americanista de Intelectuais e Artistas de Montevideu no Uruguai e Cenáculo Fluminense de História e Letras (MEIRA; ILDONE; CASTRO, 1990).

Arelado a isso, foi considerado um jornalista militante e dotado de uma oratória singular, teve ativa e intensa vida literária na produção de poemas, discursos e conferências, contos e coletânea escolar (MEIRA; ILDONE; CASTRO, 1990).

Outro redator era o poeta e professor Sylvio Domingos Nascimento (1882-1957), nascido no Moju no Pará, onde passou uma parte da sua vida, porém mudou-se para a capital e estudou as primeiras letras no Externato Paixão, em Belém; logo a seguir, formou-se pela escola Normal do Estado do Pará em 1902. O professor de História do Brasil e Geografia que foi Sylvio Nascimento, ocupava os bancos do Ginásio Paes de Carvalho, nas décadas de 20, 30 e 40 e era conhecido por ser alguém simples, pontual, de aulas discursivas e inflamadas, parecendo sempre estar em uma tribuna polêmica, sempre orientando os alunos e constituindo-lhes um sentimento patriótico; homem de cor, lutou contra todas as adversidades, conseguiu ser um legítimo cultor da língua (MEIRA; ILDONE; CASTRO, 1990).

José Sidrim (1881-1969), arquiteto e engenheiro, também fazia parte da equipe de redatores, era natural de Fortaleza – Ceará, e chegou ao Pará por volta dos anos de 1900. Conforme Matos (2017), em 1904 foi funcionário da Intendência Municipal como desenhista da Secção de Obras, Tenente da Guarda Municipal, conjectura-se que a convite de Antônio Lemos, que acumulava o cargo de Intendente Municipal com o comando Superior da Guarda Nacional em Belém (MATOS, 2017).

O referido redator tinha vínculos de amizade com Álvaro Adolfo da Silveira, funcionário municipal da administração de Lemos, logo firmou relações profissionais que fortaleceram uma “rede de influência e de poder” com pessoas influentes da elite paraense, cita-se como exemplo o engenheiro Palma Muniz e Joaquim Lalor (MATOS, 2017).

Após sua saída da intendência Municipal, Sidrim foi professor de desenho no Instituto Lauro Sodré a partir de 1914-1931, e passou a atuar com intensidade como profissional liberal no âmbito da construção civil, como engenheiro e arquiteto (MATOS, 2017).

Os intelectuais Santino Ribeiro, Figueirêdo e Souza e Gasparino Silva também faziam parte da equipe de redatores, porém não foram encontradas súmulas sobre suas atividades profissionais e biográficas, bem como o diretor gerente Raymundo Oliveira Machado. A administração técnica do periódico *O Ensino* (1918-1919) era coordenada pelo mestre da *Officina de Typographo*, Vicente Silva, no Instituto Lauro Sodré, que trabalhava na produção tipográfica para economia do estado (BRAGA, 1917). Apontamos a Figura 14, que mostra a equipe editorial do referido periódico.

Figura 14 – Equipe de Redação do Ensino - Junho 1919.



Fonte: (ENSINO, 1919, não paginado).

Magalhães (2021) define o trabalho das equipes editoriais e enfatiza que os periódicos educacionais fazem uso de seções destinadas ao doutrinário e ao teórico: “de seções empíricas para revelar o vivenciado³⁴; de seções oficiosas para normalizar e publicar regulamentos e avisos de interesses para o institucional escolar e para o público leitor diverso” (MAGALHÃES, 2021, p. 28). Para o autor, os assuntos abordados devem ter seu lugar específico para ambientar os discursos e estruturar as especificidades de cada seção do periódico.

Decerto, é necessário haver uma interseção entre a linguagem e os processos políticos que constituem o impresso, ou seja, discurso e ideias que circularam devem dialogar com o

³⁴ Entende-se que são enunciados relacionados a experiências, memórias, narrativas, entre outras questões da cultura da escola e de fora dela.

campo da realidade social da época do período republicano no Pará. Nesse sentido, as relações entre o impresso e sociedade não são neutras. Elas possuem objetivos, por isso, entende-se que o impresso “*O Ensino*” possui uma linguagem específica, assume uma posição de lugar social que se ajusta a uma intencionalidade na/para História e às lutas sociais. Neste sentido, ela vai ser pensada e organizada por intelectuais especializados nos temas propostos, até porque havia a necessidade de fazer com que esse impresso tivesse uma aceitação pública, pois entendemos que se trata de leitores específicos que validassem as ideias em circulação.

No que diz respeito ao trabalho da redação do periódico em estudo, é importante considerar a organização e distribuição dos conteúdos presentes nas seções da revista, na ordem das temáticas e substituições, na extensão dos textos das seções, propagandas e anúncios. Neste aspecto, elaborou-se o Quadro 6, com cinco colunas para catalogação das publicações e seus respectivos autores, assim como ano de publicação e paginação, que orienta a forma pela qual o periódico foi pensado e organizado para as publicações dos números de 1º a 15º (1918 e 1919).

Vale ressaltar que as temáticas produzidas nessas edições serão analisadas na seção subsequente, com o objetivo de compreender os usos das concepções de instrução e educação na primeira república no Pará. Porém, ainda neste término de seção, apresenta-se o Quadro 6 como demonstrativo dos textos e autores catalogados.

Quadro 6 – Autores e temáticas do periódico *O Ensino* 1918-1919.

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Antonio Marçal	O Ensino	Periódico	1918 / nº1	s/n
	O Ensino	Periódico	1918 / nº2	s/n
	Uma grande data	O pensamento educacional de Ruy Barbosa	1918 / nº3	p. 65-66
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 / nº4	p. 115
	Resenha Historica	Officio nº 1667 balancete geral do Instituto Lauro Sodré	1918 / nº4	p. 139-143
	Dr. Lauro Sodré	Obrigatoriedade do Ensino escolar	1918 / nº5	p.167
	A Licção da guerra	O legado após a I guerra mundial	1918 / nº 6	p.218-220

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	O 2º Aniversario do actual Governo e o Instituto Lauro Sodré	Comemoração	1919 /nº 7	p. 1-2
	A festa dos Normalistas	Formação dos diplomados normalistas	1919 /nº 9-10	p. 105-109
	A B C e U	Vitória do campeonato sul-americano de natação	1919 /nº 11	p. 153
	O nosso triumpho	O reconhecimento do periódico <i>O Ensino</i> na imprensa paraense na missão de Instruir e Educar	1919 /nº 12	p. 209-210
	O 15 de agosto	O grito do ipirangaIpiranga	1919 /nº 13 e 14	p. 289-291
	O congresso de Geografia de Bello Horizonte	Congresso que reunia homens de saber e possuía uma representação e significação patriota	1919 /nº 15	p. 337-338
Lauro Sodré	Palavras de Saudação	Texto do Governador do Estado	1918 /nº1	p. 2-3
	Allocução	Solene comemorativa do 46º Anivesario da Fundação do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº1	p.7
	Benjamin Constant Fundador da República Brasileira	A filosofia do ideário da República no Brasil	1918 /nº6	p. 209-217
	Uma Carta do Sr. Dr. Lauro Sodré	Carta de agradecimento ao periódico <i>O Ensino</i>	1919 /nº8	p. 57
	A evolução politica no Brasil	Educar o homem diante da evolução dos fenômenos sociais	1919 /nº12	p. 213-219
Josué Freire	Quantidade Negativa I	Ensino de Matemática	1918 /nº1	p. 3-4
	Quantidade Negativas II	Ensino de Matemática	1918 /nº2	p. 33-34

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Quantidade Negativas III	Ensino de Matemática	1918 /nº3	p. 73-74
	Reflexões	O ensino do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº4	p. 127-128
	A felicidade	O progredimento intelectual e moral	1918 /nº5	p. 173-174
	Notas de Arithimetica I	Adição (ensino de matemática)	1919/nº7	p. 6-7
	Notas de Arithimetica II	Números inteiros - operação (ensino de matemática)	1919 /nº7	p. 6-7
	Notas de Arithimetica III	Cont. Adição (ensino de matemática)	1919 /nº 9-10	p. 111-113
	Notas de Arithimetica IV	Subtração (ensino de matemática)	1919 /nº 11	p. 158-160
	Notas de Arithimetica V	Generalização da adição e da subitracção (ensino de matemática)	1919 /nº 12	p. 221-224
	Notas de Arithimetica VI	Multiplicação (ensino de matemática)	1919/ nº 13 e 14	p. 294-297
Mecenas Rocha	O bom caminho	Conselhos/recomendações aos estudantes	1918 /nº1	p. 7
	Aos Heróis	Narrativa	1918 /nº2	p. 38
	Conto do Natal I	Conto	1918 /nº3	p. 105-108
	Chronicas I	Exposição sobre o governo de Lauro Sodré	1918 /nº5	p. 188-189
	Chronicas	História e guerra na Alemanha	1918 /nº6	p. 238-240
	Chronicas III	Poetas e Poesia Nacional	1919 /nº7	p. 34-36
	Chronicas IV	A representação na sociedade	1919 /nº8	Nº 73-75

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Chronicas IV	O Brasil	1919 /nº9-10	p. 128-130
	Chronicas IV	O valor do trabalho e o sentimento patriota	1919 /nº11	p. 169-170
	Chronicas V	Envelhecimento	1919 /nº12	p. 239-240
	Chronicas VII	Civilização	1919/nº13 e 14	p. 307-309
	Chronicas VIII	Relato sobre a prática da Caridade	1919/nº15	p. 346-347
Pereira de Castro	Discurso	Solene comemorativa do 46º Aniversario da Fundação do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº1	p. 8-11
	Carta Circular	Conselho Superior de Ensino Primário	1918 /nº2	p. 37
	Caixas escolares	Instrução de caridade da classe popular	1918 /nº3	p. 78
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 /nº4	p. 117-118
	Oração á independencia	Idependencia do Brasil	1918 /nº4	p. 126-127
	Hymno da escola Carlos Gomes	Hino	1918 /nº6	p. 255
	O Anno da Instrução	Extraído do Jornal A folha do Norte (apontamentos sobre Instrução, higiene, educação entre outros)	1919 /nº7	p. 9-10
	Saudação á arvore	Exaltação à natureza	1919 /nº13 e 14	p. 298-299
Sylvio Nascimento	Em torno da História / Caramaru I	Ensino de História	1918 /nº1	p. 11-12
	Em torno da História / Calabar	Ensino de História	1918 /nº2	p. 35
	Em torno da História / Tiradentes III	Ensino de História (em poema)	1918/nº3	p. 74

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 /nº4	p. 115-116
	Em torno da História / Calabar	Ensino de História	1918 /nº4	p. 121-123
	Em torno da História / Anchieta IV	Ensino de História (em poema)	1918 /nº5	p. 170
	Natal	Enaltecer o Natal ao Raymundo Machado	1918 / nº6	p. 226-227
	Basta! (Poema)	Desconhecida	1919 /nº7	p. 8
	Providencias Regulamentares	O ensino da caligrafia	1919 /nº7	p. 13
	Em face de um problema	Os novos programas didáticos aprovados pelos atos administrativos públicos	1919 /nº8	p. 63
	Em torno da História	Ensino de História	1919 /nº 9-10	p. 110-111
	Em face de um problema	Ensino rudimentar dos meninos (pedagógico)	1919 /nº11	p. 154-155
	A inteligência A brilhante plêiade de professores do Pará (Poema)	Enobrecimento do professor	1919 /nº 12	p. 220
	Em face de um problema	Educação moderna, pedagogia e psicologia experimentaes	1919 /nº15	p. 339-340
Poeta Eustachio Azevedo	Avante (Poema)	O ensino e o trabalho	1918 /nº1	p. 13
	Potencias (Poema)	O ensino intelectual	1918 /nº3	p. 83

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	A Arte (Poema)	Ser artista	1919 / n°7	p. 39
	Boi Velho (Poema)	Metáfora sobre a força	1919 / n°12	p. 263
S.R	Programmas	Crítica ao novo regulamentos de Ensino	1918 / n°1	p. 14-16
Santino Ribeiro	Pela Instrução I	Educação primária	1918 / n°1	p. 15-17
	Pela Instrução II	Educação primária	1918 / n°3	p. 84
	Pela Instrução III	Educação primária	1918 / n°5	p. 180
	Os redivivos – Hilario de Sant'Anna	Vida e morte de Hilario	1919 / n°9-10	p. 131-132
	Guanabara	Reconhecimento pela criação do paraense ter criado o periódico ilustrado Guanabara	1919 / n°11	p. 163
	A proposito de um livro	Pedagogia moderna Ensinar e aprender – aprender ensinando	1919 / n°12	p. 225-226
Matheus José do Carmo	Threchos de um relatório	Relatório sobre Ensino Primário	1918/ n°1	p. 17-19
	Assumptos Pedagógicos	Instrução	1918 / n°2	p. 42-44
	Franqueza de velho	Disciplina e trabalho	1918 / n°3	p. 94-95
	A escola pitoresca	Sobre Livro didático	1918 / n°4	p. 116-117
	Saudades	Memória sobre o trabalho de Professores	1918 / n°6	p. 236
	A festa do Estudo	Cultura Escolar – festa das creanças	1919 / n°8	p. 67-68
	Os redivivos	Ao professor Raymundo Vianna	1919 / n°12	p. 281-282
	A educação Nacional	Instrução / Liga de defesa Nacional Nov. 1917	1918 / n°2	p. 25-32

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Afranio Peixoto	A educação Nacional	Instrução / Liga de defesa Nacional 1917 cont.	1918 / nº3	p. 67-72
	Parabolas	Métodos de ensino	1918 / nº 3	p. 119-120
	A gramatica na aula primária	Disciplina gramatical nas escolas	1918 / nº 5	p. 168-169
	A antiga e a nova Medicina: A hygiene	Medicina curativa, remedeira, therapeutica x medicina preventiva e profilática.	1918 / nº 6	p. 221-225
	Educação, instrução	Enfatiza a instrução da catequese na formação moral do sujeito	1919 / nº 12	Nº 210
Paulo Maranhão	Conselho Superior de Ensino Primário	Regulamento do Governo do Estado / Ensino	1918 / nº2	p. 36-37
Julio Muniz	Hygiene Oral	Saúde	1918 / nº2	p. 39-40
	A hygiene quotidiana da boca	Prophilaxia no caso de epidemia	1919 / nº13 e 14	p. 311-315
Ophir Loyola	Inspeção médico-escolar	Saúde	1918 / nº2	p. 41-42
	O departamento da creança	Estatística de morte de menores e suas causas	1919 / nº13 e 14	p. 302-303
Moreira dos Santos	A instrução popular no Brasil	Ensino popular	1918 / nº2	p. 50-51
Adelia Lacerda	Meidtando	Reflexão sobre Jesus	1918 / nº2	p. 51-52
	Hymno Nacional Brasileiro	Patriotismo	1918 / nº4	p. 153
	Legenda	Narrativa de vivências	1918 / nº 5	p. 182-184
	<i>... Y todas tus penas se acabaran?</i>	Ao poeta Lucídio Freitas	1919 / nº7	p. 20-21

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Emfim...a Paz	O fim da guerra	1919 /nº12	p. 277-278
Rocha Moreira	A escola	A festa da árvore	1918 /nº2	p. 53
Vicente Silva	Ensino Profissional	Composição typographica	1918 /nº2	p. 55-57
	Ensino Profissional II	Composição typographica	1918 /nº3	p.102-104
	Ensino Profissional III	Composição typographica	1918 /nº4	p. 147-149
	Ensino Profissional IV	Composição typographica	1918 /nº5	p. 191-195
	Ensino Profissional	Prática profissional	1918 /nº6	p. 248-250
	Ensino Profissional	Prática profissional	1919 /nº7	p. 28-30
	Programma de Ensino	Ensino da officina de typographo do Instituto Lauro Sodré	1919 /nº7	p. 30-32
	Programma de Ensino – saudação ao trabalho	Educação e instrução	1919 /nº8	p. 86-88
	Ensino Profissional	Educação operária	1919 /nº 12	p. 264-267
Ensino Profissional	A importância da revista O Ensino para a educação do Estado	1919 /nº 15	p. 349-351	
Costa Sampaio	A grafologia científica	Ensino da imagem	1918 /nº2	p. 57-58
Carlos Nascimento	Algumas observações sobre o archaísmo	Excerptos de um ensaio linguístico I	1918 /nº3	p. 75-77
	Algumas observações sobre o archaísmo	Excerptos de um ensaio linguístico I I	1918 /nº4	p. 132-136

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Na floresta	Dedicatória ao Dr. Antonio Marçal	1919 /nº7	p. 33
	A vida das palavras	A origem da língua portuguesa cap. 1	1919 /nº12	p. 227-234
	Genese do Poeta (Poema)	Uma metáfora do talento de um poeta	1919 /nº15	p. 370
Figueiredo Souza	Eduquemos as criancinhas	Educação	1918 /nº3	p. 81-82
Gasparino Silva	Culto a virtude	Reflexões sobre a moralidade	1918 / nº3	p. 92
	Orfãos	Dois irmãos recolhidos para serem educados no instituto Lauro Sodré	1918 / nº6	p. 245
Crepory Franco	Classificação das ciencias I	Leis de Herbert Spencer	1918 /nº3	p. 93-94
	Classificação das ciencias II	Leis de Herbert Spencer	1918 /nº4	p.137-138
	Classificação das ciencias III	Augusto Comte e ciencias fundamentaes	1918 /nº5	p. 184-186
	Classificação das ciencias	Herbert Spencer – Ciencias concretas e abstratas	1918 /nº6	p. 242-245
	Classificação das ciencias V	Sciencias formaes, concretas e abstratas	1919 /nº7	p. 23-25
	A lei de Weber	A psicologia humana	1919 /nº 12	p.236-239
Augusto Meira	Hymno Brasileiro	Patriotismo	1918 /nº3	p. 95
	Apotheose (Poema)	Para Dioris	1919 /nº8	p. 95
	A Língua Portuguesa (Poema)	Língua Portuguesa	1919 /nº11	p. 173
	Canto do Oyapock (Canção)	Às crianças paraenses	1919 /nº12	p. 280

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Basilio de Carvalho	Crença e Luz (Poema)	Dedicatória ao professor Matheus do Carmo	1918 /nº3	p. 96
	Ave, Luz! (Poema)	Dedicatória à ilustrada redação do O Ensino	1918 /nº5	p. 181
	O Natal de Jesus (Poema)	Notas natalinas ao mestre Monsenhor Domiciano Cardoso	1918 /nº6	p. 228
	Federis Arca (Poema)	À memória de Zacarias de Carvalho	1919 /nº8	p. 69
	A Escola Moderna (Poema)	Em memória de Francisco Ferrer, a heroica vítima do clericalismo	1919 /nº7	p. 22
	Jesus no Horto (Poema)	Reflexão poética sobre Jesus no horto das Oliveiras	1919 /nº9-10	p. 117
	Salve, Tiradentes! (Poema)	Comparação entre a pessoa de Tiradentes e Jesus	1919 /nº11	p. 157
	Avante! (Poema)	Aniversário da revista e do redador-chefe O Ensino	1919 /nº12	p. 235
	Ave, amor! (Poema)	Lembranças da esposa falecida	1919 /nº13 e 14	p. 310
	Salve, arte!	O dom de ser artista	1919 /nº15	p. 343
	O livro (Poema)	Aos jovens educando do instituto Lauro Sodré	1918 /nº4	p. 129
	Estudae	Conselho aos alunos do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº3	p. 98-99
	Procedei Bem!	Instrução e bons costumes	1918 /nº5	p. 178-179
	Phases da Vida (Poema)	As crenças das escolas agremiadas	1919 /nº9-10	p. 144
	Fraternal Amplexo	Versos em prol dos fragellados da secca	1919 /nº12	p. 284

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Bertoldo Nunes	(Poema)			
	Oraculo Moderno	Classificação do oráculo	1919 /nº13 e 14	p. 315-316
	Lever de rideau Peça teatral	Diversão cômica para os meninos de menor idade	1919 /nº15	p. 365-366
Carlos de Azevedo	Na escola primária	Ensino do desenho nas escolas públicas	1918 / nº4	p. 150-153
Francisco Lins	O Livro (Poema)	Dedicatória ao Dr. Antonio Marçal	1918 /nº5	p. 190
Olavo Silva	Os que começam – O 51	Morte do aluno – colega de classe José da Silva Lavareda	1918 /nº5	p. 195-196
Hildebrando Azevedo	O grito do Ypiranga	IndependênciaIndependência do Brasil	1918 /nº5	p. 196
	Vida Nova	Enaltece a Escola Profissional do Estado	1919 /nº 13 e 14	p. 327-328
Mário Melo	Calabar	Confrontos sobre a história do Brasil as ideias do professor Sylvio Nascimento	1918 /nº6	p. 232-235
Leocadio Guerreiro	Em nome de Jesus	Dedicatória ao Dr. Antonio Marçal	1918 /nº6	p. 241
Lucidio Freitas	<i>... y todas tus penas se acabaran?</i>	Apontamentos ao Dr. Antonio Marçal	1918 /nº6	p. 246-247
	Verão (Poema)	Natureza	1919 /nº8	p. 90
Delorisano Bello	Divina Essencia (Poema)	Recordação de antiga camaradagem espiritual	1918 /nº6	p. 251
Palma Muniz	Centenario da Imprensa Paraense 1822-1922	Notas sobre os periódicos e o surgimento da imprensa no Pará	1918 /nº6	p. 258
	Culto Civico	Cultivo do sentimento de urbanidade		

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Galdino Gondim Lins	Maria Aparecida (Poema)	Poema para Maria	1918 /nº6	p. 263
	No seio da Matta (Poema)	Ao Raymundo Machado Exaltação da Natureza	1919 /nº7	p. 16
	Ao partir (Poema)	Para o Manoel Nery Pereira	1919 /nº8	p. 83
	Visão de Miséria (Poema)	A seca do Ceará	1919 /nº9-10	p. 127
	Página de Amor (Poema)	Sobre amor	1919 /nº11	p. 166
	Hontem e Hoje (Poema)	Dr. Agostinho Monteiro e a comissão de socorros aos cearenses	1919 /nº12	p. 248
	O Sahi' (Poema)	Ao Dr. Antonio Marçal e demais da revista d'O Ensino	1919/nº13 e 14	p. 317
	Ciumadas... (Poema)	O ciúme feminino	1919 /nº15	p. 364
Luiz Barreiros	Pratonato de Menores	Correção de menores	1918 /nº6	p. 264-266
Simplicio Torres	A officina	Officinas do Instituto Lauro Sodré	1918 /nº6	p. 267-268
	Questão relevante	Culto do Patriotismo	1919 /nº8	p. 70-71
	Escolas Profissionaes	Apontamentos sobre a abertura de escolas profissionais	1919 /nº11	p. 156
	A Bôa Semente	A diferença da semente em solo fértil e em um solo não fértil	1919 /nº12	p. 253-254
	Assumptos profissionais	Serralharia mecânica e civil	1919/nº13 e 14	p. 300-301

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	O ensino Primario	A disseminação do ensino primário como um problema	1919 /nº15	p. 341-342
A. De Sampaio Doria	A Patria Brasileira	Educação Cívica	1919 /nº7	p. 3-5
Philomena Simões	Palestras Escolares	Vida de Pedro Teixeira	1919 /nº7	p. 11-12
De Angelis	No Magisterio	Memoria de um velho professor	1919 /nº3	p. 72
	No Magisterio	Elogios ao professor	1919/nº6	p. 217
	No Magisterio	Notas sobre um professor	1919/nº7	p. 15
	No Magisterio	O brio profissional do professor	1919 /nº8	p. 68
	No Magisterio	A arte de ensinar	1919 /nº9-10	p. 130
	No Magisterio	Instrução e magistério feminino do Pará	1919 /nº11	p. 155
	No Magisterio	Despedida de uma professora Negra	1919 /nº12	p. 209
	No Magisterio	Uma professora jovem e tem um espírito republicano	1919 /nº12	p. 254
	No Magisterio	Característica de exemplo de professora	1919 /nº13 e 14	p. 299
	No Magisterio	Exaltando um professor que passou pela formação inicial do instituto Lauro Sodré	1919 /nº15	p. 338
	No Magisterio	Professores avançados em janeiros	1918 /nº5	p. 174
F.S	Reminiscencia	Lembranças do bairro do Umarisal	1918 /nº6	p. 237
	Examinador e examinando	Avaliação profissional	1919 /nº7	Nº 17-18
	Os programas de Ensino Primario	Methodo expositivo e intuitivo	1919 /nº11	p. 167-168

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Valor cívico de Pedro Teixeira	Pedro Teixeira como exemplo de patriota	1919 /nº12	p. 257-258
C.P	Instruí, Educai!	Pensamento contemporâneo sobre instrução	1919 /nº7	p. 19-20
	O Analfabetismo no Brasil	Problemas da Instrução	1919 /nº8	p. 92-93
Roquette Pinto	Os Sertões	Livro de ciência e fé	1919 /nº7	p. 25
Thomaz Nunes	Obrigatoriedade do Ensino	Regulamento do Ensino	1919 /nº7	p. 25-28
	A gymnastica Suéca	A cultura physica	1919 /nº15	p. 358-359
José Pessôa C. de Albuquerque	O Escotismo	A prática do Escotismo	1919 /nº7	p. 36-37
Adelaide Machado	Os que começam O meu postal	Coleção de cartão postal	1919 /nº7	p. 38
Socrates	Consultas e respostas	A jornada do professor como apóstolo do ensino	1919 /nº7	p. 41
Antonio Austregesilo	Apostrofe aos maldizentes (aos pais e aos educadores)	Defensor do Estado patriota	1919 /nº7	p. 42-46
Cloves Bevilaqua	Pensamentos de Paz – Aspirações de Justiça	Luta pelo edifício da civilização. A busca pelos direitos humanos e a democracia.	1919 /nº8	p. 58-62
A.M.	A gripe	Conselhos para evitar a gripe e meios de resistir-lhe.	1918/nº5	p. 197
	Ligeira noticia sobre o Helio	Notas sobre o Gás helio	1919 /nº8	p. 66
	Chimica	Notas sobre Argonio, Neon, Krypton e Xenon	1919 /nº9-10	p. 132
Velazquez	Arte Pura	Questionamento sobre o ensino da arte no Pará	1919 /nº8	p. 71-73

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
Manoel Lobato	Excerptos do Relatório	Texto de 1918	1919 /nº8	p. 75-77
	A uma jovem mãe	A mãe ser o auxilio na educação do filho	1919 /nº12	p. 267-268
Raymundo Proença e Sylvio Nascimento	Noções de História da Patria	Estudo de História	1919 /nº8	p. 78-82
	Noções de História da Patria	Estudo de História	1919 /nº9-10	p. 118-124
	Sobre as noções de História da Patria	Os novos programas de ensino primário – História da Patria	1919 /nº12	p. 243-247
Anna Sarah de Mattos	Palestras Escolares	Valor do professor para a civilização de um povo	1919 /nº8	p. 84-86
Ignacio Moura	Divisibilidade dos numeros	Ensino da matemática	1919 /nº8	p. 88-89
Antonio Vieira	Os livros - Admiração	A representação dos livros para o ensino	1919 /nº8	p. 89
Antonio Mendes	A festa do estudo	Festa -Solenidade no Teatro da Paz	1919 /nº8	p. 93-94
	Bregeirices de Velho	Crônica	1919/nº12	p. 278-279
Laercio	Registo Bibliographico	Notas arithimeticas Arvore Má Rudimentos de Leituras	1919 /nº8	p. 96-97
	Registo Bibliographico	Noções de História Patria Parabolas - Para Bólas	1919 /nº9-10	p. 145
	Registo Bibliographico	Anthologia Amazonica Selva A festa das aves Como devemos ensinar ás nossas filhas o que é a maternidade	1919 /nº12	p. 282-283
Misael Seixas	A Agrhogeographia e seu estudo	Dase moderna da Geographia	1919 /nº9-10	p. 114-116

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
L'abbé Estevam da Costa Teixeira	<i>Le Vainquerur</i>	Verção francesa da poesia lírica	1919 /nº9-10	p. 133
Gemina Pinto	Indole Pacifica do índio do Pará	Educação/catequese para os índios	1919 /nº9-10	p. 136-138
José Carvalho	Preceito Antigo (Poema)	O pecado humano	1919 /nº9-10	p. 139
	Comedia Infantil (Peça teatral)	Escrita para o festival literário do colégio Minerva	1919 /nº13 e 14	p.321-326
	Dialogo (Peça teatral)	Risão e Carrancudo	1919 /nº15	p. 377-381
M. Vasques	Factorar ou decompor um números em seus factores primos	Do ABC arithimetic e ao preparo- Ensino de matemática	1919 /nº9-10	p. 140-142
	Factorar ou decompor um números em seus factores primos	Do ABC arithimetic e ao preparo conclusão dos ns 9 e 10 da revista - Ensino de matemática	1919 /nº 12	p. 255-257
	Os múltiplos do A B C arithimetic	I Adição II Multiplicação III Divisão	1919 /nº13 e 14	p. 304 - 306
Henrique Leite	Radiciação Cubica	Ensino de matemática	1919 /nº9-10	p. 142-143
Padre Estevam da Costa Teixeira	No Lar	Reflexão sobre o prazer de ter um lar – Ao Dr. Antonio Marçal	1919 /nº11	p. 165
	Pouca Verba (Poeta)	Mensagem a Paulinho de Brito -	1919 /nº12	p. 259
	A família christã	A benção divina está na família	1919 /nº13 e 14	p. 309
Rosina Quaglia	Palestras Escolares	Palestra proferida no Grupo Escolar Benjamin Constant	1919 /nº11	p. 171-172

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
R. Trindade	O Ensino	Ideais republicanos	1919 /n°12	p. 211-212
Henrique Santa Rosa	Radiciação cubica	Ensino de matemática (radiciação)	1919/n°12	p. 241-242
Pereira de Castro e Cincinato Ferreira de Souza	Ninguem se iluda! (Cançoneta infantil)	O sentimento de infância para o futuro da nação Collectanea de Hymnos de Canticos Escolares	1919 /n°12	p. 250-253
Esmeralda Monteiro	Sincero e Justo Optimismo	O projeto e desenvolvimento da região Norte	1919 /n°12	p. 260
	A psychologia na escola	Pedagogia x psicologia	1919 /n°13 e 14	p. 292-293
Remigio Fernandez	Sombra fugitiva (Poema)	O desejo humano	1919 /n°12	p. 269
Antraro	Alguma coisa de algebra	Equações reciprocas	1919 /n°12	p. 270-271
	Alguma coisa de algebra (conclusão)	Equação do 4° gráo Equação do 5° gráo Generalização	1919 /n°13 e 14	p. 318-320
M. Braga Ribeiro	Os grandes educadores	Vida e obra de Monsenhor Dominiano Perdigão Cardoso	1919 /n°12	p. 272-274
Lucilo Fénder	Pedagogia Esoterica	Concepção da pedagogia moderna x pedagogia popular (superstições)	1919 /n°12	p. 275-277
F. M.	A comedia dos Qui pro quós	Conto de Shakespeare	1919 /n° 13 e 14	p. 329-332
	A comedia dos Qui pro quós (conclusão)	Conto de Shakespeare	1919 /n° 15	p. 371-374
Tupinambá Junior	História do Pará	Apelo aos historiadores para construir uma obra com a história do Pará	1919 /n° 15	p. 344-345

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
C.S Marques Leite	Dura Veritas (Poema)	Para Arthur Leite – Reflexão a respeito dos momentos bons e ruins	1919 /nº 15	p. 348
Noura Monteiro	Higiene Escolar A escola	A higiene, a arquitetura, mobiliário escolar	1919 /nº 15	p. 251-252
Maria de Moraes Novaes	Palestras escolares	Conferência proferida nas escolas agremiadas – 6 de setembro 1919	1919 /nº 15	p. 353-355
Ernesto Mattoso	Apontamentos	A 1º guerra mundial (final)	1919 /nº 15	p. 356-357
H. Barradas	Os que começam	Astronomia	1919 /nº 15	p. 360-363
Thomaz Carlyle	Livros	Indicações da prática da leitura	1919 /nº 15	p. 366-369
Alberto Mesquita	Sonhos	Descrição da mulher de seus sonhos	1919 /nº 15	p. 369
Wenceslau Braz	Sem título	Nota sobre a fome da Europa	1918 /nº 1	p. 19
Ticiania	No Magisterio	Reconhecimento de uma professora bem-sucedida e mãe de família	1918 /nº 2	p. 34
	No Magisterio	Características de uma professora	1918 /nº 4	p. 118
Rocha Pombo	Sem título	Notas de viagem	1918 /nº 2	p. 40
Pestalozzi	Sem título	Nota sobre a base do conhecimento em Pestalozzi	1918 /nº 2	p. 44
Um normalista	O Ensino da taboada	Ensino de matemática	1918 /nº 3	p. 79-81
	Sobre as frações	Ensino de matemática	1918 /nº 4	p. 130-132
	Sobre as frações	Ensino de matemática	1918 /nº 5	p. 175-178
C.	Palestras escolares	28 de setembro	1918 /nº 5	p. 171-173
	Palestras escolares	13 de maio	1918 /nº 6	p. 229-231

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
H.	Amor á Escola	O medo das crianças de irem a escola	1918 /nº 5	p. 186-188
Olavo Bilac	Pelo Brasil	O povo brasileiro	1918 /nº 5	p. 189
Desconhecido	De uma entrevista	Os livros sem instrumentos manoes	1918 /nº 1	p. 6
	Cifras animadoras	Economia para investimentos na educação	1918 /nº 2	p. 32
	Sem título	Sobre hábitos de higiene em sala de aula	1918 /nº 2	p. 52
	14 de Julho	Comemoração da festa da árvore	1918 /nº 2	p. 54
	Conferencia Pedagogica	Discursão acerca do ensino público	1918 /nº 3	p. 85-92
	Ruy Barbosa	5º Aniversario intelectual de Ruy Barbosa	1918 /nº 3	p. 97-98
	7 de Setembro	Grito da independência	1918 /nº 4	p.124-125
	Exposição de desenho	Exposição escolar de desenho e pintura promovido pelo governo	1918 /nº 4	p. 149-150
	O militarismo pruciano	Tradução do texto da revista parisiense “Nouvelles de France”	1918 /nº 6	p. 252-254
	Ensino Publico	Seções importantes do conselho superior Aprovação do Regimento Interno Organização dos programas primários	1918 /nº 6	p. 268-269
Instrução Publica Primaria	Expediente nos dias 5 de novembro a 7 de dezembro Actos do Governo Actos do diretor de ensino	1918 /nº 6	p. 270-271	
Excerptos do Relatório	Regulamentos do Ensino	1919 /nº7	p. 14-15	

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Ensino Primario	Programmas Didactios	1919 /nº7	p. 32
	A proteção da infancia nos Estados Unidos	O sentimento e cuidados com a infância	1919 /nº7	p. 38
	Olavo Bilac	Obra intelectual de Olavo Bilac	1919 /nº7	p. 40
	Instrução Pública Primaria	Leis e decretos 31 de dezembro de 1918 a 25 de janeiro de 1919	1919/nº7	P. 47-50
	Monsenhor Domiciano Cardosos	A intelectualidade paraense – morte do Monsehor	1919 /nº8	p. 91
	Instrução Pública Primaria	Leis e decretos 20 de janeiro a 28 de fevereiro de 1919	1919 /nº8	p. 97-100
	Educação e Saneamento	Higiene e Saúde	1919 /nº9-10	p. 125-126
	O soldado moderno	Uma visita ao quartel 47º de caçadores	1919 /nº9-10	p. 134-135
	Conselho Superior do Ensino	Ata da eleição do Conselho Superior do Ensino	1919 /nº9-10	p. 135
	Vultos Paraenses Domingos Antonio Rayol	Vida e Obra de Domingos Antonio Rayol	1919 /nº11	p. 161-163
	Programmas de Ensino	Organização do programma de Ensino pelo Conselho Superior de Ensino Primario em 1919	1919 /nº11	p. 174-199
	Portaria de 25 de abril de 1919	Exposição do regulamento do decreto n.3356 de 7 de maio de 1918	1919 /nº11	p. 199-200
	Instrução Publica Primaria	Portaria e decretos – Expediente de 1 de março a 29 de abril de 1919	1919 /nº11	p. 200-205
	Academia Livre de Bellas Artes do Pará	A fundação da Academia de Bellas Artes em 9 de junho de 1918	1919/nº12	p. 258

Autoria	Título dos textos	Temáticas	Ano/Publicação	Página
	Instituto Lauro Sodré	Comemoração do 47º aniversário de fundação do Instituto Lauro Sodré	1919 /nº 12	p. 274-275
	Comemorações	A festa da árvore e 15 de agosto	1919 /nº 13 e 14	p. 328
	A mensagem do Sr. Dr. Governador do Estado e o Instituto Lauro Sodré	Ensino Technico	1919 /nº 15	p. 374-375
	Festas Escolares	Grupo Escolar do Mosqueiro Grupo Escolar José Verissimo	1919 /nº 15	p. 375-376

Fonte: A autora da pesquisa (2020).

Neste sentido, ao analisar o Quadro 5 acerca das divisões na estrutura da revista, é possível notar que ela não obedece a seções fixas, a não ser nas seções denominadas de “Correio d’O Ensino”, já explanadas, e “Notulas”, utilizada para informar sobre acontecimentos históricos, visitas de viajantes à região, assuntos sobre guerras, personalidades de influências políticas e militares, notas do Diário Oficial e outros.

Ao identificar os autores e suas produções, constatou-se que a somatória dos textos equivale a 238 produções por 94 autores, exceto os desconhecidos, os quais contabilizaram 30 textos. O que chama bastante atenção por essa numeração ser a maior observada no Quadro 6. Era de responsabilidade e autoria do redator chefe, Antonio Marçal, os primeiros textos das revistas, totalizando 13 textos³⁵. Entre os autores, os mais reincidentes são: o professor Sylvio Nascimento, que produziu com 14 autorias; Mecenas Rocha (12 textos); Josué Freire (11 textos); Basilio de Carvalho (11 textos); De Angelis (11 textos); Vicente Silva (10 textos); Galdino Gondin Lins (7 textos); Matheus do Carmo (7 textos).

Os autores com menores números de textos publicados são: Bertholdo Nunes (6 textos); Crepory Franco (6 textos); Santino Ribeiro (6 textos) Lauro Sodré (5 textos); Adelia Lacerda (5 textos); Carlos Nascimento (5 textos); Poeta Eustachio de Azevedo (4 textos);

³⁵ Neste estudo avalia-se 15 revistas, porém Antonio Marçal publicou 13 textos, pois os números 9, 10, 13 e 14 correspondiam a uma publicação cada.

Augusto Meira (4 textos); F.S (4 textos); A.M (3 textos); Raimundo Porença e Sylvio Nascimento (3 textos); Laercio (3 textos); José Carvalho (3 textos); M. Vaques (3 textos); Padre Estevam Da Costa Teixeira (3 textos); Um normalista (3 textos); Julio Muniz (2 textos), Ophyr Loyola (2 textos); Gasparino Silva (2 textos); Luci de Freitas (2 textos); Palma Muniz (2 textos); C.P. (2 textos); Manoel Lobato (2 textos); Antonio Mendes (2 textos); Esmeralda Monteiro (2 textos); Antraro (2 textos); F.M. (2 textos); Ticiania (2 textos); Hildebrando Azevedo (2 textos); C. (2 textos); S.R (1 texto); Paulo Maranhão (1 texto); Moreira dos Santos (1 texto); Rocha Moreira (1 texto); Costa Sampaio (1 texto); Figueiredo Souza (1 texto); Carlos de Azevedo (1 texto); Francisco Lins (1 texto); Olavo Silva (1 texto); Mario Melo (1 texto); Leocadio Guerreiro (1 texto); Delorisano Bello (1 texto); Luiz Barreiros (1 texto); A. de Sampaio Doria (1 texto); Philomena Simões (1 texto); Roquette Pinto (1 texto); Thomas Nunes (1 texto); José Pessôa C. de Albuquerque (1 texto); Adelaide Machado (1 texto); Socrates (1 texto); Antonio Austregesilo (1 texto); Cloves Bevilaqua (1 texto); Velazquez (1 texto); Anna Sarah de Mattos (1 texto); Ignacio Moura (1 texto); Antonio vierira (1 texto); Misael Seixas(1 texto); L'abbér Estevam da Costa Teixeira (1 texto); Germina Pinto (1 texto); Henrique Leite (1 texto); Rosina Quaglia (1 texto); R. Trindade (1 texto); Henrique Santa Rosa (1 texto); Pereira de Castro e Cincinato Ferreira de Souza (1 texto); Remigio Fernandez (1 texto); M. Braga Ribeiro (1 texto); Lucilo Fénder (1 texto); Tupinanmbá Junior (1 texto); C.S Marques Leite (1 texto); Noura Monteiro (1 texto); Maria de Moares Novaes (1 texto); Ernesto Mattoso (1 texto); H.Barradas (1 texto); Thomaz Carlyle (1 texto); Alberto Mesquita (1 texto); Wenceslau Braz (1 texto); Rocha Pombo (1 texto); Pestalozzi (1 texto); H. (1 texto) e Olavo Bilac (1 texto).

No entanto, notou-se que havia relevância das temáticas relacionadas à saúde, língua nacional, lições de história da Pátria, lições de matemática, textos governamentais e educacionais, em especial à educação primária, devido às altas taxas de analfabetismo local e nacional. Neste sentido, a linguagem literária em forma de poema estava presente em todos os números publicados, reforçando as ideias postas nos demais textos, bem como pequenas notas no final de alguns textos, narrativas em favor da instrução e educação para as camadas populares, ou seja, cada texto usa de uma estratégia para engendramento de uma nova mentalidade nacional.

Havia uma preocupação das intervenções governamentais em relação à nova ordem econômica e à nova filosofia que nasceu junto com a república, principalmente no que diz respeito aos hábitos e costumes sociais. A necessidade de incutir o valor patriota à sociedade, gerar uma mentalidade salubre para o corpo e a alma dos homens, no sentido de mostrar ao mundo que o brasileiro era capaz de se tornar sujeito civilizado aos moldes europeus.

Nessa perspectiva, a Educação do homem passa a ser primordial para a emancipação social, tanto de Belém como do País. Logo, a Educação se torna o objetivo principal com a “função de preparar o homem para habitar o espaço urbano e lidar com as determinações com que se defrontava” (RESENDE; GONÇALVES NETO, 2009, p. 376). Passou a ter a finalidade de legitimar a verdadeira instrução e forjar novos cidadãos, “educando mentes e corpos, tornando-lhes curados e higienizados [com objetivo de] viver em uma sociedade regenerada por intermédio da organização escolar remodeladas por meio da pedagogia moderna e da medicina” (GONDRA, 2004, p. 479).

Segundo Jorge Nagle (1974, p. 99), esse momento histórico foi denominado como “entusiasmo pela Educação” capaz de “incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil no caminho das grandes nações do mundo”. Entende-se tal luta ideológica decisiva para a aceleração histórica do homem e sua sapiência, em acreditar “que a educação tem um papel insubstituível” (NAGLE, 1974, p. 100), pois é um instrumento irrefutável para “consonância lógica com a evolução social [...] na formação dos povos [...], preparo intelectual e physico das novas gerações” (O ENSINO, 1919, p. 19-26).

Diante disso, compreende-se que a Educação era a causa e a solução para os problemas sociais de origens diversas. Nagle (1974, p. 102) diz que: “O analfabetismo, que traz como consequência inevitável a ausência de cultura cívica e política, a ignorância dos preceitos higiênicos, a incapacidade para grande número de profissões, atraso nos processos agrícolas e nos das indústrias que lhe são conexas”.

A aspiração social de homem ideal para a modernidade estava pautada no ser com habilidades múltiplas, não somente para o trabalho, mas dotado de um corpo saudável, salubre, inclinado aos valores científicos, mantendo-o afastado da fadiga³⁶ e da preguiça. Destarte, Lockmann (2013) escreve que a modernidade surgiu de uma ação incansável na busca pela ordenação reinventada por séculos, proveniente do conhecimento científico que se instalou entre os fenômenos e as práticas humanas. Sendo assim, entende-se que toda ação gera novas práticas e experiências, as quais são categorizadas e subcategorizadas, naturalizadas perfeitamente no eixo social do homem moderno.

Nesse contexto, “O Ensino 1918-1919” tornou-se o “pilar de uma sociabilidade política colocando em debate acontecimentos recentes, as reformas do Estado, [da Educação]

³⁶ “Fenômeno multicausal cuja gênese envolve aspectos físicos, cognitivos e emocionais. A fadiga seria um estado em que o corpo apresenta um esgotamento das energias que o impulsionam a funcionar corretamente. Isto ocorreria pelo excesso de esforço empreendido ocasionando uma queda na eficiência e na produtividade do trabalhador” (MOTA; CRUZ, 2005).

ou conceitos fundamentais da filosofia política” (CHARTIER, 2009, p. 98) que esclareceram e discutiram leis e formas de apropriações culturais. Para tanto, comunga-se da opinião de Magalhães (2021, p. 23) sobre a escrita dos periódicos educacionais, ao declarar que: “é enunciativa, inovadora, proclamativa, mobilizadora, processual, focando-se no relato e no tempo-acontecimento”, pois, da mesma forma, nota-se que para movimentar e gerar novas concepções acerca dos ideários republicanos, a escrita necessitava ser congruente com os objetivos a serem alcançados pelos editores que estruturaram *O Ensino* 1918-1919.

Após o mapeamento dos leitores, suas ocupações profissionais e as temáticas postas em debates, infere-se que *O Ensino* foi adquirido por um público acentuado de professores, pois se tornou um guia pedagógico para a orientação do pensamento e o aperfeiçoamento da classe docente do Pará. Desse modo, foi observada, na análise das temáticas dos textos veiculados nas publicações, a preocupação em divulgar duas concepções imprescindíveis: a Educação e a Instrução, duas condutas que serviram de alicerce para governar o novo pensamento republicano. Com vistas nessas concepções, trataremos o debate da próxima seção.



Seção V

*“O ENSINO” COMO ESPAÇO DE (IN)FORMAÇÃO
PEDAGÓGICA: as representações sobre educação e
instrução para o Ensino Primário no Pará republicano*



A partir do suporte material da revista *O Ensino* (1918-1919), a presente seção conduz o leitor a compreender as representações/concepções sobre educação e instrução para o ensino primário público no Pará republicano. Sob essa conjuntura, o contexto do referido impresso expunha aos leitores, nos seus artigos, testemunhos e considerações substanciais que compõem o cenário educacional paraense, fazendo circular ideias de uma educação modernizadora, veiculando explicitações de novos saberes a respeito da saúde, higiene, exercícios físicos, métodos de ensino, modos de civilidade, disciplinas escolares, valores, sentimentos pátrios, o ofício do professor, entre outros assuntos sobre a educação primária, a fim de alcançar o público atrelado ao professorado. O seu objetivo maior de circularidade era específico ao trabalho docente, como vem sendo discutido alhures; havia, portanto, um empenho dos redatores e colaboradores no uso dos recursos de impressões (textuais, tipográficos, iconográficos) para potencializar a sua circulação e ideias.

Dentre essas direções, infere-se que o engendramento de uma nova mentalidade ganhou sentido, posto que, tornar os leitores cientes das novas práticas culturais para moldar/educar, em especial a infância³⁷, por meio da “pedagogia moderna”, a revista é concebida como veículo de saber especializado (manual de ensino), um espaço de (in) formação, que sintoniza, orienta e anuncia referências fundamentais para “O bom caminho”, ser “o mestre-escola, sacerdote do saber” (O ENSINO, 1919) em benefício do futuro da nação.

Neste empreendimento, a hipótese que se ergue é pautada na estratégia tomada pelo grupo de intelectuais em assegurar sua veiculação para dar visibilidade aos saberes descritos acima como improrrogáveis à formação das práticas escolares (verdadeiras maneiras de instruir e educar), por isso, não podemos deixar de expor a necessidade que esta pesquisa possui de que tais representações funcionaram sob forma do poder que as ações governamentais tinham e pretendiam tornar público o progresso educativo do estado, utilizando os atores sociais (intelectuais que falavam na revista) e o próprio periódico como vitrine/espaço de circulação de ideias, que adentraram o seio social, assumindo sentidos e significados.

É importante validar, nesta pesquisa, os pressupostos metodológicos em Chartier (1991), que conduzem a pensar que a percepção do contexto da revista foi dada a ler por suas comunidades interpretativas por meio da prática da leitura, o que discute Chartier (1991, p. 181) ser: “A leitura não é somente uma operação de intelação: é pôr em jogo o corpo, é inscrição, relação consigo ou com o outro. Por isso devem ser reconstituídas as maneiras de ler próprias a cada comunidade de leitores”.

³⁷ “Temos uma patria a reconstruir, uma nação a firmar, um povo a fazer... e para emprender essa tarefa, que elemento mais ductil e moldável a trabalhar do que a infância?! [...]” (TROVÃO, 1896)

A referida reflexão é importante para pensar sobre as formas de representações dos saberes acerca de instruir e educar, uma vez que foram postas em circulação a partir de inúmeras estratégias anunciadas pelo periódico, já que é por meio das representações que os sujeitos dão sentido ao mundo, e esta construção acontece por:

[..] classificações, divisões e delimitações que organizam a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real, variáveis consoantes as classes sociais ou os meios intelectuais, são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro torna-se inteligível e os espaços decifrados (CHARTIER, 1991, p. 18).

Para efeito, nesta pesquisa, as representações:

são determinadas pelos interesses dos grupos que os forjam, então é requerido conforme as palavras do historiador relacionar os [...] discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. Neste intento, as representações se [deparam] no campo de concorrências e de competições cujos desafios se anunciam em termos de poder e dominação [...] (CHARTIER, 1991, p. 18).

Levando em consideração que as percepções do social produzem estratégias e práticas “que tendem a impor autoridade aos outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1991, p. 18).

Sob este prisma, ao considerar eficaz a funcionalidade das representações, é necessário, a partir do contexto histórico estudado, interpretar as concepções sobre instruir e educar no contexto da revista pedagógica *O Ensino*, que foi avaliada por meio da leitura minuciosa da configuração interna da revista, o que possibilita conhecer e categorizar o que se tem apresentado para estudo. Dentre estes textos, destacam-se: os textos oficiais, como os discursos educacionais do governador do estado Nina Lauro Sodré; os atos do governo, programas de ensino, aulas referentes às disciplinas, estatísticas oficiais sobre o índice de analfabetismo e escolas, os relatórios de inspetores técnicos de ensino, os debates de especialistas referidos à educação, regulamentos de ensino primário, políticas educacionais, comunicados sobre os congressos nacionais, além dos textos de consistência teórica especializados e dos diversos gêneros textuais (crônicas, prosas, canções, partituras, poemas e outros), muitos produzidos pelos professores da rede de ensino do estado do Pará. A materialidade da revista dispõe de articulações que organizam os textos, cada um em espaço específico a orientar a leitura, o sentido e as significações. Para isso, ressalta-se que:

[...] geralmente é um objeto, um manuscrito ou um impresso, mas também pode ser uma forma de representação do texto sobre o palco, uma forma de transmissão vinculada às práticas de oralidade: recitar um texto, lê-lo em voz alta etc. todos esses elementos materiais, corporais ou físicos, pertencem ao processo de produção de sentido [...] (CHARTIER, 2001, p. 30).

Para compreender as prescrições do referido impresso, optou-se por fazer uso, também, das propostas preconizadas por Carvalho (2001), ao apresentar avaliações do impresso de uso escolar na formação dos professores, no que corresponde à duplicidade de ações, ao passo que a primeira compreende os conceitos pedagógicos que conduziram a produção e distribuição e, de forma secundária, o impresso adquire autogoverno; o que veicula nos seus escritos pode ser canal para novas práticas de uso do que já está prescrito. Sobre esse aspecto, a autora destaca que:

As regras, inscritas nos sistemas de pedagogia que regulam as práticas de representação das práticas escolares e sua normatização, regulam também, a pluralidade dos dispositivos materiais de produção, circulação e apropriação dos saberes pedagógicos. Assim, na materialidade do impresso posto em circulação, é o próprio campo dos saberes pedagógicos que é diferencialmente constituído (CARVALHO, 2001, p. 138).

Neste sentido, aborda-se a revista *O Ensino* no intuito de compreender as lutas pela sua representação sob a perspectiva da pesquisa histórica em Educação. Desse modo, tratamos de lançar um olhar diferenciado sobre as representações acerca de instruir e educar a infância/criança rumo ao progresso do país, levando em consideração os aspectos político, social e cultural. Para maior compreensão, com a finalidade de propagar ideias e fortalecer a modernização do ensino e formar professores, difundiu-se outra forma de prospectar a cultura da escola primária, então, elegemos como alinhamento condutor de interpretações o conceito de cultura escolar, que Julia (2001) afirma não poder ser estudada sem uma análise profícua das relações conflituosas que mantêm a cada contexto histórico e junto ao conjunto das culturas que lhes são contemporâneas, tais como: a cultura religiosa, a cultura política ou a cultura popular.

Para o autor, a cultura escolar compreende uma junção “de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, [...] que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10). À vista disso, percebe-se a proximidade com a pesquisa neste campo de estudo, já que o periódico *O Ensino* contempla e fez circular as representações sobre as práticas culturais que deveriam ser utilizadas na escola primária para o êxito do progresso do país, que classificamos como “educação e instrução”, fazendo emergir um novo ideal de educação que se pretendia alicerçar.

Ao refletir acerca do conceito explanado acima, observa-se que a escola primária possuía seus ritos, normas, práticas, que definiam conhecimentos/valores a serem apreendidos pelos comportamentos inculcados, curando mentes e corpos, de forma a fundir uma prática específica, que se pode chamar de *cultura escolar*.

Acerca desse horizonte, Escolano (2017) aborda que é tarefa da História da Educação nobilitar a cultura advinda da educação, já que ela permite interpretar os modelos e métodos para intitular uma cultura escolar, que se detém em avaliar a cultura que se produziu na própria realidade, ou seja, não foi imposta, idealizada, porém resultou de experiências/vivências. Escolano (2017) aclara sobre os códigos que não são explícitos, mas se relacionam com a empiria da escola e, para o autor, são denominados como “gramática da escolarização”; no mais cita Tyack (1994), que considera ser a “Caixa Preta”, e Depaepe (1993) a chama de “endoscopia”.

Por conseguinte, entende-se que a cultura escolar não testemunha em derredor de conhecimentos, mas na potencialidade que possui de construir uma instituição, como bem expõe Faria Filho (1996, p. 166), ao dizer que ela sempre é atrelada a um projeto político e à “noção do progresso, estudar a cultura escolar é estudar os processos produtivos das práticas escolares, isto é, práticas que permitem a transmissão de conhecimentos e a imposição de condutas circunscritas à escola”.

Assim, visibiliza-se cenas e confrontos nos enunciados que *O Ensino* divulgou sobre as concepções de educar e instruir na primeira república no Pará, ou seja, a revista especializada que veiculou novos preceitos para o meio educacional de ensino primário.

5.1 Folheando a revista: instruir e educar para ser republicano

A datar de 1900, alguns estudos produzidos a partir da historiografia da Educação visibilizam e discutem os resultados da política educacional da primeira República e, de certa maneira, esse demarque histórico voltou-se para o empreendimento escolar, que priorizou a construção dos prédios escolares, com uma arquitetura específica qualificada para o período, a qual valorizasse a busca pelo padrão de ordem e da moral do homem republicano. Nesse sentido, entende-se que as ações dos sujeitos que atuaram na e para a escola possuem sua relevância, pois a partir delas pode-se lançar outras maneiras de compreender as formas de organização, métodos de ensino, valores, gestos e os saberes experienciados no ambiente escolar e no processo de escolarização que, por sua vez, valora a cultura escolar (SILVA, 2017; MARTINS, 2008; FELGUEIRAS; VIEIRA, 2010).

Sob este aspecto, Silva (2017) discute que a estruturação das escolas primárias foi essencial para compor o novo cenário político, econômico e social, no início do século XX. Além de destacar que o espaço escolar foi observado pelos governantes como ambiente socializador dos ideais republicanos, visto que neles comportavam-se sujeitos que estavam imbuídos e responsáveis pela transmissão dos “valores pátrios, respeito às autoridades, amor ao trabalho, disciplina, postura civilizadora e os cuidados com a higiene” (SILVA, 2017, p. 15), de certa maneira, é tornar os sujeitos úteis a si e à pátria, conforme vem sendo sinalizado.

Dessa maneira, a escola republicana ficou incumbida de fortalecer os desígnios do Estado em razão de ser um canal de possibilidade para restaurar a sociedade dos problemas históricos da educação. Para ser mais exato, de um povo cuja maioria dos indivíduos era analfabeta e necessitava torna-se apta, pelo menos a ler, escrever e contar, pois, segundo os homens da ciência, essa era a causa do atraso socioeconômico do país. Acreditava-se que a educação primária era o passo prioritário a ser tomado para o engendramento de uma nova mentalidade, pois educar a infância significava dominar desde o início o espírito do homem do futuro, no sentido de fazê-lo aceitar novas regras de conduta para assentar a civilização.

As páginas da revista *O Ensino*, traziam considerações importantes acerca da educação na infância, era motivo de grande preocupação para o estado. Trabalhar em favor da regeneração social e garantir para os tempos vindouros mudanças significativas na formação dos cidadãos habilitados para a vida material e intelectual, tornou-se prioridade aos governantes.

O texto “Parabolas – antecipação” exprime, a partir da narrativa alegórica, preceitos morais que trazem ensinamentos sobre o estágio da infância como preparo para a vida adulta, e este é o ápice profícuo para moldar o sujeito, polindo desde o espírito a seu corpo físico. Boas maneiras e condutas proeminentes devem ser cultivadas e amadurecidas através do desenvolvimento fisiológico e psíquico. O autor considera que:

A infância é uma divina antecipação. Nesta observação psicológica ha um mundo de ensinamentos pedagogicos, moraes, econômicos, sociaes...de que se pode tirar imensa vantagem. Piralhos de quatro cinco annos fazem de papae e mamãe e se metem ‘em ménage’, já vi dois deitadinhos na cama, para fingirem melhor. O brinco de bonecas é arremedo da maternidade. Os pequenos montam a cavalo dirigem carros-cadeiras [...]. Estou convencido que há um rendimento pedagógico magnifico se um dia dela tirarem, systematicamente, todo o significado que comporta (O ENSINO, 1918, p. 119).

A crítica estabelecida desperta o entendimento do leitor sobre a “admoestação prolongada” da criança, se ela é capaz de memorar e imitar com os “brincos da infância” e

realizar tais desejos na vida adulta, fazer uso dessa habilidade para os processos de ensino seria a virtude a ser aprimorada pelos professores. As palavras de Mattos (1919, p. 85), afirmam que “o magisterio é um sacerdocio é uma vocação; na vocação a natureza imprime a capacidade suficiente”, ou seja, o professor primário tinha uma responsabilidade desmesurável que abarcava desde sua apresentação moral às suas ações pedagógicas que, por instinto, deveriam ser exercidas de maneira genuína e sublime.

Ao centralizar os ideais republicanos na educação para infância, vale considerar e refletir acerca dos apontamentos da civilidade pueril de Rotterdam (1978, p. 70), ao dizer que:

A arte de educar as crianças divide-se em diversas partes, das quais a primeira e a mais importante é que o espírito ainda brabo, receba germes de piedade; a segunda, que ele se entregue às belas-letas e nelas mergulhe profundamente; a terceira, que ele se inicie nos deveres da vida; a quarta, que ele se habitue, desde muito cedo, às regras da civilidade.

Moldar os hábitos humanos deveria ser instituído desde seus primeiros anos de vida, o qual tornava-se um exercício laborioso, contínuo e lento, regado aos cuidados e à paciência para quem o conduz; por esse motivo, são mensuradas diversas etapas para atingir um ideal de civilidade, conseqüentemente de forma indispensável, instruir e educar a criança na escola e conduzi-la às “faculdades intelectuais³⁸” é a missão fundamental a ser atingida, pois é pelo entendimento intelectual que se amplia e aperfeiçoa o homem para o trabalho e a futuridade.

O anseio de educar os “filhos do povo” e capacitá-los moral e materialmente estava fortemente ligado aos preceitos de higiene e da instrução intelectual para todos os fins. Sob este ensejo, a classe popular deveria ser preparada para o trabalho³⁹ que dignificava o homem moderno para a civilização e o avanço social na busca de largos passos futuros. Acreditava-se que este era o sentido para obter “luz para o espirito” humano que seria atingido por meio da educação moral e da instrução intelectual, e para que no futuro fossem capazes de viver “em comunhão com os homens e na comunhão das idéias, como moléculas vivas de organismo nacional, capazes de funções uteis e de sã vibrações práticoas” (CASTRO, n. 1, 1918, p. 9).

Sob esse ponto de vista, deve-se estabelecer as diferenças entre instruir e educar. Segundo o Dicionário de Educação e Ensino, a terminologia instruir “vem do *latim instructio*, disposição derivada de *struere*, construir” (CHAMPAGNE, 1886, p. 406), ou seja, exprime o que se aprende nas escolas. A referida prática atua no campo da inteligência do sujeito de

³⁸ Expressão utilizada no discurso do periódico *O Ensino* (1918-1919), ao retratar do entendimento e aprimoramento intelectual dos sujeitos.

³⁹ No presente texto, refere-se ao trabalho que estava sob a benemerita da instituição de “oficina das letras e artes” ministrada à infância desvalida do Instituto Lauro Sodré (O ENSINO, 1918, p. 9).

construir, produzir conhecimento formal. Os textos que circulavam na revista põem em relevo as divergências desses conceitos, “que infelizmente muita gente ainda confunde, – *Instrução e Educação*” (PEIXOTO, n. 2, 1918, p. 26).

Sob essa ótica, instruir uma criança é fazer dela um Ser digno, como bem metaforiza o periódico. Seria como “construir uma casa, pintá-la por fora e por dentro, e torná-la ampla, arejada, confortável, segura, própria para uma boa habitação”. A instrução projetava o desenvolvimento intelectual do sujeito, ao passo que o preparava para receber os conhecimentos científicos, tais como a prática da leitura e da escrita (cultura da boa oralidade e para escrita), da matemática (raciocínio lógico), da história (estudos para justificar os fundamentos patrióticos), da geografia (conhecimento de mundo e espaço), das ciências (Educação dos sentidos), entre outras temáticas que viabilizariam a formação de um homem ativo, inteligente e capaz de ser um cidadão que almejasse servir a pátria acima de tudo, mais do que a si mesmo, ou seja, seria alguém engrandecido pela instrução.

Educar vem do latim *educare*, a palavra era composta por *ex* (fora), e *ducere* (guiar, conduzir). Isto é, levar para além, seja esse além para onde conduzem o espaço ou a vida. No posicionamento de Figueiredo (1918), no texto “Eduquemos as criancinhas”, é declarado que “não se pode haver perfeita instrução sem educação”, para ele se o ambiente onde a criança vive e desenvolve suas “faculdades” for abrigo de costumes abomináveis, a criança seria capaz de reproduzir diariamente, lhe trazendo imperfeição e desvio no caráter.

Por conseguinte, é a família que desempenha a função educativa com a disciplina⁴⁰, com exemplo e com o ensino. Segundo o intelectual, a disciplina e o exemplo vêm aperfeiçoar a alma da criança a fim de torná-la apta ao convívio social. É a família que deveria cuidar da Educação das criancinhas, no sentido de gerar nos filhos virtudes, como a generosidade, entre outros sentimentos caros, nobres e puros. O autor acrescenta que “o amor tempera a autoridade dos pais e predispõe os filhos para obediência, para o respeito e para a confiança” do exemplo vivo das virtudes que eles oferecem a estes (FIGUEIREDO, n. 3, 1918, p. 82).

A Educação é um conjunto de ações que se exercem sob um indivíduo, com a finalidade de amadurecer o seu conhecimento orgânico e psíquico com o objetivo de torná-lo capaz de viver no ambiente social do qual faz parte, isto é, pela Educação se desenvolveria a habilidade dos comportamentos morais para a formação dos bons costumes.

⁴⁰ Segundo os escritos da revista *O Ensino*, a palavra disciplina possuía o significado de: *methodo* de trabalho, um conjunto de regras a observar com um fim único de facilitar a aprendizagem da criança (O ENSINO, n. 3, 1918, p. 82).

No texto “Educação Nacional” afirma-se que a má Educação determinaria a desordenação, o desrespeito ao tempo, o desregramento dos horários de alimentar-se e dormir, por exemplo – ficar acordado no horário em que deveria dormir, e dormir pela manhã, anarquizando a natureza biológica do corpo. Nesse sentido, a criança se torna vítima da insensatez dos seus educadores, para Afranio Peixoto⁴¹, “a Educação vem do berço, muito antes da razão, porque educar é conduzir e essa condução persiste na razão do conduzido”. O autor discute que a Educação é uma “raiz physica e physiologica” indiscutível, pois ela conduz o corpo a se comportar a partir de seus hábitos, educa-se o cérebro para ter domínio de si (AFRANIO, n. 2, 1918, p. 27-28).

Não obstante, a instrução e a Educação se aliam e confundem-se frequentemente, pois tanto a instrução concorre para a Educação quanto a Educação para instrução, visto que é possível educar a criança sem a instruir. “A Educação supri a instrução, mas a instrução, por si só, não dispensa a boa Educação” (O ENSINO, 1919).

Diante disso, no processo de construção de uma cultura voltada para uma nova configuração do espaço escolar, suas normas e o estabelecimento do novo ideário republicano, observou-se que, ao receber as crianças dos braços paternos para lhes “formarem a inteligência”, estas são consideradas seres sem qualquer característica de ordem moral, que levam a vida às cegas durante a sua existência. Nesse processo, o “mestre-escola” indiretamente estendeu a sua função de educar e instruir as crianças.

O Ensino destaca a representação da figura do professor como o molde para civilidade, ele era o balizador da educação moral e intelectual, em outros termos, o ser “sagrado”, “mestre paraense, o estrênuo missionário do saber”, e demonstrava não se importar com os sabores do seu apostolado (CASTRO, 1919, p. 9). A sua missão deveria estar comprometida em atender as necessidades “embryonal da infância”, além de ser “um desbravador de intelligencias: é o artífice da burila, retoca e apura os sentimentos: é o escapulário das almas, o obreiro infatigável,

⁴¹ “Afranio Peixoto (Julio A. P.), médico legista, político, professor, crítico, ensaísta, romancista, historiador literário, nasceu em Lençóis, nas Lavras Diamantinas, BA, em 14 de dezembro de 1876, e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 12 de janeiro de 1947. Criado no interior da Bahia, cujos cenários constituem a situação de muitos dos seus romances, sua formação intelectual se fez em Salvador, onde se diplomou em Medicina, em 1897, como aluno laureado. Sua tese inaugural, Epilepsia e crime, despertou grande interesse nos meios científicos do país e do exterior. Em 1902, a chamado de Juliano Moreira, mudou-se para o Rio, onde foi inspetor de Saúde Pública (1902) e Diretor do Hospital Nacional de Alienados (1904). Após concurso, foi nomeado professor de Medicina Legal da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907) e assumiu os cargos de professor extraordinário da Faculdade de Medicina (1911); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro (1915); diretor da Instrução Pública do Distrito Federal (1916); deputado federal pela Bahia (1924-1930); professor de História da Educação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1932). No magistério, chegou a reitor da Universidade do Distrito Federal, em 1935. Após 40 anos de relevantes serviços à formação das novas gerações de seu país, aposentou-se” (ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS, [2021]).

do vasto officio da humanidade futura [...] sobre o qual abrigue essa humanidade em formação” (C. P., 1919, p. 20) construindo a cultura do espírito da criança. “Corrigir a alma pela própria alma. É difícil...difficil demais! No entanto, coragem, *Missionarios do Bem que é das dificuldades que nascem os milagres*” (MONTEIRO, n. 13 e 14, 1919, p. 293).

5.2 Inculcando novos saberes: higienizar, moralizar e modernizar o homem do futuro

Deviam suspender-se em todas as escolas, em todos os locais de reuniões e nas salas de gymnastica, reproduções das mais belas estatuas antigas e modernas, principalmente das primeiras, e exporem-se esculturas de tamanho natural, para costumar os olhos das crianças e dos adultos a compreenderem a forma perfeita, para forçar o espectador a apreciar a beleza plástica e para espôr modelos ideais a emulação da mocidade (O ENSINO, 1919, p. 247).

Neste bojo, são explicitados os pressupostos interpretativos da revista, nas temáticas que abordavam os discursos higienistas, aproveitados nos debates do período, como para falar da saúde, em razão do corpo humano saudável ser o engenho para conduzir a consciência sã, que decerto governava o domínio psicológico dos bons costumes, do intelecto e da “higiene moral”. Em complemento, havia um diálogo frutífero sobre a “A psychologia na escola” que, segundo Esmeralda Monteiro (n. 13 e 14, 1919, p. 292-293), comunica poder:

Considerar irmãos gêmeas, a Pedagogia e a Psychologia [...] prestar conhecimento da construção psychica dos alumnos, [...] E’ pedagogicamente que devemos instruir e psychologicamente devemos educar. [...] os benefícios salutaríssimos da Instrução – a Mãe benéfica da humanidade – E’ ao mestre que cumpre abrir os olhos da infância, ainda baços, cegos mesmos, que não sabem ver, que não sabem olhar. O mestre tem que estudar estas almas pequeninas, cultivar-lhes as boas tendências, pulir-lhes o espírito – diamante bruto e transformar mal em brilhantes caríssimos.

Nota-se que não se tratava somente de ter “bons costumes” e boa saúde, mas de posicionar a educação na política das doutrinas republicanas que estavam sob a conjuntura do positivismo e representavam tanto a evolução política quanto moral. Sobre esse contexto, a corrente filosófica positivista que Auguste Comte defendia era baseada nos métodos científicos como meios de propiciar o conhecimento sobre a sociedade. Nos escritos sobre a “Classificações das ciências” a revista, por Crepory Franco (1919), elucida ser “por demais lida e sabida a formula de Comte. O espírito humano, em marcha progressiva, passou do estado *theologico* para o *metaphysico* e atingiu hoje, plenamente; o estado positivo” (FRANCO, n. 7, 1919, p. 23).

Para contextualizar, a busca pelo conhecimento científico e o aprimoramento das ciências sociais, tinham como propósito alcançar no país a “Ordem e Progresso”. Carvalho (2005) diz que o novo regime reproduziu a idealização de povo, pátria e cidadania, que na Europa (França) se difundiu, a dar sentido à concepção de nacionalismo e, decerto, esta ideia foi aplicada no seio brasileiro. Nesta condição, Santos (2018, p. 70) disserta que “o republicanismo no Brasil deu-se pela defesa de interesse de vários setores da sociedade, militares, civis, estudantes, liberais, abolicionistas” e outros.

A revista apresenta para leitura o texto “Benjamin Constant Fundador da Republica Brasileira”, escrito por Lauro Sodré, atual governador do estado do Pará. Ele ressalta as virtudes militares de Benjamin Constant, no exercício do presidente da República do Brasil, e deixar a interpretar que os vivos sempre devem se deixar governar pelos legados dos vultos intelectuais (mortos). Para o autor, “a Republica é a forma mais necessária das nações civilizadas: é um aforismo fundamental da sciencia política” (SODRÉ, n. 6, 1918, p. 213) e, para efeito de suas aspirações doutrinárias, usou o mesmo ideário para promover as ações governamentais do estado.

Santos (2018) discute que no Pará republicano os direitos sociais, a exemplo têm-se a educação, saúde e atendimento social, foram aspectos de inquietude, e foi “o momento em que a administração pública iniciava seu movimento de urbanização das cidades como construções de hospitais, escolas e carceragens” para finalidades de ordenamento social (SANTOS, 2018, p. 71). Outrossim, estava em “atingir os novos marcos do progresso científico das sociedades modernas estaria na dependência direta da renovação cultural, da reforma do ensino e do aperfeiçoamento da instrução publica” (FRANÇA, 2004, p. 42).

Neste sentido, trata-se de circunstâncias que englobavam as questões educativas de âmbito nacional e local, porém o discurso higienista promoveu mediações entre a educação e a saúde. Nesta ótica, os redatores e editores da revista contribuíram para a circulação de novos saberes, que tratavam dessas finalidades e legitimavam a veracidade das informações pela autoria dos textos publicados, isto é, pessoas especializadas para dialogar acerca dos discursos ali descritos, muitos eram médicos, professores, inspetores, políticos, entre outros.

A revista *O Ensino* (1918-1919) evidencia os trabalhos de Rui Barbosa⁴² em âmbito nacional, que relaciona as mudanças do sistema de ensino e a modernidade pedagógica e evidencia os tomos sobre a *Reforma do Ensino Primário e várias instruções complementares*

⁴² Apesar de sua proposta conduzir a um entendimento no Distrito Federal, também serviu para pensar o âmbito nacional pela influência que causou nas reformas estaduais e, posteriormente, na República.

da *Instrução Pública*, que constituem um diagnóstico da Educação brasileira. A partir dos inscritos nos livros de tomo, segundo o intelectual:

Nenhum dos Estados onde a escola é uma realidade séria deixou, nem pode deixar, à mercê da ignorância, ao arbítrio dos interesses a disposição das casas de ensino popular. Desde a escolha do sítio, da qual disse um higienista que “nada mede melhor o adiantamento da civilização de um povo”, desde a exposição da escola, a sua orientação, até o número, o tamanho, a coloração das janelas; desde a qualidade do material até as dimensões das portas, as condições de isolamento das escadas a forma curvilínea ou angular dos cantos; desde o ginásio, que, nos países onde a educação comum está racionalmente organizada, como a Suíça e a Holanda, existe em todas as escolas rurais e urbanas, e de todas as escolas constituem parte essencial, desde o pátio de recreio com 5 ou 6 metros superficiais para cada aluno, e o avarandamento coberto para os dias de intempérie, com 1 metro pelo menos por criança, até a extensão, a situação e a inclinação da pedra no recinto da classe; desde a distribuição do tempo e a duração dos recreios até a classificação dos alunos; desde a luz e o ar até a temperatura; tudo, no regimen da higiene escolar, está subordinado a leis científicas, cuja infração vitima as gerações novas, e fere o país no primeiro dos seus interesses: a vitalidade da raça que o povoa (BARBOSA, 1883, p. 37).

Para Rui Barbosa (1883, p. 50-51), o domínio da organização escolar também engloba:

A profilaxia de todas as moléstias do homem na idade dos estudos primários; a regulamentação escrupulosa das medidas essenciais contra as doenças transmissíveis; a verificação do restabelecimento completo nos casos de enfermidade aguda, ou contagiosa; enfim até o emprego sistemático da medicina preventiva contra o desenvolvimento das afecções, constitucionais e crônicas, e das diáteses herdadas ou adquiridas nos primeiros anos. Entre os recursos profiláticos é digno de menção especial a vacina. São mais que conhecidos hoje os benefícios que lhe deve a humanidade [...].

Em vários aspectos, a higiene influenciou o cotidiano escolar, inclusive no uso do seu mobiliário (cadeiras, mesas, materiais didáticos e espaço físico escolar), como instrumentos utilizados para auxiliar e aprimorar o conhecimento da habilidade da escrita, leitura, desenho, geografia e história, entre outros vinculados à higiene.

Da mesma forma, a revista combate fortemente os meios de defesa da saúde, sempre destacando as leis de higiene do corpo – “*mens sana in corpore sano*”. O bom funcionamento do corpo estava aliado à higiene e ao aperfeiçoamento intelectual do sujeito. Na publicação do artigo chamado “A educação Nacional A Educação physica, intellectual e civica e a defeza nacional”, referente a uma conferência realizada por determinação da Liga de Defesa Nacional, em 20 de novembro de 1917, que discutia o panorama educacional do país, no intuito de propagar o projeto de modernização “conservadora do Estado Brasileiro, momento em que os militares, juntamente como os civis, atuaram como Partido Militar, enquanto possibilidade histórica e factual” (OLIVEIRA, 2012, não paginado).

O referido texto aclara sobre a importância da “Educação Physica”, a qual não estava restrita somente à Educação dos músculos, mas a seu alcance, pois tratava-se de uma Educação orgânica e funcional em referência ao benefício para a saúde e o desenvolvimento de aspectos, como “a respiração, a circulação, a digestão, a exoneração dos dejectos, a marcha, a palavra, a audição, o gosto, o somno” (PEIXOTO, n. 2, 1918, p. 28).

Perante a isso, a diretoria de Instrução Pública Primária atenta à disseminação das discussões pedagógicas e médicas paraenses e no Brasil acerca da educação física na rotina para o ensino primário, instaurou o Decreto nº 3.356, de 07 de maio de 1918, o qual alterou o Regulamento Geral da Instrução Pública Primária do Pará, capítulo I, seção única “Do ensino primário de Letras”, no art. 3º “[...] exercícios militares e de calistenia sueca” (PARÁ, 1918, p. 3), de acordo com a idade e sexo dos alunos, bem como as disciplinas para o ensino primário. No mais, observou-se na seção “Da higiene Escolar” no art. 266º, que “Os exercícios de ginástica são obrigatórios, duas vezes por semana, para todos os alunos, salvo contra-indicação do inspetor sanitário ou á requisição da família, sob atestado médico” (PARÁ, 1918, p. 51).

Na seção “das aulas e das férias”, de acordo com o regulamento citado acima, a educação física se destinava aos alunos de ambos os sexos, porém os exercícios militares eram para os meninos. Nesse aspecto, instituiu-se que “Em dias que serão regulados, duas vezes por semana, das 3 ½ ás 5 ½ da tarde, para o ensino da ginástica aos alunos de 3 ambos os sexos e de exercícios militares, aos alunos do sexo masculino (art. 146)” (PARÁ, 1918, p. 32).

As práticas de ginásticas estabelecidas pela instrução pública primária do Pará (1918), foram suecas, criadas pelo higienista Per Henrik Ling⁴³ e compostas por três tipos: ginástica pedagógica/educativa, indicada para indivíduos saudáveis de caráter educacional e social, com exercícios respiratórios, a fim de educar alterações posturais e para o social/patriótica, com a intenção de usar o disciplinamento empregado nela para serem obedientes a ordens a serviços da sociedade; ginástica militar, usava combinações de exercícios da ginástica pedagógica com os militares, como o tiro e a esgrima, com o intuito de treinar as aptidões físicas dos indivíduos; ginástica médica, usada para sujeitos que tinham doenças crônicas ou defeito postural, era indicado um exercício para cada caso que viesse a amenizar tais enfermidades (MARINHO, 1965).

Na mensagem de 1919 apresentada ao Congresso Legislativo, as palavras do governador Lauro Sodré, advindas do Diretor de Saúde Pública, relatavam que: os exercícios

⁴³ A ginástica Sueca foi adotada nas escolas superiores da Suécia, e diminuiu de um modo “assás considerável a porcentagem dos tuberculosos. Substituiu a Gymnastica de aparelhos e foram os seus efeitos que em breve se espalhou por todos os recantos da Europa (NUNES, 1919, p. 358).

respiratórios e outras medidas profiláticas também eram utilizadas devido à proliferação do bacilo da tuberculose, que causou um alto número de mortes no Pará. Sobre a saúde pública no estado e os dilemas, está descrito que o:

Problema sobre o qual não estão de acordo todos os higienistas é o da profilaxia desta espécie nosológica, pois que repelem muitos o isolamento obrigatório dos doentes, admitindo que o que convém é colocar o organismo em condições de resistir à invasão do bacilo de Koch, procurando desenvolver já na criança essas condições de resistência com meios higiênicos necessários, tais como colônias escolares, escolas ao ar livre, ginástica respiratória, fiscalização do mobiliário escolas, etc, fatores que tornem o organismo apto a defender da possível infecção (PARÁ, 1919, p. 105).

A preocupação da educação física estava voltada, também, para questões de saúde pública e para o bem de todos, inclusive da sociedade escolar. Na revista *O Ensino*, o artigo “Ginástica Sueca nas Escolas” evidencia a visão do autor em relação ao estado físico das crianças que frequentavam a escola primária e a empreitada conflituosa de lapidar, renovar e limar os pequeninos alicerçados pela ginástica.

O Pará hoje cumpre o seu dever. De suas escolas não sairão falanges de defeituosos desfilando macabramente aos olhos da multidão, e sim brasileiros robustecidos pela prática da ginástica a completar em outro meio a sua formação intelectual (NUNES, n. 15, 1919, p. 359).

Por conseguinte, a revista aponta o texto “Resenha Histórica”, relatório apresentado ao Governador do Estado pelo diretor do Instituto Lauro Sodré. Antonio Marçal, sobre as condições físicas e morais do escolar do ensino primário, comunica que:

Um menino, com 11 anos, idade taxativa do Regulamento, viciado, mal educado enfim, como aqui existem alguns, é um elemento perturbador e profundamente deletério, que precisa de higiene e da colônia correccional. Um candidato doente, mas com atestado de saúde, impaludado crônico, com ancilóstomo duodenal, anemiado por várias causas, alquebrado, sem energia para o trabalho, apático, sem vivacidade, como se pode verificar aqui um ou outro especimen, é um mal irremediável; para o hospital seria o caminho (MARÇAL, n. 4, 1918, p. 143).

Dito isso, a escola pública primária acolhia crianças viciadas, indisciplinadas, infectadas com doenças diversas, debilitadas, raquíticas, sem nenhum tipo de assistência médica. A vida passava para eles sem proveito e sem vigor algum. Neste prescrito, o governo do estado objetivava entregar à sociedade um homem regenerado, pelo físico e pela moral.

De modo sequente, a prática da educação física teve uma função fulcral e elucidou representações acerca da educação e instrução para o ensino primário paraense. De modo que, assumir um papel singular, visto que torna o corpo ativo, por meio de exercícios físicos, era ao

mesmo tempo sinônimo de boa saúde e de bem-estar, às outras atividades sociais. A harmonia física e moral são pré-requisitos para o triunfo da vida, ou seja, ter vida é ter saúde e, sem cuidados higiênicos, não se teria saúde.

Os enunciados sobre os cuidados supramencionados, eram temáticas constantes na revista, pois por meio dos discursos percebe-se que:

A saúde, por exemplo, diz-nos a ciência povir de um organismo equilibrio funcional orgânico geral [...] para gozar de boa saúde é necessário, apenas, conservar todos os órgãos em bom estado regular de funcionamento. Saúde é força; força é movimento; movimento é vida. Saúde, força e movimento (MUNIZ, n. 2, 1918, p. 40).

Na opinião de Julio Muniz, pelo texto “Hygiene oral”, há importância em manter o corpo saudável pelos cuidados diários, utilizando as medidas profiláticas adequadas e fortalecendo-o contra as moléstias. Porém, o autor sinaliza ao leitor que existe um lado diferente a ser analisado que, segundo sua percepção, a humanidade deveria fazer uso dessas medidas, até mesmo para o bem-estar da alma, de modo que ela nivele e influencie o organismo geral/mental dos sujeitos. Então, “assim como na ciência dominam os mais fortes [...], na luta pela existência dominam os que são mais fortes pela inteligência e pela força, pelo espírito [pátrio] e pela robustez física” (MUNIZ, n. 2, 1918, p. 40).

Sob o prisma dos exercícios físicos nas escolas, havia um aproveitamento das funções de cada órgão para o desenvolvimento da criança, e Afranio Peixoto (1918) intensifica a função da educação física nas escolas, ao dizer que “através dos movimentos, os músculos tomam apoio nos ossos [...] a respiração se acelera com o aumento das trocas orgânicas e o suprimento do esforço”. O autor aponta que, ao se contrair os músculos, circulava três a quatro vezes mais sangue, a digestão tornava-se mais eficaz, o que auxiliava a nutrição adequada e necessária. Ademais, as terminações nervosas ganham com o exercício corporal: uma excitabilidade mais notória, um sentido muscular mais perfeito, uma coordenação motora é aprimorada (comando de voz, marcha, audição), além da rapidez para qualquer atividade, principalmente para o trabalho manual. Segundo Peixoto (1918) são complexas práticas, hábito, disciplina, de contensão, que colaboram para o desenvolvimento da inteligência e para a tempera do caráter (PEIXOTO, n. 2, 1918, p. 28).

Afranio Peixoto (1918) expôs que, enquanto diretor da Instrução Pública, recebeu várias reclamações de pais de alunos contrários às aulas de Educação física. Eles diziam que colocaram seus filhos nas escolas para aprender, e não para ser acrobatas. Em contrapartida, o diretor justifica dizendo que:

A civilização grega floriu das palestras, dos gymnasios, dos jogos públicos de esforço; Eschylo, que podia bater-se com denodo e resistencia em Maratona, Socrates em Polidéia supportava ficar uma noite inteira numa mesma posição e depois ainda salvar as costas Alcebiades ferido – fôram notaveis por outras faculdades. Os melhores remadores e gymnastas de Oxford e Cambrige são ao mesmo tempo seus melhores estudantes: Gladstone e Lloyd George, Roosevelt e Woodrow Wilson não se embaraçam de dirigir o mundo porque puderam abater pinheiros, fazer grandes caçadas ou serem campeões de *golf* ou de *base-ball*. (PEIXOTO, 1918, p. 29).

Em outras palavras, a revista *O Ensino* divulga que:

A escola deve encorajar a moral das creanças, combater a preguiça, a moleza, aumentar a sua força, de resistência e de acção, exercitando prudentemente a vencer a fadiga, afim de robustecer a sua saúde physica e intelectual. A escola deve evitar não a fadiga, mas o excesso da fadiga que arruína o organismo physico e mental. A's creanças novas sobretudo deve evitar-se qualquer fadiga cerebral (O ENSINO, n. 3, 1918, p. 99).

Para o médico Afranio Peixoto (1918), educar o corpo por meio dos exercícios físicos é tão importante quanto a instrução de outras disciplinas escolares. Isso fica claro quando o autor escreve que foi a prática de exercícios que garantiu aos: *Gladstone e Lloyd George, Roosevelt e Woodrow Wilson* a astúcia a nortear o mundo, não se deu apenas por meio de uma ideia que exercitava o cérebro, mas também pela ordenação que fez “executar um movimento: o orgam desenvolvido pelo exercício das funcções da actividade fica desenvolvido para as funcções da inteligência” (PEIXOTO, 1918, p. 29).

A escola passa a ser concebida como um espaço de execução de um papel social de luta contra a ignorância e, simultaneamente, facilitadora da saúde. Ainda sobre o texto “Educação Nacional”, a leitura leva ao leitor informações sobre os benefícios da educação intelectual, moral e cívica. Nela abriga-se a constituição da ética do indivíduo e ressalta-se que o professor era o espelho dessas “bôas qualidades” e que deveriam aprender a educar pela instrução.

Para esta análise, destaca-se a relevância da higiene dos alunos, ao dever de “examinar todos os dias ou em certos dias, sem aviso prévio, as unhas, os dentes, a cabeça, as roupas, as maneiras dos alunos em uma classe e lhe explicar as vantagens praticas, materiaes, do asseio que faz a saúde” (O ENSINO, n. 3, 1918, p. 68). Diante disso, essa seria uma estratégia dos educadores para controlar os hábitos dos alunos em relação ao seu corpo. Ressalta-se que a decência do sujeito era espelho da ordem para lapidar adjetivos ao seu caráter, bem como “polidez, bondade, amizade, solidariedade, inteligencia, decoro, disciplina, altruísmo, patriotismo, acreditava-se que [...] A limpeza do corpo produzirá, naturalmente, o asseio do corpo” (PEIXOTO, n. 3, 1918, p. 68) com finalidades plurais. A partir das concepções citadas,

a correção da falha moral e psicológica se dava por meio das práticas de boas ações e pensamentos dignos, além de engrandecer a autoestima, despertava nos outros admiração daqueles que as possuíam.

De modo sequente, dever-se-ia combater o caráter maculado dos vícios da infância nas crianças, visto que a limpeza da classe dependia da higiene do aluno. Era indispensável ao escolar:

Tomar banho frequentemente, principalmente no verão; as mãos e o rosto devem ser de asseio irreprehensível, assim como nas orelhas; as unhas devem ser cortadas rentes. Não se deve nunca escarrar no chão, nem roer as unhas, nem levar à boca os lapis e os cabos de canetas: a tuberculose é sobretudo contagiosa pela saliva e os escarros. Os escolares não devem trocar roupas e chapéus, para evitar a transmissão das moléstias do coro cabeludo, tão frequentes em sua idade: as tenias, as empingens, os parasitas. Os meninos devem cortar os cabelos à escovinha para não alimentar a cabelleira os germes dessas moléstias. Os maus hábitos contrahidos pela escripta e pela leitura nos estudantes engendram o desvio da coluna vertebral e a myopia. O alcoolismo muito comum nos estudantes produz mais tarde tristíssimas consequencias. O escolar não deve fumar para conservar intactas suas faculdades intellectuais, maximé a mamoria (O ENSINO, 1918, p. 52).

Sem dúvida, educar e instruir para prevenir e eliminar as doenças e a ignorância do povo. Deva-se, também, pelas condições climáticas do estado do Pará (são de um clima tropical, quente e úmido). A sua posição geográfica é influenciada pelo grande número de rios que o cortam e favorecem a evaporação das águas, aumentando o calor do sol para as camadas de vapores superiores para longe pelos ventos Leste e Nordeste (O PARÁ, 1900). Essa evidência climática determinava preponderantemente o asseio frequente e os cuidados redobrados com as moléstias⁴⁴ que assolavam o estado.

A revista publicou o texto de autoria assinada por A.M. (desconhecida), que se intitulava “A gripe, conselhos para evitar a gripe e meios de resistir-lhe quando for acometido”, e que salientou a valia das medidas profiláticas com a saúde bucal, principalmente no caso de epidemias como “a grippe” (A. M., 1918)⁴⁵. *O Ensino* apresentava recomendações para evitar a doença e cuidar, se for infectado. Nesse propósito, frisava-se:

Não fazer parte de reunião, ajuntamento e aglomerações em que o ar não renove com facilidade, como nos theatros, cinemas, igrejas, [...] não abusar de gelados e bebidas alcoolicas, das refeições abundantes [...] ter o corpo muito asseiado, lavar a bocca com agua oxigenada ou mentholada muitas vezes durante o dia e conservar as mão

⁴⁴ Segundo a obra *O Pará* (1900), as principais moléstias que acometiam o estado eram: “febre amarela, febre typhica, tuberculose, varíola, sarampo, coqueluche, dysenteria, dypheteria, morphéa e syphilis” (O PARÁ, 1900, p. 128-129).

⁴⁵ Consultar Abreu Júnior (2018), com a produção intelectual “O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918)”.

sempre limpas; aperto de mão abolidos completamente; é inconveniente acompanhar procissões e enterros. (O ENSINO, 1918, p. 197).

Em caso de contaminação pela moléstia, recomendava-se:

Repouso no leito, purgativo brando, infusões sudoríficas, chás quentes, suadouros um sal de quinina (bromhydrato, bi-sulfato etc.) em doses moderadas, conforme as indicações, dieta absoluta, e a medicação necessária para a modalidade clinica manifestada, como: bronchite, pneumonia, bronco pneumonia, congestão pulmonar. (O ENSINO, 1918, p. 197).

A mortalidade pela gripe não se tratava da relação com o número de pessoas afetadas, o autor relatou que esta era curável quando o indivíduo não tinha o organismo comprometido por outras mazelas. Por esse ângulo, a higiene oral também foi observada e orientada na escola, e isso se dava pelo fato de a boca ser o canal transmissor de muitas doenças.

Diante dessa preocupação, o cirurgião-dentista Julio Muniz (Instituto Lauro Sodré) publicou um artigo na revista intitulado *A Higiene Quotidiana da Bocca*, o texto discute a importância da profilaxia nos casos de epidemias. O autor aponta os conselhos do Dr. Pierre Robin, dentista do hospital de Paris e professor da escola de estomatologia da França. As medidas protetivas vinham sendo publicadas em uma revista “francesa de medicina therapeutica”, já que ainda vivenciava resquícios endêmicos da gripe que se proliferava rapidamente pelas vias respiratórias e a boca.

Havia, assim, o reconhecimento da higiene bucal como prática saudável – cada um com suas regras, muito variadas, mas incompletas, o que comprometia o resultado. Porém, existia uma maneira adequada à higiene oral e uma técnica de escovação dos dentes, que era necessário seguir escrupulosamente para se obter efeitos satisfatórios (MUNIZ, 1919).

Muniz (1919) explica que a higiene das fossas nasais e da boca eram substanciais para a saúde, caso contrário “o meio buccal se tornará para o ‘entourage’ do doente, [já que] a boca é o meio sceptico varulencia microbiana sempre em exaltação nos estados febris”, causando o contágio para o próprio doente. O acometido é sua fonte de autointoxicação das mais graves, proporcionando outras complicações secundárias oriundas da gripe. Além de fazer uma higiene rigorosa da boca, fazia-se uso da máscara para proteger o nariz e a boca. Sobre isso, a higiene bucal deveria seguir as seguintes regras:

Higiene da bocca sã.

SEU FITO – Assegurar a conservação dos dentes e a integridade da mucosa buccal.

SEUS MEIOS – 1º cuidados quotidianos pessoais; 2º - Exames pelo especialista.

1 – cuidados pessoais

Deve-se fazer todos os dias a limpeza da boca:

2º - depois de cada refeição; 3º A' noite, antes de deitar.

A limpeza da noite é a mais importante, pois é durante o repouso nocturno que os germes da bocca fazem com mais intensidade a sua actividade prejudicial.

A limpeza da bocca divide-se em três operações:

- a) O asseio dos espaços interdentario;
- b) O escovamento do pé (pied) dos dentes (encontro da corroa com as gengivas) e das triturantes das corôas.
- c) O asseio da bocca

Para effectuar estas diferentes operações methodicamente, deve-se ter:

1º uma escova dura e pequena;

2º um copo d'agua fresca, perfumada ou não;

3º uma bobina de seda ou de fio solido;

4º um palito de dentes;

5º um espelho de mão a fim de verificar o estado do pé dos dentes (MUNIZ, n. 13 e 14, 1919, p. 312-313).

No caso de epidemia de gripe ou qualquer outra:

O doente, deverá também usar gargarejos e lavagem de bocca ferventes, com soro de Netter puro. As lavagens poderão ser praticadas com agua fervida na qual se terá posto previamente 10 gottas do líquido seguinte: formol, 5 gr.; essência de menthe, 2 gr.; essência de badiana, 2 gr.; álcool a 90%, 150 gr (MUNIZ, n. 13 e 14, 1919, p. 315).

Em complemento, cita-se o modo de fazer o asseio dos espaços interdentários, nos quais era recomendado passar o fio pelo movimento de vai e vem, sobre a face lateral de cada dente, para remoção de todos os resíduos de comida que possam ser retirados. A continuidade do processo se dava na escovação das arcadas dentárias (pé dos dentes, faces e triturantes), escovando o lado de dentro e de fora (ao lado das bochechas) e língua. Para isso, se obedecia a quantidade de “20 escovadellas do lado vestibular; 20 do lado lingual e 10 sobre a face dos triturantes, ao todo 50 escovadellas de um lado, outras tantas para os de baixo, seja 200 escovadellas para as duas maxilas completas” (MUNIZ, 1919, p. 313).

O artigo relata que uma bocca saudável não deveria sangrar na escovação (pés dos dentes). Entretanto, se acontecesse, o indicado seria continuar a escovação, três ou quatro vezes por dia, de forma enérgica e com a finalidade de eliminar, também, o tártaro, fazendo com que a gengiva se revigore, enfatizou o médico-cirurgião. Os pais deveriam examinar todos os dias a bocca dos filhos, principalmente no surgimento de cada dente, para garantir a prevenção de cáries de evolução rápida. Ainda assim, as crianças deviam ser submetidas ao exame de um especialista, de dois em dois meses, para cuidar dos dentes de leite e dos permanentes. Além disso, deveriam tratar a tempo as anomalias anatômicas que podiam surgir no desenvolvimento da criança, muitas delas relacionadas a deformações “maxillo-dente-faciaes” que provocam as funções da respiração nasal, da mastigação e, sobretudo, a estética da face.

O dentista Julio Muniz alertava que não se deveria ter receio de escovar os pés dos dentes, com o “temor de desnudar as raízes”. Também não se deveria utilizar escovas moles ou de pano, pois estas empurram corpos estranhos para os espaços interdentários. O dentista não indicava o emprego de tintura de “iodo, da creosota, do ácido phenico e todos os outros cáusticos” perigosos que podiam causar problemas graves na boca, tais soluções só deveriam ser utilizadas por um especialista.

O uso dos antissépticos deveria ser moderado, pois, segundo o especialista, os produtos destruíam as células mais rapidamente, não eliminavam os micróbios e ainda predispunham os tecidos a infecções. Sabe-se que frequentemente o doente em estado debilitado não fica disposto para o asseio bucal, mas é preciso insistir. Outra recomendação efetiva era a lavagem com “água de Vicky ou água bicarbonada” que se tornam eficientes quando o sujeito ingere bebidas açucaradas e à base de leite. Portanto, é racional pensar que a higiene diária da boca tinha uma importância significativa para a saúde do corpo, pois determinava não apenas a conservação dos dentes, mas também o bom funcionamento da fisiologia do corpo.

Outro ponto de vista a ser ponderado é a questão da higiene escolar, seus espaços e sua arquitetura preocupou os higienistas; para tanto, as regras de higiene deveriam ser aplicadas de forma eficiente para solidificar condutas, práticas e conjuntos de valores, bem como a imagem do social, na orientação dos indivíduos para a edificação da civilização.

Nesta direção, *O Ensino* divulgava informações sobre a importância do serviço de “Inspeção medico-escolar⁴⁶”, a partir dos critérios de Dr. Ophir de Loyola⁴⁷, realizados nas escolas públicas do estado do Pará que, após as fiscalizações, não apresentassem condição alguma de higiene escolar. Algumas dessas escolas se localizavam em casas mal apropriadas, comprometendo a:

⁴⁶ Era serviço obrigatório do governo do estado inspecionar as escolas primárias, conforme o Decreto nº 3.356, de 07 de maio de 1918, capítulo XII, art. 250: “O governo organizará o serviço de inspeção medica escolar e de assistência dentária, que ficará a cargo de um diretor e de dois auxiliares” (PARÁ, 1918, p. 49).

⁴⁷ “No Pará, em 1912, o jovem médico Pediatra, Ophir Pinto de Loyola, que, de um lado, sensibilizado com a situação de abandono das crianças órfãs, pobres e desvalidas, e de outro, do quadro de desnutrição e falta de higiene vivida pelas crianças que atendia na Santa Casa de Misericórdia do Pará, funda um estabelecimento de caridade e assistência à criança – o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Pará. Similar ao Instituto criado no Rio de Janeiro pelo médico Moncorvo Filho, o IPAI do Pará tinha o objetivo de auxiliar as crianças desvalidas e orientar as mães. A Política de Caridade, Assistência e Proteção à Infância Desvalida em Belém do Pará nos princípios da puericultura, tão necessários à grandeza de uma raça, e tão garantidoras do futuro de uma nação forte e civilizada. Pela abnegação e sensibilidade com a criança carente do Estado do Pará e por ser considerado pioneiro na proteção materno-infantil, coube-lhe o título de ‘Pai da Pediatria no Pará’. Ophir Pinto de Loyola foi um defensor da assistência médico-social à criança pobre, sua atuação como diretor da Santa Casa de Misericórdia do Pará e professor da Cadeira de Pediatria Clínica da Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará irradiava suas ideias, suas denúncias, seus projetos, sua influência no campo da proteção e assistência à infância pobre. Dotado de espírito renovador e progressista, destacou-se nos estudos das doenças infantis, sobretudo as doenças tropicais que atingiam as crianças da região amazônica” (ALVES, 2015, p. 58).

Cubagem das salas de aula, luz, material escolar, divisão de horário, lotação dos alunos para cada aula, acuidade visual e auditiva, hygiene corporal e muito especialmente oral, exclusão temporaria ou definitiva dos alunos portadores de moléstias transmissíveis, são condições essenciais e primordiais para que a instrução corresponda ao fim almejado (LOYOLA, n. 2, 1919, p. 41).

Segundo o higienista Dr. Ophir de Loyola, não se podia conceber a pedagogia sem hygiene, uma é complemento da outra, ambas se reúnem em uma harmonia perfeita e indissolúvel. O médico seguia os cânones do Dr. Morcorvo Filho, ao escrever que “a pedagogia, harmonicamente aliada a hygiene, guardando uma e outra as mais intimas relações e mutuas dependências, não tardam a dominar, estendendo as suas benéficas raízes a todas as nações civilizadas” (LOYOLA, n. 2, 1919, p. 42). O pediatra ainda comunica que a população infantil das escolas de Belém não podia continuar como estava, “a mercê da falta dos mais comesinhos preceitos da hygiene – desde a construção das escolas ao horário das aulas” (LOYOLA, n. 2, 1919, p. 41), ainda estavam sob condições insalubres e sem orientação alguma. A este respeito, Gondra (2004, p. 166) elucida as preocupações do pensamento de médicos higienista de cuidar “dos frutos e do futuro da nação”.

Diante do exposto, segundo o artigo “Assumptos Pedagogicos”, de Mateus do Carmo, estimava que havia 30.000 meninos em idade escolar no estado, dos quais 20.000 estavam matriculados nas aulas primárias, porém a maior parte de analfabetos era encontrada no interior, por conta das dificuldades de transporte à sede das escolas (CARMO, n. 2, 1918, p. 42). Se a Educação primária estava distante dessa população, pode-se imaginar como era a Educação higiênica e intelectual. O texto afirma que o estado não disponibilizava verba para investir no provimento de materiais adequados e nem para melhorar os vencimentos do professorado paraense, ou seja, era uma realidade atravessada por desilusão e desânimo em relação ao regime republicano.

Foi publicado o texto com o título “Higiene escolar, a escola”, de Noura Monteiro, membro da Academia de Belas Artes do Pará, o qual esclarece a respeito da hygiene que a escola deveria possuir. Para ele, os edifícios escolares, atraentes e confortáveis, eram os lugares onde se unificavam o útil e o agradável, onde se desenvolvia não só o espírito, mas também o corpo. Nesse sentido, a escola deveria ser o espaço projetado sob a regularidade arquitetônica (secos e elevados), de preferência afastada dos centros da cidade, das ruas e praças muito frequentadas e de casas insalubres (hospitais, mercados, fábricas etc.), evitando-se proximidades dos pântanos. Deveria estar situada em lugares saudáveis, que ficassem em uma boa exposição de luz (preferencialmente com duas janelas abertas em cada sala de aula), bem dividida (salas de aulas e estudo, dormitórios, entre outros), oferecendo ventilação e um material escolar próprio

(MONTEIRO, n. 15, 1919, p. 352). Por esse ângulo, a escola deveria ocupar espaços privilegiados, pois também era sinônimo da civilidade. Para Souza (1998, p. 123):

O edifício escolar torna-se portador de uma identificação arquitetônica que o diferenciava dos demais edifícios públicos e civis ao mesmo tempo em que o identificava como um espaço próprio – lugar específico para as atividades de ensino e do trabalho docente.

Para a autora, o espaço escolar passava a exercer uma função dentro e fora da escola; então, a arquitetura da escola era o espaço de formação do homem republicano e teria que simbolizar sua finalidade social.

Na questão higiênica, os mobiliários escolares têm importância fundamental no que se refere às instalações corretas de uma escola. Os bancos e as cadeiras auxiliariam na prática da leitura e da escrita, dentre outras atividades escolares. Uma má adequação desses objetos poderia gerar problemas para a coluna vertebral (os bancos deveriam ser proporcionais à altura da criança com a mesa no nível do estômago), para a visão, rins e caixa torácica dos alunos. Desse modo, a criança desenvolveria suas habilidades e os movimentos dos membros superiores e inferiores de forma segura (O ENSINO, 1919).

Os ambientes *retretes*⁴⁸ também deveriam ter uma boa condição de ventilação, com ângulos arredondados, paredes constantemente limpas, livre de “substâncias fecais” e lavagem frequente com produtos de desinfecção de urina. Isso demonstra que se pensava que a higiene possuía uma relação de interdependência com a evolução intelectual do sujeito, pois seria o eixo inicial para organizar os modos nos quais a saúde interfere em um bom aprendizado, em um corpo disposto e livre de moléstias, na garantia e na eficácia da inteligência.

Por outro lado, garantir a formação higiênica dos docentes por meio dos discursos médicos, também servia como mecanismo de controle da educação sanitária feita nas escolas. A elaborar materiais pedagógicos e atividades específicas, fomentavam o uso dessas práticas contínuas e sistemáticas, como nas aulas de educação física. Outrossim, era fazer uso desses conhecimentos, inserindo-os nos conteúdos de ensino da higiene, tornando-os conhecimentos escolares. As temáticas que circulavam na revista a respeito da higiene e saúde cumpriam com êxito essa intenção, isto é, engendrar uma nova mentalidade a partir dos corpos, e como tais práticas influenciavam na moralidade do homem como parte integrante da pátria, no intento de encaminhá-lo para as vias do progresso, como apresentam as ideias da revista: “a energia

⁴⁸ Termo utilizado para sentinas e vasos sanitários.

physica é uma condição essencial da energia moral” (O ENSINO, n. 3, 1918, p. 104), logo, o caráter e o corpo se formam de maneira harmônica.

Santos (2018) aborda que a República paraense deveria ser engrandecida pelos sentimentos cívicos e patrióticos, em virtude de a escola ser considerada um espaço de ordenamento moral e higiênico. A administração pública do Estado do Pará via a escola como um ambiente propagador e útil para o culto cívico⁴⁹ de ritos pátrios. A autora acrescenta que “o avanço educacional no estado era resultante de intencionalidades com fins ideológicos e políticos” (SANTOS, 2018, p. 89).

No intento de fortalecer o nacionalismo republicano, o estado investiu na instrução primária paraense, no sentido de valorar o inculcamento de práticas na escola e fora dela voltadas para a educação cívica e guiadas pelo civismo e patriotismo. Sob essa ótica, a publicação do texto “A festa do estudo”, acontecida no Teatro da Paz, reuniu personalidades de autoridades pública do estado, tais como o governador Dr. Lauro Sodré, militares, professores, pais e outros, com a finalidade de demarcar o começo dos trabalhos do ano letivo. Sobre a comemoração, cita-se as palavras de Mateus do Carmo (1919, p. 67-68):

O nosso theatro repeleto, saudando a infancia, a mocidade estudiosa [...] foi um espetáculo inesquecível. Lá estava a multidão ávida por aplaudir os nossos estudantesinhos: lá estavam jubilosos mestres, paes, já estavam as primeiras autoridades desvanecidas, felizes pela obra de reconhecimento moral e cívica! [...] mantendo o espirito da creança num crescente entusiasmo pelo livro, pela instrucção.

As festas cívicas contribuíram para a difusão dos símbolos nacionais, integrando a memória coletiva do social, ou seja, são cerimônias comemorativas com uma orientação pedagógica que complementavam a educação escolar e promoviam a educação contínua dos sujeitos.

Rodrigues (2010, p. 99) discorre sobre “A festa da árvore” ser “uma das festas cívicas fomentadas pela Revolução Francesa, que teve larga expressividade no nosso país durante a República”. No entanto, o texto da revista intitulado “Comemorações” divulgou que, no dia 14 de julho de 1919, aconteceu na praça Batista⁵⁰ Campos, com a presença do governador do

⁴⁹ No discurso da revista culto cívico, eram celebradas as datas de acontecimentos importantes na história do Brasil, dentre elas: 21 de abril, comemoração da Independência brasileira, resumidos em Tiradentes; 03 de maio (descoberta do Brasil); 14 de julho, comemoração da República, da liberdade e da independência dos povos americanos; 07 de setembro (independência do Brasil); 15 de agosto, adesão do Pará à independência do Brasil “Relembrar nesses dias fastos passados é um dever que temos para conosco, para que com a nossa família, para com nosso conjunto social de povo e nação” (MUNIZ, n. 11, 1919, p. 164).

⁵⁰ Em 1897, Antônio Lemos, responsável por diversas obras na cidade, mudou o nome da praça para o que chamamos hoje, em homenagem a um dos principais personagens da cabanagem: Batista Campos, morto em 1834, mas sua inauguração ocorreu somente em 14 de fevereiro de 1904, formando, então, uma das áreas mais

estado, principais autoridades da União, Estado e Município, professores, alunos dos grupos escolares e da escola profissional do estado, a honrosa “A festa da Arvore” em Belém. Ela foi caracterizada como um deslumbrante festival cívico, que remetia à “queda da Bastilha, prestando-se por essa ocasião magnífica homenagem a Arvore” (O ENSINO, 1919, p. 328). A exemplo, tem-se a Figura 15.

Figura 15 – A festa da Árvore em 14 de julho de 1919, Belém, Pará.



Fonte: O Ensino (n. 14-15, 1919).

belas da capital, carregando um estilo baseado no romantismo inglês, composta de mangueiras e um coreto central, que nivelava o estilo da *Belle Époque*. Seguindo o projeto “jardim sem grades”, o local possuía/possui mais de dez entradas, com o chão pavimentado em pedras portuguesas com um padrão marajoara, lagos artificiais, onde podemos ver peixes, coreto, cursos d’água cobertos com pontes e sua principal característica: uma enorme quantidade de árvores nativas. Em 1983, a Praça Batista Campos foi tombada pelo município, porém em 1986, passou por uma restauração, ganhando novas equipagens e procurando as características que foram perdidas durante a primeira reforma. Com o passar dos anos, a praça passou por diversas reformulações, ganhando novos equipamentos e revitalizações no espaço, mas o estilo original foi mantido para que a história da cidade não fosse perdida. Sendo assim, podemos perceber que a partir dos anos 80 do século XIX, a capital vivenciou e experienciou um grande processo de urbanização, apresentando uma “metamorfose” na sua arquitetura, paisagem e comportamento catalogados em modelos europeus, especialmente no costume parisiense. Com essa introdução nos modelos de construção, notamos que a implantação de coretos nas praças de Belém foi decorrência do processo de evolução da urbe entre os séculos XIX e XX. A criação das praças, bosques e jardins foi influência europeia exigida na época, tanto que, ao andar pela Praça, podemos comparar o estilo com os bosques Românticos da Europa através de postes de luz da época *Belle Époque*, dos coretos de ferro, entre outras características europeias que a Praça carrega (PARÁ AMAZÔNIA, 2021).

Diante disso, entende-se a árvore como simbologia da vida, a sua frondosidade aspira longevidade, isto é, não deixa de ser o culto à natureza, que é sagrada pela feitura das mãos de divinas, para que floresça e dê frutos é necessário um amplo solo e espaço, assim, é abrigo a todos que a cercam. Pode-se associar aos apontamentos de Rodrigues (2010, p. 99) “estabelecerem a ligação entre o mundo [...] da transformação e da evolução (ciclos anuais, morte e regeneração), da fecundidade e fertilidade, da segurança (pela sua estabilidade) e de proteção (pela sombra que proporcionam)”.

No texto oficial da “Saudação à Árvore”, destacamos trechos do discurso feito pelo professor Pereira de Castro (1918, p. 9), que adjetivou e exaltou tal acontecimento de imensa importância à cultura paraense:

Árvore, eu te saúdo! Árvore esperança, árvore-força, árvore-poder, árvore-abastança, árvore-fecundidade, árvore-riqueza – quanto mistério ignorado se encerra no verde esplendor de tuas folhas espalmadas ao vento e á luz, ao doce rocio da alvorada e ao clarão brando da lua [...] Árvore do bem do amôr, da caridade [...] sob tuas ramas abrigadoras, repousa por momentos, mitingando a fome com os pomos doirados que lhe offereces, o esfarrapado mendigo que, satisfeito, te abençôa e te bem diz. [...] as avenidas e as praças, embellézas magnificamente nas cidades; és a alegria cantante do jardim, porque, quando desperta a manhã, ou quando a tarde decae, congregas, ininterruptamente, no scenario original de tuas franças verdejantes, a encantadora, incomparavel orchastração das aves canoras, saudando a luz que desponta ou despedindo o sol que agoniza; és ornamento natural mais expressivo, embora mais modesto, do luxuoso salão milionário, do gabinete do sabio, da varanda humilde do jornaleiro, do atelier obscuro do operário.

O culto cívico, cuja árvore é a simbologia preponderante, representa em nossa compreensão o ciclo da vida de uma sociedade e do próprio homem que, assim como a árvore nasce de uma “insignificante semente” e ao crescer aformoseia “a superfície do globo”, o humano também germina de uma célula microscópica e, na lei da natureza biológica, se constitui um corpo. A sociedade, por sua vez, se mantém de homens saudáveis e frondosos, não só pelo crescimento biológico físico, mas pela via da educação, por isso, os sujeitos deveriam ser preparados para desbravar a ciência e dominar o mundo; por essa razão, se fez necessário imbuir a mente humana de virtudes pátrias e do desejo de ser dotado de saber, pois esse “tratamento” curava as mentes e alimentava o espírito.

Por meio das palavras de saudação à árvore, existia uma simbologia polissêmica que se destinava, também, aos cumprimentos do espírito republicano no estado e oportunizava orientações de cunho pedagógico para professores que estavam presentes. Assim como a árvore germina de uma semente e firma suas raízes em solos férteis, as bases educacionais do estado seguiam o mesmo preceito. Em outras palavras, compreende-se que o futuro da nação estava

sob o poder da educação, instrução e amor à pátria. Logo, ao semear a boa semente, presumia-se que, em breve, a “República virá a ser como um ameno jardim, povoado d’árvores vistosas e frutíferas, quero dizer, de sujeitos que por bellas acções contribuiram á gloria e ao bem sólido da humanidade” (O ENSINO, n. 8, 1919, p. 94).

5.3 Métodos a seguir: ideias e processos de ensino para a instrução primária paraense

O periódico *O Ensino* assumiu um papel irrefutável na proposta educacional republicana no Pará, ao passo de se constituir como instituição formadora e servir como porta-voz do estado, já que nela encontravam-se as representações discursivas sobre as práticas de educação e instrução primária no Pará. Para tanto, “O Ensino átomo desse grande corpo que é a Imprensa Brasileira, obedecendo a lei da atracção universal, dirige-se, no conjunto harmônico das manifestações intelectuais” (MARÇAL, n. 3, 1918, p. 66), isto é, a revista é uma trama discursiva de reafirmação da proposta educacional, pensada por um grupo de intelectuais a fim de reafirmar a sua classe (professorado paraense).

Na circulação do texto “conferencia pedagógica” está exposto o discurso “O professor e a escola”, que foi levado a público pelo professor Sylvio Nascimento, no evento acontecido no palácio governamental em Belém, que reuniu a imprensa de grande circulação de Belém (os órgão mais eminentes), a redação “d’ O Ensino”, o corpo docente do Instituto Lauro Sodré, Dr. Lauro Sodré (governador do estado), Dr. Secretário Geral do estado, Diretor do ensino primário, autoridades civis, militares, distintas famílias e professores públicos e particulares (primários e secundários) ao som da banda de música do I.L.S., dirigida pelo aluno Octavio Martins (O ENSINO, n. 3, 1918, p. 85).

Na pomposa cerimônia, foram proferidos apontamentos acerca da Instrução pública relativos ao trabalho do professor no dever de “ensinar e aprender” e à escola ser o lugar de produção de conhecimento e formação de caráter dos alunos. Além de o professor ser o capacitador do alicerce da pátria, caracterizava-se pelos princípios que o fazia ser “respeitado, acatado, sóbrio, modesto, calmo, amigo da escola, amigo do livro e amigo das crianças, qualidades capazes de infiltrar um ser novo no ânimo dos alunos um ser novo” (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 87).

Todos esses predicados facilitavam o trabalho dos docentes, que não era somente de instruir, mas de educar (o que deveria ser função da família). Ademais, a instrução e a Educação são pontos tão intrínsecos que acabam se interrelacionando para a prática pedagógica republicana. Os vários enunciados do discurso fortalecem a concepção da missão complexa que

o educador tinha de instruir o intelecto do aluno, bem como educar (conduzir pelas vias morais e cívicas).

Em virtude disso, a Educação moral e cívica será um dos sustentáculos da escola, ao fazer exercer os fins da liberdade, igualdade e fraternidade, esculpindo o caráter nacional e normatizando a formação moral dos indivíduos, seja os meninos dóceis ou as crianças com “más inclinações”, era tarefa laboriosa infundir hábitos virtuosos e lutar contra:

A mentira, e exalçemos a verdade; que o indolente é um réprobo, combatamos a indolência e elevemos o trabalho; que o homem é indistincto máu é detestado, combatamos a maldade e engradeçamos a doçura. Lembremos nas escolas os feitos dos nossos antepassados, suas conquistas (nossas conquistas!) o que fizeram para nos dotar de uma pátria que se enobrece e se affirma; falemos dos nossos Heróis de Guerra e na paz; nas Industrias e na Sciencia e teremos cumprido nosso dever; o professor de posses de aptidões as mais necessárias ao seu labor: a assiduidade, a pontualidade, a exactidão no serviço, o amor à profissão, colocará a obrigação do cargo acima das obrigações pessoais (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 87).

A revista relata que o professor primário trabalhava para cumprir as difíceis obrigações que se iniciavam às 8 horas da manhã e prolongavam-se no seio da própria família, com a finalidade de corrigir os exercícios dos alunos, preparar as lições, entre outras tarefas referentes ao seu trabalho.

Em face de tanto esforço e dedicação, o professor Paulo Maranhão, diretor do Ensino Primário paraense, se pronunciou nos “Excerptos do relatório”, de agosto de 1919, ao governador do estado a respeito da insatisfação sobre a renda dos professores.

O educador, na capital do estado, “é mal pago até no paiz em que millionarios abundam” (O ENSINO, 1919, p. 14), dispondo apenas de 217\$ líquidos, custando-lhe “o aluguel da casa, a alimentação, o vestuário, o calçado, o médico, a pharmacia e as raras aquisições de livros”. Já os professores adjuntos substitutos recebiam apenas 38\$000 mensais, em desconformidade com o Regulamento de Ensino no Parágrafo 2º de seu artigo 120, que esclarece que esses professores recebem uma gratificação igual aos vencimentos do cargo que servirem (O ENSINO, n. 7, 1919, p. 14-15); e fortalece a ideia de que, para melhorar o entusiasmo e em relação ao trabalho do professor precisava de um sentimento profundo de importância moral do seu labor.

As palavras de Sylvio Nascimento na conferência enfatizaram que um elemento fundamental para o ensino era a presença de um livro na sala de aula, pois o professor aperfeiçoara a criança para que soubesse como e quando utilizá-lo. Não haveria validade alguma entregar um livro sem o devido preparo nas mãos do aluno, certamente lhe causaria uma prática exaustiva e enfadonha. O periódico comparava isso como um “crime de lesa” para

a Educação, visto que não haveria produção da parte do aluno para gramática, matemática, geografia, história, entre as demais disciplinas (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 87).

A escola moderna abandonou os métodos rotineiros de “decorar” as lições “da escola, as apostilas, os pontos organizados, que nada vão acrescentar, a não ser a tortura no cérebro das crianças”. Mediante a voz do periódico, o aluno aprenderia da boca do professor, pois este não se alongará em explicações, proporcionando aos alunos uma compreensão sobre o assunto abordado, além de facilitar o processo de ensino-aprendizagem, as crianças não adquiririam repulsa pelo ensino. O aluno até o 4º ano do curso elementar deveria estar familiarizado com as palavras que utilizariam os livros para as diversas disciplinas do curso primário, com o auxílio do professor. Nesse sentido, havia “uma dupla gymnastica [...] sabe aprender, porque sabe estudar. Lê o livro, consulta o livro, mas não decora o livro compreende-o; e é o bastante” (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 88).

Na opinião do autor, o comprometimento com a prática da leitura deveria ser assegurado pelos professores, no sentido de promover espaços para essa finalidade, ao passo de considerar que a criação das bibliotecas deveria ser uma iniciativa da classe do professorado, e não deixar por esperar pelo governo do estado, o estímulo e os moldes deveriam ser dados pelos educadores. Sendo assim, dentro dos problemas do ensino, a leitura é o que mais oferece dificuldades “tendo sido causa de opinião as mais desencontradas e diversas é, sem dúvida o da leitura”; então, quando começar a ler?

O tempo é um grande collaborador na evolução dos sêres. Objecto algum poderá crescer e desenvolver-se repentinamente. O sol, nado, não illumina de chofre a amplidão do mundo; o rio, volumoso, extenso, em geral nasce de um filete d’agua e, após anos de curso, é que se estende terra a dentro, banhando e fertilizando o solo. No ensino, qual no rio, tudo obedece a um curso natural, espontâneo e physio-psychologico. Nada de pressas!. Como começar a leitura? Eis uma pergunta que sae dos nosso labios (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 89).

Indubitavelmente, o texto faz uma reflexão aos seus leitores quando apresenta o seguinte apontamento sobre qual o melhor método de ensino: “não há doenças e sim doentes, de igual modo, no campo pedagógico, não existem methods, há alunos, ou outros termos, há methodo, e este é o professor” (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 89). Para cada sujeito havia uma maneira a ser trabalhada, percebida pelo professor para melhor aplicação dos conteúdos escolares.

Há um tempo de espera no processo escolar que corresponde ao amadurecimento do indivíduo. Este está relacionado ao convívio social, às puerícias, às índoles, à idade, à

alimentação, à família quanto ao desenvolvimento intelectual e, secundariamente, ao método que o professor vai utilizar e o caminho que percorrerá para o aperfeiçoamento da leitura.

Para isso, o periódico sublinha que alguns professores opinam por não abandonarem a soletração, o que não se trata de nada arcaico e monótono, mas sim de fazer bom uso da soletração e silabação. Isto é, “dizer as syllabas e, quando se notar qualquer obstaculos no entendimento da creança, pronunciar as letras reunidas àquelles elementos” (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 89).

Para a eficiência do aprendizado da leitura corrente, segundo a revista, fazia-se necessário iniciar com o ensino das letras (vogais maiúsculas e minúsculas) para depois formar os grupos vocálicos. Logo após esse aperfeiçoamento, iniciariam o estudo das consoantes junto às vogais, respeitando a ordem em que são utilizadas. O desenvolvimento dessa prática tinha um efeito benéfico quando ensinada no quadro preto ou nos quadros parietais (NASCIMENTO, n. 3, 1918).

A revista cita o livro utilizado que evidenciava a excelência desse processo, a *Cartilha Nacional do professor Hilario Ribeiro* era usada por todo o Brasil. Assim, eram excluídos dos lares e das aulas os folhetos e cartas do ABC ineficazes às noções pedagógicas da época. Outros procedimentos citados e recomendados eram os jogos de dados de madeira com letras abertas, que estimulavam os diversos sentidos no momento recreativo, entre outros, de acordo com o objetivo a ser alcançado.

O interesse pela leitura deveria iniciar com as crianças por meio de pequenas histórias, pois das figuras atribuíam-se seus respectivos nomes, exercitando, assim, a leitura e a fixação dos sons das sílabas. O quadro preto era o auxiliar do professor, pois traçava-se nele um “a” e, depois de todos familiarizados com aquele signo, os alunos continuavam com as demais vogais, grafando-as em vários tamanhos, entremeando-se os exercícios de numerosas palavras que possuíssem essas letras, já apresentadas pelo professor (NASCIMENTO, n. 3, 1918).

A escrita acompanhava a leitura, não no sentido absoluto “dando no primeiro dia de aula, caneta, papel e penna”. Era necessário fazer com que o aluno reconhecesse letras de imprensa e letras manuscritas, pois o ensino da leitura é simultâneo com o da escrita, embora uns aprendam mais rápido a ler do que a escrever. Mas se trata de um fato aparente, uma vez que o exercício do olhar conduziu o estudante a reproduzir os signos alfabéticos com firmeza e regularidade, principalmente quando se aperfeiçoa o desenvolvimento da memória auditiva, a visual e a motora, tendo a criança um aprendizado da leitura e da escrita (NASCIMENTO, n. 3, 1918). Os métodos de escrita se compreendiam em:

Habilitar o aluno a feitura dos elementos construtivos das letras, escrevendo-se no caderno, principio da linha, uma de cada vez, afim de que a criança o imite; seguidamente passar a formação das letras simples após ter estas, à formação das compostas. Esse exercicios podem ser lançados em quadro preto para os alunos em classes traçarem-nos nos respectivos cadernos. Guarda depois a mesma ordem no ensino da leitura, principalmente as letras e as vogaes e imediatamente, consoantes juntas as vogaes; palavras fáceis de coisas concretas e de prompta aquisição pelas intelligencias infantis, e, assim por diante numa ascendência proporcional à idade e à aptidão escolar. Os caracteres serão escriptos no tamanho comum – cursivo, e não do bastardinho, o methodo já é posto em prática pelo professor Manoel João Alves, hábil lente de caligrafia da Escola Normal (NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 90).

Diante do exposto, o professor combateria o antigo sistema de ordenar o aluno a cobrir a tinta de letras que faziam a lápis. A revista discute a respeito da importância do mestre no processo de aprendizagem, no qual o professor deveria se aproximar sempre do estudante com o objetivo de avaliar o que era posto no caderno, pois não se pode esquecer que o cérebro da criança estava em constante desenvolvimento. A razão de estudar a língua é compreendê-la, saber o que se lê, interpretar o sentimento de quem escreveu, saber falar bem e exprimir bem o que se pensa.

Silvio Nascimento ocupava a cadeira de presidente na produção dos programas de ensino primário e regulamentou “O Ensino da Calligraphia”. No texto “Providencias Regulamentares” discorre e pontua a prática e o ensino da caligrafia como “essencial, que não devemos de maneira alguma descurá-lo” (O ENSINO, n. 7, 1919, p. 13). Para ele, o ensino da caligrafia auxiliava na aprendizagem do desenho, como meio para educar a visão e a mão, tanto quanto no movimento para desenhar a letra.

A arte de escrever provinha da prática da caligrafia, que exigia do aluno extrema disciplina no que diz respeito ao corpo e à postura. No entanto, para Bastos e Stephanou (2008, p. 2).

A prática da caligrafia é uma das ações que integram o ensino da escrita. Busca aperfeiçoar e afinar os sentidos da mão e a ortopedia do corpo, condições fundamentais para desenvolver hábitos de ordem, disciplina e estética do texto. Tal processo de regulação da escrita é, também, mecanismo de regulação do corpo e instrumentalização social.

É importante entender que, além de se tratar de um trabalho metódico, havia outro aspecto importante a se pensar na prática de uma boa caligrafia, nos exercícios escolares e nas provas, julga-se não somente o esmero da grafia, mas os bons hábitos de higiene do aluno. Em suma, a escrita era reproduzida com o cuidado pelas tarefas escolares, pela própria higiene e o zelo pela saúde.

Para desenvolver essa habilidade e formar bons calígrafos, necessitava-se de ensino contínuo, aperfeiçoando os movimentos das crianças, instruindo-as a sentar adequadamente com suas indumentárias limpas, mãos e corpos asseados, para não comprometer a saúde do corpo e da mente. Assim, não se tratava somente dos preceitos da educação, mas da fisiologia e da higiene, pois já no século XIX a prática exaustiva da escrita era criticada pelos higienistas que a consideravam a maior causa dos problemas de miopia e escoliose nas crianças, devido à má postura ao escrever.

Dessa maneira, a escrita vertical era vista como rápida e higiênica, apoiada nas normas do papel direito, corpo reto, escrita direita. Para tanto, tais mudanças correspondem à “racionalização das práticas escolares” (FARIA FILHO, 1998, p. 35), ao passo que a nova escrita trouxe ao “universo escolar a legibilidade e a simplicidade do texto produzido em máquina de escrever” (VIDAL, 1998, p. 127).

O periódico divulgava os programas do ensino primário, os quais eram pensados e organizados pelo Conselho Superior do Ensino (1919), composto pelos normalistas Pereira de Castro, presidente do Conselho, posteriormente substituído pelo professor Silvio Nascimento em 2 de março de 1919; Maria Luiza Amaral, Sarah Ribeiro e os colaboradores Matheus do Carmo, Raymundo Proença, Izaura Brito, Gemina Pinto, Maria Damasceno, Augusto Serra, Hilda Vieira, Maria Lavareda da Rocha, Julita Hollanda, Anna Barrau Meninéa e Placidia Alves Cardoso (O ENSINO, 1919).

A revista aponta que o texto “Os programas de ensino primário – methodos a seguir” orientava quais as práticas pedagógicas a serem utilizadas no processo de ensino. Segundo Oliveira (2003, p. 240), “os métodos de ensino são frutos da experiência histórica. Foram ou são, portanto, construídos histórica e socialmente” e para Morandi (2002, p. 17):

O método é etimologicamente, aquilo que permite aceder ao lugar que se busca: é um caminho (odos, “estrada”) que permite atravessar (meta, “através”). O sentido de um método é o de um caminhar e de um procedimento, da continuação finalizada e organizada de uma atividade num caminho que permite encontrar. O método depende ao mesmo tempo daquilo para que se tende e do caminho que para lá conduz: ele é conduta e encaminhamento.

A partir do enunciado, entende-se um meio de ensinar conteúdos: primeiro se deve investigar “formas” de ensinar a criança; após experimentos, o que mais se adequa passa a ser o guia do professor.

No texto citado acima, o ensino primário no Pará era regulamentado pela Diretoria Geral de Instrução Pública. O uso do “methodo expositivo, combinado com o processo intuitivo

de Pestalozzi⁵¹” (F. S., n. 11, 1919, p. 167), pois, para os elaboradores dos programas de ensino primário, era o meio capaz de não fadigar o espírito das crianças e evitar que decorassem as regras, proporcionando-lhes um aprendizado proveitoso: “como a da operação de dividir números inteiros; [já] a lição constituída de exemplos tirados da natureza, deleita o aluno, tornando o ensino interessante” (F. S., n. 11, 1919, p. 168).

A indicação pedagógica de Pestalozzi (1946) retomava os direcionamentos de Rousseau, que via a Educação como processo natural baseado nos princípios de liberdade. Libâneo (1991, p. 61) destaca importantes observações de Rousseau:

A preparação da criança para a vida futura deve basear-se no estudo das coisas que correspondem às suas necessidades e interesses atuais. Antes de ensinar as ciências, elas precisam ser levadas a despertar o gosto pelo seu estudo. Os verdadeiros professores são a natureza, a experiência e o sentimento. O contato da criança com o mundo que a rodeia é que desperta o interesse e suas potencialidades naturais. A educação é um processo natural, ela se fundamenta no desenvolvimento interno do aluno. As crianças são boas por natureza, elas têm uma tendência natural para se desenvolverem.

As ideias de Pestalozzi⁵², tomadas de Rousseau, eram definidas pela prática de instruir as crianças de forma livre, já que o processo de ensino-aprendizagem se dava pelo preparo qualificado do desenvolvimento das capacidades humanas, em especial no cultivo do sentimento, da mente e do caráter (ZANATTA, 2005). Assim, os programas de ensino primário garantiam que:

As cousas naturais são de fácil entendimento e, tomadas como objetos da lição, hão de necessariamente, oferecer-lhes ocasião de raciocínio, despertando-lhe no espirito alguma nova emoção e, conseqüentemente, o interesse, o fim, a utilidade das cousas [...] e feita uma explicação clara, positiva, sempre do simples para o composto, partindo do concreto para o abstrato (F. S., n. 9-10, 1919, p. 168).

⁵¹ “Johann Heinrich Pestalozzi (1746-1827), educador suíço, nasceu em Zurich. Foi influenciado pelo pensamento de Rousseau e por alguns aspectos do movimento romântico, como por exemplo o amor pela natureza e a concepção organicista. Desde os tempos de estudante participou de movimentos de reforma política e social. Em 1774, fundou um instituto para órfãos, organizado como uma família e destinado a educar intelectual e moralmente os rapazes afiliados. Chamou a atenção do mundo por sua ação como mestre, diretor e fundador de escolas, particularmente da famosa escola de Yverdon, um verdadeiro laboratório de experimentos pedagógicos. Suas obras principais são Leonardo e Gertrudes (1781) e Como Gertrudes instrui seus filhos (1801), sendo que, na primeira, delineou suas ideias acerca da reforma política, moral e social” (ZANATTA, 2005, p. 166-167).

⁵² “As ideias pedagógicas de Pestalozzi, introduzidas no Brasil por Rui Barbosa, demarcam a corrente pedagógica tradicional, denominada Pedagogia Intuitiva. Seu aspecto característico é oferecer, na medida do possível, dados sensíveis à percepção e observação dos alunos. Essa pedagogia fundamentava-se na psicologia sensualista, cujos representantes afirmavam que toda a vida mental se estrutura baseando-se nos dados dos sentidos, ou empregando um vocabulário pedagógico, valendo-se do concreto. Considerando-se esses fundamentos, pode-se adotar o conhecimento, até então abordado independentemente da realidade, a partir da observação do real” (ZANATTA, 2005, p. 180).

A produção do conhecimento deveria ser fomentada no sujeito de forma acessível, utilizando uma linguagem simples, de modo que as aulas fossem confortáveis e os levassem a entender, por exemplo, “cousas e objetos comuns para exemplos e assim incutir sem grande esforço, no espirito do menino, a verdade do assunto tomado para thema da lição” (F. S., n. 9-10, 1919, p. 168). Dessa maneira, havia grandes possibilidades de a criança se sentir estimulada a raciocinar e ampliar seus conhecimentos por meio da prática intuitiva – “partir o conhecido ao desconhecido; do concreto para o abstrato; ou do particular para o geral; da visão intuitiva à compreensão geral por meio de uma associação natural” (ZANATTA, 2005, p. 170). Ou seja, de maneira espontânea (natural), ela produziria o seu próprio conceito de experiência sensorial como um processo ativo para os sentidos e a mente humana.

Portanto, aguçar a curiosidade da criança é conduzir ao exercício da mente e fazer dessa prática uma regra, decerto, o “escolar” domina e condiciona o cérebro a pensar e problematizar as disciplinas escolares, tais como: “Portuguez, Arithmetica, Geographia, História da Pátria, Educação Moral e Civica e elementos de Hygiene individual, Desenho, Calligraphia” (O ENSINO, 1919, p. 174-199). Introduzir conteúdos à criança, partindo dos componentes da realidade material (método intuitivo), e não de regras abstratas, lhe garantiria chegar ao domínio da “lição de coisas”, logo, o pensamento parte do material e depois chega aos conceitos abstratos.

Os programas de ensino, segundo Faria Filho e Vidal (2000) são moldados pelas ideias advindas da cultura europeia e constituíam-se de materiais de cunho científico e moral dos programas escolares primários dos países, como a Europa e os Estados Unidos, e passaram a fazer parte dos programas brasileiros desde a metade do século XIX.

5.4 As funções das poesias, das canções infantis e das peças teatrais nas páginas de *O Ensino*

A língua, enquanto elemento social dentro de inúmeras comunidades, a fim de estabelecer processos comunicativos entre vários indivíduos no percurso histórico de seu fomento, manifesta-se em diferentes linguagens, por meio de gêneros discursivos distintos. Neste aspecto, é válido ressaltar que a revista *O Ensino* trazia na sua editoração o uso dos poemas, fazendo uso da linguagem literária, com funções diversas, dentre elas destaca-se a pedagógica.

Ao admitir esse panorama, é possível observar registros de experiências de práticas culturais de um tempo específico, no caso a república paraense. O fazer poético é um texto

estético formado por versos e estrofes, que objetiva expressar sentimentos ou ideias do autor. De acordo com Bosi (2000, p. 164):

A poesia já não coincide com o rito e as palavras sagradas que abriam o mundo ao homem e o homem a si mesmo. A extrema divisão do trabalho manual e intelectual, a Ciência e, mais do que esta, os discursos ideológicos e as faixas domesticadas do senso comum preenchem hoje o imenso vazio deixado pelas mitologias. É a ideologia dominante que dá, hoje, nome e sentido às coisas.

Diante disso, as mudanças socioculturais da Europa (França) influenciaram as mudanças no teor da escrita poética, por exemplo, na transição do século XIX para o XX, que se caracteriza na dinâmica do fazer poético, a partir de três funções: social, estética e pedagógica, cuja influência na escrita dos autores brasileiros trouxe referências europeias para o país e desenvolveu sua poesia/brasileira de resistência, da realidade vivida por eles.

O gênero literário presente em *O Ensino* aponta a valorosa contribuição em legalizar discursos do que se espera de uma sociedade republicana. Sevcenko (2003) esclarece que, com a chegada da República, diversos grupos sociais tomaram a frente da hegemonia social do país, isto é, abriram portas para os espaços de representações culturais, que a imprensa favoreceu a dinâmica de publicações para várias tipologias textuais. O autor diz que o uso da literatura é contemplado como “missão”, por isso, entende-se que:

Não há dúvida, pois, de que a literatura, graças em grande parte ao carisma prodigioso herdado do romantismo do século XIX, gozava de um prestígio ímpar nesse período, soando mesmo como sinônimo da palavra cultura. Políticos, militares, médicos, advogados, engenheiros, jornalistas, ou simples funcionários públicos, todos buscavam na criação poética ou ficcional o prestígio definitivo que só a literatura poderia lhes dar [...] (SEVCENKO, 2003, p. 274).

Sobre o debate literário, considera-se que quem escreve, ao mesmo tempo está comprometido com que é emitido pelas palavras, com dada realidade histórica, pelas suas ideologias, suas inclinações políticas, percepções culturais e sociais. Neste discernimento, avaliar o que é disposto nos poemas da revista condiciona a pensar como Chartier (1991), ao abordar a questão dos “textos, impressos e leitura”, que afirma ser “o caráter todo-poderoso do texto e o seu poder de condicionamento sobre o leitor” (CHARTIER, 2002, p. 121). Nesse caso, tudo o que é produzido de forma textual precisa ser avaliado diante da realidade sócio-histórica de uma época, e nela podem ser desmistificados sentidos e significações por meio da escrita.

De maneira sábia, Sevcenko (2003), sobre suas pesquisas com textos literários, sustenta a ideia “não era a literatura que reproduzia a realidade, mas a realidade que reproduzia

a literatura”. Para esse pesquisador, a construção poética estava sob a circunstância da “liberdade condicional de criação” (SEVCENKO, 2003, p. 272).

Para esta análise foi notado que os poemas publicados na revista, buscavam tanto efetivar o valor da arte para a sociedade, como o valor cultural a ser cultivado para o homem, outros explicitavam dedicatórias para personalidades públicas/intelectuais do estado, outras detinham-se em acontecimentos nacionais que serviam como suporte pedagógico de professores. Depreende-se que essa possibilidade seja possível, já que alguns professores assinavam as autorias dos poemas, enfatizando tais fatos sociais.

A revista apresentava ao leitor textos⁵³ de cunho literários considerados pedagógicos na revista, dado que foram utilizados como críticas, outrossim aconselhamento e para retratar momentos históricos e episódios inusitados da realidade local da época.

Para este estudo, retiramos alguns poemas para avaliar a questão explicitada e verificar o poder de representação no periódico analisado. A exemplo, apresenta-se a seguir dois poemas do professor Sylvio Nascimento; o primeiro “Tiradentes”, na coleção de artigo de “Em torno da História”; e o segundo, dedicado aos professores paraenses.

Tiradentes

Um novo sol raiou á Independencia,
E a *liberdade posto que tardia*,
Representando a força e a consciência,
De emblema da bandeira serviria

A idéia mater, a abençoada essência
Da gigantesca lucta, refulgia
No cérebro do Heróe da Inconfidencia,
Cujo feito na Pátria inda irradia:

Astro de um brilho intenso, redivivo,
Aurora de um futuro alvissareiro,
- aquella noite transformou-se em dia!

E Tiradentes, o Immortal, o Vivo,
Será na Historia desse povo inteiro
O novo Christo da Democracia.

(NASCIMENTO, n. 3, 1918, p. 74)

O referido professor ministrava a disciplina de História do Brasil e Noções de Pátria, a isso percebe-se sua dedicação de escrever sobre Tiradentes. Nesses versos, o poeta recupera

⁵³ Este conceito dá validade a outros textos que circulavam na revista *O Ensino*, tais como: peças teatrais, “A Comedia de qui pra quós” conto de Shakespeare”, canções infantis e outros textos com finalidades pedagógicas (O ENSINO, 1918, 1919).

vestígios da conjuração mineira. A primeira estrofe faz uma referência direta à bandeira de Minas Gerais, com a frase "liberdade posto que tardia". O poema procura exaltar a figura de Tiradentes, único executado com a descoberta do movimento, que tinha como principal objetivo proclamar uma república independente. A poética de Sylvio Nascimento evidencia o herói Tiradentes, reconhecido como mártir da liberdade brasileira.

A Intelligencia

“A brilhante plaiade de professores do Pará”

Esse poder que, em torno da sciencia,
Avulta e cresce, e a todos ilumina,
Parte de mim – a deusa intelligencia,
Que a mocidade a se ilustrar ensina.

Polar estrella que do céu domina
A grandeza da Terra, á refulgência
Dos meus raios olympicos se inclina
A riqueza de falsa omnipotência.

Da humanidade o cérebro pensante,
Eu teço de clarões ilimitados:
Eu sou a força, sou o movimento!

Assim eu vivo, num labor constante,
A preparar heróes e consagrados
No parnaso de luz do pensamento

(NASCIMENTO, n. 12, 1919, p. 220)

No poema “A intelligencia”, o professor republicano Sylvio Nascimento exalta o docente logo no início do texto “esse poder que, em torno da sciencia / avulta e cresce, e a todos ilumina / parte de mim - a deusa intelligencia”. O autor faz uma analogia dos astros dos céus com o processo de ensino-aprendizagem vivido na academia, ressaltando o trabalho do professor de “iluminar” o pensamento de pessoas, curar as mentes dos homens com a luz, engendrada pela política republicana. Por fim, ele declara que a vida é baseada em “preparar heróis e consagrados / no paraíso de luz do pensamento”, ou seja, reafirma o labor do professor: aquele que ilumina mentes, utilizando sua inteligência.

A revista utilizada como aporte didático pelos professores da época –, há também temáticas centradas na intenção do “eu”. Vale ressaltar que a revista era aberta a envio de texto para avaliações e possíveis publicações. Porém, ainda que de forma intencional, os autores

utilizavam a poesia com sua função primária com o prevailecimento do eu-lírico. Nota-se esta evidência no poema abaixo:

Federis Arca

Não prevejo na morte o Paraizo,
Nem as chamas do Inferno – pavorosas;
Homem de fé, um passo lhe diviso,
Para chegar ás plagas venturosas

Dessa Existencia, sem visões penosas,
Sem esse Jury do final juizo;
Mas só de paz ás almas carinhosas,
Que em Deus contemplam paternal sorriso.

Por isso, meu irmão, á Fé me abrigo,
Certo de que me encontrarei contigo
No largo estádio, que ao Viver conduz...
Lá, quando livres da ilusão mundana,
Ergueremos ao Christo eterno hosanna,
Revedo a Gloria no sofrer da Cruz!

(CARVALHO, 1919, p. 69)

Basílio de Carvalho dedica este poema à memória de seu falecido irmão, Zacarias de Carvalho. As estrofes anteriores evidenciam um processo de luto em que há o sentimento de esperança ao acreditar que seu irmão está em um lugar melhor, livre da banalidade social: “Lá, quando livres da ilusão mundana / Ergueremos ao Christo eterno hosanna”. Assim, o autor se mantém positivo ao esperar que, em algum momento, irão se encontrar novamente, dessa vez para desfrutarem da paz.

Dentro de alguns dos textos (literários) inseridos na revista em análise, é possível identificar a fusão das funções de cada texto, não cabendo para esta pesquisa trazer todos, mas citar suas características e importâncias para o contexto vivido no Pará. O intelectual Eustachio de Azevedo foi um poeta/prosador paraense que obteve representação na escrita da revista; isso mostra que no Pará também se encontravam intelectuais literários, como bem discute a revista, na exposição do texto abaixo.

A Arte

A Arte é Galileu forjando o telescópio,
Rasgando do infinito o nebuloso véu!...
é Gomes, é Bellini, a embriagar-nos d'ópio
fazendo-nos sonhar com musicas do céu!

A Arte é Raphael Sanzio, - o magico talento,
a retratar Jesus na tela purpurina!
é Gutemberg, o heróe, fócando o pensamento
na grande luz da Imprensa, a deusa peregrina!

A Arte é Victor Hugo, - o poeta glorioso,
É tudo quanto é nobre, altíloquo, pomposo,
É tudo quanto é grande, é tudo quanto é bello!

(AZEVEDO, 1919, p. 39).

Este soneto, declamado no palco do Theatro da Paz pela atriz brasileira Lucilia Peres, no ano de 1916, é uma ode à maestria da Arte como movimento intelectual de expressão. O poeta utiliza referências históricas em grande parte do poema – desde Galileu a Victor Hugo – para conceituar e legitimar a grandiosidade da arte, como expresso na última estrofe: “é tudo quanto é nobre, a altíloquo, pomposo / é tudo quanto é grande, é tudo quanto é bello!”

Vale ressaltar, ainda, que a visão do autor sobre a arte descrita no poema é a mesma explorada pelos demais intelectuais da época, a qual se pautava no *belo* como ponto de referência para a valorização das obras. Sobre a presença dos poemas nas páginas de *O Ensino*, assimila-se que o autor do texto busca situar o leitor para as definições do que é arte e solidifica sua manifestação no seio social de várias maneiras. Nota-se, na segunda estrofe, que arte “é Gutemberg, o heróe, focando o pensamento na grande luz da Imprensa, a Deusa peregrina!”. Diante dessas ideias, acredita-se que a “arte” é o produto intelectual do homem, com a capacidade que ele possui de produzir conhecimento, isso acontece quando este recebe a devida instrução e educação, semeadas e geradas desde a infância que, ao se desenvolverem, transformaram nações com suas manifestações intelectuais e magistrais.

A revista trazia, na sua disposição, as cançonetas infantis, que possuíam caráter didático-pedagógico, pois por meio da musicalização, proporcionando um momento de distração, poderiam ser usadas como atividades lúdicas capazes de convencer a criança do seu valor para a pátria. Dito isso, apontamos um exemplo de cançoneira chamada:” Ninguém se illuda!”⁵⁴ por Pereira de Castro, publicada na revista, porém extraída do I fascículo da “Collectanea de Hymnos e Canticos Escolares”.

⁵⁴ Na publicação da revista, a cançoneira foi mencionada de forma poética e em partitura musical. Este material pode ser consultado no Anexo A.

RECITADO

Quem me vê tão pequenina,
 Ainda, estudando A. B. C,
 Assim, tão debio e franzina,
 Muito atrasada me crê.
 Vossa ilusão, meus senhores...
 Todos pos vos enganaes:
 Tenho na mente fulgores,
 De coisas mil sou capaz,
 Um exemplo aqui vou dar
 Da minha sabedoria:

CANTANDO

Leio, escrevo, sei contar,
 Coso, bordo a fantasia.

Sei no relógio horas ver,
 A meza 'sevi-me eu sei;
 Até dançar...podes – crêr –
 Muito breve eu dançarei!

Conheço a forma da Terra,
 Os males e os continentes,
 Os ossos que o corpo encerra,
 Os vegetais e as sementes.

Em giminastica e desenho,
 Lições Moraes, hygiene,
 Tem valido o meu empenho
 A distincção mais solene.
 Canto o Hymno Nacional,
 Adóro a linda Bandeira
 Deste paiz liberal
 Nossa Patria Brasileira

RECITADO

Julgaes-me inhabilitada.
 Por ser tão debil, franzina?!
 Nem sempre é muito atrasada
 Quem na altura é pequenina!

(CASTRO, n. 12, 1919, não paginado)

Eleva-se a figura da criança na cançoneta, no sentido de fazer com que sua representação fosse a imagem do cidadão culto, civilizado e honrado para a sociedade, ou seja, reconhecido como um ser dotado de múltiplas habilidades e instruído suficiente para viver em um mundo moderno. Nesta perspectiva, a criança é a promessa da chegada de um novo tempo de luz, da chegada na terra prometida mediante a educação e a instrução.

Diante disso, faziam parte da cultura escolar as peças teatrais, trazemos como exemplo a “Comedia Infantil – Mestra em apuros”⁵⁵, de José de Carvalho, escrita para o festival literário

⁵⁵ Os atos da peça estão dispostos no Anexo B.

do “Colegio Minerva”, propriedade da professora Maria Minerva. O cenário era uma escola, e os personagens: uma professora e os alunos.

A encenação era uma forma de educar as crianças, pois naquele momento de exposição dos atores, junto às falas, havia uma reflexão moral de determinado acontecimento. Neste caso, a peça descrita na revista abordava a questão do respeito entre o professor e os alunos. O enredo da peça se passou em uma sala de aula, na qual estava sendo realizada uma atividade de leitura com os alunos, porém em vários momentos os alunos testaram a paciência da professora que estava substituindo a titular da turma, com brincadeiras inadequadas para constranger a mestre da escola. De forma exaltada, após muitas afrontas dos alunos, ela disse:

Em primeiro lugar represento aqui o poder, a autoridade, a... majestade, mesmo da professora! Deixar-me suplantar, humilhar, por vocês é que não! Não conheço, entre todos, nenhum superior a mim, nem pelo preparo, nem pelo espírito, nem...nem...pela argúcia (CARVALHO, n. 13-14, 1919, p. 323).

Além de a peça ser de caráter educativo, servia de exemplo tanto para alunos quanto para a postura dos professores em sala. Vale frisar que a crítica moral do texto estava em fazer com que os educadores soubessem tratar seu aluno e repreendê-lo sem humilhá-lo por meio do seu saber e posição social. No final da atuação, os alunos acabam perdoadando a professora e ambos trocam apertos de mão, porém os alunos beijam a testa da professora, em forma de reverência a sua sabedoria.

Dessa maneira, outro exemplo moral está na peça divulgada na revista nomeada de “Lever de rideau”, escrita por Bertoldo Nunes. A estória possuiu cinco personagens do sexo masculino e se passou no recreio escolar, quando as crianças estavam procurando uma brincadeira para passar o tempo, então, decidem formar um “lusido batalhão infantil”, logo, dividem as hierarquias entre eles: um coronel, um comandante, um capitão, um corneteiro e um cabo. Os meninos, entretidos e fingindo não escutar o toque de retorno, não retornam à sala de aula, logo recebem uma lição:

já que assim o quiseram, vamos chorar no estudo, que é lugar quente. Mas antes disso, façamos uma continência militar ao publico, para lhe provarmos o proposito em que estamos de sermos d’ora em diante meninos menos teimosos e soldados mais indisciplinados. Eis as consequencias das teimas! (NUNES, n. 15, 1919, p. 366).

O valor da obediência era posto como singular tanto para a postura em sala de aula quanto fora dela. O sujeito disciplinado estava sempre preparado para qualquer situação, pois já era costume saber lidar com o limite de diversas maneiras. O ensino moral era primordial na

educação das crianças. Ele funcionava como um polimento do caráter infantil e, ao mesmo tempo, habilitava o sujeito a ser obediente e responsável, ou seja, o comprometimento em acatar normas, ordens, regras e comportamentos se estabelecia de forma eficaz pela obediência, considerada um aprendizado de controle e regulação de conduta de maneira consciente, sem medir forças, tampouco para agradar o adulto, mas exercida por satisfação e naturalização das ações humanas, por isso, aprender a ser obediente significa explicar os motivos pelos quais são necessários fazer o que o outro lhe pede.

As páginas da revista *O Ensino* foram a maneira “arrojada” de divulgar uma pedagogia para o progresso, ao mesmo tempo anunciavam acontecimentos e deliberações do poder político em relação à instrução primária pública no estado e no País. Para isso, sua equipe editorial se empenhou por meio da arte da imprensa com a responsabilidade de levar ao público a (in)formação, sobretudo aos professores do ensino primário do Pará. Dessa maneira, essa operação aspirava a projeção da classe do professorado a dar um salto quântico em suas práticas pedagógicas, a partir dos novos moldes de educar e instruir as crianças e se autoexaminar enquanto educadores.



6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa está inserida no contexto histórico da primeira República no Pará e possuiu o objetivo de analisar, a partir dos discursos da revista *O Ensino (1918-1919)*, as representações sobre Educação e Instrução para o ensino público primário paraense. Neste pensamento, a equipe redacional era composta por professores do estado que utilizaram a circulação de ideias da revista sobre os novos saberes pedagógicos como estratégias de (in)formação para professores que, por meio desse esquema, não deixavam de aspirar as vozes do Governo do Estado para institucionalizar a ordem republicana.

Em relação ao exposto, a revista é um dispositivo de ingerência cultural agregada à política de reforma cultural e educacional, no decurso do governo do militar Lauro Nina Sodré, em Belém, junto aos professores que assumiram o papel de missionários do saber, para promover e elevar a Educação paraense pelos pensamentos dos intelectuais da época.

Após construir este diálogo, foi possível compreender o projeto gráfico e editorial da revista que compôs o suporte material do impresso, junto às políticas que o sustentaram. Nesse sentido, sempre em busca da realidade da cultura europeia para alicerçar o novo homem que se desejava perante a república, o estado fez vários investimentos e reformas, como nos Programas de Ensino Primário, para modernizar a educação escolar, as normas, os métodos de ensino, saberes pedagógicos, arquitetura escolar, profilaxias higiênicas, entre outras intervenções no provimento da transformação da sociedade pela via da escola moderna.

A preocupação em eleger a Educação e instrução como práticas culturais substanciais para firmar a cultura dita civilizada e moralizada é, na verdade, dois conceitos de referências que a revista representa em seu suporte, pois constatou-se que, além de a sociedade não apresentar de forma precisa o uso dessas práticas, se manteve distante da realidade de outros países. Chegamos a esta inferência porque o impresso trazia, em sua materialidade, diversos recursos textuais, gráficos e imagéticos para reforçar a representação sobre educar e instruir, em especial a criança paraense.

Diante disso, na concepção do republicano, educar estava para além da instrução intelectual. Anunciamos, com base nas representações discursivas da revista, que “educação” era um ensinamento que deveria acontecer no seio familiar e, decerto, o dever do professor era aprimorar as “faculdades intelectuais” do escolar; contudo, não acontecia dessa maneira, ao contrário, a criança chegava no âmbito escolar sem aprendizado algum de “boas maneiras” e, assim, era considerada um sujeito oco, sem alma, sem espírito, ou seja, sem educação. Já a instrução estava relacionada à habilitação da criança em conhecer o mundo científico, saber ler,

escrever, contar, entre outros conhecimentos específicos de elevação intelectual. Sendo assim, o professor assumiu a responsabilidade dupla de formar seu caráter e torná-lo um ser consciente para o social, útil à pátria e a si mesmo.

Subordinado à ideia anterior, a apreensão dos valores morais era imprescindível para o êxito dessa tarefa. Neste estudo, conclui-se que a obediência tinha um valor indispensável para o cumprimento da educação e instrução. Obedecer é ser submisso às ordens, ser passivo com o outro; então, o primeiro passo para alcançar uma boa educação e instrução era ter a virtude de ser obediente. Após, vinham os demais atributos do caráter humano: ser paciente, saber graduar o tom de voz, se portar em diversos espaços, ter disciplina em suas atividades cotidianas e escolares, saber tratar com respeito, entre outras características de um sujeito polido e civilizado, capaz de obedecer.

A gratuidade e obrigatoriedade do ensino eram, além de deveres do estado, direitos do cidadão. Mas só a partir da “obrigação” de instruir o povo, talvez o país caminhasse para o progresso e, sem essa imposição, certamente a iniciativa livre dos pais de matricular os filhos na escola, não aconteceria. O ideal a ser atingido era a regeneração nacional social para o progresso e desenvolvimento do país. Porém, havia carência de educação e instrução em todo o território brasileiro, e o estado do Pará contava com um número significativo de analfabetos.

Nesse sentido, a escola moderna passou a ser um lugar de difusão de novos saberes, com uma cultura escolar específica, capaz de transformar o intelecto humano. Nas páginas de *O Ensino*, a escola era vista como uma pequena sociedade, também representava a extensão do lar, um lugar de aprendizado e constante atividade.

As análises revelam que *O Ensino* se constitui no seio paraense como canal pedagógico para formação do professorado do Pará, em relação ao ensino primário. Todavia, entendemos a educação e a instrução de crianças como práticas culturais essenciais para a formação do caráter virtuoso, de exímios cidadãos patriotas e dotados de conhecimento científico, ao passo que toda essa construção de significados se interrelacionava como os saberes de dentro e fora da escola, bem como às práticas pedagógicas dos professores a serem habilitados a saber “aprender a ensinar”. Os textos veiculados na revista, que se reportavam aos momentos cívicos, celebrações que referendavam a pátria; teatrais, canções infantis, poemas e textos oficiais, reforçavam os discursos progressistas e nacionalistas que a República propunha. Portanto, este trabalho abre outros vieses de investigação por meio da imprensa de educação e ensino, como veículos de (in)formação docente, que orientam, instruem e engendram novos pensamentos pedagógicos.



REFERÊNCIAS

- ABREU JUNIOR, José Maria de Castro. **O vírus e a cidade: rastros da gripe espanhola no cotidiano da cidade de Belém (1918)**. 2018. 215 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **Afranio Peixoto**. Rio de Janeiro: ABL, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3ceMVli>. Acesso em: 21 mar. 2022.
- AFRANIO, Peixoto. A educação nacional. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 2, p. 2, jul. 1918.
- ALMEIDA, Cíntia Borges de. **Um paíz de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na Cidade Maravilhosa (1900-1922)**. 2018. 369 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação e Humanidades, Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.
- ALVES, Laura Maria Silva Araújo. A política de caridade, assistência e proteção à infância desvalida em Belém do Pará: do Império à República. **Revista @rquivo Brasileiro de Educação**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 34-64, ago./dez. 2015.
- A. M. A gripe – conselhos para evitar a gripe e meios de resistir-lhe quando for acometido. nacional. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 5, p. 197, out. 1918.
- ARAÚJO, Sônia Maria da Silva. José Veríssimo: vida, obra e personalidade. *In*: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). **José Veríssimo: raça, cultura e educação**. Belém: EDUFPA, 2007. p. 19-69.
- AZEVEDO, Eustachio. A arte. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 7, p. 39, jan. 1919.
- BARBOSA, R. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública (1883). *In*: BARBOSA, R. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1946. v. 10. t. 2.
- BARROS, José D' Assunção. A fonte histórica e seu lugar de produção. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 407-429, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/issue/view/961>. Acesso em: 12 dez. 2012.
- BARROS, José D' Assunção. A História Cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DH/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.
- BASSALO, Célia Coelho. **Art Nouveau em Belém**. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2008.

BASTOS, Maria Helena Câmara. Espelho de papel: a imprensa e a história da educação. *In*: SOUZA, José Carlos Araújo; GATTI, Décio Jr. (org.). **Novos temas em História da Educação Brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas /SP: Autores Associados, 2002. p. 91-132.

BASTOS, Maria Helena Camara; STEPHANOU, Maria. Traçar letras, palavras e números: caligrafar gestos da escrita e da vida. *In*: MIGNOT, Ana Chrystina Venancio (org.). **Não me esqueça num canto qualquer**: Catálogo de exposição realizada por ocasião do III Congresso Internacional sobre Pesquisa (Auto)biográfica, em Natal, 2008.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do ensino de Minas Gerais (1925-1940). Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BLOCH, Marc. A observação histórica. *In*: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002a. p. 69-88.

BLOCH, Marc. Prefácio. *In*: BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002b, p. 15-38.

BORGES, Ricardo. **O Pará Republicano**: ensaio histórico: 1824-1929. Belém: Conselho Estadual de Cultura, 1983.

BOSI, Alfredo. **O ser e o tempo da poesia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BRAGA, Theodoro. **Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré**. Belém: Gillet, 1917.

BRAGA, Theodoro (org.). **Mappa do Estado do Pará com a delimitação municipal**: 1918. Belém: IPHAN, 1918. Disponível em: <https://bit.ly/3aASGcq>. Acesso em: 21 jan. 2021.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales**: 1929-1989: a revolução francesa na historiografia. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **Variedades de história cultural**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CAETANO, João Manuel; OLIVEIRA, Rosa Maria. As letras capitulares na ilustração dos livros infantis em Portugal, nos séculos XIX e XX. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE TIPOGRAFIA, 2., 2011, Aveiro. **Anais** [...]. Aveiro. Universidade de Aveiro, 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3OJmLp6>. Acesso em: 15 maio 2022.

CARMO, Matheus do. A festa do Estudo. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 8, p. 67-68, fev. 1919.

CARMO, Matheus do. Assumptos Pedagogicos. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 2, p. 42-44, jun. 1918.

CARVALHO, João Paes de. **O Pará em 1900**: quarto centenario do descobrimento do Brazil. Pará: Imprensa de Alfredo Augusto Silva, 1900.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1900.

CARVALHO, José Murilo de. Comedia Infantil: Mestra em apuros. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 13-14, p. 323, jul./ago. 1919.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A caixa de utensílios e a biblioteca: pedagogia e práticas de leitura. *In*: VIDAL, Dianna Gonçalves; HILSDORF, Maria Lúcia (org.). **Brasil 500 anos**: tópicos em história da educação. São Paulo: EDUSP, 2001. p. 137-168.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **A Escola Nova e o impresso**: um estudo sobre estratégias editoriais de difusão do escolanovismo no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

CASTRO, João Pereira de. Cançoneta Infantil: Ninguém se iluda! **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 12, jun. 1919.

CASTRO, João Pereira de. Discurso. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 9, jun. 1918.

CATANI, Denice Bárbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Educação e Filosofia**, Minas Gerais, v. 10, n. 20, p. 115- 130, 1996.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Camara. Apresentação. *In*: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS; Maria Helena Camara (org.). **Educação em revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 5-10.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em Revista**: a imprensa periódica e a história da educação. São Paulo: Escrituras, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

CHAMPAGNE, E. M. **Dicionário Universal de Educação e Ensino**: v. II. Tradladado a português por Camillo Castello Branco. Porto: Livraria Internacional de Ernesto Chardon, 1886.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand, 1987.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2. ed. Lisboa: Difel, 2002. (Memória e sociedade).

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009

CHARTIER, Roger (coord.). **As utilizações do objecto impresso (XV-XIX)**. Lisboa: Difel, 1998.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesus Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit**. Tradução de Ernani Rosa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2004.

CHARTIER, Roger. O mundo como representações. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

COELHO, Geraldo Mártires. Na Belém da Belle Époque da Borracha (1890-1910): dirigindo olhares. **Revista Escritos (Revista da Fundação Casa de Rui Barbosa)**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 5, p. 141-168, 2011.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A Escola Primária no Estado do Pará (1920-1940)**. 2008. 213 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

COELHO, Watrin, Allan. **A ciência do governar: positivismo, evolucionismo, e natureza em Lauro Sodré**. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

C. P. Instruir e educai! **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, ano II, n. 7, p. 20, jan. 1919.

C. P. O analfabetismo no Brasil. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, ano II, n. 8, p. 92-93, fev. 1919.

CRUZ, Farias Heloisa de; PEIXOTO, Rosário da Cunha Maria do. Na oficina do Historiador: conversas sobre História e Imprensa. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 35, p. 253-270, ago./dez. 2007.

DEMPSEY, Amy. **Estilos, escolas e movimentos**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

DEPAEPE, Marc. Some statements about the nature of the history of education. *In*: SALIMOVA, Kadriya; JOHANNINGMEIER, Erwin. **Why should we teach history of education?** Moscovo: The Library of International Academy of Self-Improvement, 1993. p. 31-36.

DIEHL, Astor Antonio. **Do método histórico**. Passo Fundo: EDIUPF, 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Tradução de Raul Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990-1994.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do século XX: O caso dos portugueses. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 17., 2010, Caxambu. **Anais [...]**. Caxambu: APEB, 2010.

ESCOLANO BENITO, Agustín. **A escola como cultura: experiência, memória e arqueologia**. Campinas: Alínea, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes (org.). **Educação, modernidade e civilização**: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Conhecimento e cultura na escola: uma abordagem histórica. *In*: DAYRELL, Juarez (org.). **Múltiplos olhares sobre educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. p. 127-193.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000.

FARIAS, William Gaia. **A construção da República no Pará**. Belém do Pará: Açai, 2016.

FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo. **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: SPCE, 2010.

FIGUEIREDO, Souza de. Eduquemos as criancinhas. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 3, p. 26-32, jul. 1918.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro. José Veríssimo e a educação nacional. *In*: ARAÚJO, Sônia Maria da Silva (org.). **José Veríssimo: raça, cultura e educação**. Belém: EDUFPA, 2007. p. 172-225.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro. **José Veríssimo (1857-1916) e a educação brasileira republicana: raízes da renovação escolar conservadora**. 2004. 186 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

FRANCO, Crepory. Classificação das Ciências. A Psychologia na escola. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 7, p. 23-25, jan. 1919.

FEBVRE, Lucien. **Vive l'Histoire, in Combats pour l'Histoire**. Paris: A. Colin, 1953.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. (Biblioteca de filosofia e história das ciências; v. 7).

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1984.

F. S. Os Programas de Ensino. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 11, p. 167-168, maio 1919.

GINZBURG, Carlos. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. *In*: GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 249-279;

GINZBURG, Carlos. O Inquisidor como antropólogo. *In*: GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 280-293.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca Básica da História da Educação Brasileira).

HUNT, Lynn. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-44, fev. 2001.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990. p. 462-550.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. 7. ed. rev. Campinas: UNICAMP, 2013.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1991.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada**: estratégias da governamentalidade neoliberal. 2013. 318 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

LOYOLA, Ophir de. Inspeção medico-escolar. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 2, p. 41-42, fev. 1919.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. *In*: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

MACIEL, Laura Antunes. Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. *In*: FENELON, Déa Ribeiro *et al.* (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. São Paulo: Olho d'água, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. A imprensa pedagógica. Fonte de identidade docente e memória profissional. **History of Education and Children's Literature**, Macerata, v. 16 n. 2, p. 17-34, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3njm5Lf>. Acesso em: 15 maio 2022.

MARÇAL, Antonio. O Ensino. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 1-2, jun. 1918.

MARÇAL, Antonio. O Ensino. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 2, p. 26, jul. 1918.

MARÇAL, Antonio. Resenha Histórica: apresentada ao exm. Sr.dr. Governador do estado pelo dr. Antonio Marçal, diretor do instituto Lauro Sodré. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, p. 143, set. 1918.

MARINHO, Inezil Penna. **Sistema e métodos de educação física**. 5. ed. São Paulo: CIA Brasil, 1965.

MARTINS, Ana Luisa. **Revistas em Revista: imprensa em práticas culturais em tempos de repúblicas**, São Paulo (1890-1922). São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2008.

MATOS, Ana Léa Nassar. **José Sidrim (1881-1969): um capítulo da biografia de Belém**. 2017. 344 f. (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

MATTOS, Anna Sarah de. Palestras escolares. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 8, p. 84-85, fev. 1919.

MEIRA, Agnello. **Lauro Sodré ou a evolução política do Pará: 1912-1917**. Belém: Typographia do Instituto Lauro Sodré, 1918.

MEIRA, Clóvis; ILDONE, José; CASTRO, Acyr. **Introdução à Literatura no Pará: antologia**. Belém. CEJUP, 1990.

MEIRA, Clóvis Olinto de Barros. **Médicos de Outrora no Pará: biografias**. Belém, Grafisa, 1986.

MEIRA, Octávio. **A primeira República no Pará**. Belém: Falangola, 1981.

MONTEIRO, Esmeralda. A Psychologia na escola. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 13-14, p. 392-393, jul./ago. 1919.

MONTEIRO, Noura. Hygiene Escolar – A Escola. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 15, p. 351-352, set. 1919.

MORAES, Felipe Tavares. **A educação no Primeiro Governo de Lauro Sodré (1886-1897): os sentidos de uma concepção político-educacional republicana**. 2011. 121 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

MORANDI, Franc. **Modelos e métodos em pedagogia**. Bauru: EdEDUSC, 2002.

MOTA, Dálete Delalibera Corrêa de Faria; CRUZ, Diná de Almeida Lopes Monteiro da; PIMENTA, Cibele Andrucio de Mattos. Fadiga: uma análise do conceito. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 285-293, set. 2005.

MUNIZ, Julio. A hygiene quotidiana da boca – A sua importancia prophylatica nos casos de epidemia. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 13-14, p. 311-315, jul./ago. 1919.

MUNIZ, Julio. Hygiene Oral. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno 1, p. 39-40, jul. 1918.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo: EDUSP 1974.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da esquerda da monarquia ao fim do Estado Novo**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

NASCIMENTO, Sylvio. A Intelligencia. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia, Literatura, Artes e Offícios**, Belém, anno II, n. 12, p. 220, jul. 1919.

NASCIMENTO, Sylvio. Em torno da História – Tiradentes. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 3, p. 74, 1918.

NICOLAZZI, Fernando. A Fabricação do Sorriso: Ortodontia social em Curitiba na virada dos séculos XIX e XX. **Klepsidra: Revista Virtual de História**, v. 1, n. 3, 2000. Disponível em: <https://bit.ly/3ObPRfz>. Acesso em: 16 maio 2022.

NÓVOA, António. **A imprensa de educação e ensino: repertório analítico (séculos XIX e XX)**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1993. (Coleção Memórias da Educação).

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e Fontes. **Cadernos da ANPED**, Porto Alegre, n. 5, 2003.

NUNES, Thomas. A Ginástica Sueca nas Escolas. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II p. 358-359, 1919.

O ENSINO. A nova edição de junho. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 11, p. 170, maio 1919.

O ENSINO. “O Ensino” e a Imprensa em 1918. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno II, n. 7, p. 55, jan. 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 1, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 2, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 3, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 4, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 5, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno I, n. 6, 1918.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 7, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 8, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 9-10, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Belém, anno II, n. 11, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes de Offícios, Belém, anno II, n. 12, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes de Offícios, Belém, anno II, n. 13-14, 1919.

O ENSINO – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura, Artes de Offícios, Belém, anno II, n. 15, 1919.

OGNIER, P. L' ideologie des fondateurs et des administrateurs de L'École République à travers de la Revue Pedagogique, de 1878 a 1900. **Revue Française de Pedagogie**. Paris, n. 66, p. 7-14, jan./mar. 1984.

OLIVEIRA, Antônio de Almeida. **O ensino público**. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

OLIVEIRA, Araújo Michele de. **Concepções de infância e Educação nos discursos do Periódico a Escola**: Revista Oficial de Ensino do Pará (1900 a 1905). 2018. 129 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

OLIVEIRA, Camilla Vanessa Chagas Peixoto de. **Instituto Santa Catarina de Sena**: incursões educativas na formação de meninas em Belém do Pará (1903 - 1960). 2017. 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

OLIVEIRA, Rosângela Silva. **A forma da escola primária maranhense (1889-1912)**. 2014. 287 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional**: um projeto de modernização para o Brasil. 2012. 206 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Cadernos Pesquisa**, São Paulo, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PARÁ AMAZÔNIA. **A Praça Batista Campos**. Belém, 2021. Disponível em: <https://paramazonia.com.br/tur/?p=308>. Acesso em: 12 nov. 2021.

PARÁ. Governo do Estado. Decreto nº 3.356, de 07 de maio de 1918. Altera o Regulamento do Ensino Primário do Estado. **Typografia do Diário Oficial**, Belém, 1918.

PARÁ. Palácio do Governo. Presidente Lauro Sodré. Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Pará pelo governador Dr. Lauro Sodré em sessão solene de abertura da 2ª reunião de sua 10ª. legislatura a 7 de setembro de 1919. **Tipografia da Imprensa Oficial do Estado**, Belém, 7 set. 1919. Disponível em: <https://bit.ly/3z5o6Bl>. Acesso em: 5 fev. 2022.

PARÁ. Palácio do Governo. Presidente Lauro Sodré. Mensagem dirigida pelo Senr. Governador Dr. Lauro Sodré ao Congresso do Estado do Pará, em sua primeira reunião, em 30 de outubro de 1891. **Tipografia do Diário Oficial**, Belém, 30 out. 1891. (Coleção Manoel Barata). Disponível em: <https://bit.ly/3c8Q06c>. Acesso em: 29 nov. 2021.

PARÁ. Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública. **Ofício dirigido à Diretoria Geral do Serviço Sanitário do Estado pelo Ilmo. Exclmo. Senr. Dr. Lauro Sodré**. Belém, fl. 01, 9 set. 1919. (Série Ofícios).

PARÁ. Secretaria de Estado, Justiça e Instrução Pública. **Ofício dirigido ao Ilmo. Exclmo. Senr. Dr. Lauro Sodré pelo Grupo Catholico Frei Gil de VillaNova**. Belém, fl. 01, 6 set. 1919. (Série Ofícios).

PECEGUEIRO, Cláudia Maria Pinho de; CASTRO, César Augusto. A imprensa periódica educacional: estudos sobre temas predominantes da Revista Brasileira de Educação. **Formare**, Teresina, v. 2, n. 2, p. 3-18, 2014.

PEIXOTO, Afranio. A Educação Nacional. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 2, p. 26-32, jun. 1918.

PEIXOTO, Afranio. A Educação Nacional – Liga de defesa Nacional 1917. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 3, p. 67-62, jul. 1918.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Exposições Universais**: espetáculos da modernidade do século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1997. (Estudos urbanos. Série arte e vida urbana).

PESTALOZZI, Johann Heinrich. **Antologia de Pestalozzi**. Tradução de L. Luzuriaga. Buenos Aires, AR: Losada, 1946.

PINHEIRO, Marinaldo Pantoja. **Instruir e civilizar**: educação de crianças no Grupo Escolar de Igarapé-Mirí, Pará (1904-1943). 2017. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2017.

PINTO, Adriana Aparecida; VALDEMARIN, Vera Teresa. A circulação das ideias educacionais em Mato Grosso: a imprensa periódica como fonte para história da Educação (1880-1920). In: ENCONTRO REGIONAL DO GELCO, 2., 2011, Três Lagoas. **Anais [...]**. Três Lagoas: UFMS, 2011. v. 1. p. 235-248.

PRISCO, Francisco. **José Veríssimo**: sua vida e suas obras. Rio de Janeiro: Bedeschi, 1937.

PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República**: 1889-1930. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2015.

RESENDE, Luciana Araújo Valle de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. Educar nos e para os preceitos higienistas: Juiz de Fora (1889-1906). **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 8, n. 2, p. 365-380, 2009.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco. **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROCHA, Mecenas. O bom caminho aos alunos do Instituto Lauro Sodré. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 6, jun. 1918.

RODRIGUES, Denise Simões; FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro. Pesquisa de documentos sócio-histórica. *In*: MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de (org.). **Metodologias e técnicas de pesquisa em Belém**. Belém: EDUEPA, 2010. p. 55-74.

RODRIGUES, Maria Manuela. Festas escolares: as festas da árvore no barreiro. **Revista História da Educação**, Rio Grande do Sul, v. 14, n. 31, p. 95-119, mayo/ago. 2010. Disponível em: <https://bit.ly/3ukN4d7>. Acesso em: 24 ago. 2021.

ROTTERDAM, Erasmo de. **A civilidade pueril**. Lisboa: Estampa, 1978.

SANTOS, Alan Christian de Souza. **O senador militar**: poder, sociabilidade e escrita de si na trajetória parlamentar de Lauro Sodré (1897-1930). 2020. 536 f. Tese (Doutorado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, Darlene dos. **Arte de civilizar**: a educação cívico-patriótico na Revista A Escola e na Revista do Ensino no Pará republicano (1900-1912). 2018. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Ciências Sociais e Educação, Universidade do Estado do Pará, Belém, 2018.

SANTOS, Darlene Monteiro dos; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. A Imprensa Pedagógica no Pará em dias de República: a Revista a Escola e a Revista do Ensino como instituições de formação (1900-1912). **Revista História da Educação**, Santa Maria, v. 24, p. 1-30, abr. 2020.

SARGES, Maria de Nazaré. **Belém**: riquezas produzindo a Belle-époque (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARGES, Maria de Nazaré. **Memórias do “Velho” Intendente**: Antonio Lemos. (1869-1973) Belém: Paka-Tatu, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **A bailarina da morte**: a gripe espanhola no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Murgel (org.). **Dicionário da república**: 51 textos críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. *In*: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 35-94.

SHARPE, Jim. A história vista de baixo. *In*: BURKE, Peter. (org.). **A escrita da História: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 40-98.

SILVA, Diana Rocha da. **As casas de ensino no Maranhão: um estudo de sua representação no período republicano (1903-1912)**. 2017. 275 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.

SILVA, Íviny Cristina Aguiar da. **A educação dos corpos de meninos desvalidos no Instituto Lauro Sodré no Pará republicano (1890-1920)**. 2020. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Estadual do Pará, Belém, 2020.

SODRÉ, Lauro. Palavras de Saudação. **O Ensino – Revista Mensal de Pedagogia e Literatura**, Belém, anno I, n. 1, p. 2, jun. 1918.

SOUSA, Celita Maria Paes de. **Traços de compaixão e misericórdia na história do Pará: instituições para meninos e meninas desvalidas no século XIX até início do século XX**. 2010. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

SOUSA, Marlucy do Socorro Aragão de. **O mobiliário escolar na instrução pública primária do Pará na primeira república: entre as “vitrines do progresso” e o “estado de ruínas”**. 2019. 255 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SOUZA, Márcio. **Breve história da Amazônia**. 2. ed. São Paulo: Marco zero. 1994.

SOUZA, Rosa Fátima de. Os Pilares da República. *In*: SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 15-60.

TAVARES JÚNIOR, Raimundo William. **Um viveiro de mestres: a Escola Normal e a cidade de Belém em tempos de modernização (1890-1920)**. 2012. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

TEIXEIRA, Giselle Baptista. **A imprensa pedagógica no Rio de Janeiro: os jornais e as revistas como agentes construtores da escola (1870 - 1919)**. 2016. 350 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; SKALINSKI JUNIOR, Oriomar. A imprensa periódica como fonte para a história da educação: teoria e método. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 48, p. 255-268, dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Otofn4>. Acesso em: 10 jan. 2021.

TROVÃO, Lopes. Discurso do Senador Lopes Trovão. [Brasil. Lei nº 104, de 11 de setembro de 1896]. In: MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção à infância no Brasil 1500-1922**. Rio de Janeiro: Empresa Graphica, 1927.

TYACK, David; TOBIN, Willian. The "grammar" of schooling: why has it been so hard to change? **American Educational Research Journal**, Michigan, v. 31, n. 3, p. 453-479, 1994.

VEIGA, Cynthia Greive. A escolarização como projeto de civilização. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 90-103, set./dez. 2002. Disponível em: <https://bit.ly/39DU1ik>. Acesso em: 15 maio 2022.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da educação**. São Paulo: Ática, 2007. (Ática universidade).

VELÁZQUEZ CASTELLANOS, Samuel Luis; CASTRO, Cesar Augusto. A imprensa de educação e ensino no Maranhão e Pará (1844-1954): primeiras aproximações. **History of Education and Children's Literature**, Macerata, v. 16, n. 2, p. 293-317, 2021.

VIANA, Luana Costa. **A colonização de corpos, corações e mentes: educação e higienismo em escritos de periódicos pedagógicos no Pará (1891-1912)**. 2015. 234 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, jan. 1998.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: EdUSP, 1993.

ZANATTA, Beatriz Aparecida. O método intuitivo e a percepção sensorial como legado de Pestalozzi para a geografia escolar. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 25, n. 66, p. 165-184, 2005.

ZANLORENZI, Cláudia Maria Petchak. **A expressão do liberalismo na revista A Escola (1906-1910) no Paraná**. 2014. 144 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

ANEXO A – Cançoneta Infantil “Ninguém se iluda!”, poesia de Pereira de Castro junto
à partitura musical

Ninguém se iluda!

(Cançoneta infantil)

Poesia de Pereira de Castro Música de Cincinato Ferreira de Sousa

QUINTADA

Quem me se tão apaixonado,
Inda estufando A. H. C.
Vai lá tão debil, franzido,
Muito estracado me VIZ.

Vosso iludido, meus senhores,
Dado vos tão enganado,
Fechos na minha falpaca,
De vossa milícia copar.

Fui vivendo aqui vos iludido,
Da minha subeduca.

SEXTADA

Leio, escrevo, sei cantar,
Cabo, lido a pibitudo.

Sei um relógio de boa ver,
Meu seruir-me eu sei:
Se dançar... — puleis ver, —
Háto dize eu dançarei!

Comere a fuma da Terra,
Os mures e os esculpidos,
Os uous que a corpo cuestra,
Os regelura e os serentes.

Em gymnastica e idolo,
Ligões mures, higgene,
Tera culido a meu capendo
A districado mais soleune.

Canta o Hymno Nacional,
Arde a ludo Bandeira
Deste país liberal,
— Nossu Patelo Brasileira.

SEXTADA

Indaga-me indabilidade,
Por ser tão debil, franzido?!
Nem sempre é muito atrazada
Quem se altura é apaixonado!

ESTAMPADA EM FASCICULO DA COLLECTANEA DE HYMNOS E CANTICOS ESCOLARES

Ninguem se illuda!

Cançoneta infantil

París de França de Cuba

Maria de Guzmán, Teresa de Souza

Allegro risoluto

CANTO

Lento

The first system of the musical score consists of three staves. The top staff is the vocal line, starting with a whole rest for two measures, then a half note 'Seu-roy' in the third measure, followed by a half note 'Lito' in the fourth, and a half note 'un-to-sei-sei' in the fifth, ending with a half note 'se' in the sixth. The middle and bottom staves are piano accompaniment. The key signature has two sharps (F# and C#), and the time signature is 2/4. The piano part features a rhythmic pattern of eighth notes in the right hand and quarter notes in the left hand.

The second system of the musical score consists of three staves. The top staff is the vocal line, starting with a half note 'Ga-se' in the first measure, a half note 'le-se' in the second, a half note 'de a' in the third, a half note 'plu-la' in the fourth, a half note 'li' in the fifth, and a half note 'se' in the sixth. The middle and bottom staves are piano accompaniment. The key signature has two sharps (F# and C#), and the time signature is 2/4. The piano part continues with a rhythmic pattern of eighth notes in the right hand and quarter notes in the left hand.

re - sai - lo - les - se - ra - de - pa - ra - de - se - le - sa - de
 In - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de
 en - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de
 Les - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de
 Ten - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de

Pareil ment

en - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de
 Les - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de
 Ten - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de

The image shows a page of handwritten musical notation on aged paper, framed by a decorative floral border in red and pink. The notation is arranged in three systems, each with a vocal line and a piano accompaniment. The lyrics are in French and appear to be a liturgical or religious text. The first system contains the lyrics 're - sai - lo - les - se - ra - de - pa - ra - de - se - le - sa - de'. The second system contains 'In - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de'. The third system contains 'en - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de'. The fourth system contains 'Les - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de'. The fifth system contains 'Ten - ti - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de - se - ra - de'. The word 'Pareil ment' is written between the second and third systems. The notation includes various musical symbols such as clefs, time signatures, and notes.

ANEXO B – Comédia Infantil, por José de Carvalho

Comedia Infantil

(escripta para o festival literario de «Collegio Minerva», da professora Maria Minervina Paes de Andrade, em Fátro, onde foi representada.)

Mestra em apuros.

Scenario: uma escola.

Personagens: uma Professora
e diversos alumnos.

A alumna Dulce senta-se na cadeira da Professora e chama a attenção dos alumnos, com entono ezagerado:

— A nossa querida Professora, como sabeis, foi fazer uma visita de cerimonia, cumprir um dever social, e deixou-me em seu logar para vos guiar com as minhas luzes! Sou, portanto, agora, a vossa Mestra, a vossa Educadora, o vosso Guia, a vossa Superiora! e quero toda a applicação no estudo! Não admitto o menor descuido, a menor desattenção, o menor desrespeito e nem... e nem... e nem... (*procurando o termo*) e nem a menor brincadeira! Estudae! estudae! — porque, como sou obrigada a prestar contas á Professora, quando chegar, tambem vós sois obrigados a cumprir vossos deveres escolares! Estou prompta para vos attender sou todo ouvidos para vos ouvir; todo olhos para vos olhar; todo mãos para vos apontar; todo... todo... (*procurando o termo*) todo... cuidados para vos guiar, vos ensinar, vos corrigir, vos preparar, nesse grande trabalho dos estudos diarios. Sou hoje vossa Professora!

(Cala-se, olhando sobranceiramente por cima dos alumnos.)

ROBERTO, piscando para a classe e lendo:

— Do doce de laranja que vossa mãe mandou eu preciso...

A MESTRA, interrompendo:

— Menino, que é que você está lendo?

ROBERTO, oscilando, pausadamente:

— O doce lar desse anjo que é vossa mãe... mudou-se em um paraíso... quando o filho amado chegou com os premios escolares ganhos naquelle anno!

A MESTRA, sentenciosamente:

— Bem! bem! está direito!

UM ALUMNO, briço:

— Pois xim!

UMA ALUMNA, lendo:

— E o prato de aletria repartido foi somente pelos gulosos...

A MESTRA, interrompendo:

— Menina, que é que você está dizendo?

A ALUMNA:

E essa grande alegria repartida igualmente...

A MESTRA, interrompendo:

— Bem! bem! continue!

322 O Ensino

A ALUNA, coitadinha:

... pelos dictos avós, foi a primeira consolação experimentada por todos, naquella lar!

OUTRO ALUNO:

—Está conforme!

ROBERTO, lendo:

—A Mestre, coitada, com seu orgulho, vai no embrulho, no meio do barulho!

A MESTRA, energica:

—Menimo! que negocio de embrulho é este?

ROBERTO:

—Não, Professora! Está aqui (apontando a pagina)—A Mestre rejubilada, sente o orgulho... (repele)... o orgulho... legitimo de vêr coroados os seus esforços.

A MESTRA:

—Muito bem! muito bem! E' isto mesmo! A mestre, que o sabe ser, sente verdadeiro orgulho com as victorias escolares dos seus discipulos!

OUTRO ALUNO, á parte:

—Foi muito parecido!

A MESTRA:

—Que é que diz?

O ALUNO, responde:

—E' muito merecido!

A MESTRA:

—Bem!

OUTRO ALUNO:

—Tal e qual!

A MESTRA:

—Que diz?

O ALUNO, lendo:

—Outro é, gu. al sentimento deve experimentar...

Um ALUNO, para o vizinho:

—Passa um biscoito?

A MESTRA:

—Biscoito? Quem fala ali em biscoito?

O ALUNO, lendo:

—De oito... de oito... algarismos se compunha a operação!

ROBERTO:

—Oh! Mestre! fica maluca!

A MESTRA, ouvindo bem indignada:

—Maluca? quem é que floa maluca seu insolente?

ROBERTO, atropalhando-se:

—Não, Professora! Eu perguntei si a senhora sabia quando era dia de S. Lucas!

A MESTRA, indignada:

—Que S. Lucas! que nada! malcreados! insolentes! Eu agora ouvi bem! Vão todos para o castigo! Eu percebi perfeitamente:—doce de laranja!.. aletria!.. vai no embrulho! e agora... maluca! Eu, maluca?—malcreados, insolentes, desrespeitados, sem educação! A Professora vai saber de tudo! Não de ser castigados. Não posso supportar um desaforo tamanho!

Uma ALUNA, coitadinha:

—Ora, Professora, acalme-se. Quem sabe se a Senhora não se enganou, não ouviu mal? Nós não ouvimos tais palavras!

ROBERTO, á parte:

—Ella começou dizendo que era todo ouvido!

A MESTRA:

—Que resmungas, ali, malcreado?

ROBERTO:

—Digo que, ás vezes, somos enganados pelos ouvidos!

OUTRA ALUNA:

E pelos proprios olhos!

OUTRA ALUNA:

—É pelas próprias mãos!

A ALUNA, soberba:

—São todos uns doutores! Uns Padres-Curais! — para assim me inculcarem conselhos. Não preciso de lições de vocês! Sou a mais adelantada, a mais... illustrada, mesmo do Collegio! Durante muitos annos ganhei premios e mais premios!

Chegueis enfim, nesta posição de poder substituir dignamente a Professora e não posso... *(dá um surro na cabeça)* não admitto ser assim ludibriada, escarnecida! *(Chora limpa as oitavas)*.

ROBERTO, á parte:

—Mas devia ser mais modesta!

A ALUNA:

—Que diz!

ROBERTO:

—Digo que a senhora é tão illustrada quanto modesta!

A ALUNA, reflectida:

—Sim!... sim!... modesta!... Ah! eu si falei nos poucos merecimentos que posso ter não foi por vaidade, nem por ostentação, nem por orgulho, tão pouco quiz vos humilhar; si assim falei foi... foi... *(procurando o pensamento)* foi... para vos estimular para vos mostrar em mim *(mesmo sem merecimentos)*...

UMA ALUNA:

—Não apoiado!

A ALUNA, cohibida:

—...para vos mostrar com o meu humilde exemplo...

OUTRA ALUNA:

—Não apoiado!

A ALUNA:

—...para vos mostrar quanto

valem o estudo, a applicação, o bom comportamento.

Chega-se depressa onde já cheguei.

Agora, deixar-me enganar por vocês, é que não posso admitir sem me revoltar!

Em primeiro lugar represento aqui o poder, a autoridade, a... magestade, mesmo da Professora! Deixar-me supplantar, humilhar, por vocês é que não!

Não conheço, entre todos, nenhum superior a mim, nem pelo preparo, nem pelo espirito, nem... nem... pela argucia...

UMA ALUNA:

—Oh! isto não, com certeza!

A ALUNA, conciliadora:

—Bem! zembemos de vez com este triste incidente! Não o repitam! E eu me comprometto a nada dizer á Professora, conquanto que vocês entrem na ordem e se comprometam a me respeitar!

Vozes:

—Muito bem!

A ALUNA:

—Roteno ao meu lugar, á minha autoridade! e estou prompta para responder a qualquer pergunta, a tirar qualquer um de qualquer difficuldade, explicando grammatica, geographia, historia, arithmetica, qualquer problema, enfim, de qualquer disciplina.

Como sabem, fui approvada com distincção em todas as materias.

Grammatica? — que desejam vocês saber de grammatica? Arglam com franqueza, sem cerimonia. Estou prompta a responder: substantivo, adjectivo, pronome, verbo, adverbio...

ROBERTO, interrompendo:

—Bem, Professora, responda-me: porque é que não se diz verbão e sim, verbo?

324 O ENSINO

A MESTRA:

—Ora esta! É porque a palavra é verbo e não *verbo*.

É uma bonita palavra, cheia, sonorosa, vibrante, — *verbo*! — Parece que só ao pronuncial-a, se cria um novo ser ou um novo Universo. Dizia o meu professor, (que era também um grande Poeta) que esta palavra parecia uma chispa de luz espalhando a treva do Chão! E São João, o Evangelista, diz que esta palavra é o proprio Deus.

—“No princípio era o verbo” — Compreendeu? Verbo! que palavra sublime!

Si fosse *verbo* não seria tão cheia, tão vibrante, tão bella! Compreendeu?

ALUNA:

—Compreendi perfeitamente. Mas a Senhora sabia tão alto que eu já nem tenho coragem de lhe submeter a minha duvida.

A MESTRA:

—Não Senhor! pode perguntar! Isto que disse foi uma simples digressão, uma fugaz recordação das minhas lições com o meu grande Professor e grande Poeta! Pode perguntar, não se acanhe, estou prompta para lhe responder e lhe ensinar.

ALUNA:

—Neste caso diga-me: porque é que se diz — *advérbio* e não *advérbio*?

Parece que esta palavra é composta ou juxtaposta como ensina a morphologia.

A MESTRA, desconfiada:

—Ah!... ah!... ah!... Espere!... deixe-me reflectir!...

(Reflecte, depois):

—Tem razão! Não posso agora, de momento, lhe responder. Vou estudar, vou ver! Amanhã lhe res-

ponderarei! Isto depende de um estudo mais profundo; e, você, as suas intelligencias não estão ainda na altura de comprehender estas cousas. É verdade!... o meu Professor não me explicou este caso!

Virando-se para uma alumna de menos idade:

—Bem! Agora vamos para outros estudos mais simples, mais comprehensíveis, de accordo com as vossas intelligencias.

Vá para a pedra!

(A alumna vai para a lousa e pega no giz).

A MESTRA:

—Escreva! — A galinha...

A ALUNA, escrevendo:

H—

A MESTRA, olhando a pedra:

—O que está fazendo?

A ALUNA:

—Já escrevi: — *agá, hinda*...

A MESTRA, impaciente:

—Ora, valha-te Deus!

Eu estou dictando um trecho de leitura — “A galinha que pua oca de ouro”!

A ALUNA:

—Ah! Professora, desculpe: eu pensava que estivesse dando um problema de mathematica!

A MESTRA:

—Que pretensão! Mathematica!... Enche você a caixa de... ma... lhe... ma... li ca, como se tal cousa fosse para o seu bico!

Seja menos pretenciosa, menina!

A ALUNA:

—Bem, Professora, desculpe: estou ás suas ordens!

A MESTRA:

—Como Vossa Excellencia falou em ma-the-ma-ti-ca, responda, pois

a uma coisa mais simples de simples arith-me-ti-ca! Prove-me ahi, na pedra, porque é que cinco e cinco são dez?

A ALUNA, séria:

—Eu posso provar á Professora que cinco e cinco não são nem nunca foram dez. A Professora, desculpe mas está incorrendo em grande erro!

A MESTRA:

—Esta agora tem graça!

Estão cinco e cinco não são dez? —ah! ah! ah! (rindo). Vossa Excellencia já destruiu a Arithmetica a base da Mathematica! Que genio! Que menção prodigio! Vae assombrar o mundo com uma tal descoberta! Prove, estão, o seu problema, Sr. Laplace, Sr. Pascal, Sr. Newton, Sr. Genio! Prove a sua descoberta, onde!...

A ALUNA:

—Ora, Professora, é uma coisa tão simples: (escrevendo em algarismos) 5 e 5 são — 55 —, cinco e cinco e não 10 como affirmou!

(Ha risadas prolongadas em toda a aula.)

A MESTRA, irritadissima:

—Estão me flauteando!

Fui desrespeitada e agora sou pateada. Malcreados insolentes! Nunca mais aceitaré tal encargo! Nunca soffri tantas decepções! Sinto-me humilhada!

(Soffre uma crise de nervos e de choro; cae na cadeira debruçada sobre a mesa.)

A DIRECTORA DA ESCOLA, entrando sabidamente:

—Bonito! bonito! E' neste estado que venho encontrar o meu Collegio; os meus discipulos, a Professora que deixei no meu lugar?! Vão todos para o quadro negro;

não gosarão das ferias, e aos paes de todos ha de se levar o conhecimento de tão reprovado procedimento. Uma verdadeira anarchia! um inominavel desrespeito nunca visto e nunca tolerado neste estabelecimento.

A MESTRA, soluçando:

—Soffri, Professora, as maiores decepções, exijo uma reparação em forma!

A MESTRA, para Roberto:

—Sr. Roberto! o Sr. como o mais velho, e portanto, o mais responsavel, por todo esse desrespeito, venha se justificar e dar todas as satisfações áquella que deixei exercendo as mesmas funcções de minha auctoridade.

Ha de fazer isto, *(escrevendo)* e ha de ser punido depois!

ROBERTO, abastardando-se respirando:

—Sim, Directora, estou prompto a dar todas as satisfações; mas peço que só me julgue, ou antes, só nos julgue a todos, depois de nos ouvir. Todo o accusado tem o direito de apresentar sua defesa e de só ser julgado depois de ser ouvido.

Isto é da lei.

A DIRECTORA:

—Fale, pois, Sr. advogado, Sr. procurador em causa propria!

ROBERTO:

—A Mestre que a Senhora deixou no seu lugar é, tambem, nossa companheira de banco. Ao receber, porém, a incumbencia de nos ficar dirigindo na sua ausencia, encheu-se de vaidade, de presumpção, e de um orgulho tal, que é pena que a Senhora não ouvisse o discurso que fez ao sentar-se naquella cadeira: —que era sabida, que era illustrada; que estava cheia, até os cabellos, de poderes; que era

todo ouvido; todo olho; todo mais para nos ouvir, nos vêr e nos guiar, como se nós fossemos apenas uma réua de cegos, e ella, só, a illuminada feliz.

A MESTRA, soluçando

—Não foi tanto assim!

Vósas, a um tempo:

—Foi mais ainda!

A DIRECTORA, energica

—Silêncio! Acabe Sr. advogado!

Reverte:

—Foi este o motivo porque nós com simples jogos de espirito—outra com que pensamos—se deve cultivar, tambem, o espirito das creanças, e cercamos e confundimos, no intuito, apressa, de lhe ministrar uma lição de modestia e de lhe ensinar a praticar aquelle bello adagio que ha pouco tempo ouvimos aqui, na sua aula repetido e analysado—*O sabio sabe que pouco sabe!*

Onvida agora a nossa defesa pode nos julgar na razão de nossa culpa que promettemos nos submeter sem revolta.

A DIRECTORA: se dirige para Dulce:

—Que diz agora a minha sub-

stituta, nesta cadeira, em repõea a semelhante defesa?

Dulce tendo saído da cadeira:

—Digo, Directora, que sendo a primeira vez que occupei tão insigne logar, de a substituir, me senti, como não sei, cega ou deslumbrada de vaidade, e me tornei, é certo, immodesta e mesmo pretenciosa, affirmando que tudo sabia, quando, em verdade, em relação ao que desconfieo bem pouco ou nada sei. Os meus condiscipulos, então, com muito espirito me deram uma reprehensão proveitosa; não lhes quero mal por isto; mas antes peço-lhe para a todos perdoar, porque ficando aqui para ensinar, fui eu de facto, quem recebeu a lição.

A DIRECTORA:

—Muito bem! muito bem! estão perdoados; mas venham todos beijar a testa e todos apertar a mão de minha querida Me-strinha, que, com esta acção, acaba de se elevar ainda mais no meu conceito e no meu amor.

(Vão todos beijar e apertar a mão de Dulce).

FIM

José Carvalho

APÊNDICE A – Tabulação da Revista O Ensino (1919)

REVISTA Nº 07 JANEIRO DE 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR Autor	Nº PAG.	Nº EXEMPLAR	Mês	Nº de OCORRÊNCIAS
Sanatórios de higiene moral	O 2º aniversario do actual Governo e o Instituto Lauro Sodré	Comemoração do aniversário do Governo do Dr. Lauro Sodré, e sobre a concepção de ensino profissionalizante para a I República no Pará.	Dr. Antonio Marçal	2	7	Janeiro	1
Difusão da instrução primária	A Pátria Brasileira	Discurso sobre as características físicas do País e também o discurso sobre o papel do ensino e da instrução para a formação de uma civilidade brasileira, apresentando como exemplo Rui Barbosa.	A. de Sampaio Dória	3	"	"	1
Magistério público primário	O Anno da Instrução	Discussão sobre as noções de educação adotadas para o	Pereira de Castro	9	"	"	1
Professor primário do Pará	" " "		" " "	"	"	"	1

Regulamento do Ensino	" " "	Pará a partir de novos dispositivos legais e instituições que pensam a educação como um todo (e principalmente primária) para o estado do Pará e de forma regional; a partir de conceitos pedagógicos modernos que passam a fazer parte do discurso legal (leis e atos normativos administrativos).	" " "	"	"	"	1
Aprendizagem embrionária da infância	" " "		" " "	"	"	"	1
Princípios pedagógicos	" " "		" " "	"	"	"	1
Direitos do docente	" " "		" " "	"	"	"	1
Escola de primeiras letras	" " "		" " "	"	"	"	1
Conselho Superior de Ensino	" " "		" " "	10	"	"	1
Professorado primário	" " "		" " "	"	"	"	1
Conferências pedagógicas	" " "		" " "	"	"	"	1
Higiene escolar	" " "		" " "	"	"	"	1
Liga do Ensino	" " "		" " "	"	"	"	1
Novos Programmas didacticos	" " "		" " "	"	"	"	1
Programmas de gabinete	" " "		" " "	"	"	"	1
Directoria de Ensino	" " "	" " "	"	"	"	1	
Caixas Escolares	Nota I Avulsa	Texto com intensão exortativa ou vocativa para algum assunto,	Sem Autor	12	"	"	1

		nesse caso para a contribuição a um fundo de amparo de caráter particular de auxílio à Instrução Pública.					
Instrução primária	Providencias Regulamentares	Discussão sobre possíveis regulamentações e inclusões de pautas pedagógicas em textos legais (leis, decretos e portarias): nesse caso em específico se menciona o "ensino da caligrafia" como algo a ser tomado legalmente a fim de aprimorar o ensino primário.	S. N.	13	"	"	1
Regulamento geral de ensino	"		" "	"	"	"	1
Higiene moral e civica	"		" "	"	"	"	1
Ensino da calligraphia	"		" "	"	"	"	2
Higiene	"		" "	"	"	"	1
Ensino popular	"		" "	"	"	"	1
Professorado primario	Excerptos do relatório	Texto de autoria do professor Paulo Maranhão (Diretor do Ensino) que é parte do Relatório do Ensino apresentado ao gov. Lauro Sodré em agosto de	Paulo Maranhão	14	"	"	1
Professor primario	" " "		" "	"	"	"	3
Regulamento do Ensino	" " "		" "	15	"	"	1
Conselho Superior de Ensino Primário	" " "		" "	"	"	"	2

		1918. Que fala sobre as péssimas condições do professorado paraense, principalmente no que diz respeito aos seus vencimentos.					
Conselho Superior de Ensino Primário	No Magistério	Texto com intenção de dar voz aos acontecimentos no magistério paraense em torno dos seus mestres, estes mesmos são indicados pelas iniciais dos seus nomes. Neste número, o periódico traz uma normalista membro do Conselho Superior de Educação e outra normalista professora em um dos grupos escolares de Belém.	De Angelis	"	"	"	2
Problemas pedagógicos	Instruí, educai!	O artigo discute as concepções de	C.P.	19	"	"	1

Methodos modernos de ensino	" "	Educação e Instrução a partir dos novos conceitos pedagógicos e civilizatórios da I República.	" "	"	"	"	1
Estudos científicos e praticos	" "		" "	"	"	"	1
Pedagogia	" "		" "	"	"	"	1
Primeira infancia	" "		" "	"	"	"	1
Directoria da Instrução Primaria	" "		" "	"	"	"	1
Magisterio primario	" "		" "	"	"	"	1
Pedagogia moderna	" "		" "	20	"	"	1
Processos racionaes	" "		" "	"	"	"	1
Methodos de ensino	" "		" "	"	"	"	1
Professor paraense	" "		" "	"	"	"	1
Caixas escolares	Nota I Avulsa	Texto com intenção exortativa ou vocativa para algum assunto, nesse caso para a contribuição a um fundo de amparo de caráter particular de auxílio à Instrução Pública.	" "	"	"	"	1

Regulamento do Ensino Primario	Obrigatoriedade do Ensino		Thomaz Nunes	26	"	"	1	
Ensino primario	" "		" "	"	"	"	1	
Educação infantil	" "		" "	"	"	"	1	
Formação dos povos	" "	Artigo que discute a obrigatoriedade do ensino, seus benefícios, críticas em relação a não obrigatoriedade e alguns exemplos de países que o fizeram de forma legal. No mesmo texto, atribui-se a obrigatoriedade do ensino ao combate ao analfabetismo.	" "	"	"	"	1	
Preparo intelectual e physico	" "		" "	"	"	"	1	
Eliminar o analfabetismo	" "		" "	"	"	"	1	
Principio da obrigatoriedade escolar	" "		" "	27	"	"	1	
Cultivo intelectual	" "		" "	"	"	"	1	
Reforma do ensino (1882)	" "		" "	"	"	"	1	
Propagação do ensino entre menores	" "		" "	"	"	"	1	
Preparo mental dos pequeninos	" "		" "	"	"	"	1	
Ensino obrigatório	" "		" "	" "	28	"	"	1
Novos programas do ensino	Ensino Primario, Programmas didacticos		Texto que traz a notícia da publicação dos novos programas didáticos no Diário Oficial do Estado, além de	Sem Autor	32	"	"	1
Curso primario	" "	" "		"	"	"	1	
Normalistas	" "	" "		" "	"	"	"	1

Comissão de professores	" "	informar quem são os professores que fazem parte da comissão organizadora dos programas.	" "	"	"	"	1
Meio prático de educação da mocidade	O Escotismo	O texto faz referência à prática do escotismo como complementação do ensino escolar e educação no sentido de ser incorporada aos padrões de ensino do público.	José Pessoa C. de Albuquerque	36	"	"	1
Escotismo	" "		" " " "	"	"	"	1
Meio pratico da educação da infancia e da adolescencia	" "		" " " "	"	"	"	1
Educação moral, physca e intellectual	" "		" " " "	"	"	"	1
Complemento de educação	" "		" " " "	"	"	"	1
Exercicios physicos	" "		" " " "	"	"	"	1
Habitos da bôa hygiene	" "		" " " "	"	"	"	1
Conhecimentos praticos	" "		" " " "	"	"	"	1
Pratica do escotismo	" "		" " " "	"	"	"	1
Atos Administrativos Normativos	LEGISLAÇÃO: <i>Decretos e Portarias</i>	Atos emanados do Governo do estado do Pará para a regulamentação da administração	" " " "	47-50	"	"	-

		e atividade da Instrução Pública.					
Atenção	O Ensino e a Imprensa em 1918	Seção especial que noticia as impressões d'outros periódicos do estado e de fora sobre a publicação da revista <i>O Ensino</i> .	Sem Autor	54-55	"	"	-

REVISTA O ENSINO Nº 08 FEVEREIRO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	Nº da PÁGINA	Nº DO EXEMPLAR	Mês	Nº de OCORRÊNCIAS	
Programmas do ensino primario	Em Face de um Problema	O texto noticia a execução dos novos programas do ensino primário e secundário aprovados por atos da administração pública.	Sylvio Nascimento	63	8	Fevereiro	1	
Professores primarios	" " " "		" "	"	"	"	1	
Professorado primario	" " " "		" "	"	"	"	1	
Espirito infantil	A Festa do Estudo	Artigo que trata da Festa do Ensino instituída pelo Governador Lauro Sodré, que teve dois momentos um no Theatro da Paz e outro no campo do Clube do Remo. A festa ressaltava o caráter cívico-moral do ensino.	Matheus do Carmo	67	"	"	1	
Festas escolares	" " "		" "	"	"	"	1	
Infancia	" " "		" "	"	"	"	1	
Festa do Estudo	" " "		" "	"	"	"	2	
Reconstrucção moral e civica	" " "		" "	"	"	"	1	
Espirito da creança	" " "		" "	"	"	"	1	
Esplendor civico	" " "		" "	"	68	"	"	1
Festa civica	" " "		" "	"	"	"	"	1
Processos pedagogicos	Excerptos do relatorio	Parte do relatório apresentado pelo fiscal do governo junto ao Colégio	Manuel Lobato	75	"	"	1	
Ensino primario	" "		" "	"	"	"	1	

Curso infantil	" "	Progresso Paraense ao diretor do ensino primário sobre questões metodológicas referentes à prática de lidar com o público dessa modalidade de ensino e os novos processos pedagógicos.	" "	"	"	"	1
Processos de ensino	" "		" "	76	"	"	1
Intelligencias infantis	" "		" "	"	"	"	1
Primeiras noções	" "		" "	"	"	"	1
Geographia humana (?)	" "		" "	"	"	"	1
Pedagogos	" "		" "	"	"	"	1
Jardins da infancia	" "		" "	"	"	"	1
Escolas maternas	" "		" "	"	"	"	1
Jardim da infancia	" "		" "	"	"	"	1
Jardim da infancia á moderna	" "		" "	"	"	"	1
Psychologia infantil	" "		" "	"	"	"	1
Ensino da arithmetica	" "		" "	"	"	"	1
Noções elementares	" "		" "	"	"	"	1
Ensino do curso primario	" "	" "	"	"	"	1	
Operações fundamentaes	" "	" "	"	"	"	1	

Pedagogia	" "		" "	"	"	"	1
Raciocínio do aluno	" "		" "	"	"	"	1
Lentes de arithmetica	" "		" "	"	"	"	1
Qualidades pedagogicas	" "		" "	"	"	"	1
Ensino primario publico do estado (regulamento)	" "		" "	77	"	"	1
Noções concretas de algebra	" "		" "	"	"	"	1
Curso elementar	Noções de Historia da Patria	Artigo que aborda os assuntos de História que devem ser ensinados no curso elementar do 3º ano (do mesmo curso).	Raymundo Proença e Sylvio Nascimento	78	"	"	1
Instituto de Proteção e Assistencia à Infancia do Pará	" " "		" "	"	"	"	1
Externato Sylvio Nascimento	" " "		" "	"	"	"	1
Valor do professor primario	Palestras Escolares		Anna Sarah de Mattos	84	"	"	1
Trabalho do professor no ensino	" "	Texto que trata do valor do professor primário no processo civilizatório e da importância do	" "	"	"	"	1

Povo instruído	" "		" "	86	"	"	1	
Povo progressivo	" "		" "	"	"	"	1	
Problema da instrução	O analfabetismo no Brasil	Artigo que dá conta do problema grave do analfabetismo no Brasil, apresentando dados estatísticos no sentido de construir uma narrativa que demonstre o valor do ensino primário e sua difusão para a erradicação do mesmo problema, assim como notícia que o governo do Pará está empenhado nessa erradicação.	C.P.	92	"	"	1	
Analfabetos	" "		" "	"	"	"	3	
Deficiência do ensino	" "		" "	" "	"	"	1	
Apparelho de instrução	" "		" "	" "	"	"	1	
Diffusão de ensino	" "		" "	" "	"	"	1	
Instrução primária	" "		" "	" "	"	"	1	
Analfabetos	" "		" "	" "	93	"	"	2
Seres desprotegidos intellectualmente	" "		" "	" "	"	"	"	1
Instrução primária	" "		" "	" "	"	"	"	1
Ligas de ensino	" "		" "	" "	"	"	"	1
Soerguimento do nível intellectual	" "		" "	" "	"	"	"	1
Festa do Estudo	A festa do Estudo	Texto que trata da Festa do Estudo e mais detidamente	Antonio Mendes	"	"	"	1	
Creancinha	" " " "		" "	"	"	"	1	

Creancinhas	" " " "	do então diretor do ensino, Paulo Maranhão, no lidar cotidiano do com as crianças, apresentando o mesmo Paulo Maranhão como figura exemplar no trato com elas.	" "	"	"	"	4
Creanças	" " " "		" "	"	"	"	1
Creancinhas	" " " "		" "	94	"	"	2
Creanças	" " " "		" "	"	"	"	1
Director de ensino	" " " "		" "	"	"	"	1
Creancinha	" " " "		" "	"	"	"	2
Pequerrucha	" " " "		" "	"	"	"	1
Instituto Gentil Bittencourt	" " " "		" "	"	"	"	1
Pirralha	" " " "	" "	"	"	"	1	
Numeração falada e escripta	Registro bibliographico [Notas Arithmeticas]	Seção do periódico que trata da análise de obras para a utilização em sala de aula. Nestenúmero, traz a análise sobre as obras "Notas Arithmeticas" do dr. Josué Freire; "Arvore Má", de Leocádio Guerreiro, um livro de poesias; e a obra "Rudimentos de Leitura" de J. G. Telles, próprio para o ensino primário.	Laercio	97	"	"	1
Disciplina dos numeros	" " "		"	"	"	"	1
Collectanea de poesias	[Arvore Má]		"	"	"	"	1
Livro de leitura	[Rudimentos de Leitura]		"	"	"	"	1
Systema da syllabação	" " "		"	"	"	"	1
Ensinar creanças	" " "		"	"	"	"	1
Magisterio	" " "		"	"	"	"	1
	" " "		"	"	"	"	1

Instrução da infância	" " " "		"	"	"	"	1
Atos administrativos e normativos	LEGISLAÇÃO: <i>Decretos e Portarias</i>	Atos emanados do governo do estado do Pará para a regulamentação da administração e atividade da Instrução Pública.	Estado do Pará	97-100	"	"	-

REVISTA Nº 09 e 10 MARÇO E ABRIL 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	Nº PAG.	Nº EXEM.	MÊS	Nº OCOR.
Diplomados	Festa dos Normalistas	Artigo que retrata a Solenidade de formatura das(os) Normalistas no Teatro da Paz, com a presença ilustre de Lauro Sodré, a maior parte do artigo é o discurso da formanda/normalista Esmeralda Monteiro	Dr. Antonio Marçal	105	09 e 10	Março/Abril	1
Collação de grau de professor normalista	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Escola Normal	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Professor normalista	" " "		" "	106	" " "	" "	1
Premio Lauro Sodré	" " "		" "	"	" " "	" "	1
A questão do ensino	" " "		[Discurso de Esmeralda Monteiro]	"	" " "	" "	1
Ignorancia popular	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Analfabetismo	" " "		" "	107	" " "	" "	1
Templo de ensino (escola)	" " "		" "	"	" " "	" "	2
Casas de educação (escola)	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Asylo do Bem e do Dever (escola)	" " "	" "	"	" " "	" "	1	

Focos de cultura (escola)	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Berço do Trabalho	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Senda do progresso (escola)	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Alicerces indestrutíveis da Civilização (escola)	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Magistério	" " "		" " "	108	" " "	" "	1
Maus professores	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Bons professores	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Instrução	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Professorado paraense	" " "		" " "	109	" " "	" "	1
Magisterio	" " "		" " "	"	" " "	" "	1
Mestre-escola	" " "	" " "	"	" " "	" "	1	

Curso primario	Em Torno da Historia	Texto que fala sobre o valor da disciplina de História no ensino primário como forma de inculcar valores dos heróis da nação e para a construção de valores morais nos estudantes.	Sylvio Nascimento	110	" " "	" "	1
Historia	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Conhecimento dos fatos historicos	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Estudo da Historia	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Geographia (auxílio)	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Ensino Historico	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Historia da Patria	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Estudo da Historia	" " "		" "	"	111	" " "	" "
3º anno do curso elementar	Noções de Historia Patria	Artigo que trata de noções de história do Brasil de forma conteudista a ser dado para o ensino primário.	Raymundo Proença e Sylvio Nascimento	118	" " "	" "	1
Instituto Julio Cesar	" " "		" "	"	" " "	" "	2
Instituto e Assistencia á Infancia do Pará	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Externato Sylvio Nascimento	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Professorado	Educação e saneamento		Texto que trata das questões envolvendo higiene e educação como forma de prevenção das	Afranio Peixoto	125	" " "	" "
Educação	" " "	" "		126	" " "	" "	5
Educação higienica	" " "	" "		"	" " "	" "	1

Educação nacional	" " "	doenças tropicais voltada para a civilização. A educação é tratada como o meio para a erradicação das doenças e como propagação do saneamento e higiene. <i>Retirado d'outro texto "A Escola Primaria" (Rio de Janeiro).</i>	" "	"	" " "	" "	1
Professores	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Instrução primaria	" " "		" "	"	" " "	" "	1
A Escola Primaria	" " "		" "	"	" " "	" "	1
"Através da Infancia" (obra)	Chronicas IV	Artigo trata da intelectualidade do Brasil na época e apresenta a obra "Através da Infância" de Rosália Sandoval.	Mecenas Rocha	129	" " "	" "	1
Didactica	" "		" "	" " "	" "	1	
Professora-adjuncta	No Magisterio	Coluna dedicada aos membros do magistério paraense que são identificados pelas suas iniciais. Neste número, são apresentados uma jovem professora de um dos grupos escolares da capital; e um professor emérito que tanto contribuiu para o ensino do estado.	De Angelis	130	" " "	" "	1
Professora-regente	" "		"	" " "	" "		
Escolas (do Grupo Escolar Rui Barbosa)	" "		" "	"	" " "	" "	1
Magisterio	" "		" "	"	" " "	" "	1
Professor emerito	" "	" "	"	"	" " "	" "	1

Professorado primario do estado	Conselho Superior de Ensino	Pequeno artigo que trata da eleição do prof. Silvio Nascimento para a representação no Conselho Superior de Ensino para o Ensino Primário.	Sem Autor	135	" " "	" "	1
Representante no Conselho Superior de Ensino	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Escolas Agremiadas	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Professorado primario	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Magisterio	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Estabelecimentos de ensino primario	O Ensino Illustrado	Seção que trata do número de aniversário em junho de sua segunda fase.	Sem Autor	138	" " "	" "	1
Festas escolares	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Casas de instrução	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Grupo escolar Barão do Rio Branco	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Corpo docente	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Corpo discente	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Modelar estabelecimento	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Casa de educação	" " "		" "	"	" " "	" "	1
Magisterio paraense	Registo bibliographico		Coluna dedicada a textos de valor pedagógico, destacando-se neste número a obra	Laercio	145	" " "	" "
Alumnos 3º anno do curso elementar	" " "	"		"	" " "	" "	1
Mestre escola	" " "	"		"	" " "	" "	1

		“Noções de História da Pátria”.					
Instrução Publica Primaria do Estado	Notulas	Seção dedicada às notas de variedades de diversos assuntos, além de notícias do magistério paraense. Neste número, trata do aniversário do professor Paulo Maranhão (11/04).	Sem Autor	146	" " "	" "	1
Educação popular	"		" "	"	" " "	" "	1
Instrucção Publica Primaria	"		" "	148	" " "	" "	1
Directoria do Ensino	"		" "	"	" " "	" "	1
Directoria do Ensino Primario	"		" "	"	" " "	" "	1
livros	"		" "	"	" " "	" "	1
Estabelecimentos publicos	"		" "	"	" " "	" "	1
Novos programmas de ensino didactico	"		" "	"	" " "	" "	1
Escolas publicas	"	" "	"	" " "	" "	1	
Analfabetismo	Correio d'O ENSINO	Seção do periódico dedicada às respostas das correspondências enviadas à redação. Consta em destaque uma resposta que menciona o combate ao analfabetismo e a correspondêncicom um periódico pernambucano de ensino onde se menciona o combate ao analfabetismo.	Euryalo	150	" " "	" "	2

REVISTA O ENSINO Nº 11 MAIO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	Nº PÁG.	Nº DO EXEMPLAR	MÊS	Nº DE OCORRÊNCIAS
Grupo escolar Barão do Rio Branco	O ENSINO ilustrado	Seção que trata do número de comemoração do aniversário da 2ª fase do periódico que traz fotografias, principalmente do Grupo Escolar Barão do Rio Branco (da capital do estado).	Sem Autor	152	11	Maio	1
Analphabetismo	" "		" "	"	"	"	1
Criança brasileira	" "		" "	" "	"	"	1
Estudo inicial dos meninos	Em Face de um Problema	Artigo que trata dos desafios pedagógicos das classes infantis e do ensino primário que está além das disciplinas que se ocupam da escrita e leitura como também de uma educação comportamental e da postura do aluno.	Sylvio Nascimento	154	"	"	1
Rudimentar principio de pedagogia	" " " "		" "	"	"	"	1
1º anno elementar	" " " "		" "	"	"	"	2
Escola	" " " "		" "	"	"	"	1
Curso preparatorio	" " " "		" "	"	"	"	1
1ª idade escolar	" " " "		" "	"	"	"	1
Classes infantis	" " " "		" "	" "	"	"	1

Instruir	" " " "		" "	"	"	"	1
Educar	" " " "		" "	"	"	"	1
Criança	" " " "		" "	"	"	"	1
Mestre	" " " "		" "	"	"	"	1
Complexo mecanismo instructivo	" " " "		" "	"	"	"	1
Syllabação	" " " "		" "	"	"	"	1
Palavração	" " " "		" "	"	"	"	1
Curso infantil	" " " "		" "	155	"	"	1
Magisterio feminino do Pará	No Magisterio	Coluna dedicada aos membros do magistério paraense que são identificados pelas suas iniciais. O número faz uma homenagem à uma normalista vencedora do Prêmio Lauro Sodré e a um professor emérito que formou muitos profissionais e	De Angelis	"	"	"	1
Infancia	" "		" "	"	"	"	1
Instrução	" "		" "	"	"	"	2
Escola Normal	" "		" "	"	"	"	1
Estabelecimento de ensino	" "		" "	"	"	"	1
Professor emérito	" "		" "	" "	"	"	1
Educador	" "		" "	" "	"	"	1

		atuou bastante tempo na região do Salgado.					
Escolas ruraes	Nota Avulsa I	Nota que trata do estabelecimento de escolas rurais para o enfrentamento do analfabetismo.	Sem Autor	"	"	"	1
Analfabetismo	" " "		" "	163	"	"	1
Novos programmas	Os Programmas de ensino primario	Artigo que trata do método pedagógico a ser seguido nos programas do ensino primário do Pará. Tal método é intitulado "intuitivo de Pestalozzi". O artigo explica como se deve proceder e o porquê da aplicação de tal método.	F.S.	167	"	"	1
Ensino primario	" " "		" "	"	"	"	2
Programmas	" " "		" "	"	"	"	3
Lentes cathedraicos	" " "		" "	"	"	"	1
Methodo expositivo	" " "		" "	"	"	"	1
Processo intuitivo de Pestalozzi	" " "		" "	"	"	"	1
Criacinhas	" " "		" "	"	"	"	1
Aprendizado proveitoso	" " "		" "	"	"	"	1
Novos programmas de ensino primario	" " "		" "	"	"	"	1
Methodo	" " "		" "	" "	"	"	2

Methodo	" " "		" "	168	"	"	2
Criança	" " "		" "	"	"	"	1
Discente	" " "		" "	"	"	"	1
Mestre	" " "		" "	"	"	"	2
Linguagem simples	" " "		" "	"	"	"	1
Memoria	" " "		" "	"	"	"	1
Faculdades intellectuaes	" " "		" "	"	"	"	1
Instrucção	" " "		" "	"	"	"	1
Atenção	Programmas de Ensino (variados, mas que contém o programa do primário)	A ver.	" "	174-199	"	"	-
Atenção	LEGISLAÇÃO: <i>Decretos e Portarias</i>	Atos administrativos normativos do governo do estado exarados pelo Departamento de Instrução Pública.	Estado do Pará	200-205	"	"	-

REVISTA O ENSINO Nº 12 JUNHO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	Nº da PAG.	Nº do EXEMPLAR	MÊS	Nº de OCORRÊNCIAS
Escolas primarias	Campanha nobilitante	Artigo que trata da mensagem de Octacílio Camará ao governador do estado Lauro Sodré com o objetivo de fazer um censo escolar em todos os grupos escolares do estado para o enfrentamento e combate ao analfabetismo.	Octacílio Camará	207	12	Junho	1
Escolas	" "		" "	"	"	"	1
População	" "		[complemento]	"	"	"	1
Analfabetismo	" "		"	"	"	"	2
Instrução	" "		"	"	"	"	1
Extinguir o analfabetismo	" "		"	"	"	"	1
Escolas ao povo	" "		"	"	"	"	1
Analfabetismo	O nosso triumpho	Artigo que trata de esclarecer um pouco do trabalho dos envolvidos na criação da 2ª fase da revista e de sua importância para a educação e para o professorado do estado.	Dr. Antonio Marçal	210	"	"	1
Educar	" " "		" "	"	"	"	1
Instruir	" " "		" "	"	"	"	1
Instrução publica	O Ensino	Artigo que trata de relatar um pouco do histórico da revista (1ª e 2ª fases) no contexto da educação no Pará no início do século XX. Informa	R. Trindade	211	"	"	1
Ensino popular	" "		" "	"	"	"	1
Missão civilisadora	" "		" "	"	"	"	1
Apparelho pedagogico	" "		" "	"	"	"	1
Grupos escolares	" "		" "	" "	"	"	"

Ambiente de higiene e saúde	" "	sobre a preocupação com a educação pública e com a nova educação pensada para a época.	" "	"	"	"	1
Escolas isoladas	" "		" "	"	"	"	1
Remodelação das sedes escolares	" "		" "	"	"	"	1
Aulas publicas	" "		" "	"	"	"	1
Escola	" "		" "	"	"	"	1
Instrução popular	" "		" "	212	"	"	1
Ideaes republicanos	" "		" "	"	"	"	1
Infancia desprovida da fortuna	Nota Avulsa I	Nota avulsa convocando doações às caixas escolares.	" "	"	"	"	1
Caixas Escolares do Estado	" "		" "	"	"	"	1
Noções de Historia Patria	A proposito de um livro	Artigo que trata sobre as impressões que o periódico emite sobre o livro de história "Noções de História Pátria" para o 3º ano do curso elementar, de autoria de Silvio Nascimento e Raimundo Proença.	Santino Ribeiro	225	"	"	3
3º anno do curso elementar	" " "		" "	"	"	"	1
Professorado primario	" " "		" "	"	"	"	1
Combate ao analphatismo	" " "		" "	"	"	"	1
Instrução	" " "		" "	"	"	"	1
Programma	" " "		" "	"	"	"	1
Methodo seguro e positivo	" " "		" "	"	"	"	1
Magisterio paraense	" " "	" "	"	"	"	1	

Modernas normas pedagógicas	" " "		" "	"	"	"	1
Ministrar o ensino	" " "		" "	"	"	"	1
Faculdade intellectual da criança	" " "		" "	"	"	"	1
3º anno elementar	" " "		" "	"	"	"	1
Escolar (estudante)	" " "		" "	"	"	"	1
4º anno elementar	" " "		" "	"	"	"	1
Docente	" " "		" "	"	"	"	1
Discente	" " "		" "	"	"	"	1
Mestre	" " "		" "	"	"	"	1
Ensinar e aprender	" " "		" "	"	"	"	1
"Aprender ensinando"	" " "		" "	"	"	"	1
Mestres escolas	" " "		" "	"	"	"	1
Professor primario	" " "		" "	226	"	"	3
Noções de Historia Patria	" " "		" "	"	"	"	2
Mestre de Historia	" " "		" "	"	"	"	1
Curso elementar	" " "		" "	"	"	"	1

Escolares (estudantes)	" " "		" "	"	"	"	1	
Instruir crianças	" " "		" "	"	"	"	"	1
Curso primario	" " "		" "	"	"	"	"	1
Mestre	" " "		" "	"	"	"	"	1
Programma	" " "		" "	"	"	"	"	1
Ilustrado professor	" " "		" "	"	"	"	"	1
Comissão de membros do Conselho Superior do Ensino Primario	Sobre as NOÇÕES DE HISTORIA PATRIA		Comentários dos autores sobre o livro "Noções de História Pátria" desde a sua concepção, passando pelos conteúdos, até a metodologia a ser utilizada pelo professorado.	Raymundo Proença e Sylvio Nascimento	243	"	"	1
Novos programmas	" " "		" "	" "	"	"	"	1
Instrucção	" " "		" "	" "	"	"	"	1
Organização de algumas noções de Historia Patria	" " "		" "	" "	"	"	"	1
Modernos methodos pedagogicos	" " "	" "	" "	"	"	"	1	
Programma official	" " "	" "	" "	"	"	"	1	

Programmas	" " "		" " "	"	"	"	1	
Professores componentes da comissão	" " "		" " "	"	"	"	1	
Conselho	" " "		" " "	"	"	"	1	
Cathedraticas	" " "		" " "	"	"	"	1	
Ensino da Historia	" " "		" " "	"	"	"	1	
Antigos programmas	" " "		" " "	"	"	"	1	
"Methodologia da Historia na Aula Primaria"	" " "		" " "	"	"	"	1	
Ensino da Historia	" " "		" " "	" " "	244	"	"	1
Considerações didacticas	" " "		" " "	" " "	"	"	"	1
Methodo pedagogico	" " "		" " "	" " "	"	"	"	1
Noções de Historia Patria	" " "	" " "	" " "	"	"	"	2	

Programma	" " "		" " "	"	"	"	2	
	" "		" " "	"	"	"	"	1
Terceiro anno elementar	" " "		" " "	"	"	"	"	2
Commissão	" " "		" " "	245	"	"	"	1
Docente	" " "		" " "	"	"	"	"	2
Criança	" " "		" " "	"	"	"	"	1
Disciplina (História)	" " "		" " "	"	"	"	"	2
Quarto anno elementar	" " "		" " "	"	"	"	"	1
Espirito da criança	" " "		" " "	"	"	"	"	1
Ensino da historia	" " "		" " "	"	"	"	"	1
"Compendio de Pedagogia Escolar"	" " "		" " "	"	"	"	"	1
Programma	" " "		" " "	"	"	"	"	2

Vantagem methodologica	" " "		" " "	"	"	"	1
Aprendizado	" " "		" " "	"	"	"	1
Programma de Geographia (Auxílio)	" " "		" " "	"	"	"	1
Segundo anno elementar	" " "		" " "	"	"	"	2
Programma de Geographia (Auxílio)	" " "		" " "	"	"	"	1
Pedagogo	" " "		" " "	"	"	"	1
Ensino da historia	" " "		" " "	"	"	"	1
Mestre	" " "		" " "	"	"	"	1
Geographia	" " "		" " "	"	"	"	2
Conselho da Instrucção Publica do Districto Federal	" " "		" " "	"	"	"	1
Crianças	" " "	" " "	"	"	"	2	

Instrução	" " "		" " "	"	"	"	1
Escolas	" " "		" " "	"	"	"	1
Instrução	Ensino Profissional	Texto que trata da importância de adequação das práticas pedagógicas no ensino profissional do estado, juntamente com as demais matérias, no sentido de oferecer a formação de um sujeito profissional e capaz.	Vicente Silva	265	"	"	1
Educação	" "		" "	"	"	"	1
Curso primario	" "		" "	"	"	"	1
Processos pedagogicos mais modernos	" "		" "	"	"	"	1
Crianças pobres	" "		" "	" "	"	"	1
Magisterio primario do Estado	Os Redivivos		Coluna que trata dos professores que deixaram marcas no professorado paraense, prestando a eles uma homenagem póstuma. Nesta coluna, a revista uma homenagem ao professor Raymundo Vianna pelos serviços prestados ao magistério na educação primária.	Matheus do Carmo	281	"	"
Curso de Instrução primaria	" "	" " "		"	"	"	1
Antiga Escola Normal	" "	" " "		"	"	"	1
Antiga Escola Pratica	" "	" " "		"	"	"	1
Escola Normal	" "	" " "		"	"	"	1
Escola	" "	" " "		"	"	"	1
Escola	" "	" " "	"	282	"	"	2

Liga dos Professores Normalistas	" "		" " "	"	"	"	1
Director do Ensino Primario	" "		" " "	"	"	"	1
Escolas Agremiadas	" "		" " "	"	"	"	1
Ensino primario	Notulas	Seção dedicadas às notas de variedades sobre diversos assuntos, além de notícias do magistério paraense. Este número trata do orçamento para a instrução pública primária orçada pelo governo federal (dez mil contos de réis).	Sem Autor	285	"	"	1
Jornal essencialmente pedagogico	Correio d'O ENSINO	Seção do periódico dedicado às respostas às correspondências enviadas à redação do periódico.	Euryalo	287	"	"	1
Instituto de Assistencia e proteção á infancia do Pará	" " "		"	"	"	"	1
Programma do "Departamento da Creança"	" " "		"	288	"	"	1

REVISTA O ENSINO Nº 13 E 14 JULHO E AGOSTO

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	Nº PAG.	Nº DO EXEMPLAR	MÊS	Nº DE OCORRÊNCIAS
Analfabetismo	O 15 de Agosto	Discurso proferido por Antonio Marçal por ocasião das comemorações da adesão do Pará à Independência do Brasil, traduzido pelo sentimento patriótico e civilizatório da república.	Dr. Antonio Marçal (Discurso)	289	13 e 14	Julho e Agosto e	1
Sanear material e moralmente a terra brasileira	" " " "		" " "	"	" " "	" "	1
Pedagogia	A Psychologia	Artigo que trata da psicologia como auxiliar dos novos métodos pedagógicos e da sua utilização para o entendimento da consciência infantil e aplicabilidade no ensino.	Esmeralda Monteiro	292	" " "	" "	1
Pratica	" "		"	"	" " "	" "	1
Construção psychica	" "		"	"	" " "	" "	1
Indole infantil	" "		"	"	" " "	" "	1
Pedagogicamente	" "		"	"	" " "	" "	1
Psychologicamente	" "		"	"	" " "	" "	1
Educar	" "		"	"	" " "	" "	1
Bôa disciplina	" "		"	"	" " "	" "	1

Conhecimentos psychologicos	" "		"	"	" " "	" "	1
Recinto escolar	" "		"	"	" " "	" "	1
Mestres	" "		"	"	" " "	" "	1
Alchimistas modernos (professores)	" "		"	"	" " "	" "	1
Creanças	" "		"	"	" " "	" "	1
Pueris	" "		"	"	" " "	" "	1
Infancia	" "		"	293	" " "	" "	2
Espirito ôco	" "		"	"	" " "	" "	1
Coração vasio	" "		"	"	" " "	" "	1
Beneficios salutarissimos da instrucção	" "		"	"	" " "	" "	1
Mãe benefica da humanidade (instrucção)	" "		"	"	" " "	" "	1
Mestre	" "		"	"	" " "	" "	2
Almas pequeninas	" "		"	"	" " "	" "	1
Cultivar-lhes boas tendencias	" "	"	"	" " "	" "	1	

Polir-lhes o espírito	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Educação segura	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Mestre escola	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Educação	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Miniatura de seu mestre	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Creança	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Alma do professor	" "		" "	" "	" " "	" "	1
<i>Sciencia da alma</i>	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Corrigir a infância	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Sensibilidade moral	" "		" "	" "	" " "	" "	1
Missionarios do bem (professores)	" "	" "	" "	" " "	" "	1	
Escola alegre	Nota Avulsa I	A nota descreve a escola como um lugar de refúgio sendo importante e vital para a vivência infantil, assim como para o sustento da criança	Sem Autor	299	" " "	" "	1
Creança	" "		" "	" "	" " "	" "	1

		comparado à sua coluna vertebral.					
Escola anexa	No Magisterio	Coluna dedicada aos membros do magistério paraense que são identificados pelas suas iniciais. A edição trata de uma antiga professora da Escola Anexa à Escola Normal, que recebia os futuros normalistas e os ensinava a lidar com as crianças.	De Angelis	"	" " "	" "	1
Normalistas	" "		" "	"	" " "	" "	1
Departamento da creança	O Departamento da Creança	Texto que dá conta da notícia da criação de um órgão federal para o engendramento de políticas públicas destinadas à infância brasileira no que diz respeito à higiene e saneamento.	Ophir Loyola	302	" " "	" "	1
Infelizes pequeninos	" "		" "	"	" " "	" "	1
Comisseração dos protegidos da fortuna	" "		" "	"	" " "	" "	1
Infelizes creancinhas	" "		" "	"	" " "	" "	1
Creanças	" "		" "	"	" " "	" "	1
Falta de recursos e de hygiene	" "		" "	"	" " "	" "	1
Medida higienica	" "		" "	"	" " "	" "	1

Comissão de saneamento	" "		" "	303	" " "	" "	1
Pequeninos brasileiros	" "		" "	"	" " "	" "	1
População infantil brasileira	" "		" "	"	" " "	" "	1
Infancia	" "		" "	"	" " "	" "	2
Creança brasileira	" "		" "	"	" " "	" "	1
Departamento da Creança	" "		" "	"	" " "	" "	1
Menores	" "		" "	"	" " "	" "	1
Leis reguladoras do trabalho da infancia pobre	" "		" "	"	" " "	" "	1
Menores abandonados	" "		" "	"	" " "	" "	1
Instituto de Proteção e Assistencia á Infancia do Pará	" "		" "	"	" " "	" "	1
Creança	A Hygiene Quotidiana da Bocca	Texto que trata da higiene bucal e de sua importância, além de incluir técnicas de escovação e a sua importância para as crianças.	Julio Muniz	313	" " "	" "	2
Creança	" " "		" "	314	" " "	" "	2

Instrução	Oraculo Moderno	Texto que coloca a imprensa como essencial à democracia republicana, comparando-a com os antigos oráculos da Grécia Antiga.	Beltodo Nunes	316	" " "	" "	1
Educação	Nota Avulsa I	Nota que apresenta a educação como fator essencial para a civilização (em um projeto republicano) e importante para o desenvolvimento da pátria.	Sem Autor	326	" " "	" "	2
Civilização	" "		" "	"	" " "	" "	1
Povo	" "		" "	"	" " "	" "	2
Paiz civilizado	" "		" "	"	" " "	" "	1
Governo republicano	" "		" "	"	" " "	" "	1
Educar	" "		" "	"	" " "	" "	1
Grupos escolares	Comemorações		Artigo que trata das datas comemorativas cívico-escolares de 14 de julho (Festa da Árvore/Tomada da Bastilha) e 15 de agosto (Adesão do Pará à Independência do Brasil), nas quais participavam todos				
Comunidade escolar	"	" "		"	" " "	" "	1
Grupos	"	" "		"	" " "	" "	1
Estabelecimentos de ensino	"	" "		"	" " "	" "	1

		os grupos escolares da capital (Belém).					
Campanha contra o analfabetismo	Notulas	Seção dedicadas às notas de variedades sobre diversos assuntos, além de notícias do magistério paraense. Uma nota chama a atenção por se tratar de um comentário do recebimento de um exemplar de uma obra pedagógica: "Problemas de Educação" de A. Carneiro Leão, sobre o analfabetismo.	Sem Autor	333	" " "	" "	1

REVISTA O ENSINO Nº 15 SETEMBRO 1919

CATEGORIA	ARTIGO	DESCRIÇÃO DO ARTIGO	AUTOR	Nº PAG	Nº EXEMPLAR	MÊS	Nº DE OCORRÊNCIAS
Desenvolver o ensino primario	Nota Avulsa I	Nota que coloca a emergência de se desenvolver o ensino primário para a concepção de brasileiros capazes.	Sem Autor	338	15	Setembro	1
Escolas	" " "		" "	"	"	"	1
Nucleos brasileiros capazes	" " "		" "	"	"	"	1
Magisterio primario	No Magisterio	Coluna dedicada aos membros do magistério paraense que são identificados pelas suas iniciais. A edição trata do novo diretor do Instituto, Lauro Sodré, que veio Ilha do Marajó.	De Angelis	"	"	"	1
Grupo escolar marajoara	" "		" "	"	"	"	1
Estabelecimento de educação	" "		" "	"	"	"	1
Magisterio	Em Face de um Problema		Texto sobre o comentário do artigo de Esmeralda Monteiro que trata da importância e da utilização da psicologia como instrumento auxiliar da pedagogia. Porém, o autor entende necessário a criação de um curso	Sylvio Nascimento	339	"	"
Professorado	" " " "	" "		"	"	"	2
Ensinar	" " " "	" "		"	"	"	1
Criança	" " " "	" "		"	"	"	3
Grau de aprendizagem	" " " "	" "		"	"	"	1
Intelligencia	" " " "	" "		"	"	"	1

Pedagogia	" " " "	de pedologia na Escola Normal, para melhor preparar os professores do ensino primário.	" "	"	"	"	2
Mestre	" " " "		" "	"	"	"	1
Instrução	" " " "		" "	"	"	"	1
Educação	" " " "		" "	"	"	"	2
Pedologia	" " " "		" "	"	"	"	1
Ensino	" " " "		" "	"	"	"	1
Escola Normal	" " " "		" "	"	"	"	1
Pedagogia experimental	" " " "		" "	"	"	"	1
Psychologia pratica	" " " "		" "	"	"	"	1
Educação moderna	" " " "		" "	"	"	"	1
Psychologia	" " " "		" "	"	"	"	1
Escola de normalistas	" " " "		" "	340	"	"	1
Educação do povo	" " " "		" "	"	"	"	1
Normal (Escola)	" " " "		" "	"	"	"	1
Pedologia	" " " "	" "	"	"	"	1	

Criança	" " " "		" "	"	"	"	1
Creaturinha	" " " "		" "	"	"	"	1
Pedagogia vesga e falha	" " " "		" "	"	"	"	1
Escola	" " " "		" "	"	"	"	1
Ordem pedagogica	" " " "		" "	"	"	"	1
Estudantes	" " " "		" "	"	"	"	1
Infancia	" " " "		" "	"	"	"	1
Ensino primario	O Ensino Primario	Artigo que trata da importância da disseminação do ensino primário e da instrução das crianças pobres, além de colocar a importância da frequência escolar, como instrumento de combate ao analfabetismo e da civilização dos brasileiros/paraenses.	Simplicio Torres	341	"	"	2
Instrução das crianças pobres	" "		" "	"	"	"	1
Pessoas analfabetas	" "		" "	"	"	"	1
Preparo intellectual	" "		" "	"	"	"	1
Centenas de meninos	" "		" "	"	"	"	1
Frequencia da escola	" "		" "	"	"	"	1
Instrução	" "		" "	"	"	"	1
Analfabetismo	" "		" "	"	"	"	1

Meninos na idade própria do estudo	" "		" "	"	"	"	1
Difusão do ensino primário	" "		" "	"	"	"	1
Conquistas do progresso e da civilização	" "		" "	342	"	"	1
Instrução primária	" "		" "	"	"	"	1
Ensino á infancia pobre	" "		" "	"	"	"	1
Frequencia escolar	" "		" "	"	"	"	1
Instrução Infancia	Nota Avulsa I	Nota que se confunde a um conselho que dá a devida importância à instrução, principalmente na infância.	Sem Autor	"	"	"	2
	" " "		" "	"	"	"	1
Analfabetismo	Nota Avulsa II	Nota que exprime a seriedade no sentido do combate ao analfabetismo, encarado como um problema muito grave.	Sem Autor	"	"	"	1
These dos 21 determinados	Historia do Pará	Artigo que trata da importância da elaboração de um	Tubinambá Junior	345	"	"	1
Aula	" " "		" "	"	"	"	1

Estabelecimentos de ensino publico	" " "	material para a disciplina de História do Pará para os conteúdos programáticos do ensino público.	" " "	"	"	"	1	
Casas de educação (escola)	" " "		" " "	"	"	"	1	
Theses	" " "		" " "	"	"	"	1	
Mestres abalisados e investigadores	" " "		" " "	"	"	"	1	
Obreiros do ensino	" " "		" " "	"	"	"	1	
Educação do povo	Nota Avulsa I	Nota que chama a atenção dos poderes públicos constituídos e das instituições do estado no sentido de zelar pelo ensino e pela educação do povo.	Sem Autor	347	"	"	1	
Povo sem civilização e sem cultura	" " "		" " "	"	"	"	1	
Civilização e cultura	" " "		" " "	"	"	"	1	
Educação	" " "		" " "	"	"	"	1	
Analphabetismo	Ensino Profissional		Artigo que aborda de forma geral a importância do ensino profissional na República para a erradicação do analfabetismo, no que diz respeito às classes trabalhadoras.	Vicente Silva	349	"	"	1
Educação	" "	" "		"	"	"	1	
Instrução	" "	" "		"	"	"	1	
Progresso social e economico	" "	" "		"	"	"	1	
Lente	" "	" "		"	"	"	1	
Educação	" "	" "		"	350	"	"	1
Instrução	" "	" "		"	"	"	"	1
Educação dos povos	" "	" "		"	"	"	"	1
Disseminação do ensino	" "	" "		"	"	"	"	1
Ensino	" "	" "		"	"	"	"	1

Instrução	" "		" "	351	"	"	1	
Educação	" "		" "	"	"	"	1	
Classes trabalhadoras	" "		" "	"	"	"	1	
Educar	" "		" "	"	"	"	1	
Instruir	" "		" "	"	"	"	1	
Higiene escolar	Higiene Escolar: a escola	Artigo que trata da higiene no espaço físico escolar, incluindo indicações de como deve estar disposto o espaço escolar tanto internamente quanto em relação ao espaço cidadão.	Noura Monteiro	"	"	"	1	
Higienistas	" "		" "	"	"	"	1	
Estabelecimentos de ensino	" "		" "	"	"	"	1	
Regras de higiene	" "		" "	"	"	"	1	
Escola	" "		" "	"	"	"	2	
Trabalhos escolares	" "		" "	"	"	"	1	
Salas de aulas	" "		" "	"	"	"	1	
Logares saudáveis (sobre a escola)	" "		" "	"	"	"	1	
Material escolar próprio	" "		" "	"	352	"	"	1
Bôa escola	" "		" "	"	"	"	"	1
Escola	" "		" "	"	"	"	"	1
Mobiliário escolar	" "		" "	"	"	"	"	1

Ponto de vista higienico	" "		" "	"	"	"	1
Estatura dos alunos	" "		" "	"	"	"	1
Escola	Nota Avulsa I	Nota que exalta o espaço escolar como primordial para a infância e berço da civilidade de um povo.	Sem Autor	355	"	"	1
Infancia	" " "		" "	"	"	"	1
Construção do novo Brasil	Nota Avulsa I	Nota que compreende a instrução pública como alicerce primordial de um "novo Brasil".	Sem Autor	357	"	"	1
Apparelho de instrução publica	" " "		" "	"	"	"	1
Escolas primarias	A gymnastica suéca nas escolas	Artigo que trata da importância da ginástica sueca nas escolas públicas do Brasil, principalmente do Pará, no sentido de entender a atividade física como elemento importante para o desenvolvimento do físico do aluno junto à atividade intelectual.	Thomaz Nunes	358	"	"	1
Centros de cultura intellectual e physica	" " "		" "	"	"	"	1
Escola na sociedade moderna	" " "		" "	"	"	"	1
Formação dos povos	" " "		" "	"	"	"	1
Ensino	" " "		" "	"	"	"	1
Professorado	" " "		" "	"	"	"	1

Organização perfeita e methodica do ensino primario	" "		" "	"	"	"	1
Programmas	" "		" "	"	"	"	1
pratica obrigatoria dos exercicios gymnasticos	" "		" "	"	"	"	1
Missão da escola	" "		" "	"	"	"	1
Desenvolvimento physico	" "		" "	"	"	"	1
Escola	" "		" "	"	"	"	3
Menores	" "		" "	"	"	"	1
Crescimento da creança	" "		" "	"	"	"	1
Gymnastica	" "		" "	"	"	"	1
Formação intellectual	" "		" "	"	"	"	1
Grupo escolar do Mosqueiro	Festas Escolares	Artigo que trata das festas escolares encertadas pelos grupos escolares do Mosqueiro e José Veríssimo (capital do Estado),	W.	375	"	"	1
Estabelecimento de ensino	" "		"	"	"	"	1
Corpo docente	" "		"	376	"	"	1
Estabelecimento [de ensino]	" "		"	"	"	"	2

Grupo Mancio Ribeiro	" "	informando como se deram as celebrações nos estabelecimentos de ensino.	"	"	"	"	1
Ensino	" "		"	"	"	"	1
Director do ensino	" "		"	"	"	"	1
Corpos docente e discente	" "		"	"	"	"	1
Grupo [escolar] José Verissimo	" "		"	"	"	"	2
Batalhão escolar	" "		"	"	"	"	1
Magisterio primario	" "		"	"	"	"	1
Instrucção Publica	Notulas	Seção dedicada às notas de variedades sobre diversos assuntos, além de notícias sobre o magistério paraense. Uma nota trata da criação de uma nova pasta (ministério), que cuidará da saúde, assistência e instrução pública simultaneamente.	Sem Autor	381	"	"	1
Instrucção	Correio d'O ENSINO	Seção do periódico dedicado às respostas às correspondências enviadas à redação do periódico. Destaque para os	Euryalo	383	"	"	1
Creanças	" " "		"	"	"	"	1
Escolas	" " "		"	"	"	"	2
Legião de analphabetos inconscientes	" " "		"	"	"	"	1

Letrados	"	"	"	assuntos sobre as	"	"	"	"	1
Analfabetos	"	"	"	taxas de	"	"	"	"	1
Collectanea de Hymnos Escolares	"	"	"	analfabetismo;	"	384	"	"	1
Orgam do gremio normalista (Rio Grande do Norte)	"	"	"	coletânea de hinos escolares e a permuta com outro periódico potiguar.	"	"	"	"	1